

ESCRITA, TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA



Organizadores:

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Maria Cristina Bohn Martins



**Escrita, teoria e metodologia da
História**

Escrita, teoria e metodologia da História

Organização

Luis Filipe Bantim de Assumpção
Maria Cristina Bohn Martins



UNIVASSOURAS

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Pró-reitoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Pró-reitoria de Extensão Universitária e Desporto
Grupo de Pesquisa Integrada em História, Patrimônio Cultural e Educação
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
Observatório da Educação

Vassouras-RJ
2024

© Universidade de Vassouras Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade de seu autor. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e das demais instituições envolvidas.

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra

Adm. Gustavo Oliveira do Amaral

Reitor da Universidade de Vassouras

Prof. D.Sc. Marco Antonio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Desporto

Prof.^a Consuelo Mendes

Assessor de Relações Institucionais da Presidência da FUSVE

Prof. M.Sc. Hamilton Moss de Souza

Pró-Reitora de Ciências Humanas

Prof.^a D.Sc. Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Prof.^a M.Sc. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Coordenador Local de Doutorado em História e Coordenador de Pesquisa e Extensão, campus Saquarema

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Organizadores

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção

Prof.^a D.Sc. Maria Cristina Bohn Martins

Conselho Executivo

Prof.^a D.Sc. Aline Vanessa Locastre (UEMS)

Prof.^a D.Sc. Airan dos Santos Borges (UFRN)

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo Cardoso (Univassouras)

Prof. D.Sc. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)

Prof. D.Sc. César Fornis (Universidade de Sevilha)

Prof.^a D.Sc. Cristina de Souza Agostini (UFMS)

Prof.^a D.Sc. Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)

Prof.^a D.Sc. Fernanda Magalhães (UMinho-PT)

Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção (SME-RJ)/Univassouras)

Prof. D.Sc. José Maria Gomes de Souza Neto (UPE)

Prof.^a D.Sc. Maria Cristina Bohn Martins (Unisinos)

Prof.^a D.Sc. Mariana Gino (UFRJ)

Prof.^a D.Sc. Michele Teixeira Serdeiro (Univassouras)

Prof. D.Sc. Rainer Guggenberger (UFRJ)

Prof. D.Sc. Rafael Carvalho da Silva Mocarzel (Univassouras)

Prof. D.Sc. Renan Marques Birro (UPE)

Prof.^a D.Sc. Priscila Lini (UFMS)

Conselho Consultivo

- Prof. D.Sc. Adiel Queiroz Ricci (Univassouras)
Prof.a M.Sc. Adriana Luiza da Costa (SCTF-Maricá)
Prof. D.Sc. Anderson de Araujo Martins Esteves (UFRJ)
Prof. M.Sc. Angelo Ferreira Monteiro (Univassouras)
Prof. M. Sc. Celio Cayres Neto (Univassouras)
Prof. D.Sc. Claudio Umpierre Carlan (UNIFAL)
Prof.a. M.Sc. Denize Cardim (Univassouras-Saquarema)
Prof. M.Sc. Diego Augusto Rivas dos Santos (Univassouras-Saquarema)
Prof.a. D.Sc. Dilza Porto (UFMS)
Prof.a D.Sc. Fabiana Pereira do Amaral (UFRJ)
Prof. D.Sc. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)
Prof.a M.Sc. Jaqueline Batista Cordeiro (SEEDUC-RJ)
Prof. D.Sc. João Tavares Bastos (Univassouras-Maricá)
Prof. D.Sc. Jorge Antônio Paes Lopes (DRA-BL; SEEDUC-RJ)
Prof.a M.Sc. Laura Roseli Pael Duarte (UFMS)
Prof. D.Sc. Leandro Hecko (UFMS)
Prof.a M. Sc. Leonina Avelino Barroso de Oliveira (Univassouras)
Prof.a D.Sc. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques (UFMS)
Prof.a M.Sc. Magda Elaine Sayão Capute (SMED-Vassouras)
Prof. D.Sc. Marcelo dos Santos Garcia Santana (Univassouras-Maricá)
Prof.a M.Sc. Marcia Sena Barbosa Monsorez Ribeiro (Univassouras-Maricá)
Prof. D.Sc. Marcus Vinícius Kelli (SME-RJ)
Prof.a M.Sc. Marinéa da Silva Figueira Rodrigues (Univassouras)
Prof.a D.Sc. Marinete Rodrigues (UEMS)
Prof. D.Sc. Paulo César dos Reis (Secult-Maricá)
Prof. M.Sc. Paulo Tong (Univassouras)
Prof. D.Sc. Pedro Paulo Funari (UNICAMP)
Prof.a D.Sc. Roberta Alexandrina da Silva (UFPA)
Prof. M.Sc. Rodrigo de Moura Santos (SEMED-Maricá)
Prof.a M.Sc. Rosana Gildo Vieira (SEMED-Maricá)
Prof.a M.Sc. Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos (SEEDUC-RJ)
Prof.a D.Sc. Semíramis Corsi Silva (UFMS)
Prof.a D.Sc. Vivina Dias Sol Queiróz (UFMS)
Prof. M.Sc. Walmir Fernandes Pereira (SEEDUC-RJ)

Assessoria Executiva

- Andreia Cristina Alcantara Paz (GHiPE)
Felipe Luiz Mendonça (Univassouras/GHiPE)
João Gabriel da Silva Sanches (Lab ATRIVM / UFMS)
João Guilherme Vieira Poiati (Lab ATRIVM / UFMS)
José Natal (UPE)
Lara Fernandes (UMinho)
Lara Karinina Viana de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Leonardo Arguello Alves (Lab ATRIVM / UFMS)
Letícia César Ruela (UMinho)
Luis Miguel Pereira Lacerda (Lab ATRIVM / UFMS)
Mara Dalila Marins da Silva (SCTF-Maricá)
Maria Gilcarla Lima de Sousa (SEDUC-CE / GHiPE)
Marystella Albino de Souza (UERJ / IHGAM / GHiPE)
Miguel Ângelo Oliveira de Almeida (Lab ATRIVM / UFMS)
Paula Aranha (MHN)
Pedro Collares (MHN)
Tatiana Gomes de Souza Quintanilha (SEMED-Maricá / GHiPE)
Vinícius Rotheman Felipe Ortega (Lab ATRIVM / UFMS)
Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos (URCA / GHiPE)

Diagramação e Edição eletrônicas:
Prof. D.Sc. Luis Filipe Bantim de Assumpção
Aux. Acadêmico Luis Felipe Soares Gomes

Idealização / Projeto Gráfico / Arte da capa:
Miguel Angelo Oliveira de Almeida (UFMS)
Larissa Alvarez das Neves (UFMS)

Editora da Universidade de Vassouras

Av. Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos, 280, Bloco 3, 2º andar - Centro, Vassouras-RJ, CEP: 27700-000 Tel.: (24) 2471-8367

E-mail: editorauss@universidadedevassouras.edu.br

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/issue/view/310>

Es194

Escrita, teoria e metodologia da História. / Organizado por: Carlos Luis Filipe Bantim de Assumpção, Maria Cristina Bohn Martins . – Vassouras, RJ : Universidade de Vassouras, 2024.
308 f.; il.

Recurso eletrônico

Formato: E-book

ISBN: 978-65-87918-94-5

1. Historiografia. 2. Teoria. 3. Metodologia. 4. História. I. Assumpção, Carlos Luis Filipe Bantim. II. Martins, Maria Cristina Bohn. III. Universidade de Vassouras. VI. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica Oline – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras

Sumário

Prefácio.....	p.13
Carlos Prado	
Apresentação: O que fazer com a História?.....	p.21
Luis Filipe Bantim de Assumpção; Maria Cristina Bohn Martins	

Parte I – Historiografia

O percurso dos estudos antropológicos sobre a teoria da magia.....	p.33
Carlos Eduardo da Costa Campos	
Interpretar o neoliberalismo: Epistemologia e historiografia.....	p.55
Hérrnan Ramírez	

Parte II – Teoria

História e literatura entre fardos e aporias: Questões teórico-metodológicas e estudos de caso.....	p.91
Alanna Teixeira; Débora Faccin; Temístocles Cezar	
História intelectual: as compulsões da experiência e da linguagem e a presença do passado.....	p.127
Carlos Henrique Armani	
A colonização da voz: trauma, construção do sujeito e colonialidade nas Américas.....	p.147
Durval Muniz de Albuquerque Júnior	
História e ficção: Um convite a dotar a vida de formas complexas de sentir.....	p.169
Edson Silva de Lima	

Parte III – Metodologia

Prosopografia: uma introdução ao método.....	
Ana Paula Korndörfer; Marcelo Vianna	p.203
A micro-história italiana: método, usos e percurso.....	p.231
Ernesto Pereira Bastos Neto; Máira Ines Vendrame	
Um caminho em prol da pesquisa historiográfica: uma proposta metodológica a partir da Análise do Discurso.....	p.259
Luis Filipe Bantim de Assumpção	
A história em <i>podcasts</i>: Aspectos teórico-metodológicos a partir de duas experiências acadêmicas em divulgação científica.....	p.283
Mauro Dillmann; Wilian Junior Bonete	
Notas biográficas.....	p.303

Prefácio

Carlos Prado

A teoria da história não é uma enciclopédia das ciências históricas, nem uma filosofia (ou teologia) da história, tampouco uma física do mundo histórico, muito menos uma poética para a historiografia.

Ela deve postular, como sua tarefa, ser um *organon* do pensamento e da pesquisa histórica.

(Droysen. *Grundriss der Historik*, 1858).

Escolhi para a epígrafe do presente prefácio uma citação do historiador alemão, Johann Gustav Droysen, que em meados do século XIX, publicou uma importante obra sobre o fazer historiográfico científico. Suas reflexões se dirigiram ao ofício do historiador, ou seja, à história enquanto disciplina, enquanto ciência. No final da citação, ele aponta que a teoria da história desempenha o papel de um *organon*, palavra grega que pode ser traduzida por “instrumento” ou “ferramenta”.

Na obra referenciada, Droysen (2009) não estava interessado em discutir teses em torno de um acontecimento ou processos históricos. As questões suscitadas por ele abordavam o âmbito da cientificidade histórica: O que é história? Quais as bases epistemológicas do conhecimento histórico? Quais fontes o historiador deve utilizar? Quais métodos são os mais apropriados? Qual o papel e função do historiador? Em síntese, como a história deve ser escrita? Ao responder estas questões, o historiador alemão estava abordando a teoria da história, refletindo e sistematizando a operação historiográfica e, por conseguinte, caracterizando e definindo um campo. Ou melhor ainda, ele estava discutindo

os instrumentos e ferramentas que constituem a autonomia da ciência história diante das demais ciências humanas.

A teoria da história tem por objeto a investigação dos princípios que determinam o conhecimento histórico e que delimitam o campo da pesquisa. É por meio da teoria da história que o historiador reflete sobre os fundamentos do pensamento histórico. A teoria da história desvenda a epistemologia histórica, suas metodologias particulares, seus conceitos e categorias. Por conseguinte, cabe aos historiadores, ou aos demais pesquisadores interessados em produzir uma pesquisa de história científica, se debruçaram sobre a teoria. Esse campo não pode, jamais, ser menosprezado.

Droysen foi um dos refundadores da historiografia moderna do século XIX. Suas reflexões lançaram as bases para uma redefinição da teoria da história, que se afastou da falsa objetividade e do teológico. Seu papel foi questionar uma tradição apoiada no método “positivista” de Leopold von Ranke. A história entendida como simples narrativa “objetiva” dos fatos, escrita a partir de documentos oficiais foi questionada, revelando o âmbito subjetivo da história e a necessidade de se pensar uma metodologia própria à ciência história, apartando-se da ambição de uma física social. O passo dado por Droysen foi determinante para a definição de uma nova racionalidade para a pesquisa histórica, apontando para a subjetividade, o método e a crítica.

Não obstante, o fazer historiográfico não é estático. Ele é dinâmico. E no século XX, com Marc Bloch, Lucien Febvre e a Revista dos *Annales*, a teoria da história encontrou bases ainda mais sólidas para o avançar da sua epistemologia. Constitui-se uma tarefa quase impossível abordar teoria da história sem falar nas contribuições dessa tradição francesa para o desenvolvimento da ciência história. Não é mistério entre os historiadores que, a partir de 1929, a publicação encabeçada Bloch e Febvre redefiniu o campo historiográfico.

Essas transformações na base epistemológica resultaram da autorreflexão permanente que o pensamento histórico tem sobre si e da própria dinâmica social que a

história e os historiados vivenciam. A teoria da história foi redefinida. Longe de uma história meramente política, nacionalista ou patriótica, as bases dessa nova história foram a ampliação dos seus objetos, das suas fontes, a necessidade da interdisciplinaridade, a busca por uma história totalizadora e a história problema, percebida como o estudo dos acontecimentos passados, a partir dos problemas postos pelo presente.

A ampliação dos temas e problemas abordados pelos historiadores podem ser sintetizados na seguinte citação de Bloch (2001, p. 54): “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. A história, enquanto “ciência dos homens, no tempo” se interessa por tudo que é humano. Foi nesse contexto que os historiadores abordaram temáticas que, até então, não eram entendidas como objetos de sua investigação. Entre outros, a história se abriu ao campo das mentalidades, das crenças, dos costumes e dos hábitos cotidianos, também penetrou nos debates econômicos e nos problemas do espaço geográfico e territorialidades.

Por conseguinte, ao encarar o desafio de pesquisar novos objetos, os historiadores se viram obrigados a adotar uma postura interdisciplinar. O diálogo com as demais ciências humanas se tornou indispensável para o avançar da pesquisa histórica. Mais uma vez, podemos citar Bloch (2001, p. 50): “Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento”. O desenvolvimento de áreas como, História antropológica, História econômica, Geo-história ou Psico-história, reflete o êxito da interdisciplinaridade. Não obstante, é preciso que os historiadores jamais percam de vista que, apesar do diálogo necessário e persistente com as demais ciências, sua análise deve permanecer histórica. Para tanto, o domínio da teoria e das metodologias da história é fundamental.

Novos objetos e novos campos de investigação também significaram novas fontes. Se até o fim do século XIX, os historiadores concentravam suas pesquisas em documentos

oficiais, a partir do século XX e dessa ampliação de temas, novas fontes entraram no rol dos historiadores. A reflexão sobre o como trabalhar com cada documento específico e o desenvolvimento de metodologias particulares é tarefa da teoria da história. A teoria não deve ser confundida com a *práxis* da pesquisa histórica, uma vez que é essa teoria que orienta essa prática do historiador. Contudo, como aponta Jörn Rüsen (2001), a teoria da história tem uma “relação umbilical” com essa *práxis* do historiador. Teoria e metodologia caminham juntas e são inseparáveis no desenvolvimento da pesquisa histórica científica.

As fontes, observou Bloch (2001), não falam por si. Nenhum documento, de qualquer espécie, seja escrito ou arqueológico, oral ou digital, tem voz própria para escrever a história. Os documentos, matéria-prima dos historiadores, só falam quando são questionados. Cabe ao historiador, no desenvolvimento de sua pesquisa histórica, orientado por uma teoria, formular as perguntas mais pertinentes. É o arcabouço teórico, atrelado ao debate historiográfico, que dá as condições para que se problematize as fontes e se indique as hipóteses a serem verificadas pela pesquisa.

Todavia, o fazer historiográfico exige ainda mais especialidades do historiador. Diante de uma imensa variedade de fontes, ele também precisa conhecer as particularidades de cada uma delas. Cada objeto de pesquisa exige um tipo determinado de testemunho e a ciência histórica vem se aperfeiçoando, buscando formular metodologias específicas para cada tipo. O historiador precisa, necessariamente, conhecer não apenas as diferentes fontes, mas também as diferentes metodologias que cada tipo particular exige para o seu manejo mais adequado. Mais uma vez, Bloch (2001, p. 81) é certo: “é indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício”.

Apenas para ilustrar, gostaria de exemplificar apontando sobre as particularidades dos estudos que utilizam músicas como fonte e objeto de análise. Em um ambiente em que a música tem se tornado cada vez mais presente,

historiadores tem apontado como essas produções artísticas são carregadas de significados culturais, políticos, econômicos e sociais. As músicas estão imersas na realidade social e, a partir de sua linguagem e singularidade, expressam identidades, crenças, dilemas e contradições. Diante desse caráter social, a música tem despertado, cada vez mais, o interesse de historiadores e ampliado seu espaço no campo historiográfico.

Todavia, o estudo de fontes musicais exige uma especialidade do historiador. Inicialmente, as primeiras investigações sobre música se dedicaram, exclusivamente na análise das letras das canções e, por conseguinte, outros elementos técnicos e estéticos que compunham a produção musical não eram analisados. Com o avanço de uma metodologia específica, o campo de investigação da música passou a incorporar todo o material musical. Marcos Napolitano (2005, p. 236) observa que as fontes musicais devem ser analisadas “em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos”. Ao investigar uma música, o historiador precisa ter a consciência de que sua análise deve englobar o conteúdo verbal (a letra) e a sua linguagem técnico-estética, quer dizer, trata-se de analisar o ritmo, a harmonia, a melodia, a entonação vocal, as pausas e os arranjos como um todo. Todos estes aspectos técnicos-estéticos são os códigos internos que compõe a música e que também transmite mensagens e se comunicam com o ouvinte.

Gostaria de apresentar mais um exemplo. Historiadores que escrevem sobre o cinema, documentários ou séries, precisam se dedicar ao estudo da metodologia particular desse tipo de fonte-objeto. Se o historiador opta por trabalhar com análise de filmes, torna-se indispensável que ele se debruce sobre algumas obras que abordam essa temática afim de conhecer os nuances de sua metodologia. A leitura de *Cinema e história*, do historiador francês Marc Ferro, é o primeiro passo incontornável. Conhecer aspectos técnicos da linguagem cinematográfica se torna indispensável para apreender o sentido e o caminho trilhado pela narrativa do diretor. Da

mesma forma, se o historiador almeja trabalhar com outras fontes; sejam dados demográficos, estatísticos, imprensa operária ou revista em quadrinhos, faz-se necessário se debruçar sobre os estudos das particularidades metodológicas de cada uma dessas fontes.

Evidencia-se que o fazer historiográfico é uma prática especializada que exige um domínio das especificidades epistemológicas da história. Rösen (2001, p. 38) é bem claro ao apontar que na pesquisa histórica, “a teoria desempenha um importante papel na *profissionalização didática* dos historiadores. Esse papel consiste em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especialidade profissional de sua ciência”. A pesquisa histórica científica exige uma reflexão especializada do pensamento histórico que não se dá de forma automática. De acordo com Rösen, a teoria da história tem uma *função propedêutica* à pesquisa: uma vez que uma de suas tarefas é apresentar o quadro dos fundamentos da ciência da história.

Além da *função propedêutica*, Rösen (2001) aponta outras cinco funções didáticas da profissionalização da teoria da história. Ele argumenta que ela também possui uma *função de coordenação*, pois apresenta as soluções para o problema de uma combinação eficiente entre disciplinas diferentes. Em terceiro lugar, destaca-se a *função motivadora*, pois a teoria também é fundamental para se abordar a questão da subjetividade sem perder a exigência de objetividade da pesquisa histórico-científica. Outro elemento é a *função organizadora*, uma vez que a teoria indica as soluções para o processo de seleção e gestão das fontes da pesquisa. Em quinto lugar, destaca-se a *função de fundamentação*, pois é a teoria da história que contribui para formar a capacidade de reflexão, auxiliando no processo de fundamentar os procedimentos de pesquisa. Por fim, evidencia-se a *função mediadora*, uma vez que lança luz entre o estudo profissional e a prática científica.

Outro aspecto sobre a produção do conhecimento histórico que não podemos contornar é aquele que foi elucidado por Michel de Certeau (1982). Para o historiador

francês, a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*. Não quero entrar aqui no debate sobre as práticas e sobre a escrita, no qual se evidencia a problemática em torno do relativismo e da subjetividade na história. Gostaria de apontar para as questões referentes ao lugar e as “leis silenciosas” que organizam a produção historiográfica.

Certeau (1982) aponta que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, que é o espaço das instituições, que agregam os cursos de pós-graduação e os grupos de pesquisa. Os grupos se constituem a partir de temáticas e, principalmente, a partir de afinidades teóricas e metodológicas. Assim, no interior das instituições, o pesquisador não produz sozinho. A pesquisa não é autônoma, ela se articula com o grupo. A pesquisa passa pelo reconhecimento e aprovação dos seus pares, quer dizer, ela deve estar de acordo com as opções teórico-metodológicas do grupo ao qual se vincula.

Antes de finalizar, gostaria de apontar para algo que é elementar, mas que precisa ser reafirmado constantemente para os acadêmicos e profissionais da história. Para se escrever história é preciso ler. Ora, o primeiro passo para a boa historiografia é a leitura. O bom historiador precisa ler o maior número possível de referências sobre a temática que aborda. Como observa Hobsbawm (1998, p. 69), “os historiadores não só escrevem, mas acima de tudo leem livros, inclusive livros bem velhos”. É preciso ler os clássicos, aqueles que constituem as referências básicas. Em paralelo, a pesquisa também exige a leituras das publicações mais recentes, que devem ser buscadas nas bases de dados disponíveis. É a leitura de todo esse material que tornará possível verificar os avanços, as divergências, os debates, as correntes de pensamento e os problemas que persistem sobre determinada temática. Uma ampla análise bibliográfica, articulada com o referencial teórico, é essencial para compreender os debates, selecionar as fontes e se orientar metodologicamente.

Bloch (2001, p. 47) também observou que a História era uma “ciência na infância” e que ainda permanecia, como empreendimento racional de análise, “jovem”. É claro que a teoria da história e suas metodologias avançaram muito nas últimas décadas. A história se consolidou como ciência, abrangendo muitos campos de pesquisa e construindo um sólido arcabouço teórico. Não obstante, o trabalho nunca está completo e encerrado. Não existe uma história definitiva. Escrever a história é uma tarefa permanente e que exige que cada geração responda as questões do seu tempo. Que nossa geração e as próximas estejam preparadas para seguirem desenvolvendo as bases teóricas e metodológicas da ciência história.

Referências bibliográficas

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DROYSEN, J. G. **Manual de Teoria da História**. Petropolis: Vozes, 2009.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 235-289.

RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

Apresentação: O que fazer com a História?¹

Luis Filipe Bantim de Assumpção
Maria Cristina Bohn Martins

Em uma aula no sétimo ano do Ensino Fundamental, em escola municipal localizada na periferia do Rio de Janeiro, uma estudante me questionou sobre a utilidade do conhecimento histórico. Esta aluna se destacava dos seus colegas de turma pela postura desafiadora e questionadora, muitas vezes esperada dos/as discentes em uma aula de História. Contudo, me chamou a atenção verificar que esse tipo de posicionamento fora incentivado unicamente nas aulas que ministrei. Constatei, também, que esta mesma pessoa tinha receio de manifestar as suas opiniões e percepções de mundo, afinal, em outros momentos e com outros profissionais, as suas atitudes foram consideradas inadequadas para uma “criança”. Mas, qual a relevância desta *egotrip* profissional com a apresentação de um livro sobre escrita, teoria e metodologia da História?

Se tomarmos a lei 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo segundo, temos que a educação “[...] dever da família e do Estado, **inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**” (Brasil, 1996 – grifos meus). Considerando a situação descrita no parágrafo acima, notamos que a liberdade e a solidariedade preconizadas pela LDBEN não foram devidamente ensinadas, praticadas e defendidas na trajetória formativa da estudante em questão, aspecto que levou a impossibilidade do seu progresso como discente e, ousou dizer, inviabilizou o seu exercício da

¹ A primeira seção desta apresentação foi elaborada com base em uma experiência profissional do Prof. Luis Filipe Bantim de Assumpção.

cidadania, visto que o seu comportamento era bastante “arredio”, se comparado aos demais de sua turma.

Daí retomo à pergunta do primeiro parágrafo e sinalizo a sua convergência com o título dessa apresentação. Ao mobilizarmos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua apresentação sobre o papel das Ciências Humanas na Educação Básica, somos informados que esta área do conhecimento – da qual a História faz parte – precisa valorizar “[...] a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes” (Brasil, 2018, p. 353). A interação do trecho da LDBEN com o da BNCC evidencia que, ainda hoje, vivemos um problema significativo na formação dos/as estudantes, os/as quais são impedidos de se posicionarem, muitas vezes por serem tomados como “jovens demais” ou por “afrontosos”. No entanto, como esperar que estes sujeitos se tornem conscientes de seu lugar no mundo, se manifestem diante das circunstâncias cotidianas e lutem pelos seus direitos, sabendo defender e fundamentar as suas escolhas pessoais se estes nunca produziram esse tipo de conhecimento?

Ainda tratando de minha experiência no ensino público municipal no Rio de Janeiro, evidenciei que a apostila da Secretaria Municipal de Educação e o livro didático selecionado e adquirido pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) fomentam uma História linear, eurocêntrica, etnocêntrica e interessada nos feitos dos grandes personagens do passado, ou nas grandes realizações engendradas por homens brancos e ricos. Somado a isso, as questões de ordem econômica são consideradas com maior intensidade do que qualquer outra instância da vida em sociedade, fazendo com que os leitores/interlocutores do referido material enxerguem o desenvolvimento dos sistemas comerciais por uma via teleológica que culmina no capitalismo.

Este material, em função das pedagógicas apresentadas, não abre margem para que os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem se sintam à vontade para contestar o seu conteúdo. Portanto, o questionamento suscitado pela discente

evidencia que ainda existem falhas gritantes na formação para a cidadania em nossas escolas. Do mesmo modo, se as Ciências Humanas devem se comprometer com a postura crítica dos sujeitos, levando-os/as a questionar o senso comum e a proporem soluções às situações cotidianas, a experiência vivenciada manifesta que as humanidades na escola pública em questão, parte do sistema de ensino da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, não está alcançando o seu objetivo previsto pela União – ainda que seja um exagero responsabilizar a escola, posto que esta não se diferencia sobremaneira das outras que integram o sistema municipal de ensino carioca.

Ao retomarmos à BNCC (Brasil, 2018, p. 397-398) esta, ao iniciar a sua caracterização da História para o Ensino Fundamental, destaca que as/os profissionais da História devem fomentar uma “atitude historiadora” nas/os discentes ao interagirem com o conhecimento desta área de ensino. O que se mostra importante para a sua vida em sociedade, desde que esta “atitude” faça com que as/os nossas/os cidadãs/ãos em potencial tenham condições para edificarem posturas e posicionamentos críticos e condizentes à melhoria da comunidade em que vivem. Seguindo por essa via, a relação do sujeito com a História visa a formação da identidade sociocultural por meio da memória, a qual é (re)construída cotidianamente, sendo o fruto de objetivos e escolhas diversas, e que não se limitam ao sujeito do conhecimento. Efetivamente, se este procedimento estivesse em vias de realização, a estudante do sétimo ano com quem, muito honrosamente, me deparei já teria aprendido meios para sustentar argumentos e percepções de mundo, sem que outros/as professores/as a vissem como um problema. Mas, infelizmente, vivemos em um momento onde o ato de questionar é considerado desrespeitoso, sobretudo quando realizado por jovens periféricos em ambientes que tendem à castra-los intelectualmente – embora não pareça adequado às escolas serem mais um desses espaços.

Nesse cenário, a História pode ser considerada uma daquelas disciplinas que ao serem devidamente introduzidas na formação escolar do sujeito, do Ensino Básico ao Superior, estimula o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, as quais podem verificar que História e passado não são sinônimos, além de identificarem que o “fato histórico” é construído com base em escolhas políticas, sociais, econômicas e epistemológicas que passam a caracteriza-lo, para o senso comum, como um dado quase inquestionável da existência humana e que ajuda as pessoas a entenderem o seu lugar no mundo contemporâneo. No entanto, essa relação do indivíduo com o passado, seja ela pessoal/individual, seja coletivo, não é natural e requer conhecimento para não reproduzirmos grandes falácias históricas – e que, infelizmente, continuam em muitos livros didáticos.

Assim, a BNCC aponta que “A relação passado/presente não se processa de forma automática, pois exige o conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados” (Brasil, 2018, p. 397). Ainda que este documento esteja tratando do Ensino Básico brasileiro, é de se esperar que a plena realização desta etapa educacional faça com que os/as estudantes do Ensino Superior tenham maiores e melhores referenciais para promoverem a sua formação acadêmica. Uma vez que é preconizado o conhecimento teórico dos/as discentes da Educação Básica – em conformidade ao seu preparo intelectual e desenvolvimento cognitivo – não poderia ser diferente com os aqueles/as que se encontram na graduação e na pós-graduação. É justamente em função desse objetivo e visando o aprimoramento universitário dos doutorandos e professores da Univassouras, em parceria com a UNISINOS, que esse livro foi gestado. Contudo, não devemos perder de vista que, na condição de docentes, podem se deparar com o cenário descrito no primeiro parágrafo desta apresentação, havendo a necessidade de (re)pensarmos o nosso fazer acadêmico-institucional como professores/as e pesquisadores/as da História.

A teoria e a metodologia da História são condições para a devida produção da historiografia, sendo esta parte do conhecimento que será discutido nas salas de aula de nosso país, tanto na Educação Básica, quanto na Superior. Nesse sentido, esta obra está empenhada em contribuir para o aperfeiçoamento de pesquisadores/as e professores/as interessados/as no tema ou que tenham na História a base de sua profissão. Dito isso, os textos que aqui se encontram evidenciam a dedicação e o comprometimento de seus autores em pensar e promover o conhecimento histórico, suscitando questões, apresentando métodos ou mesmo apontando formas de se escrever a História. A existência desse tipo de espaço interessa não somente à comunidade acadêmica, visto que é o diálogo que nos faz pensar e indagar sobre a nossa existência, impactando em nossa dinâmica pessoal e profissional. Ao fazermos esse exercício, observamos que o saber-fazer das instituições de ensino deveriam ser integrados em todos os seus níveis, afinal, o conhecimento produzido na Educação Básica pode servir para refletirmos sobre as práticas do Ensino Superior e vice-versa.

Por outro lado, mantermos os debates teóricos, metodológicos e historiográficos no espaço acadêmico, sobretudo quando tratamos da formação docente, é semelhante aos “antropólogos de gabinete” do século XIX. Estes teciam considerações extensas sobre artefatos e culturas de comunidades diversas nas Américas, na Oceania, na África e na Ásia, embora nunca tenham estado nas mesmas, ou seja, criavam-se percepções de mundo e conclusões científicas de indícios descontextualizados, propondo interpretações que não condiziam às práticas culturais das comunidades que produziram os indícios materiais analisados.

Para superarmos esse panorama, os textos que aqui se encontram manifestam uma linguagem acessível e temáticas que não se distanciam de interlocutores não especializados no

conhecimento histórico. Somado a isso, a criação do mesmo no formato *e-book* pretende que o acesso seja feito de maneira direta e democrática às pessoas interessadas no tema, embora o enfoque inicial tenha sido as/os estudantes da pós-graduação em História. A nossa postura foi de evidenciar que o conhecimento histórico está ao alcance de todos/as, mas requer critérios científicos para ser devidamente produzido e validado enquanto tal. Para facilitarmos o manuseio do conteúdo aqui presente, separamos os textos por três seções, a saber: 1) historiografia; 2) teoria e; 3) metodologia. A ordem estabelecida das seções se deu em conformidade ao título da obra “Escrita, teoria e metodologia da História”, enquanto os textos foram dispostos pela ordem alfabética de seus autores.

A primeira seção, composta por dois textos, inicia-se pelo artigo “O percurso dos estudos antropológicos sobre a teoria da magia”, Carlos Eduardo da Costa Campos. Neste, o pesquisador apresenta a trajetória dos posicionamentos e propostas antropológicas para se pensar os estudos da magia, e como esta impactou as pesquisas históricas sobre o tema. Nesse caso, Campos fala da teoria da magia, cujos avanços estiveram diretamente associados aos pressupostos e aos objetivos de seus principais autores em propor um conjunto de teorias e metodologias para se pensar as práticas mágicas, as quais serviam para legitimar ações políticas na contemporaneidade. Para além de todo o conhecimento evidenciado das escolas e tendências acadêmicas sobre os estudos da magia, o mérito da análise de Campos reside no ato de pensar as práticas mágicas, explicitando os anseios contemporâneos com as diversas esferas da vida social, as quais culminam no modo como o sobrenatural é mobilizado para se responder e solucionar problemas diversos – o que manifesta o compromisso da teoria da História com a existência.

Em seguida, temos “Interpretar o neoliberalismo: epistemologia e historiografia”, no qual Hernán Ramírez discute o itinerário e o desenvolvimento do neoliberalismo e como a historiografia interessada passou a promover os seus conhecimentos, a partir deste referencial temático. Em seus

apontamentos, o autor reitera a relação direta da produção historiográfica com a realidade política, social e cultural em que esta é produzida, evidenciando a contemporaneidade do conhecimento histórico, além de lançar alternativas à perspectiva “tradicionalista” como o tema, por vezes, é tratado na historiografia.

A seção de teoria detém quatro artigos em sua totalidade, iniciando pelo texto de Alanna Teixeira, Débora Faccin e Temístocles Cezar, intitulado “História e literatura entre fardos e aporias: Questões teórico-metodológicas e estudos de caso”. Aqui os autores discorrem sobre a relação estabelecida entre História e Literatura, a partir do XIX, visto que os historiadores buscavam meios para sagrarem o seu conhecimento como fato e, portanto, verdade, enquanto tratava o literário como ficção. Para isso, cada um dos autores analisou um caso em particular, a saber, o do brasileiro Gonçalves Dias, o francês Charles Péguy e as escritas no período da pandemia, as quais pairavam entre o ficcional e o “factual”. Portanto, o debate acerca dos limites entre a história e a literatura, partindo do Oitocentos e culminando no Brasil do período pandêmico nos leva a (re)pensar o fazer historiográfico.

Dando prosseguimento, Carlos Henrique Armani, no texto “História intelectual: as compulsões da experiência e da linguagem e a presença do passado” discute questões relativas à linguagem e como esta cria percepções de realidade que, com o giro linguístico, foram (re)habilitadas para pensar a experiência histórica. Ao tratar da materialidade do passado por meio da linguagem, Armani se propõe a exemplificar as suas proposições a partir de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, a qual permite ao leitor identificar o rastro e a prova de um mundo passado. Partindo de seu estudo de caso, o autor compreende tal abordagem como um método que favorece a análise de obras alinhadas com a História Intelectual e que dialogam com a fenomenologia da paisagem.

Já Durval Muniz Albuquerque Júnior inicia a sua abordagem tratando a língua, ou melhor, a alíngua de Lacan,

como o nosso primeiro contato com o mundo, sendo emitida pelo balbucio e a lalação da criança e no seu contato com a voz materna. Em seguida, o autor trata a perda da linguagem materna como um ato de violência que nos aparta da noção/percepção de mundo que desenvolvemos assim que fomos paridos. Nesse sentido, Albuquerque Júnior aponta a violência linguística sofrida pelos habitantes da América com a vinda europeia para o continente como uma perda de si. Com isso, as suas considerações evidenciam a importância de pensarmos, problematizarmos e combatermos os epistemicídios que afasta a maior parte da população afro-brasileira e indígena, quiçá afro-latino-americana, ainda sofre com o seu afastamento da linguagem e dos valores da ancestralidade, os quais são reproduzidos no fazer acadêmico em muitos lugares à nossa volta. No entanto, ao citar o pajubá, o autor demonstra que os povos subalternizados se utilizaram da língua, antes um instrumento de silenciamento e desnaturalização, para criar uma reação à supremacia colonial.

Por sua vez, Edson Silva de Lima, no texto “História e ficção: Um convite a dotar a vida de formas complexas de sentir”, discute a relação entre História e Literatura, estabelecendo os limites da ficção no fazer historiográfico – se é que existe um limite evidente. Ao citar Luiz Costa Lima, o autor destaca que a Literatura e a História se prejudicam pelo fazer de suas práticas, e não por uma distinção entre verdade e fantasia. Ao trazer os apontamentos de Hayden White, Lima enfatiza a ideia de um “paradigma ocidental” de produzir a História, fazendo referência a Peter Burke, para demonstrar que esse “distanciamento” entre a historiografia e a literatura está associado aos pressupostos de cientificidade oriundo dos oitocentos, o qual rejeitou a capacidade criativa de o conhecimento histórico inventar, como uma forma de ficção. O texto nos leva a questionar, tal como aqueles de seus referenciais teóricos, sobre o *modus operandi* hegemônico com o qual aprendemos sobre o fazer historiográfico.

A seção de Metodologia, também composta por quatro artigos, inicia-se com o texto “Prosopografia: uma introdução

ao método”, de Ana Paula Korndörfer e Marcelo Vianna. Nele os autores apresentam de forma didática e devidamente exemplificada como o método prosopográfico pode ser aplicado na pesquisa histórica. Para tanto, os autores fazem uma breve exposição da trajetória da prosopografia enquanto prática de pesquisa e levantamento de dados, ou mesmo como um mecanismo laudatório destinado, sobretudo, às elites – ainda que este cenário tenha se modificado no decorrer do tempo. O estudo de caso se deu com a criação de um banco de dados para uma pesquisa para se entender a consolidação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e dos seus membros, a partir do Estado Novo. Tal introdução reitera a importância do método na pesquisa historiográfica, mas, também, explícita como um(a) pesquisador(a) deve proceder para se enveredar na prosopografia em suas investigações na História.

A seu tempo, Ernesto Pereira Bastos e Máira Ines Vendrame fazem um percurso pela micro-história italiana, no texto “Micro-história italiana: método, usos e percurso”, demonstrando como esta vertente historiográfica se fez presente no Brasil, a partir da década de 1980. Os autores esclarecem que a micro-história, enquanto um método, não está interessada em definir o tamanho do objeto ou da temática de pesquisa, mas, com a maneira como a investigação deve proceder, isto é, por meio de um olhar no microscópio. Do mesmo modo, neste percurso esclarecedor, Bastos e Vendrame reiteram que a micro-história italiana não está interessada somente nos desvalidos e silenciados da História, posto que forneceram novas maneiras de se observar as elites.

Por conseguinte, Luis Filipe Bantim de Assumpção, no artigo “Um caminho em prol da pesquisa historiográfica: uma proposta de metodológica para a partir da Análise do Discurso” apresenta uma proposta metodológica, a partir do diálogo interdisciplinar da História com a Análise do Discurso. Com isso, ao superar a superficialidade do texto, relacionando-o ao seu contexto de produção, temos condições de perceber as possíveis intencionalidades do autor de um texto, em conformidade às demandas e aos interesses de seus

interlocutores ou de sua comunidade discursiva. Sendo assim, Assumpção se utiliza de um trecho do *Agésilau*, escrito pelo ateniense Xenofonte, para demonstrar a viabilidade de sua grade de análise, cujo conteúdo pode ser adaptado para outras pesquisas historiográficas.

Já no texto “A história em *podcasts*: aspectos teórico-metodológicos a partir de duas experiências acadêmicas em divulgação científica”, Mauro Dillmann e Wilian Junior Bonete apontam as potencialidades históricas no uso de *podcasts* como ferramenta para a produção do conhecimento historiográfico. Em suas considerações, os autores demarcam como os *podcasts* podem fomentar a consciência histórica e difundir temas da área para um público mais amplo, ou seja, sem estar restrito ao corpo de profissionais especializados ou estudantes do ensino superior, por exemplo. Nesse sentido, o *podcast* favorece a iniciativa docente e o envolvimento discente na produção de conhecimentos, os quais se utilizarão da tecnologia digital para promover saberes dotados de crivo teórico-metodológico e temático, mesmo em um período onde as *fake news* e as falácias da história têm se propagada de maneira recorrente pela *web*. Por fim, os autores fizeram um relato de suas experiências com os *podcasts* e os resultados obtidos nessa empreitada didático-pedagógica e tecnológica.

Feitas as devidas apresentações, espero que as/os nossas/os interlocutoras/es possam se beneficiar dos trabalhos presentes nesse livro e tenham meios de empregá-los em seus estudos, pesquisas e artigos acadêmicos. Recordando Marc Bloch, a natureza do conhecimento que produzimos não valoriza o “conhecer tudo”, e sim a compreensão daquilo que desenvolvemos na pesquisa histórica, o que legitima o valor e a importância de reflexões acerca da escrita, da teoria e da metodologia da História.

Com votos de uma ótima leitura.

Parte I
Historiografia

O percurso dos estudos antropológicos sobre a teoria da magia¹

Carlos Eduardo da Costa Campos

A magia tem sido um tema fascinante e objeto de estudo na antropologia, oferecendo *insights* profundos sobre as complexidades da sociedade humana. Ao longo das décadas, diversos antropólogos têm se dedicado à compreensão da magia em diferentes contextos culturais e históricos. Suas investigações têm revelado a estreita relação entre magia, crenças, práticas rituais e as estruturas sociais que moldam a vida das comunidades. Logo, este texto objetiva explorar o percurso da teoria da magia através da antropologia, destacando a contribuição de alguns dos principais pensadores nesse campo.

Ao longo deste estudo, examinaremos as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas adotadas por esses autores, assim como as suas contribuições para o entendimento da magia como um sistema de significados, práticas rituais e representações simbólicas. Além disso, vamos explorar as transformações ocorridas na teoria antropológica, que romperam com abordagens simplistas e dicotômicas, levando-nos a compreender a magia como uma forma complexa de ação social, intimamente ligada à performance, à linguagem e à agência dos indivíduos em suas comunidades.

Os historiadores Gilvan Ventura da Silva (2003, p. 161) e Semíramis Corsi Silva (2014) enfatizam a importância de diversos estudiosos no campo da antropologia para uma compreensão abrangente do desenvolvimento da Teoria da Magia. De acordo com os autores, a magia como tema de pesquisa emergiu no século XIX, por meio dos estudos antropológicos de Edward Tylor, James Frazer e Robert Codrington. No início do século XX, surgiram novas

¹ Texto revisado e ampliado a partir da obra *As tabellae defixionum da região do Lácio (I AEC-II EC): tradução, análise textual e hábito epigráfico* (Campos, 2022).

perspectivas sobre as práticas mágicas com a contribuição de Henri Hubert, Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl, Émile Durkheim, Bronislaw Malinowski, Lévi-Strauss e Evans-Pritchard.

Em adição aos antropólogos mencionados anteriormente, devemos acrescentar aos debates os estudos de R. Radcliffe-Brown, Roy Wagner, J. Favret-Saada, Michael Taussig e Alfred Gell. Gilvan Silva (2003, p. 49) ressalta que E. Tylor, em sua obra *Primitive Culture* (publicada em 1871), foi um dos pioneiros nos estudos científicos da magia. Nessa obra, Tylor (2016) traçou o desenvolvimento de um estado “selvagem ao civilizado” e retratou o homem “primitivo” como um dos primeiros filósofos, aplicando sua razão para explicar eventos no mundo humano e natural que estavam além de seu controle e conhecimento. No entanto, sua falta de conhecimento científico levou a explicações que hoje consideramos equivocadas. Tylor (2016) identificou o “animismo” como a crença primordial nos seres espirituais, tangenciando assim os estudos sobre magia.

No entanto, Henri Hubert e Marcel Mauss, em *Esquisse d'une théorie générale de la magie* (publicada entre 1902-1903), criticaram a perspectiva de Tylor, que reduzia a magia à prática do animismo (Hubert; Mauss, 2003, p. 49). E. Durkheim, em *Les Formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie* (publicada em 1902), também endossou essa crítica a Tylor, considerando as suas análises sobre os sistemas religiosos e práticas mágicas simplistas (Durkheim, 1989, p. 103-104).

No entanto, apesar do pioneirismo de Tylor, foi James Frazer quem aprofundou e desenvolveu os estudos teóricos sobre a magia de forma significativa, em sua monumental obra *The Golden Bough* (publicada em 1890). Essa obra é considerada um marco no campo da religião comparada e foi publicada em dois volumes, com os subtítulos *A Study in Comparative Religion* e *A Study in Magic and Religion* (1911-1915). Posteriormente, um suplemento foi editado em 1936.

Nessas obras, encontramos uma extensa pesquisa sobre as crenças espirituais e práticas culturais em várias sociedades, estabelecendo um postulado de progressão entre magia, religião e ciência. Isso pode ser visualizado no organograma apresentado na **imagem 1**². No final do século XIX e início do século XX, Frazer merece reconhecimento por suas descrições de ritos e cerimônias, reflexões sobre mitos e a cosmologia antiga. A sua obra continua sendo um clássico nos estudos sobre magia.



Imagem 1 – Organograma da progressão social de James Frazer
(Campos, 2022, p.28)

É válido mencionar que Frazer adota a visão de Hegel ao considerar a magia como uma manifestação “primitiva” da religiosidade, que deveria ser superada pela religião. O antropólogo estabelece uma separação entre a ciência e o sistema religioso (Frazer, 1983). Segundo Frazer, a ciência é

² Neste organograma, a partir das concepções de Frazer, a seta aponta da magia para a religião, indicando a progressão do pensamento e concepções humanas. Em seguida, outra seta aponta da religião para a ciência, sugerindo uma evolução conceitual e cultural ao longo do tempo. Essa representação visual enfatiza a ideia de Frazer de uma sequência histórica e teórica, indicando uma transição gradual de uma área para a seguinte, à medida que as sociedades avançam em sua compreensão do mundo e desenvolvem novas formas de explicar os fenômenos naturais e humanos.

caracterizada como um conhecimento que pode ser testado por meio da experimentação, enquanto a religião é parte do conhecimento dogmático, cuja verdade é aceita sem verificação, baseando-se no sistema de crenças e na fé dos indivíduos. Por fim, a magia é considerada um conjunto de crenças em mitos e superstições. Frazer aponta que o terceiro estágio evolutivo da humanidade é a ciência, devido à sua eficácia na experimentação de seus objetos, superando, assim, a religião e a magia (Frazer, 1983, p. 14-62; 63-78).

Frazer (1983, p. 14), em sua obra *The Golden Bough*, apresenta dois princípios ou leis gerais da magia: a imitativa e a contagiosa. Na magia imitativa, também conhecida como homeopática, a prática mágica é fundamentada na ideia de similaridade. O agente da magia busca realizar atos semelhantes ao objeto de seu desejo, como desenhar a pessoa amada para conquistá-la. Nesse tipo de magia, a crença é que o semelhante afeta o semelhante. Por outro lado, a magia contagiosa é baseada na concepção de que o agente da magia deve utilizar objetos que possuam uma conexão ou ligação com o alvo da magia, seguindo o princípio do contato. Nessa prática mágica, podemos observar a manipulação de roupas ou partes do corpo da pessoa que se deseja afetar, como cabelos, pelos, unhas etc. Ambos os princípios da magia, o imitativo e o contagioso, são compreendidos sob o nome de Magia Simpática, uma vez que assumem que as coisas podem agir, mesmo à distância, por meio de uma afinidade (Frazer, 1983, p. 15)³. Apresentamos esses princípios através do organograma da **imagem 2**, logo abaixo:

³ Semíramis Corsi Silva faz uma importante contribuição para os estudos da magia ao enfatizar os desdobramentos dos princípios mágicos estabelecidos por Frazer, no cenário científico atual. Segundo Silva, os pesquisadores compreendem que há uma terceira lei mágica a qual se baseia na complementariedade de elementos que faltam em dado momento: “Assim, jogar água no solo, por exemplo, atrairia a chuva, fazendo desaparecer a seca” (Silva, 2014, p. 114).

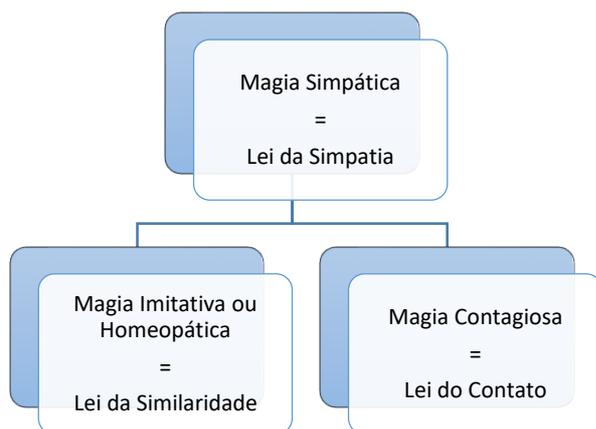


Imagem 2 – Organograma dos princípios mágicos de James Frazer (Campos, 2022, p.29)

Apesar de a teoria de Frazer sobre a sequência evolutiva do pensamento mágico, religioso e científico não ser mais amplamente aceita, o seu trabalho continua sendo uma base de reflexão para pesquisadores contemporâneos. Além disso, o seu impacto se estende além da História e da Antropologia, influenciando também áreas como a literatura e a arte modernista (Watson, 2019, p. 01). A Lei Simpática, discutida por Frazer, ainda é relevante em muitas pesquisas atuais, como pode ser observado em estudos científicos contemporâneos (Pires, 2010, p. 97-123; Silva, 2014, p. 144-171).

Outro pesquisador importante a ser mencionado é Robert Codrington. Ele foi um sacerdote anglicano e o primeiro antropólogo a realizar estudos sistemáticos sobre a sociedade e cultura melanésia. Seus escritos etnográficos são considerados clássicos na área de Antropologia. Entre 1871 e 1877, Codrington liderou a Escola Missionária Melanésia proposta pela Inglaterra, onde coletou um vasto conjunto de dados sobre parentesco, casamento, propriedade, sociedades secretas, folclore, rituais, magia e, principalmente, religião. Em sua obra *The Melanesians: Studies in Their Anthropology and Folklore* (publicada em 1891), Codrington discute detalhadamente os conceitos de maná, magia e fenômenos relacionados à estrutura

social. No entanto, o seu foco principal está na área da religião, com uma abordagem progressista. Codrington foi o primeiro a reconhecer e analisar os elementos que compõem o conceito de maná, que é o poder invisível que explicava aspectos da vida além do cotidiano nas sociedades melanésias. Esse conceito foi utilizado para compreender como os melanésios e outras sociedades explicavam aspectos da vida relacionados a doenças, magia, sonhos, profecias, adivinhações e maldições, que, de outra forma, poderiam ser incompreensíveis e, portanto, incontrolláveis e assustadores para esses grupos sociais (Codrington, 1957, p. 117-127; 191-217).

Em relação a Matteo Benussi em *Magic* (2019), observamos que estudiosos como Tylor, Frazer e Codrington relutavam em equiparar a religião – uma esfera respeitável de contemplação e adoração – à “magia primitiva”. Essa resistência é fundamentada nas concepções de S. J. Tambiah em *Magic, Science, Religion, and the Scope of Rationality* (1990), onde o autor identifica uma mentalidade do século XIX impregnada de sensibilidades protestantes e do prestígio da herança das sociedades clássicas nas análises científicas. Dessa forma, as ideias evolucionistas de magia como algo distinto e inferior à religião foram provavelmente alimentadas pela profunda aversão do protestantismo às práticas ocultas e às caracterizações bíblicas da magia como diabólica, conforme aponta Benussi.

Nossas leituras também abrangeram os escritos de Marcel Mauss em *Esquisse d'une théorie générale de la magie* (publicada entre 1902-1903), com contribuições do antropólogo Henry Hubert. Hubert e Mauss destacam a necessidade de adotar uma abordagem científica ao estudar a magia, buscando revisar a literatura antropológica e rejeitar perspectivas religiosas ou infundadas (Hubert; Mauss, 2003, p. 49). Apesar de reconhecerem a importância de uma teoria da magia nos estudos antropológicos, Hubert e Mauss tecem inúmeras críticas à maneira como ela foi desenvolvida, especialmente em relação a Tylor.

Hubert e Mauss também criticam a perspectiva de Frazer, que entende a magia como um estágio anterior ao pensamento científico (Hubert; Mauss, 2003, p. 50). Para os autores, as ações mágicas não podem ser reduzidas aos princípios da simpatia. Eles argumentam que os seus predecessores tentaram homogeneizar as práticas mágicas de forma arbitrária. Segundo Hubert e Mauss, a magia é um conhecimento complexo, composto por vários elementos: os agentes (chamados de magos), as representações mágicas e os atos mediados pelos ritos mágicos, entre outros (Hubert; Mauss, 2003, p. 62-125). Portanto, padronizar essa manifestação cultural é inviável para pesquisas científicas, uma vez que a magia possui especificidades temporais e espaciais. Os autores retomam o tema do maná, discutido por Codrington, mas interpretam-no como a crença em objetos ou seres abstratos por parte de uma sociedade (Hubert; Mauss, 2003, p. 126-173). Assim, o maná é entendido como uma categoria social que atribui valor a uma pessoa ou objeto, como um mago ou um objeto mágico (Silva, 2014, p. 159). Para Hubert e Mauss, a magia forma um sistema simbólico que é validado em sua eficácia pela sociedade.

Émile Durkheim, em sua obra *Les Formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie* (publicada em 1902), também foi um importante antropólogo que analisamos. Durkheim argumenta que não há uma demarcação clara entre religião e magia. Para ele, a religião e a magia estão relacionadas, e ele critica a tentativa de Frazer de explicar o totemismo apenas como um sistema mágico, destacando que isso só pode ser compreendido em função de outra religião (Durkheim, 1989, p. 237). Segundo Durkheim, a magia também é composta por um sistema de crenças e rituais, porém esses são rudimentares e visam fins técnicos e/ou utilitários, não envolvendo a complexidade abstrata da religião (Durkheim, 1989, p. 74). Para Durkheim, a diferença fundamental entre essas duas categorias culturais está na compreensão da religião como um elemento social, enquanto a magia é vista como uma técnica para alcançar fins práticos no âmbito individual e

imediatos. No campo dos interditos mágicos, Durkheim utiliza o conceito de propriedade, argumentando que o mago possui conhecimento sobre a organização do espaço humano e cósmico (Durkheim, 1989, p. 365).

Lucien Lévy-Bruhl, em *La mentalité primitive* (publicada em 1922), foi outro importante estudioso da magia no campo da antropologia. Ele era um sociólogo e antropólogo francês que fazia parte da mesma escola de Durkheim e Mauss. Lévy-Bruhl foi um forte oponente da escola britânica de antropologia representada por Tylor e Frazer (Levy-Bruhl, 2015, p. 67; 354). No estudo da magia, Lévy-Bruhl contribuiu com análises sobre o místico. Ele argumenta que o místico representa a crença ou o sentimento social de que existem forças, influências e ações imperceptíveis aos sentidos, mas ainda assim reais. Para Lévy-Bruhl, há uma conexão nas sociedades antigas entre as forças do invisível e os eventos do visível, e a magia atua nessa esfera social (Levy-Bruhl, 2015, p. 36-65).

Destaca-se também a proposta do estudo das emoções no contexto da esfera mágica. Para Lévy-Bruhl, o desejo do solicitante das forças místicas é essencial no ato mágico. Assim, a magia, em muitos casos, expressa emoções de posse, amor, ira, revolta, frustração, entre outras. Os atos mágicos visam aplacar essas necessidades não atendidas na esfera cotidiana do solicitante (Levy-Bruhl, 2015, p. 309-330). Lévy-Bruhl (1966, p. 327) fez várias contribuições para a compreensão da magia contagiosa. A partir desse antropólogo, a vertente contagiosa passou a ser sistematizada através da noção de personalidade. Ele argumentava que a magia contagiosa deve ser associada à participação dos agentes mágicos, pois via uma relação entre a pessoa que se deseja encantar e suas coisas.

Derek Collins (2009) sugere que a prática mágica envolve o uso de posses pessoais, como roupas ou objetos, ou partes do corpo do alvo da magia. Essas posses ou partes do corpo são distribuídas em um local mágico, criando uma representação fracionada da vítima. No contexto mágico, essas partes dispersas são consideradas como um todo, e acredita-se

que afetar essas partes também afetará a pessoa como um todo. Assim, mesmo estando fisicamente distante da pessoa que se deseja atingir, a utilização das posses ou partes do corpo na ação mágica cria uma espécie de expansão da pessoa, possibilitando influenciar ou prejudicar a vítima. Essa crença na conexão entre as partes dispersas e o todo da pessoa é um elemento central na magia contagiosa, que se baseia na ideia de que objetos ou partes do corpo carregam uma ligação simbólica com a pessoa representada por esses elementos. Tal pensamento se encontra expresso no organograma da **imagem 3**, a seguir:



Imagem 3 – Organograma da magia contagiosa de Lévy-Bruhl (Campos, 2022, p.34)

A perspectiva de Lévy-Bruhl impactou a compreensão atual de magia contagiosa que vemos na área de Antiguidade, como em Derek Collins (2009).

Bronislaw Malinowski foi de fato um escritor polêmico, cujo trabalho em *Magic, Science and Religion and Other Essays* (publicado em 1925) apresentou uma perspectiva única sobre a magia. Malinowski discordava do conceito de maná, que envolvia a crença e atribuição de poder a objetos e seres. Em sua visão, a magia estava centrada na capacidade do ser humano em realizar corretamente uma sequência de rituais mágicos. A teoria da magia de Malinowski foi criticada por diversos estudiosos renomados, incluindo Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss. No entanto, ela continuou sendo amplamente apoiada pelos antropólogos estadunidenses.

Malinowski argumentava que as sociedades antigas desenvolviam técnicas para lidar com as suas necessidades cotidianas, mas nem sempre sistematizavam o seu conhecimento empírico. Segundo ele, os seres humanos recorriam à magia nos momentos de angústia, quando se sentiam incapazes de garantir o sucesso de suas tarefas e buscavam suprir as suas necessidades a qualquer custo. Para Malinowski, a função da magia era remediar essa ansiedade humana. Sua teoria recebeu apoio de diferentes grupos de pesquisadores, incluindo sociólogos e antropólogos que a utilizaram em uma perspectiva social, bem como psicólogos que consideravam a sua abordagem relevante para os debates em seu campo.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss também contribuiu significativamente para o debate sobre a magia. Em seu texto *Le Sorcier et sa magie* (publicado em 1949), ele explora a eficácia da magia, destacando a importância da crença na validade das ações mágicas. Essa relação se estabelece entre o solicitante, o mago e a esfera social. Lévi-Strauss fundamenta a sua argumentação em casos de mortes atribuídas à magia, como o exemplo de um feiticeiro aborígine australiano que aponta um osso para uma vítima. A vítima acredita que o feiticeiro lançou um feitiço mortal e, ao se convencer da realidade da magia, acaba morrendo. O autor também apresenta casos em que uma das partes inicialmente não acredita em magia, mas acaba se convencendo de sua existência. Por exemplo, ele descreve o caso de um menino Zuni acusado de ser feiticeiro por sua suposta vítima. Inicialmente, o menino nega a acusação, mas sob pressão, acaba admitindo a imputação de feitiçaria e se vangloria de seus poderes.

Assim, Lévi-Strauss propõe uma teoria antropológica em que a sociedade atribui poder ao ato mágico, um tema amplamente debatido até os dias atuais. É importante mencionar que Lévi-Strauss foi um crítico contundente da teoria da magia de Malinowski, considerando as suas afirmações carentes de bases empíricas para comprovação, como expresso em seu texto *Anthropologie Structurale* (1958).

A. R. Radcliffe-Brown criticou as teorias da magia propostas por Frazer, Durkheim e Malinowski, argumentando que não havia uma distinção clara entre religião e magia. Em sua obra *Structure and Function in Primitive Society* (publicada em 1952), Radcliffe-Brown destacou a visão de Durkheim de que os ritos religiosos são obrigatórios para a sociedade, enquanto os ritos mágicos são opcionais. Segundo ele, quando um indivíduo falha em cumprir os ritos religiosos, ele é considerado culpado de transgressão, enquanto aquele que negligencia os ritos mágicos é simplesmente ignorado (Radcliffe-Brown, 1965, p. 136-7). Radcliffe-Brown também criticou a forma como James Frazer fazia a distinção entre religião e magia, considerando-a pejorativa. Frazer retratava a religião como um acordo social legítimo, enquanto a magia era vista como algo errôneo e casual, desprovido de reflexão. Para Radcliffe-Brown, essa distinção não era adequada (Radcliffe-Brown, 1965, p. 136-7). Além disso, Radcliffe-Brown questionou a abordagem de Malinowski, que afirmava que algo só é considerado mágico se todos conferirem esse valor a ele. Radcliffe-Brown argumentou que em diversas situações e contextos sociais isso não ocorre, mostrando as limitações da perspectiva de Malinowski (Radcliffe-Brown, 1965, p. 136-7). Embora Radcliffe-Brown tenha buscado outros caminhos em sua teoria religiosa, a sua abordagem ainda mantinha a visão de Durkheim de que a religião é uma parte estrutural da sociedade (Radcliffe-Brown, 1965, p. 169).

E. E. Evans-Pritchard, em suas obras *Witchcraft, Magic, and Oracles Among the Azande* (publicada em 1937) e *Theories of Primitive Religion* (publicada em 1965), contribuiu significativamente para os estudos sobre religião e magia. Ele enfatizou que a magia deve ser analisada como um conjunto que envolve ação mágica, agentes e fenômenos como os oráculos, formando um complexo aparato ritual. O objetivo da magia, segundo Evans-Pritchard (1937), não é transformar a natureza, mas sim combater as forças místicas e eventos que afetam a vida diária dos solicitantes.

Em sua obra de 1937, Evans-Pritchard reconheceu que magia e religião são frequentemente polarizadas na discussão teórica, mas ele identificou qualidades comuns entre elas, como observado na cultura Zande. Ele argumentou que tanto a religião quanto a magia pertencem ao domínio do ambiente doméstico dessa sociedade. Para Evans-Pritchard, bruxaria, oráculos e crenças mágicas formam um sistema de pensamento que se expressa no comportamento social. É por essa razão que seu livro é dividido em quatro partes que abordam, respectivamente, bruxaria, feiticeiros, oráculos e magia (Evans-Pritchard, 1937). Essas obras de Evans-Pritchard destacam a importância de compreender a magia não apenas em termos de sua relação com a ciência, mas também como uma rede de vínculos e conflitos sociais que permeiam as práticas e crenças das sociedades estudadas.

Evans-Pritchard, ao estudar um grupo étnico no Sudão, propõe que o controle sobre o destino humano não é fundamentalmente atribuído a seres supremos ou agências super-humanas, nem ao funcionamento das leis naturais, mas sim a poderes exercidos por outros seres humanos. Esses poderes, considerados capazes de causar danos à saúde e a outros aspectos da vida cotidiana, dão origem às noções de bruxaria e feitiçaria, ou seja, “magia ruim”. No entanto, quando esses poderes são vistos como capazes de prevenir ou neutralizar as ações maléficas da bruxaria ou feitiçaria, surge a noção de “boa magia”. A ideia central é que as ações maléficas devem ser identificadas para que possam ser neutralizadas por meio do uso da boa magia. É por isso que os oráculos e as práticas de adivinhação pelos feiticeiros desempenham um papel fundamental nesse sistema. Assim, o sistema é tripartite, envolvendo a ação maléfica, a consulta aos oráculos e as práticas de adivinhação, formando um sistema de ideias interligadas (Evans-Pritchard, 1976).

Essa abordagem de Evans-Pritchard ressalta a importância das crenças e práticas mágicas na sociedade estudada, onde a noção de magia está intrinsecamente ligada ao poder exercido pelos seres humanos e à capacidade de prevenir

ou neutralizar ações maléficas. Sua pesquisa destaca a complexidade desse sistema de ideias, enfatizando a interconexão entre ação mágica, consulta aos oráculos e adivinhação, e sua influência na vida cotidiana e na compreensão do destino humano.

Emerson Giumbelli, no artigo *Os Azandes e nós* (2006, p. 261-297), destaca que Evans-Pritchard, apesar de buscar se afastar do estruturalismo, ainda apresenta elementos funcionalistas em seus escritos sobre os azandes. Especialmente nos trechos que abordam a bruxaria, nota-se uma preocupação com o papel social que a magia desempenha no comportamento social dos azandes. Giumbelli ressalta a perspectiva funcionalista presente na obra de Evans-Pritchard, que examina como as crenças e práticas de bruxaria estão integradas no tecido social da sociedade azande. O foco está em compreender as funções e efeitos da bruxaria dentro de sua estrutura social, em vez de analisar apenas os seus significados culturais ou simbólicos. Essa abordagem funcionalista reconhece o papel da magia na manutenção da ordem social, na resolução de conflitos e na regulação do comportamento entre os azandes. Ao reconhecer os aspectos funcionais da magia na sociedade azande, a análise de Evans-Pritchard alinha-se com teorias funcionalistas mais amplas que enfatizam a utilidade social e o propósito das práticas culturais. A observação de Giumbelli destaca a influência duradoura do funcionalismo no estudo da magia, mesmo quando os estudiosos exploram perspectivas teóricas alternativas.

Roy Wagner, um renomado antropólogo, dedicou-se ao estudo da linguagem na performance mágica. Inspirado nas ideias de C. Lévi-Strauss, ele desenvolveu o livro *Habu: The Innovation of Meaning in Dan'bi Religion* (publicado em 1972). Nessa obra, Wagner apresenta uma compreensão da magia como um sistema complexo e discursivo, no qual são criadas e expressas metáforas para dar forma aos desejos. Nos rituais mágicos, ocorre uma relação performática entre o discurso, as invocações e as manipulações realizadas. Wagner também observa que, em seu tempo, os estudos sobre rituais acabaram

por ofuscar a teoria da magia. Sua obra reflete o contexto do chamado “giro linguístico” que se intensificou nas ciências humanas a partir dos anos 1970, levando-o a repensar a teoria da magia sob a perspectiva discursiva. Essa abordagem também é perceptível em outros estudiosos, como S. Tambiah, que exploraram a relação entre linguagem e práticas mágicas.

O antropólogo S. J. Tambiah também fez contribuições significativas para o campo da magia. Analisaremos seu texto *Form and Meaning of Magical Acts* (publicado em 1973), no qual ele argumenta que tanto a magia quanto a ciência apresentam variedades de usos e ações dentro de um contexto social, e, portanto, não devem ser avaliadas com base em padrões ou regras uniformes. Segundo Tambiah, os atos mágicos, que geralmente envolvem expressões verbais e manipulação de objetos, são atos “performativos” nos quais uma propriedade é transferida imperativamente para um objeto ou pessoa que é seu destinatário (Tambiah, 1973, p. 451).

Esses atos mágicos são considerados rituais e, por sua vez, os rituais são atos performativos, cujo significado criativo e validade persuasiva não podem ser adequadamente avaliados por meio de verificação empírica associada às atividades científicas. A magia e os rituais não podem ser tratados como ciência aplicada no sentido estrito, mas devem ser respeitados em suas especificidades. Tambiah (1973, p. 452) destaca que o erro de seus predecessores foi abordar as performances rituais de outras culturas através de suas próprias realidades e categorias, resultando em uma compreensão inadequada da base semântica dos atos mágicos.

Segundo Tambiah (1973, p. 452), Evans-Pritchard falha em suas análises ao focar exclusivamente nos efeitos resultantes das operações rituais. Ele simplifica os atos rituais a uma relação de causa e efeito, o que é criticado por Tambiah. O autor busca, em seu artigo, esclarecer que a teoria da magia não pode ser reduzida a uma única forma de análise, uma vez que existem inúmeros contextos e significados para seu uso, tanto na Antiguidade quanto no mundo contemporâneo. Derek Collins (2009, p. 42) argumenta que Tambiah contribuiu para

formular a teoria da magia persuasiva, que analisa a “dimensão performática da magia”. Nesse sentido, Tambiah aprofundou os estudos de seus predecessores, como Malinowski e Evans-Pritchard. A forma e a função dos atos mágicos são centrais em sua análise e tiveram impacto nas gerações posteriores de pesquisadores, especialmente no campo dos estudos da Antiguidade, como Amina Kropp, que é nossa base teórica. A forma dos atos e dos objetos mágicos possui significado na magia (Collins, 2009, p. 43). O ritual mágico é persuasivo, pois utiliza ações, gestos e elementos discursivos que fazem parte do código cultural de cada sociedade e são reconhecidos por seus membros. Segundo o autor,

[...] é possível argumentar que todo ritual, em qualquer idioma, é dirigido aos participantes humanos e utiliza uma técnica que busca reestruturar e integrar as mentes e as emoções dos atores. A técnica combina conduta verbal e não verbal e explora suas propriedades especiais. A linguagem é um produto artificial, e sua força está no fato de que sua forma não deve nada à realidade exterior; assim, ela usufruiu do poder de invocar imagens e comparações, referir-se ao tempo passado e futuro, relatar acontecimentos que não podem ser representados em ação. A ação não verbal, por sua vez, distingue-se onde as palavras não têm a mesma facilidade – ela pode codificar analogicamente pela imitação de acontecimentos reais, reproduzir atos técnicos e expressar diversas implicações simultaneamente. As palavras distinguem-se pela expansão expressiva; as ações físicas, pela apresentação realista (Tambiah, 1985, p. 53).

Tambiah ressalta que a ação ritual possui um aspecto linguístico, criando um sistema de signos e significados. Através de metáforas e expressões, a magia comunica e realiza os desejos do praticante. Dessa forma, os discursos mágicos se equiparam às ações realizadas no mundo físico (Collins, 2005, p. 45).

J. Favret-Saada contribuiu de maneira significativa com seu livro *Les Mots, la mort, les sorts: La sorcellerie dans le Bocage* (publicado em 1977). Nessa obra, ela investigou o sistema de feitiçaria em um ambiente rural específico, localizado em Bocage, na França. O processo de enfeitiçar e as acusações de feitiçaria são temas centrais abordados por ela, sendo de grande importância para a compreensão da magia. Favret-Saada argumenta que os discursos mágicos são utilizados em determinados contextos, lidando com infortúnios e auxiliando no alívio das dores da perda, além de abordarem problemas de natureza biológica (Favret-Saada, 1977, p. 159). No entanto, algumas críticas foram levantadas em relação à autora, sugerindo que ela mistura questões pessoais com o exercício do estudo etnológico, como apontado pela antropóloga Nicole Belmont (1978, p. 234-235).

Michael Taussig, em sua obra *Mimesis and Alterity: a particular history of the senses* (publicado em 1993), apresenta críticas significativas à concepção de magia homeopática/imitativa de J. Frazer. Segundo Taussig, Frazer estabeleceu uma linha de pensamento na qual a magia imitativa é vista como uma cópia do alvo da magia. No entanto, Taussig questiona essa ideia, argumentando que a cópia não é uma reprodução fiel do original, mas sim uma representação simbólica (Taussig, 1993, p. 47-48). O autor baseia suas reflexões em bonecos e representações mágicas com as quais teve contato, analisando desenhos presentes em papiros mágicos e defixiones, por exemplo. Taussig critica a noção de uma semelhança completa entre o alvo e a imagem, destacando que a cópia é apenas uma representação simbólica do original, influenciada pelas limitações técnicas e recursos materiais escassos disponíveis para os rituais (Taussig, 1993, p. 51).

Alfred Gell, antropólogo, em sua obra *Art and Agency* (publicada em 1998), traz contribuições significativas para o campo da magia imitativa de natureza imagética, complementando as reflexões de Taussig. Gell explora a relação entre representações imagéticas e objetos, estabelecendo uma conexão entre o receptor e o emissor discursivo. Segundo ele, o simples ato de produzir uma representação confere poder sobre a entidade que está sendo representada, mesmo que esse poder seja apenas imaginário (Gell, 1998, p. 102). Ao capturar uma parte da entidade representada, a imagem ou o simulacro se tornam “amarrados” a esse objeto. Dessa forma, no contexto do ato mágico, tanto o mago quanto o solicitante atribuem poder mágico ao artefato que representa o alvo da magia.

Gell utiliza o termo “feitiçaria” para descrever a prática de causar danos a vítimas à distância, manipulando representações delas. A ação de representar a vítima “amarrada” está diretamente ligada à intenção do feitiçeiro de causar dano ou neutralizar a vítima (Gell, 1998, p. 96). O autor também observa que parte da sociedade ocidental, ao contemplar objetos mágicos e estátuas religiosas em museus ou monumentos, reclassificou-os, perdendo o contexto cultural original. Essa descontextualização modificou a percepção desses objetos. Através das reflexões de Gell, compreendemos que a construção de um objeto desempenha um papel importante no contexto do ato mágico, não necessariamente por ser uma cópia exata da entidade original, mas pelo conjunto de rituais mágicos que envolvem os interesses do solicitante e do mago.

Em conclusão, o estudo da teoria da magia desempenhou um papel significativo nas ciências sociais ao longo dos séculos XX e XXI, impactando diversas áreas do conhecimento, como os Estudos Clássicos, a História, a Literatura, entre outras. Os autores mencionados continuam sendo relevantes na atualidade, presentes em manuais, coletâneas e artigos do século XXI, o que comprova sua importância e influência duradoura.

A partir da década de 70, houve um esforço em romper com as dicotomias teóricas estabelecidas entre “magia/ciência” e “magia/religião”, reconhecendo a pluralidade das realidades culturais ao longo do tempo e do espaço, o que impossibilita uma padronização simplista. Os debates na teoria antropológica proporcionaram uma nova perspectiva sobre os artefatos e os atos mágicos, rompendo com abordagens simplistas e levando-nos a compreender a agência social em termos de estrutura, performance, linguagem e agentes sociais, como defendido por Collins (2009, p. 47).

Assim, a compreensão da magia como um fenômeno complexo e multifacetado, permeado por sistemas simbólicos, performances rituais e representações imagéticas, contribuiu para um enriquecimento das abordagens teóricas e uma maior apreciação da diversidade cultural nas sociedades humanas. A magia não pode ser reduzida a uma única perspectiva ou explicação, mas deve ser entendida dentro de seus contextos específicos, levando em consideração as crenças, práticas e significados atribuídos pelos grupos sociais em que ela ocorre.

Referências bibliográficas

BELMONT, N. J. Favret-Saada, Les Mots, la mort, les sorts. La sorcellerie dans le Bocage. **L'Homme**, tome 18 n°3-4, De l'idéologie, p. 234-235, 1978.

BENUSSI, M. Magic. In: STEIN, F; LAZAR, S; CANDEA, M; DIEMBERGER, H; ROBBINS, J; SANCHEZ, A; STASCH, A. **The Cambridge Encyclopedia of Anthropology**, 2019. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/magic> Acessado em: 17/03/2024.

CAMPOS, C. E. da C. **As *tabellae defixionum* da região do Lácio (I AEC-II EC)**: tradução, análise textual e hábito epigráfico [recurso eletrônico]. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022.

CAMPOS, C. E. da C. **As *tabellae defixionum* da região do Lácio (I AEC – II EC)**: tradução e análise textual. Tese (Doutorado em Letras Clássicas), Programa de Pós-Graduação

- em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CODRINGTON, R. H. Religious Beliefs and Practices in Melanesia. **Journal of the Anthropological Institute**, X p. 261-316, 1880-81.
- CODRINGTON, R. H. **The Melanesians: Studies in Their Anthropology and Folklore**. New Haven: Human Relations Area Files Press, 1957.
- COLLINS, D. **Magia no mundo grego antigo**. São Paulo: Madras, 2009.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Theories of Primitive Religion**. Oxford-UK: Oxford University Press, 1977.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Brujería, magia y oráculos entre los azande**. Trad.: A. Desmots. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- FAVRET-SAADA, J. **Les Mots, la mort, les sorts**. La sorcellerie dans le Bocage. Paris: Gallimard, NRF, 1977.
- FRAZER, J. **The Golden Bough**. A Study in Magic and Religion. London: Macmillan Press, 1983.
- GELL, A. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- GIUMBELLI, E. Os Azande e nós. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 26, jul./dez, p. 261-297, 2006.
- KROPP, A. **Magische Sprachverwendung in vulgärlateinischen Fluchtafeln (defixiones)**. ScriptOralia; 135. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 193-213.
- LÉVY-BRUHL, L. **How Natives Think**. Trans.: L. A. Clare. New York: Washington Square Pres, 1966.

- LÉVY-BRUHL, L. **A Mentalidade Primitiva**. Tradução: E. L. Souza Campos. Niterói-RJ: Teodoro Editor, 2015.
- MALINOWSKI, B. **Magia, ciência y religión**. Trad.: A. Perez Ramos. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.
- HUBERT, H.; MAUSS, M. Esboço de uma teoria geral da magia. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 47-181.
- NADEL, S. F. Malinowski on Magic and Religion. In: FIRTH, R. (Ed.). **Man and Culture - An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski**. Londres: Routledge Kegan Paul, 1957, p. 189-208.
- PIRES, P. S. O conceito de magia nos autores clássicos. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.1, p. 97-123, jan.-jun. 2010.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure and Function in Primitive Society**. New York: The Free Press, 1965.
- SILVA, G. V. da. **Reis, Santos e Feiticeiros: Constância II e os fundamentos místicos da Basílica**. (337 - 361). Vitória: EDUFES, 2003.
- SILVA, G. V. Prefácio. Notas para o estudo da Magia. In: SILVA, S. C. **Magia e Poder no Império Romano. A Apologia** de Apuleio. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012a, p. 15-22.
- SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- SILVA, S. C. Universo Mágico em Roma: Representações e Práticas de Feitiçaria. In: **Ensaio de História**, Franca, v.9, n1/2, p.75-95, 2004.
- SILVA, S. C. **Relações de poder em um processo de magia no século II d.C.** Uma análise do discurso *Apologia* de Apuleio. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca – SP, 2006.
- SILVA, S. C. A imagem da mulher feiticeira como expressão da diferença de gênero em Roma: os poemas de Horácio e Ovídio. **Klepsidra: Revista virtual de história**, vol 27, n 1, 2007.

- SILVA, S. C. O Principado Romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes. **Crítica & Debates**, v. 1, n. 1, p. 1-17, jul./dez. 2010.
- SILVA, S. C. O poeta romano Horácio e a sátira latina. **Revista das Faculdades Integradas Claretianas**, n. 4, p. 49-63, jan-dez. 2011.
- SILVA, S. C. **Magia e Poder no Império Romano**. A Apologia de Apuleio. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012b.
- SILVA, S. C. A contribuição da Antropologia para a História da Magia no Principado Romano: um estudo a partir da documentação textual. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XIV, Vol. 21, p. 144-171, 2014.
- TAMBIAH, S. The Magical Power of Words. **Man**, London, v. 3, n. 2, p.175-208, jun. 1968.
- TAMBIAH, S. Form and Meaning of Magical Acts. In: HORTON, R.; FINNEGAN, R. (Eds.) **Modes of Thought**. Londres: Faber and Faber, 1973.
- TAMBIAH, S. **Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1985.
- TAMBIAH, S. **Magic, Science, Religion and the Scope of Rationality**. Cambridge University Press, 2006.
- TAUSSIG, M. **Mimesis and Alterity: A particular History of the Senses**. New York; London: Routledge, 1993.
- TYLOR, E. B. **Primitive Culture – Vol. 2**. New York: Dover Publications, 2016.
- WAGNER, R. **Habu: The Innovation of Meaning in Dan'bi Religion**. Chicago; London: University of Chicago Press, 1972.

Interpretar o neoliberalismo: Epistemologia e historiografia¹

Hernán Ramírez

Em 1980, Rene Dreifuss defendia na Universidade de Glasgow a sua tese sobre a participação dos empresários brasileiros no Golpe de Estado de 1964 (Dreifuss, 1980), publicada um ano mais tarde no formato de livro (Dreifuss, 1981). Com ela se plasmava talvez a obra mais importante para entender não apenas esse evento local, mas o neoliberalismo como um todo, apesar de que em momento algum o nomeia. Pela época, ele constituía mais um espectro fantasmagórico de algo que se pudesse asir de forma concreta, mas, ali ele estava, escondido, pelas temáticas levantadas e pela farta documentação apresentada, as que nos permitem constatar a teoria na empiria, algo muito difícil de conseguir num objeto deste tipo, que geralmente tem muitos ou a totalidade dos seus rastros apagados. No final das contas e de modo geral, esse tipo de ação é encoberto, escondido num manto de opacidade.

De forma pioneira, Dreifuss foi feliz ao desnudar e traçar o longo caminho que leva ao golpe de Estado de 1964, não apenas como um evento conjuntural, mas por meio de uma ampla articulação social que vai preparando o terreno num prazo mais longo, em particular no ambiente ideológico, no qual distintas noções neoliberais já despontam no horizonte para embasar e legitimar a ação desses grupos, que compreendem um variado espectro de agentes, tanto internos quanto externos, assim como cimentaram muitas das políticas implementadas durante o período ditatorial, particularmente nos seus inícios. Vemos desta forma praticamente todos os elementos que nos permitem entender como o neoliberalismo se enraizou localmente, numa ação que pouco a pouco se

¹ Texto escrito no marco de projetos financiados pelo CNPq.

observou muito mais sistemática e que daria os seus primeiros frutos durante os governos autoritários.

O trabalho foi inovador em diversos sentidos, ainda que um tanto fora do padrão atual de obras desse tipo. Em nenhum dos seus dois formatos possui uma introdução, mesmo se tratando de um produto inicialmente acadêmico, entrando diretamente no assunto tratado. Impossível saber o motivo dessa omissão ao momento de explicitar as suas premissas epistêmicas, mas se tomamos os agradecimentos do livro, mais extensos do que os vertidos na tese, e a bibliografia arrolada, talvez possamos entender melhor seu perambular teórico-metodológico e assim iniciar o nosso percurso deste capítulo.

Dreifuss agradece a Ralph Miliband por sua formação no mestrado que fizera na Universidade de Leeds e parece que não foi por mera formalidade. Mais adiante, na bibliografia, faz menção a todos os artigos da polêmica que esse travara com Nicos Poulantzas por causa de sua obra *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste* (Poulantzas, 1968) na *New Left Review* (Miliband, 1970 e 1973; Poulantzas 1969 e 1979), assim como Ernesto Laclau, que participara lateralmente nesse debate, em especial para remarcar a especificidade do político, com um artigo publicado na revista *Economy and Society* (Laclau, 1975).

Resulta pitoresco que, mesmo Miliband não sendo inglês, nem Poulantzas francês de origem, fizeram girar a polêmica na crítica deste último ao empirismo, que os britânicos cultuavam, e Miliband respondera firmando a sua primazia por sobre o teorismo, ao qual os franceses eram adeptos. De fato, a obra de Dreifuss, em ambas as versões, faz jus ao empirismo anglo-saxão, com um rigoroso e hercúleo corpus documental, exposto nas fartas notas de rodapé e nos vultosos anexos.

Desta forma, Dreifuss escolhia uma vertente marxista particular, na qual as evidências indicavam o caminho que a teoria devia seguir, sem os engessamentos que esta, às vezes, provocava e ainda provoca. Assim, aborda um leque temático

importante, para o qual lança mão de explicações que muitas vezes não coadunam com os seus cânones mais clássicos, mas que podem ser incorporadas de forma crítica, compondo parte do seu conjunto explicativo.

Algo que também pode ter herdado do seu mentor no mestrado, lembremos que Miliband dava crédito às análises de Charles Wright Mills no seu arcabouço eminentemente marxista, importante para entender o pluralismo das elites (Mills, 1987), e Dreifuss usa outros politólogos e sociólogos não marxistas quando precisa esclarecer alguns pontos teóricos obscuros. Radica ali outra importante característica das muitas que tem a sua análise, isto é, a de ser fruto de um diálogo com outros paradigmas, usando correntes que muitas vezes são vistas como opostas. Afasta-se do purismo teórico exigido por Poulantzas, hibridizando a sua análise, procedimento que seria cada vez mais habitual em distintos âmbitos acadêmicos.

Oscar Oszlak (2011) via como era perfeitamente possível articular análises macros com micros, estudos teóricos com os de caso, e quantitativos com qualitativos, constituindo essas distinções falsos dilemas que engessavam os estudos científicos. Muito mais longe, numa assertiva arrojada, Albert O. Hirschman e Theotonio dos Santos (1970) ponderavam que a busca por paradigmas puros era um empecilho à compreensão, os que estariam determinados mais por questões externas do que internas ao campo científico, as que muitas vezes reproduziam diversos tipos de vieses de confirmação. Desta forma, não resulta estranho o pensamento de Martyn Hammersley (1995), para quem hoje os paradigmas puros já não existem, o que leva os pesquisadores a se posicionar de modo individual em algum lugar num continuum no qual eles agem como polos. De toda forma, sempre vale a advertência de Marilyn Strathern (2006) que nos alertava para a prática da interdisciplinaridade de modo ingênuo. Neste caso, podemos produzir hibridizações paradigmáticas estéreis ou monstruosas.

Fugindo disso, no estudo do neoliberalismo, é possível compreender como muitas vezes as análises podem coincidir e até se complementar, sem que por isso pertençam a um tronco comum. Motivo pelo qual a impugnação entre paradigmas teóricos muitas vezes não apenas pode resultar descabida, mas até danosa. Pois, olhares diferentes são capazes de levantar questões que outros não enxerguem. Certamente que o marxismo possui os seus méritos à hora da análise que faz do neoliberalismo, mas isso não quita o fato de que outras correntes também o abordem com aportes significativos, dos quais todos tem a aprender.

Vejamos como isso se casa com o nosso estudo presente. Talvez tenha sido uma casualidade, mas ao tempo que a tese de Dreifuss era desenvolvida, Michel Foucault proferia o seu hoje celebrado curso do nascimento da biopolítica, desenvolvido entre 1978 e 1979, mas publicado muito tempo depois (Foucault, 2004). Decisivo por entender a gênese do neoliberalismo como de mais longo prazo do que partindo da fundação da Sociedade Mont Pèlerin, à vez que antevia os seus dispositivos de subjetivação, marcando assim quiçá a sua contribuição mais original.

De todo modo, embora pioneiras e revolucionárias, a obra de Dreifuss não teve a acolhida merecida, talvez por sua forte impronta marxista, que destoava num momento no qual a história cultural erguia o seu domínio hegemônico, mandando ao ostracismo não apenas o determinismo econômico, mas toda explicação que se lhe parecesse. Menos ainda teve repercussão significativa fora do espaço brasileiro, nem sequer latino-americano, mas, como veremos, muitas das suas hipóteses pioneiras hoje estão comprovadas ou continuam sendo campo fértil para estudos que trilhem por elas.

Por sua vez, Michel Foucault exerceu mais influência mediante outras contribuições do que por seu estudo acerca do neoliberalismo, visto nas antípodas do marxismo, voltando-se a essas abordagens após a publicação do curso sobre o nascimento da biopolítica em 2004, em particular para

seus mecanismos de subjetivação. Revival que teve na tradução da obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) o seu impulso definitivo no Brasil e, a partir daqui, para outros espaços latino-americanos.

Em contrapartida, outros estudos tiveram maior predicamento, em particular alguns que foram muito assertivos em delimitar um objeto mais simples que fosse capaz de aglutinar a resistência às políticas que o neoliberalismo apregoava. Em tal sentido, os textos Perry Anderson (1995) e David Harvey (2005) seriam determinantes durante esta etapa, os que salientam a constituição da Sociedade Mont Pèlerin como o seu ponto de partida, já depurado das teorias alemãs, menos coesas, do tronco cristalizado naquele momento. Visão que casava muito bem com a ideia de pensamento único, que Ignacio Ramonet cunhara em 1995 em resposta ao slogan de Margaret Thatcher “There is no alternative” (ITINA) e, se bem, o conceito de Arthur Schopenhauer (2001) se lhe aplica, por estar centrado em si mesmo, a proposição se alçava contra a sua imposição como resposta única política, o que se condensaria mais adiante na tese do “Consenso de Washington” levantada em 1989 por John Williamson (1990), embora mais mítico do que real (Plehwe, 2011) e, pior ainda, na declaração do fim da História de Francis Fukuyama (1989), na qual o neoliberalismo seria instalado como um novo regime de historicidade (Hartog, 2013) eterno.

Nesse momento inicial das pesquisas, ainda era raro que historiadores se aventurassem no seu estudo. Profissionais do tempo, pela época, o presente não era muito bem quisto como parte do seu território, abocando-se a temas mais distantes, que não os contaminassem com a sua subjetividade. O neoliberalismo era um objeto viscoso, carregado de paixões e uma História em Trânsito, como definida por Dominick LaCapra (2006). De fato, ele ainda transita entre nós.

Constituído como a ideologia hegemônica do Ocidente, a partir dos anos oitenta, e com claro viés

econômico, foi natural que os primeiros a se debruçar nos seus estudos tenham sido os economistas e aqueles intelectuais que estudam temas sociais do presente, como sociólogos e politólogos, pesquisadores que usaram os seus prismas disciplinares mais analíticos e não um olhar de longo prazo como é do metiê historiográfico. Na final das contas, as urgências estavam à ordem do dia, o combate era real e não distante, atraindo a conjuntura para si. Ademais, possuir um alvo mais concreto e melhor definido como adversário era politicamente melhor.

Por isso, na esteira de tais polêmicas, não iremos dividir a nossa exposição em questões epistemológicas e historiográficas, pois as consideramos umbilicalmente unidas, teoria e *práxis* são elementos dialéticos que se realizam mutuamente, fazendo jus ao método marxista, que apenas tinha dado volta à lógica hegeliana. E, esclarecemos, que quando falamos de historiografia nos referimos àquela produzida por todo tipo de intelectual e não apenas por um profissional em específico. De fato, quando Foucault (2004) se questionava sobre a genealogia do neoliberalismo, estava plantando a semente de um longo projeto historiográfico, mesmo não sendo historiador.

A partir do qual uma série de pesquisadores, devedores de Foucault ou desde outras vertentes, passaram a rastrear as pegadas do neoliberalismo além dos limites estabelecidos por Anderson (1995) e Harvey (2005), que postulavam um entendimento mais restritivo dessa genealogia. Inclusive, a demarcação temporal nem era consensual dentro do próprio círculo neoliberal. Friedrich Hayek reconheceu que tinha se inspirado na Foundation for Economic Education, criada por Leonard Read em 1946, para constituir a Sociedade Mont Pèlerin um ano depois. Assim, a podemos ver como a mais importante cristalização do neoliberalismo antes do que seu ponto de partida, ainda que sem desconhecer que talvez tenha sido nodo fundamental da sua extensa rede.

Tais diferenças na interpretação partem do fato de o neoliberalismo nunca se assumir como um corpus teórico coeso, embora nos anos vinte do século passado fosse usado para indicar que existia nele alguma novidade a respeito do liberalismo clássico, ao qual pretendiam superar. Depois, o termo tem sido empregado mais pelos seus críticos do que por aqueles que se enfileiram atrás de alguma das suas escolas em específico, que preferem se auto firmar na base desses grupos mais restritos de pertencimento, para marcar as suas diferenças internas.

Assim, mesmo tendo a Escola Austríaca uma origem inclusive mais longínqua, tornou-se quase consensual estabelecer a década dos anos vinte como o lapso temporal no qual o neoliberalismo emerge, em especial para dar resposta à crise do liberalismo, que já não respondia como desejado ao avanço do comunismo e aos problemas que o próprio capitalismo atravessava por aquela época, que teve em 1929 a sua crise mais amarga, a que entronizaria soluções estatistas e que os seus partidários condenavam, pois a consideravam uma antessala para intervenções mais fortes.

De todo modo, essa foi uma tarefa árdua, pois durante muito tempo os neoliberais estiveram à defensiva, tendo Hayek perdido fragorosamente o debate com John Maynard Keynes (Wapshott, 2016), situação que ilustra muito bem acerca do *zeitgeist* que imperava, nada auspicioso para ideias de tal tipo, que representavam um pensamento minoritário, muitas vezes tomado com zorna, como nos relata Roberto Campos referindo-se aos professores que o cultivavam como a máfia austríaca (Campos, 2006).

Desvantagem que os grupos neoliberais buscaram driblar na base de uma mais forte organização, a que se estenderia extra campo, como nos mostra a convocação ao Colóquio Walter Lippmann, celebrado em 1938 e que resulta emblemático, pois constituía de fato a sua primeira cristalização, a que nos proporciona duas vias de análises. Uma delas sobre as figuras que foram convidadas ao evento e, outra, seu principal resultado, a criação do Comité

international d'étude pour le renouveau du libéralisme (CIERL), que não chegou a ver a luz, pois a eclosão da Segunda Guerra em 1939 atrapalhou seus planos.

Ainda sem o sucesso almejado, ele nos mostra que existiu um longo caminho prévio até a fundação da Sociedade Mont Pèlerin, a que dista muito de ser seu grande *insight*, pois o germe estava apenas adormecido, semeado décadas antes. Por isso, a coletânea organizada por Philip Mirowski e Dieter Plehwe (2009) não poderia levar título melhor, *The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*, na qual os colaboradores esmiuçam esse caminho, que incluiu variantes alemãs e francesas, muitas vezes negligenciadas na hora de historiar o neoliberalismo partindo apenas do pós-Guerra.

Como segundo elemento a depreender do Colóquio Walter Lippmann se encontra a ideia de criar um centro para renovar o liberalismo, uma sorte de tanque de ideias que levasse adiante tal tarefa de forma mais sistemática. Não resulta então outra casualidade que a emergência desse tipo específico de núcleos dedicados à produção ou difusão eidética surgisse por época concomitante, motivo pelo qual o seu estudo se confunde com o do neoliberalismo, muitas vezes de forma solapada. Razão pela qual vamos a nos remeter a essas discussões mais amplas para ilustrar como confluem em diversos pontos.

Deste vasto universo destacamos os trabalhos de James McGann, Anna Viden e Jillian Rafferty (2014); Diane Stone; Andrew Denham e Mark Garnett (1998); e Thomas Medvetz (2006 e 2010) que propuseram a definição de um conceito e até tipologias, algumas delas na base de uma certa cronologia, para estudar esses objetos. A grande vantagem deste tipo de estudos está em centrar a sua análise nas estruturas internas, debruçando-se nos processos que acontecem endogenamente. Seja nos objetivos que perseguem, as formas como recrutam e qualificam os seus quadros, como nos meios que usam. De todo modo, algumas vezes tais pesquisas pecam de uma certa ingenuidade

epistemológica, pois as relações com o seu entorno podem estar subvaloradas. Muitos, inclusive, suspeitam que a sua pretensa neutralidade não seja mais do que uma forma de legitimação (Habermas, 1985).

É certo que nas modernas democracias ocidentais parecera existir uma certa autonomia do político, que Louis Althusser (1965) qualifica como em última instância e que Karl Marx a ilustra no seu *Dezeto Brumário* (1852), mas, se analisamos detidamente, muitos vasos comunicantes entre essas superestruturas e as infraestruturas ficam expostos sem muito esforço, seja com órgãos estatais, partidários seja com os de classe, algo no qual até o próprio Hayek concorda, para quem as outras liberdades se supeditam à econômica. Por isso, o trabalho de Dreifuss (1980 e 1981) é preciso ao identificar o golpe de 1964 como de classe, pintando com todas as cores o leque dessa ampla aliança encabeçada pelo empresariado local e internacional.

Assim são justas as críticas a este tipo de análise, que exemplificaremos usando apenas um caso emblemático, mas que pode ser extrapolado para pensar outras conexões. Ao analisar o National Endowment for Democracy (NED) e, mais especificamente, um dos seus órgãos subordinados, o Center for International Private Enterprise (CIPE), Ary Minella (2009) coloca a discussão em justo termo. Esse órgão do Estado americano substituiu em grande parte a canalização dos aportes que a Central de Inteligência Americana (CIA) realizava durante a maior parte da Guerra Fria, os que agora se orientam para um expressivo número de tanques de ideias. O malabarismo usado para definir o NED chega ao ponto de ser constrangedor, apelando para uma categoria que chamam de organização não governamental quase autônoma (QUANGO). Situação semelhante à do CIPE, um órgão subordinado, que se define como ONG, mas recebe fundos do NED e pertence à American Chambers of Commerce, ou seja, um órgão de classe vinculado ao Estado americano.

Se usamos esse caso como amostra, vamos observar que por diversos mecanismos o neoliberalismo conseguiu

montar uma imensa teia em torno de suas ideias e objetivos políticos, a que pouco a pouco foi desvendada e mapeada, razão pela qual insistir no caráter autônomo dos tanques de ideias tem pouca utilidade. Analisando esse fenômeno, Javier Balsa (2007) fala na constituição de constelações e coalizões, metáfora astronômica que emprega para ilustrar a maneira como tais órgãos se relacionavam. Em tal sentido, Karin Fischer e Dieter Plehwe (2013) têm realizado um importante esforço para graficar essa estrutura, que folga dizer extensa e complexa, na qual esse universo possui subsistemas que às vezes se superpõem.

O fato de se tornar uma coalizão discursiva se deve à centralidade que a argumentação vai ganhando na política contemporânea como forma de persuasão (Majone, 1989), alcançando as de cunho econômico cada vez mais relevância, como nos ilustram John Markoff e Verônica Montecinos (1994) para América Latina, assim como Mariana Heredia (2015) a respeito do caso argentino, breve listado só para efeitos demonstrativos. De todo modo, esses grupos extrapolam o estritamente eidético, pois o neoliberalismo é em essência um projeto político e, como demonstrado por Dreifuss (1980) assim como por muitos outros trabalhos posteriores, de caráter inicialmente contrarrevolucionário (Cockett, 1995).

Essa necessidade política motiva dois comportamentos complementares por parte dos círculos neoliberais, por um lado, os leva a realizar alianças com distintos segmentos sociais e, por outro, a buscar distintas formas de legitimação, muitas vezes fora do âmbito econômico, particularmente em tempos nos quais tal tipo de discurso ainda era frágil para esse propósito, para o qual precisam ainda mais esse tipo de relacionamentos.

Isto nos leva a uma das mais importantes constatações que emerge das pesquisas sobre a rede neoliberal, a de nunca operar isolada, estando sempre em relação a outros atores com os quais estabelece algum tipo de simbiose, que pode ser estrutural, de longo prazo, ou conjuntural, de acordo às

demandas determinadas pelas circunstâncias. Recentemente, Johannes Großman (2014) denominou tal imbricação de internacional conservadora. Proposição que não seria precisamente uma novidade. A obra seminal de Dreifuss (1980 e 1981) é quase que um fiel retrato de uma delas e tempos depois publicou outro livro dedicado ao estudo do que chamou internacional capitalista (Dreifuss, 1987), ou seja, no qual salienta esse caráter transnacional, embora com eixo no econômico, mas que se enquadrava no campo da direita e do conservadorismo, em forte oposição à esquerda e ao progressismo.

Em comum desses textos temos a ideia de que o neoliberalismo articula elementos de diversas procedências, alguns mais antigos do que ele, embora se apresentando como uma novidade, caráter global do seu processo constitutivo e de expansão que impõe o viés transnacional como abordagem epistemológica, sem desconhecer que os marcos nacionais também são valiosos para entender nuances específicas dos casos. Afinal, a conformação de estruturas diferentes outorgava matizes também diversos, para o qual este projeto político soube se adequar racionalmente, articulado como uma macro-ideologia que podia adaptar-se a diferentes terrenos segundo às circunstâncias. Categoria que adotamos de Michael Freeden (2015), embora a descarte a respeito do neoliberalismo.

Proposição geral que pode ser constatada em praticamente todos os casos locais. Num estudo concreto, mas emblemático, Bethany Moreton (2021) estudou a forma como o neoliberalismo penetra na Espanha através da Escola de Navarra, fundada pela Opus Dei, em 1952. Deste modo, acrescenta uma evidência da relação que o neoliberalismo teve com grupos conservadores e de direita, com ênfase para aquela que se deu com a Igreja católica, decisiva para se firmar na Península e que nos ajuda a entender o percurso do seu enraizamento em outras latitudes do mundo, em particular da América Latina, onde as tradições católicas são muito fortes e suas estruturas foram importantes para a sua disseminação.

A entrada da Escola de Chicago no Chile se deu via Pontifícia Universidade Católica do Chile, à par que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) teve na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o seu celeiro de quadros mais importantes, e que tocaram a maioria dos seus projetos (Ramírez, 2019). Igualmente, se menciona até com zorna a devoção de Alberto Benegas Lynch, quem abriria as portas de Argentina para Hayek e a Escola Austríaca. E, na atualidade, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul celebra todos os anos o maior *meeting* neoliberal do Brasil.

Mestiçagem que também se observa no seu núcleo, para o qual a monumental biografia coletiva organizada por Robert Leeson (2018) dedicada ao demiurgo neoliberal por excelência nos oferece várias colaborações que salientam os diversos influxos que Hayek recebeu desde vertentes autoritárias e religiosas, particularmente as da sua terra de origem e alemães, corroborando a tese dessa imbricação, que não apenas é útil para entender o tramado eidético, mas também a sua *práxis*, pois será através dela que o neoliberalismo se converta em política pública.

Numa translação desde o biológico podemos observar que essas simbioses operaram iguais às da natureza, onde cada um dos elementos aporta qualidades importantes ao conjunto e se vale dela para suprir alguma necessidade que não pode satisfazer por ele próprio. De modo geral, o neoliberalismo brinda o sustento em teoria econômica, assim como apoio empresarial e internacional, à vez que se serve das habilidades dos outros agentes para ganhar o poder ou dar legitimação em outras esferas, pois essas forças possuem uma certa inabilidade para angariar votos, como bem comprovara Juan Linz (1978), ou ser ouvidas pelas parcelas menos favorecidas da sociedade.

Comportamento que foi preferencial com as forças de direita, mas que se observou também quando a centro-esquerda ocupou o poder mais recentemente, como acontecera com o Trabalhismo inglês de Tony Blair ou a

Concertación chilena, com Lagos e Bachelet, talvez o seu caso mais emblemático, que Manuel Antonio Garretón (2012) analisa mostrando como esses governos são aprisionados e devem transigir nos seus planos de introduzir reformas mais radicais, para se manter no poder, passando a se concentrar em aquelas que não alteram significativamente o status quo, mantendo as políticas econômicas de viés neoliberal nos seus traços gerais, ainda que com algum matiz próprio do dito progressismo em outras áreas. Fenômeno que aconteceu no Brasil, especialmente no último período presidencial de Dilma Rousseff, quando sucumbiu, em parte devido a sua política econômica, cujo gestor foi imposto pelo dito mercado, ou seja, os interesses econômicos mais concentrados.

De todo modo, essa troca não deve ser vista como neutra, pois os elementos implicados geralmente sofriam alguma mutação ou ela era determinante para que variantes específicas de neoliberalismo tivessem mais sucesso à hora de se enraizar ou obter apoios. Por exemplo, num tempo no qual as direitas tinham tintes nacionalistas e estatistas, posições muito ortodoxas não eram bem quistas, motivo pelo qual o viés ordoliberal lhes resultava mais palatável. Desta forma, Caroline Klein (2013) viu como Roberto Campos passou a abraçar o neoliberalismo desde uma posição inicialmente heterodoxa, o que nos levou a teorizar sobre essa transmutação eidética (Ramírez, 2017).

Por isso, partindo de tal constatação, usamos o conceito de Zona de Desenvolvimento Próxima ou Proximal de Lev Vygotsky (1987-1990) para propor uma interpretação desse salto eidético. Longe de representar um giro copernicano, sua transição foi por etapas, na qual o ordoliberalismo teria funcionado como uma espécie de zona próxima, ou proximal, que permitia uma migração menos conflitiva, seja tanto nos processos internos de reconversão, como com o entorno, que ainda não estava amadurecido para uma reconversão tão radical. Hipóteses que podemos estender a muitos outros casos, que hoje vislumbramos como partícipes de um processo semelhante. De fato, a Fundación

Mediterrânea que analisamos na nossa dissertação (Ramírez, 1998), posteriormente publicada como livro (Ramírez, 2000), teve seu nascimento numa ação que reclamava maior protecionismo para os empresários do interior argentino, mas seu apogeu se deu na época menemista, quando implementou um receituário neoliberal, ainda que com matizes um pouco excêntricos ao estabelecido pelas diretrizes do Consenso de Washington (Plehwe, 2011)

Tal capacidade levou José Francisco Puello Socarrás (2013) a destacar que uma das características mais relevantes do neoliberalismo radica na sua resiliência, propiciada pela agilidade em mudar de posições, o que lhe permite recompor-se com certa rapidez após significativos revezes. Vimos isto depois do fracasso de algumas das ditaduras, com países que abraçaram suas políticas econômicas, as que viraram anátema durante o processo de redemocratização, que trouxe uma reabilitação da heterodoxia. De todo modo, poucos anos depois, no final dos anos oitenta e nos noventa, empreendiam uma segunda onda, com muito maior potência. Recentemente, Brasil teve um pequeno surto neoliberal no anterior governo, de corte autoritário, à par que um anarco-capitalista se consagra presidente no Equador e outro liberava as intenções de voto na Argentina quando estas páginas eram escritas, propondo um dos candidatos a dolarização da sua economia, algo que realizado três décadas atrás, com desastrosas consequências.

Nesse sentido, William Callison e Zachary Manfredi (2020) marcam o caráter mutante do neoliberalismo, algo que Dieter Plehwe, Quinn Slobodian e Phillip Mirowski (2020) se encarregam de historizar na coletânea *Nine Lives of Neoliberalism* (2021). Propriedade que leva Josef Hien e Christian Joerges (2018) a hipotetizar que uma resposta pelo lado heterodoxo do próprio arcabouço neoliberal seria a saída mais plausível à atual crise da hegemonia neoliberal, voltando-se talvez a ideias alemãs, como o ordoliberalismo ou a Economia Social de Mercado, partidárias de uma maior

uso do Estado e do planejamento para trazer uma nova ordem, quando os mercados são imperfeitos.

Interpretação que também nos ajudaria a resolver uma incógnita apresentada pelo caso brasileiro. Das críticas que Maria Victoria de Mesquita Benevides (2003) realizara na sua resenha ao livro de Dreifuss, a de maior fôlego é sem dúvidas aquela que marca o paradoxo pelo qual um golpe de empresários que encampam ideias filo-neoliberais terminara por conformar uma administração autoritária que levou adiante uma política econômica vista como estatista, com grande ênfase no planejamento e na frente industrial.

Lamentavelmente, Dreifuss faleceu naquele ano, assim que seria difícil saber qual seria a sua resposta, mas, efetivamente, o apontamento de Benevides é um ponto cego crucial não apenas nessa obra, mas praticamente para todos os que se dedicam ao tema. Fato intrigante que não fica apenas restrito ao Brasil, mas em menor medida pode encontrar semelhantes mundo afora, o que tem que ser questionado e esquadrinhado com maior atenção.

O neoliberalismo na sua variante cristalizada nos anos oitenta e noventa está calcado no anti-estatismo, em especial aquele proferido de forma verbal, mas, vertentes anteriores que foram se desprendendo durante o seu processo constitutivo admitem diversos tipos de intervenção estatal. Para o ordoliberalismo, por exemplo, a função do Estado era a de garantir, como o seu próprio nome indica, uma ordem, *ordo* em latim, sobre a qual se pudessem erigir mercados livres quando esses são imperfeitos.

Tal solução foi pensada para resolver a constituição dos mercados numa realidade como a alemã onde eram frágeis, por isso, Caroline Klein (2020) tem sido feliz em propor a hipótese de que as ideias iniciais da ditadura estavam mais próximas das teorias alemãs do que o desenvolvimentismo clássico, com os que tinham profundas divergências, ao ponto de erigir como o seu principal inimigo a combater dentro das teorias econômicas (Wanderley, 2016), já que embasavam as políticas de governos de corte popular,

que as ditaduras também procuraram extirpar, o que as fontes deixam muito claro. Proposição que temos procurado formular numa hipótese mais ampla (Ramírez, 2021) e que também será objeto de uma futura publicação (Ramírez, no prelo a).

A confusão se origina nessa semelhança entre políticas adotadas pela ditadura e as propiciadas pelo desenvolvimentismo, motivo pelo qual foi denominada como nacional desenvolvimentismo autoritário (Pinho, 2016), o que parece inicialmente plausível, mas que seria importante questionar à luz de vários dos apontamentos que viemos realizando. Toda teoria econômica é, essencialmente, uma teoria do desenvolvimento, sem que por isso pertença à teoria desenvolvimentista, que se abocou para si o conceito, mas que não detêm seu monopólio. De fato, o tanque de ideias chileno Libertad y Desarrollo, leva tal nome sendo genuinamente neoliberal.

Desta forma, ao analisar as políticas públicas implementadas no período, podemos observar que a pretensão de planejar foi forte, o que buscava construir uma nova ordem, que não era apenas econômica, mas que se estendia para outras esferas, o que o preâmbulo do Ato Institucional n. I expressa com clareza meridiana, mas que, por algum motivo desconhecido, raramente é invocado. Nesse programa inicial da ditadura, também fica exposto seu projeto refundacional, cujo propósito era precisamente destruir o modelo anterior de desenvolvimento, não por nada o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi fechado três dias após o golpe de Estado, e erigir um próprio, cujas premissas vinham sendo lapidadas nos estudos levados a cabo no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), aquele que Dreifuss (1980 e 1981) tinha estudado, que se posicionavam claramente contra o desenvolvimentismo e já tinham alguns referentes neoliberais, em particular de vertente alemã.

Desse modo, o Programa da Ação Estratégica do Governo (PAEG), capitaneado por Roberto Campos, nos serve de modelo. Elaine Bortone (2013) estudou com detalhes

na sua dissertação como através das reformas administrativas se procurou reformatar o Estado, nas suas bases. Intento que depois prossegue com planos sucessivos, os que tem como epítome a promulgação de uma Constituição em 1967, que até o momento tem merecido poucos estudos, certamente por ter sido abandonada dois anos depois, em 1969, mas que deixa evidente as intencionalidades de cristalizar tudo num tramado jurídico superior, imperecível, mas que apenas o caso chileno conseguiu em 1980.

E se tomamos os involucrados na construção desses corpos legais, Francisco Campos e Jaime Guzman poderemos observar a sua forte raiz de direita, algo que Christian Joerges e Navraj Singh Ghaleigh (2003) salientam, o que nos ajuda a explicar a translação do modelo chileno como via de saída do comunismo nos países do leste europeu, que também se voltaram para soluções autoritárias (Rupperecht, 2016; Dale e Fabry, 2018).

Comportamento peculiar que pode ter estado marcado pelas necessidades adaptativas locais, em particular na hora de agradar o segmento militar, pouco propício a transigir nas suas concepções do Estado e do desenvolvimento. O que não teria sido tão incomum, pois, muitas vezes, essas simbioses faziam necessário um verdadeiro contorcionismo para ajustar posições que, em tese, encontravam-se nas antípodas, em particular pelo neoliberalismo se apresentar como versão remoçada do liberalismo clássico, que inclui o social e o político, bem como as suas noções cristalizadas na constituição da Sociedade Mont Pélerin tinham um evidente cariz anti-estatista, que o distanciavam de predicados da direita de corte mais clássico, em particular as de vertente autoritária, majoritariamente anti-liberais e propulsoras de uma ação estatal mais contundente.

Uma das contradições mais evidentes entre a teoria e a *práxis* neoliberal foi sem dúvidas a profunda relação com regimes autoritários, em particular pelo respaldo que o mesmíssimo Hakek dera a diversas ditaduras. Mesmo assim, encontrava justificação argumentativa, para o pensador

austríaco, a supressão democrática era admissível quando estas se convertiam em iliberais (Hayek 1960), conceito que cunha para se referir às democracias formais que colocavam em perigo o livre mercado. Assim, um Estado de Exceção pode servir para restaurar a liberdade de mercado que supostamente esteja ameaçada, modelo que as ditaduras do Cone Sul da América Latina adotaram para si, já que não se pensaram como regimes totalitários, mas soluções de fato para retornar a uma democracia sanada no médio prazo.

Isto leva Jaime Valim (2017) a afirmar que o Estado de Exceção é a forma jurídica do neoliberalismo, pois apelará a ele cada vez que se sinta em perigo com os seus interesses. Operação que geralmente deflagra contra governos de posições contrárias, os que na maioria das vezes estão longe de serem reais ameaças. Razão pela qual a parceria com teóricos jurídicos do autoritarismo se tornou estrutural e não pode ser considerada meramente episódica.

Algo similar se dá em termos econômicos com a parábola do helicóptero usada por Milton Friedman (1994) que nos mostra claramente como algumas das correntes constitutivas do neoliberalismo admitem como salutar o uso do Estado em determinadas circunstâncias, vistas como excepcionais, embora com a crítica áspera de Murray Rothbard (1971), quem o tachava de estatista, demarcando assim as suas diferentes nuances constitutivas. Solução adotada sem pudor cada vez que uma crise global acontece, aplacadas com rios de dinheiro emitido pelos bancos centrais, que supostamente agem de modo autônomo.

Fenômeno que Miles Kahler (1989) e Peter Evans (1992) apelidaram de Paradoxo Ortodoxo. Em apertada síntese, o discurso neoliberal se apresenta algumas vezes dissociado da sua *práxis*, predicando algo que subverte a sua implementação. De fato, o sistema monetário internacional hoje está sustentado numa monumental dívida com a qual os Estados transladam rendas dos menos aos mais favorecidos. Ela não funciona mais como algo excepcional, mas se torna a mola principal do sistema. Quadro ao que precisamente se

chegou mediante a aplicação de um receituário que, quase com sarcasmo, vinha a colocar ordem nas contas públicas.

Não obstante, mesmo com contradições evidentes, o neoliberalismo ainda se apresenta como métrica da virtude e solução para todo tipo de males, pois como macro-ideologia tem conseguido infeccionar esferas diversas no amplo espectro do social, ainda que o econômico continue sendo o seu núcleo duro, pois ali radica a sua pedra basal, a ideia de um *optimum* que se alcança na confluência dos indivíduos no livre mercado, que pouco a pouco foi transladado para o funcionamento da nossa vida toda.

Hayek ancorou sua epistemologia no trabalho *The Sensory Order: An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology*, de 1952, mas talvez ela não tenha sido tão influente como a obra de Karl Popper no mundo da ciência, que firmará um novo patamar nas formas de validação. Em *Lógica da Pesquisa Científica*, editada em alemão por volta de 1934, finca as raízes da sua teoria falsacionista, pela qual, a verdade seria apenas uma aproximação que estaria determinada pelo consenso que as respostas obtiverem dentro da própria comunidade, que consagraria assim sua vigência ou caducidade. Ao seu modo, reedita a lógica do mercado aplicada já não à economia, mas à ciência.

De todas as formas, não aprofunda numa questão central, ao não se perguntar como é estabelecido esse consenso. Certamente que os próprios cultores do neoliberalismo se baseiam no pressuposto da liberdade e que o encontro delas maximizaria o resultado, mas, isto não coaduna com muitos fatos. Assim como o mercado da economia, a ciência tampouco é um conto da confluência de homens livres. Hoje sabemos que os interesses extra-campo pesam, assim como em diversos momentos a disciplinarização, seja direta ou indireta, correu solta, mediante a qual se construíram determinados consensos.

No que tange à disciplinarização direta, podemos observar as perseguições concretas que os intelectuais de diversas áreas padeceram durante a Guerra Fria, tendo como

pontos álgidos os expurgos nos Estados Unidos quando do McCarthismo e, na América Latina, durante a vigência dos regimes ditatoriais, substituída pouco a pouco no direcionamento da pesquisa mediante a concessão de verbas com o objeto de isolar o marxismo e alavancar correntes críticas (Saunders, 2008), para ficar apenas naqueles mecanismos mais conhecidos, que na área econômica afetara a corrente cepalina (Wanderley, 2016).

Mas adiante, quando América Latina recuperou a sua democracia, o mercado também recorreu a inúmeras práticas disciplinadoras, que iam desde privilegiar o financiamento de grupos afins a diversos tipos de impugnação daqueles que contrariavam seus interesses diretos, condicionando assim as políticas públicas, numa estratégia que no seu ponto mais álgido tem sido batizada por Noami Klein como a doutrina do choque (Klein, 2007), inclusive alentadas desde os órgãos internacionais de fomento, previamente aparelhados por partidários do neoliberalismo (Corbalán, 2002).

Em síntese, governos díscolos sofreriam duras penalidades se não obedecessem às razões impostas pelo meio empresarial, impondo o mercado interlocutores do *mainstream*, pois os seus problemas são privilegiados (Hirschman, 1985) como detentores de capital, talvez a maior fonte de poder na era atual. De fato, podemos concordar com Marcos García de la Huerta (1995-1996) que com eles se procede a uma privatização das políticas públicas, pois passam a ser delineadas em centros financiados por interesses empresariais, que desta forma as condicionam *ab initio*, afastando-as do escrutínio do povo, que tem seus interesses preteridos. A independência dos bancos centrais, tidas hoje como sacrossanta, representa muito bem essa alienação do político na base de uma suposta superioridade técnica, que demonstramos não ser neutral.

De todo modo, temos que reconhecer que, mesmo recorrendo a diferentes formas de disciplinarização, o neoliberalismo tem pretensões hegemônicas, instaurar um regime de dominação na base do consenso ou, pelo menos,

do consentimento. Tarefa hercúlea, pois outra das suas características será a de provocar mudanças estruturais que geram, em princípio, diversos focos de descontentamento, os que também se expressam no front ideológico, arena onde as forças de contestação tinham grande iniciativa.

Karl Polanyi (1980) observava que o capitalismo se expandia pela ruptura que provocava, levando à rápida destruição de formas passadas, referindo-se a este processo como o moinho satânico. Lógica que provocava atritos importantes que o sistema ainda não conseguia resolver, pois eles alimentavam o conflito social, em proporções cada vez maiores, o que levaria inexoravelmente a um contexto revolucionário. Diante desse prognóstico adverso, premia a necessidade de que o capitalismo buscasse uma nova forma de legitimação, como ideologia ou visão do mundo que pudesse resolver tal dilema.

Dreifuss (1980 e 1981) nos mostra claramente essa preocupação nos empresários brasileiros, os que tateiam diversas formas para encontrar consenso nos setores subalternos, as que incluem um leque muito amplo de ações, as que iam da cooptação clássica à guerra cultural, nos legando uma série de documentários que elucidam sobre mecanismos importantes de tal processo. Por meio delas, pretendiam se contrapor com uma visão positiva do capitalismo, em oposição ao comunismo, fonte do progresso e baluarte das liberdades.

Na visão marxista clássica, a ideologia é vista como uma falsa consciência (Marx; Engels, 2007), dispositivo pelo qual a classe operária incorporaria a visão de mundo burguesa como própria. Desta forma, mesmo não pertencendo a um tronco comum, a proposta analítica de Foucault (2004) se parece. Será através das tecnologias do si que os setores subalternos incorporam a ordem capitalista como sua, convertida em senso comum, a forma natural de ver das coisas, contra o qual nada pode ser feito (Dardot; Laval, 2016).

Desta forma, distintas instituições passam a agir como aparelhos de construção de hegemonia. Para Antonio Gramsci (1926-1937), a dominação burguesa ideal já não se centra no controle físico, mas naquele que se exerce de modo indireto, inclusive de forma institucional, que dá a sensação de propugnar o bem geral, livre de contaminações vinculadas a interesses particulares. Será através destes mecanismos que a classe dominante se tornará hegemônica.

Foi casualmente ao analisar uma das instituições que dão suporte concreto a esse processo de subjetivação que alcançamos uma maior compreensão do neoliberalismo (Ramírez, no prelo b). Georg Wilhem Friedrich Hegel (1820) falava que a coruja de Minerva alçava voo ao cair o crepúsculo, quando os eventos já tinham se descortinado, é nesse momento que temos uma gramática do todo, como gostava de falar Ludwig Wittgenstein (1988), para quem o entendimento não estava tanto na precisão fática, mas na capacidade de ver as interrelações. É nesse momento que podemos enxergar além e problematizar situações que sem essa visão ficam no claro-escuro, ocasião que o entendimento passa por um prisma que dispersa um feixe sob os objetos, introduzindo maior complexidade, iluminando de outra forma cada um dos seus elementos, onde eles se encaixam.

Após um longo mergulho por diversas temáticas do neoliberalismo que nos levaram a ter uma visão ampla, que levantara inquietações teóricas de todo tipo, chegamos a uma organização peculiar, Junior Achievement, que se apresenta como uma ONG de alto impacto, encarregada de cultivar o empreendedorismo no público jovem, espalhada por centenas de países depois de uma trajetória secular, na que em momento algum se definem como neoliberais ou deixam claras as suas conexões sistêmicas com tais núcleos. Traçando uma genealogia da sua origem, a localizamos em 1918, ano exato no qual Dreifuss inicia o seu trabalho sobre a internacional capitalista. Ainda Antonio Gramsci nem tinha escrito seus *Quaderni del carcere* (Gramsci, 1926-1937), mas a classe dominante norte-americana já tinha percebido que a

luta ideológica era central para combater o alastramento das ideologias socialistas, iniciando assim um longo percurso no qual começa a dar a luta nesse terreno.

Inicialmente pensada para dar amparo aos agricultores que sofriam com a desestruturação que trazia o avanço capitalista no agro, e a parábola do moinho satânico de Polanyi não é à toa, idearam uma organização que lhes introduzisse antídotos para não sucumbir ao canto dos comunistas que povoavam ameaçadoramente as grandes *urbes*. Ao explorar um pouco mais sua estrutura, encontramos que ela era fruto claro de uma aliança política de classe, que combina também ação estatal e atores do mundo religioso.

Um pouco a frente na sua cronologia, vemos como na conjuntura aberta pela crise de 1929 a sua ação se amplifica, até porque agora se assumem com um forte viés anti-estatista, o que acerca a entidade ao arcabouço teórico do neoliberalismo. Casamento que recém acontece de forma efetiva em 1962, outro momento chave na história da Guerra Fria, quando a Foundation for Economic Education, capitaneada por Leonard Read como mencionado, lhe provê o conceito de *entrepreneurship*, figura chave para o desenvolvimento capitalista segundo Joseph Schumpeter (2012) e que também será central nesse processo de subjetivação.

Foi neste momento que a entidade inicia a sua expansão mundial, na qual figuras de proa do neoliberalismo farão parte, seja na matriz, seja nas filiais que começam a se espalhar pelo mundo, com ênfase na América Latina, o nosso poleiro que escolhemos para observar o todo. Assim, podemos compreender melhor como um conceito escuro, mesmo de genealogia longínqua, se espalhou como rastilho de pólvora nas últimas décadas, convertido em arquétipo do nosso tempo. Muitas vezes de forma errada, pois o termo empreendedor soe substituir o de empresário e não se reserva apenas a aquele que traz a inovação, mas que acerta no intuito de subjetivar o neoliberalismo e alçar uma barreira às críticas.

Parafraseando Marx, com ele, o neoliberalismo deu volta à lógica sistêmica, agora a culpa pelas mazelas que o capitalismo provoca no seu devir passam àqueles que padecem os desajustes estruturais, pois não se esforçam o suficiente para adquirir as competências requeridas. Desta forma, a introjeção do modelo neoliberal como parâmetro liberta o *homo oeconomicus* (Read, 2022), à vez que acorrenta os indivíduos à engrenagem de acumulação. E mesmo que isso se torne uma realidade mais recentemente, era algo que se buscava desde muito tempo atrás, como nos mostra claramente Maria Inêz Salgado de Souza (1981) na preocupação que tomou corpo nos empresários brasileiros após o Maio Francês, que os levou a promover reformas importantes no sistema educativo formal, algo que os neoliberais prezam, pois a escola é um dos *loci* preferencial da subjetivação pela via institucional, que pouco a pouco, e não poderia ser de outro modo, foi tomada pela lógica neoliberal, muitas vezes imposta desde os órgãos internacionais de fomento (Corbalán, 2002).

Transmutação que foi tão poderosa ao ponto de alterar princípios morais historicamente consolidados, pelo menos no Ocidente, com impactos profundos até de natureza religiosa. A emergência da Teologia da Prosperidade e o espaço que ganhou dentro das nossas sociedades, com um forte avivamento político, dão mostra eloquente (Garrard-Burnett, 2012). Desse modo, uma religião como o cristianismo que possuía muitas arestas com o capitalismo se altera nos seus fundamentos (Hien, 2014). A prosperidade material ocupa agora lugar central assim como a submissão. Não por nada, a linguagem gerencial incorporou outro conceito como o de colaborador, que rapidamente se alastrou vinda diretamente do arcabouço do nazismo, como demonstrara Johanns Chapoutot (2020), o que nos ajuda a entender a reedição dessa aliança neoliberal autoritária, assim como a fácil acolhida que se dispensam a soluções da necropolítica (Mbembe, 2003).

Balancete

Ao promediar a década dos noventa, Perry Anderson (1995) publicava um texto de grande predicamento no qual se propôs fazer um balanço do neoliberalismo. Quase trinta anos depois, intuímos que talvez tenha completado bastante rápido a tarefa. Ele estava no seu auge e não tínhamos ultrapassado a primeira etapa simplificada do seu conhecimento. Portanto, mesmo resultando um instrumento útil para o seu combate, ainda estávamos às escuras no que tange aos seus desdobramentos mais recentes e, especialmente, aos seus mecanismos mais potentes de dominação.

Tentar fazer um raconto definitivo a metade de caminho resultará sempre parcial, o que talvez sirva para os dias de hoje, pois o fenômeno ainda está presente, mas, após cinquenta anos de estudos, é possível acreditar que dispomos de certa consolidação para traçar um quadro geral muito mais preciso, à vez que já se vislumbra um prognóstico sobre os passos que estão se dando para alcançar suas fronteiras mais longínquas e preencher lacunas que ainda permanecem pouco exploradas.

Para isso, partimos de que todo objeto é complexo, apenas as perspectivas reducionistas os tornam simples, mas, no caso da análise do neoliberalismo, nem mesmo os olhares mais rudes conseguem reduzir um fenômeno tão amplo, cheio de nuances e arestas, com impactos em todas as esferas do social e tão ramificado em casos locais, que conformam topografias particulares, as que não devem ser vistas como deformações mas como o seu mecanismo para se enraizar de modo significativo em realidades que precisam de adaptações para que a sua ancoragem aconteça.

Longe dos purismos teóricos dos paradigmas que buscam alguma verdade, como projeto de poder, o neoliberalismo foi capaz de negociar o seu programa com uma multiplicidade de agentes. Plasticidade imprescindível para lhe garantir esses apoios assim como para proceder à sua reconversão nos momentos que entrava em crise. Seu gatopardismo e poder camaleônico são fundamentais para

explicar a sua resiliência. Portanto, ainda é prematuro aventurar que sua superação esteja próxima, podendo mais uma vez transitar para posições heterodoxas dentro do seu amplo leque de teorias constitutivas, das quais as alemãs despontam como as mais promissoras.

Esse é sem dúvidas o desafio mais importante que nos oferece a história em trânsito do neoliberalismo, que nos permite testar hipóteses preditivas que nos levam por caminhos menos evidentes do que as explicativas, que podemos trilhar em pesquisas que ainda precisamos encarar, as que ajudarão a desmitificar muito do nosso conhecimento adquirido, às vezes apegado a conclusões ingênuas que um olhar amplo coloca num contexto que as problematiza, trazendo elementos que confluem para explicações com maior potência.

A sofisticação do domínio hegemônico nos mostra como a autonomia do político não passa de uma mera ilusão, talvez conseguida em momentos históricos delimitados, mas que não resiste às evidências que o estudo do neoliberalismo nos proporciona. Ainda que o Estado não seja um clube da elite, também está longe de ser uma ilha burocrática, existindo vasos comunicantes que precisam ser vasculhados, muito menos óbvios, alguns dos quais têm sido descortinados neste pequeno raconto, feito com o intuito de dar clareza ao todo, com Wittgenstein (1988) apontava.

Essa visão do conjunto ajuda a entender as partes, não como uma mera justaposição, à maneira de um quebra-cabeças, mas como uma realidade dinâmica, na qual permutações e metamorfoses acontecem. Desta forma, é inquestionável o caráter de classe do neoliberalismo, que se ergueu como ideologia do atual modo de acumulação, hoje em crise. Panorama que está longe de simplismos, pois uma das características de este se encontra nas suas pretensões hegemônicas, para o qual se valerá de um tramado social mais amplo, embora empregue diferentes meios de disciplinarização quando as circunstâncias o requeriam. A sua relação com governos autoritários, passados e presentes, é

mostra eloquente disso, mas lembrando que o seu objetivo final era muito mais ambicioso, subjetivar-se socialmente, alcançando assim formas consensuais, para ser visto como a única forma de desenvolvimento possível e, por esse motivo, difícil de sepultar. Razões pelas quais, encomendar uma missa de réquiem para o nosso objeto ainda parece prematuro.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, S.A., 1965.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23
- BALSA, J. Hegemonías, sujetos y revolución pasiva. **Tareas**, CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena, Panamá, n. 125, p. 29-51, 2007.
- BENEVIDES, M. V. de M. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de R. Dreifuss). **Lua Nova**, n. 58, 2003.
- BORTONE, E. A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968). **Dissertação** (Mestrado em Administração), Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2013.
- CALLISON, W.; MANFREDI, Z. (eds.) **Mutant Neoliberalism**: Market Rule and Political Rupture. New York: Fordham University Press, 2020.
- CAMPOS, R. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CHAPOUTOT, J. **Libres d'obéir**: le management, du nazisme à aujourd'hui. Paris: Gallimard, 2020.
- COCKETT, R. **Thinkink the Unthinkale**: Think Tanks and the Economic Counter-revolution, 1931-83. London: Fontana, 1995.

CORBALÁN, M. A. **El Banco Mundial**. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2002.

DALE, G.; FABRY, A. Neoliberalism in Eastern Europe and the former Soviet Union. In: CAHILL D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. **The SAGE handbook of neoliberalism**. California: SAGE Publications Ltd., 2018, p. 234-247.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Rio Janeiro: Boitempo, 2016.

DREIFUSS, R. A. State, Class and the Organic Elite: the Formation of an Entrepreneurial Order in Brazil 1961-1965. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Glasgow, Glasgow, 1980.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editorial Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. A. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

EVANS, P. The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In: HAGGAR, S.; KAUFMAN, R. R. (eds.). **The Politics of Economic Adjustment**. Princeton, Princeton University Press, 1992, p. 139-181.

FISCHER, K.; PLEHWE, D. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, H. (org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p. 58-78.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FREEDEN, M. **Liberalism**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2015.

FRIEDMAN, M. **Money Mischief: Episodes in Monetary History**. New York : Harcourt Brace Jovanovich, 1994.

- FUKUYAMA, F. The End of History?. **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989.
- GARCÍA DE LA HUERTA, M. Privatización del poder y reducción del espacio público. In: **Estudios Filosóficos**, 1995-1996, p. 68-77.
- GARRARD-BURNETT, V. Neo-pentecostalism and Prosperity Theology in Latin America: a religion for late capitalist society. **Iberoamericana** – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies. Vol. XLII, n. 1-2, p. 21-34, 2012.
- GARRETÓN, M. A. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado**. Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Santiago de Chile: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1926-1937.
- GROßMANN, J. **Die Internationale der Konservativen**. Transnationale Elitenzirkel und private Außenpolitik in Westeuropa seit 1945. Munich: De Gruyter Oldenbourg, 2014.
- HABERMAS, J. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Buenos Aires, Amorrortu, 1985.
- HAMMERSLEY, M. **The politics of social research**. Londres: SAGE Publications, 1995.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, F. **The Sensory Order: An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology**. Chicago: University of Chicago Press, 1952.
- HAYEK, F. **The Constitution of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- HEGEL, G. W. F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts**. 1820.

HEREDIA, M. **Cuando los economistas alcanzaron el poder** (o cómo se gestó la confianza en los expertos). Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

HIEN, J. **The Return of Religion?** The Paradox of Faith-Based Welfare Provision in a Secular Age, MPifG Discussion Paper 14/9, 2014.

HIEN, J.; JOERGES, C. Dead man walking? Current European interest in the ordoliberal tradition. **European Law Journal. European**, vol. 24, n. 2-3, 2018, pp. 142-162.

HIRSCHMAN, A. O. **De la economía a la política y más allá**. México: FCE, 1985.

HIRSCHMAN, A. O.; SANTOS, M. R. dos. La búsqueda de paradigmas como un impedimento a la comprensión. **Desarrollo Económico**, vol. 10, n°37, 1970.

JOERGES, C.; GHALEIGH, N. S. **Darker legacies of law in Europe: the shadow of National Socialism and Fascism over Europe and its legal traditions**. Oxford: Hart, 2003.

KAHLER, M. Orthodoxy and its Alternatives: Explaining Approaches to Stabilization and Adjustment. In: NELSON, J. (ed.). **Economic Crisis and Policy Choice**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

KLEIN, C. R. de M. **Roberto Campos e o Ordoliberalismo alemão: ideias e planejamento para o Brasil (1963-1987)**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

KLEIN, C. R. de M. **A Influência do Ordoliberalismo e da Economia Social de Mercado no Brasil**. Una perspectiva através dos acordos de cooperação entre Brasil e Alemanha e das Fundações Konrad Adenauer e Friedrich von Naumann. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. Toronto: Knopf Canada: 2007.

LACAPRA, D. **Historia en tránsito**. Experiencia, identidad, teoría crítica. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACLAU, E. The Specificity of the Political: The Poulantzas Miliband Debate. **Economy and Society**, vol. 5, n. 1, 1975.

LEESON, R. (ed.). **Hayek: A Collaborative Biography**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

- LINZ, J. Una interpretación de los regímenes autoritarios. **Papers**, n° 8, 1978.
- MAJONE, G. **Evidence, argument and persuasion in the policy process**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- MARKOFF, J.; MONTECINOS, V. The ubiquitous rise of economists. **International Public Policy**, vol 13, n° 1, p. 37-68, 1993.
- MARX, K. **Der 18te Brumaire des Louis Napoleon**. Berlin, Hofenberg, 1852.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCGANN, J. G.; VIDEN, A.; e RAFFERTY, J. **How Think Tanks Shape Social Development Policies**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2003.
- MEDVETZ, T. **Hybrid intellectuals: toward a social praxeology of U.S. think tank experts**, 2006.
- MEDVETZ, T. Think Tanks. In: RITZER, G. (ed.) **Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Blackwell Reference Online, 2010.
- MILIBAND, R. Reply to Nicos Poulantzas. **New Left Review**, n. 59, 1970.
- MILIBAND, R. Poulantzas and the Capitalist State. **New Left Review**, n. 82, 1973.
- MILLS, C. W. **La imaginación sociológica**. México: FCE, 1961.
- MILLS, C. W. **La élite del poder**. México: FCE, 1987.
- MINELLA, A. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). **Caderno CRH**, vol. 22, n° 55, p. 13-40, 2009.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (eds.). **The Road from Mont Pèlerin**. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge/London: Harvard University Press, 2009.
- MORETON, B. Our Lady of Mont Pelerin: The “Navarra School” of Catholic Neoliberalism. **Capitalism: A Journal of History and Economics**, vol. 2, n. 1, p. 88-153, 2021.

- OSZLAK, O. Falsos dilemas: micro-macro, teoría-caso, cuantitativo-cualitativo. In: WAINERMAN, C.; SAUTU, R. (comps.) **La trastienda de la investigación**. Buenos Aires: Editorial Manantial, 2011.
- PINHO, C. **Planejamento governamental no Brasil: trajetória institucional, autoritarismo e democracia em perspectiva comparada (1930-2016)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- PLEHWE, D. Transnational discourse coalitions and monetary policy: Argentina and the limited powers of the “Washington Consensus”. **Critical Policy Studies**, vol. 5, n. 2, p. 127-148, 2011.
- PLEHWE, D.; SLOBODIAN, Q.; MIROWSKI, P. (orgs.). **Nine Lives of Neoliberalism**. London; New York: Verso, 2020.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POPPER, K. **Logik der Forschung**, 1934.
- POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste**. Paris: Maspéro, 1968.
- POULANTZAS, N. The Problem of the Capitalist State. **New Left Review**, n. 58, 1969.
- POULANTZAS, N. The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau. **New Left Review**, n. 95, 1979.
- PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, H. (org.). **Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p. 13-57.
- RAMÍREZ, H. **La Fundación Mediterránea, 1977-1992**. Estudio de caso de las relaciones entre entidades empresarias y partidos políticos. Córdoba: UNC: 1998.
- RAMÍREZ, H. Trayectoria intelectual y política de Roberto Campos desde su narrativa del yo. **Revista História: Debates e Tendências**, vol. 17, nº 1, p. 136-156, 2017b.

RAMÍREZ, H. **La Fundación Mediterránea y de cómo construir poder.** La génesis de un proyecto hegemónico. Córdoba: Ferreyra Editor, 2000.

RAMÍREZ, H. Dinero y sotanas: una perspectiva de la imbricación de la Iglesia católica en el proceso político brasileño (1961-1970) a través de las fuentes del Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). **Estudios**, vol. 42, p. 51-70, 2019.

RAMÍREZ, H. The influence of German thought on the economic policies of the Brazilian dictatorship: a research hypothesis. **Academia Letters**, 2021, n. 469.

RAMÍREZ, H. A simbiose neoliberal-autoritária: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do Cone Sul da América Latina. In: ROGGE, J. H.; HARRES, M. M.; MASSERONI, V. de O.; MOREIRA, P. R. S.; e SCHELL, D. C. (eds.). **História, democracia & desigualdades na América Latina.** São Leopoldo: Edunisinos/Oikos, 2022, p. 117-129.

RAMÍREZ, H. **La influencia alemana en el pensamiento y las políticas económicas de Brasil:** mediados de los años cincuenta a inicios de los setenta. No prelo a.

RAMÍREZ, H. **Creando al Emprendedor:** Junior Achievement (JA) y subjetivación del Neoliberalismo. No prelo b.

READ, J. A genealogy of homo-economicus: neoliberalism and the production of subjectivity. In: **The Production of Subjectivity: Marx and Philosophy.** Leiden: Brill, 2022, p. 311-322.

ROTHBARD, M. N. Milton Friedman Unraveled. **The Individualist**, fev. de 1971.

RUPPRECHT, T. Formula Pinochet: Chilean Lessons for Russian Liberal Reformers during the Soviet Collapse, 1970-2000. **Journal of Contemporary History**, vol. 51, n.º. 1, p. 165-186, 2016.

SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta?** A CIA na Guerra Fria da Cultura. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

- SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SCHUMPETER, A. **Historia del análisis económico**. Madrid: Ariel, 2012.
- SOUZA, M. I. S. de. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 64**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (eds). **Think Tanks across Nations**. Manchester: St. Martins Press, 1998.
- STRATHERN, Ma. A community of critics? Thoughts on new knowledge. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, vol. 12, nº 1, p. 191-209, 2006.
- VALIM, R. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- VYGOTSKY, L. S. **Collected works**. New York: Plenum Pres, 1987-1999.
- WANDERLEY, S. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil. Porto Alegre: **Anais do IV CBEO**, 2016.
- WAPSHOTI, N. **Keynes X Hayek**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- WILLIAMSON, J. **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigaciones filosóficas**. Barcelona: Crítica, 1988.

Parte II

Teoria

História e literatura entre fardos e aporias: Questões teórico-metodológicas e estudos de caso

Alanna Teixeira
Débora Faccin
Temístocles Cezar

Pensar a história *com* a ficção e pensar a
ficção *com* a história.
(Iegelski, 2022, p. 117)

I. Nota introdutória teórica-metodológica

Desde o século XIX, a crença na importância da história e da literatura cresceram simultaneamente aos projetos de nação (Hartog, 2013, p. 165). Contudo, as relações entre a narrativa historiográfica e as formas ficcionais não puseram fim a uma das mais notórias e clássicas aporias da história que é a crença de que *res factæ* e *res fictæ* seriam separáveis como a forma e o conteúdo, em termos modernos, como *processo histórico* e *ornamento retórico* (White, 1987). Essa crença transformou-se, ao longo do tempo, em um fardo muito difícil de ser desarticulado, posto que se consolidou por meio de dispositivos teórico-metodológicos que amparavam a ideia simples e poderosa de que seria possível estabelecer-se fatos históricos objetiva e puramente a partir das fontes. Nesta operação historiográfica idealizada, Hans Robert Jauss, identificou um segundo momento: a transposição dos fatos à narrativa, momento em que a história científica utilizaria os recursos estéticos, mesmo que sob uma “má consciência” (Jauss, 1989, p. 89-90).¹

Esta tensa relação que chega ao século XX sob efeito de um suposto “eclipse da narrativa”, armadilha intelectual desmontada por Paul Ricœur para quem a escrita da história jamais perdeu seu caráter narrativo (Ricœur, 1983, p. 171-216). Porém, este fardo não parece ter sido afastado nem estar

¹ As citações de textos em língua estrangeira foram traduzidas pelos autores deste capítulo.

contido e continua a interpelar a produção do conhecimento histórico, pelo menos para aquelas/es preocupados/as com a teoria da história e a história da historiografia (Lima, 2006, p. 181-202; Koselleck, 2006, p. 247-265).

Hayden White, em um artigo publicado em 1966 na *History and Theory*, retomou o problema deste fardo da história sob à égide do que chama de “tática fabiana”, ou seja, como Fábio Máximo, na segunda guerra púnica, até então as/os historiadoras/es teriam conseguido com medidas protelatórias adiar um combate que seria inevitável para quando, supostamente, as condições fossem mais favoráveis: “essa tática apresenta uma longa série de êxitos na tarefa de desarmar os críticos da história; e permitiu aos historiadores reivindicar a posse de um plano médio epistemologicamente neutro que se supõe existir entre a arte e a ciência” (White, 1994, p. 39). Assim, as/os historiadoras/es além de mediadores da conexão entre passado e presente seriam igualmente responsáveis pela “tarefa de reunir dois modos de compreensão do mundo” – arte e ciência – que por força do hábito “estariam invariavelmente separados” (White, 1994, p. 39-40). Entretanto, para White a tática vinha, há algum tempo, apresentando sinais de desgaste, pois, por um lado,

entre os historiadores contemporâneos, percebe-se uma suspeita cada vez maior de que essa tática atua essencialmente para impedir considerações mais sérias dos avanços mais significativos operados na literatura, na ciência social e filosofia do século XX (White, 1994, p. 40).

E por outro lado, entre aqueles que não atuam no campo histórico, vinha se proliferando a “opinião de que, longe de ser o mediador desejável entre a arte e a ciência que ele reivindica ser, o historiador é o inimigo irremissível de ambas” (White, 1994, p. 40).

O objetivo geral deste texto coletivo (na verdade, um encontro de gerações) é questionar esse princípio aporético que persegue o campo histórico desde, pelo menos, a *Poética* de Aristóteles, quando o estagirita definiu a superioridade da poesia trágica (que diz respeito ao geral) em relação à narrativa histórica (limitada apenas ao particular), marcando assim “um corte importante: uma espécie de aquisição para sempre – ou um fardo que a historiografia não cessará de sopesar ou se esforçará em depor” (Hartog, 1999, p. 15; Hartog, 2013, p. 111-152). Partindo dessas premissas, nossa equipe de coautores/as realizou três experiências de leitura que foram amplamente discutidas. Analisamos três estudos de casos em ambientes historiográficos espacial e temporalmente distintos: Gonçalves Dias no Brasil do século XIX (de autoria de Temístocles Cezar); Charles Péguy na França do século XX (de autoria de Alanna Teixeira); e as escritas pandêmicas da covid-19 no século XXI (de autoria de Débora Faccin). O escopo dessas análises foi demonstrar a versatilidade do debate, seus potenciais e limites.

II. Estudos de caso

1. O poeta em busca da objetividade histórica: o caso Gonçalves Dias.

Antônio Gonçalves Dias é conhecido pelo público em geral como um poeta e escritor. Patrono da cadeira 15 da Academia Brasileira de Letras, este maranhense nasceu em 10 de agosto de 1823 na região de Caxias e morreu em circunstâncias trágicas, em 1864, com apenas 41 anos de idade, quando retornava da Europa no naufrágio do navio *Ville de Boulogne*.

Além da poesia, da literatura e do teatro, Gonçalves Dias interessava-se também pela história e pela etnografia. Logo, não é surpreendente que tenha sido eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1847 por proposição de Manuel de Araújo Porto Alegre, que no ano seguinte tenha sido nomeado professor de latim e história no

Colégio Pedro II (Bandeira, 1959, p. 25), e que em 15 de dezembro de 1849, tenha sido encarregado por Pedro II, em um discurso que se tornou famoso no IHGB, que se ocupasse da seguinte pesquisa²:

comparar o estado físico, intelectual e moral dos indígenas da quinta parte do mundo com o estado físico, intelectual e moral dos indígenas do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzindo desta comparação quais ofereciam nessas mesmas épocas melhores probabilidades à empresa da civilização (*Revista do IHGB*, 1849, p. 554).

O resultado foi lido em nove sessões consecutivas no IHGB, de agosto de 1852 a junho de 1853, sob o título de *Brasil e a Oceania*, cuja publicação somente ocorreria em 1867 (Dias, 1867; Bandeira, 1959, p. 27; Romero, 1960, p. 943; Kodama, 2007).³ Apenas dois anos depois, em 1855, ele apresenta um ensaio histórico sobre as amazonas. Partindo da constatação de que “a nossa história não resolveu ainda, nem mesmo tem tratado com seriedade de saber se em algum tempo existiram amazonas no Brasil” (Dias, 1855, p. 5), sua tarefa foi a de cotejar fontes já conhecidas: “foi-me preciso comparar os historiadores, confrontar as relações dos viajantes antigos e modernos” (Dias, 1855, p. 6). O artigo está dividido em duas partes: a primeira é dedicada às amazonas no mundo antigo, e a segunda na América.⁴ De acordo com certa narrativa

² A grafia do século XIX foi atualizada.

³ Houve divergências sobre a publicação e a data (Candido, 1959, p. 372; Amora, 1974, p. 95; Montello, 1973, p. 20; Martins, 1978, p. 415).

⁴ As fontes da primeira parte são principalmente Apolônio e a tradição dos argonautas, seguidos por Virgílio, Estrabão, Homero, Pausânias, Horácio, Platão, Hipócrates, Heródoto, Plínio, entre outros; e da segunda parte as mais notáveis são os relatos de viagem do século XVI e a obra de Alexander von Humboldt.

tradicional, a hipótese seria a de que as amazonas teriam existido na Cítia e na Líbia, de onde teriam partido para alcançar o Novo Mundo. Entretanto, o autor termina sua pesquisa com a seguinte ponderação:

originou-se esta opinião da poesia, introduziu-se no vulgo pelo amor do maravilhoso, – os historiadores, se não a improvisaram, aceitaram-na sem critério; e foi, como muitas outras, recebida nos tempos modernos como um venerando pela sua antiguidade, e talvez só digno de fé pelos idiomas em que nos foi transmitida (Dias, 1855, p. 8).

Originadas da poesia, permeadas por figuras da imaginação, perpassadas pela fragilidade de um método pouco crítico da história que permitiu que uma tradição impusesse-se aos fatos, o poeta e historiador Gonçalves Dias, baseado em evidências antigas e modernas, conclui que objetivamente as amazonas não existiram (Dias, 1855, p. 66).

Em 1856, Gonçalves Dias foi nomeado chefe da sessão de etnografia e da narrativa da viagem da Comissão Científica de Exploração, organizada pelo IHGB e apoiada por Pedro II, com o objetivo de explorar terras do norte e nordeste do país (Kury, 2001; Kodama, 2007; Vasconcelos, 2012). Apodada de “Comissão das borboletas” pelos críticos do governo que a consideravam um desperdício de dinheiro em uma empresa desinteressante, a expedição partiu em 1859 rumo ao Ceará. Após dois anos de trabalho conturbado pelos desentendimentos entre seus membros, em sua maior parte em território cearense, a comitiva retornou à corte sem resultados significativos (Schaden, 1982, p 434).

No entanto, Gonçalves Dias continuou sua missão e, entre agosto e setembro de 1861, percorre os rios Amazonas, Madeira e Negro, realizando estudos linguísticos e etnográficos. O resultado deste itinerário foi publicado sob o título de *Diário da viagem ao Rio Negro* (Dias, 1997). Conforme

Lúcia Miguel Pereira, responsável pela transcrição do manuscrito publicado em 1943, trata-se de um relato no qual “quase nada transparece de íntimo” e em que “o explorador como que se substitui ao homem” (Pereira, 1943, p. 295-296). Enquanto o poeta não encontra mais o seu lugar, o *Diário* sinaliza para um homem de ciência, posto que é pleno de informações precisas sobre vocábulos indígenas, povos, horários, múltiplas atividades, distâncias e rotas, alternâncias atmosféricas etc., organizado com base em critérios geográficos e cronológicos. “E, por vezes, não fosse a primeira pessoa do plural em que são feitos os registros do percurso, a impressão dominante seria mesmo a de uma quase ausência do narrador” (Sussekind, 1996, p. 96-97).

Gonçalves Dias busca a maior objetividade possível, embora nem sempre tenha conseguido.⁵ Em uma anedota, o autor permite-se pelo menos uma exaltação: em 26 de setembro, na ilha de Jucuruaru, diante de um arco-íris, ele anota em seu diário:

Poucas vezes me tem Deus concedido presenciar um pôr-do-sol tão formoso. Em frente à ilha, a margem do rio estendendo-se como uma linha baixa no horizonte, o rio dourado pelo sol no ocaso, um céu belíssimo como nos trópicos quando ameaça tempestade, e adornando a cúpula com as cores mais delicadas que a nossa imaginação poderia conceber. [...] Quem resiste a uma cena destas? Suicídio! Mas que importa! Quero tomar um banho neste lugar. Ao menos no meu livro de notas quero deixar uma página de lembrança deste mágico panorama (Dias, 1997, p. 110).

⁵ Sobre a noção e a história da objetividade (Daston, 2017).

De acordo com Flora Sussekind, o comentário de Gonçalves Dias, embora compreensível em sua obra poética, é inesperado aqui, uma vez que parece estar em desacordo com o “tom expositivo, metódico, adotado no diário” (Sussekind, 1996, p. 98). Se é verdade que esse trecho não está em harmonia com a narrativa da economia geral do texto, ele ainda está em concordância com a tensão entre os discursos da ciência e da poesia que caracteriza o século XIX no Brasil.

Outro exemplo desse tensionamento entre história e poesia, encontra-se nas reflexões que ele tece na introdução do livro do português Bernardo Pereira de Berredo: *Anais históricos do estado do Maranhão, em que se da notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*, reeditado em 1849 em comemoração do centenário da obra. “O autor dos *Anais históricos* – explica Gonçalves Dias – era português e só escrevia para portugueses: não escrevia a História do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal, – daí o seu maior defeito” (Dias, 1849, p. V). Berredo escreve sua história com um viés declarado: ele está do lado da metrópole, fato que limita sua imparcialidade e, conseqüentemente, sua maneira de escrever a história.

Para Gonçalves Dias, na realidade, Berredo não é um verdadeiro historiador, ele é não mais do que um “simples cronista”, função revelada precisamente pela forma como ele escreve seu texto: “não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas e julga que nada lhe resta a fazer. Se, entretanto, ele é um mau historiador, como cronista é preciso reconhecer que, por um lado, “a exposição é quase sempre verdadeira, as enumerações são exatas, as classificações são justas”, mas, por outro lado, “falta-lhes o movimento, a cor, a vida, e por isso a sua obra é tantas vezes fastidiosa” (Dias, 1849, p. V). A metáfora da pintura aparece aqui associada a instâncias dinâmicas: colorir o movimento e as formas de existência para que a narrativa torne-se menos entediante, estando, nesse caso, mais próxima aos poetas que dos historiadores para os quais o texto histórico só tem valor pela sua capacidade de expressar a

verdade, sem se preocupar se ele fadiga ou agrada ao leitor (Cardoso, 2019).

A outra característica de Berredo, que Gonçalves Dias desvaloriza, é a de ele não ser mais filósofo do que historiador, e não passar de trivial literato. Com esse termo, o crítico quer dizer que ele estudou os clássicos como Tito Lívio e Tácito, “cujo estilo procurou imitar”. O problema não era o recurso mimético, mas a escolha dos modelos, “porque a majestade e a força daqueles grandes escritores” tornam-se artificial e inoportuna fazendo com que a “imitação como que se converta em paródia” (Dias, 1849, p. V). O uso de figuras miméticas como procedimento cognitivo foi um recurso narrativo muito difundido no discurso histórico do século XIX no Brasil. Gonçalves Dias, no entanto, impõe ou define aqui um limite aos usos da imitação dos clássicos: o tema analisado. Não é qualquer situação que é imitável, é necessário selecionar a mais adequada para que a mimesis funcione como matriz da escrita da história.

Mas o que seria um bom historiador para Gonçalves? Ele deve ser político ou poeta, mas “não poeta no sentido em que fala Filinto Elísio – homem que vive de medir linhas curtas e compridas, mas poeta de alma e de sentimento, que escreva prosa ou verso, chama-se Schiller ou Chateaubriand, Homero ou Platão” (Dias, 1849, p. V-VI). Enquanto o historiador político é aquele que “resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as ideias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro e tem por fim a nação”, o historiador poeta é aquele que “resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas suas grandezas, execra todas as suas torpitudes, e generalizando todos os sentimentos, todas as aspirações do coração humano, tem por fim a humanidade” (Dias, 1849, p. VI).

“Devemos buscar na história um propósito universal”, afirmava Hegel (1965, p. 48). E observamos que as duas maneiras de ser historiador, segundo Gonçalves Dias, são, cada uma à sua maneira, igualmente próximas do idealismo alemão, seja porque o historiador age em nome de um espírito universal

que condensa as *virtùs* do mundo, seja porque ele se expressa sempre politicamente ou universalmente dentro de uma nação.⁶ Do romantismo francês, ele retém as sensações *humanistas*, retomadas como tendo um valor igualmente universal, que neste caso – deste romantismo brasileiro – estão expressos nas figurações dos indígenas.

Em resumo, Gonçalves Dias é um exemplo das complexas relações entre a história e a poesia, sobretudo, no IHGB. De fato, seus trabalhos históricos nunca são analisados sem levar em consideração essa condição primária que a poesia lhes confere, em parte porque ele é (ao lado de outros como

⁶ “O espírito particular de um povo pode declinar, desaparecer, mas ele constitui uma etapa na marcha geral do espírito do mundo, e este não pode desaparecer. O espírito de um povo é, portanto, o espírito universal em uma forma particular que lhe é subordinada, mas que ele deve assumir na medida em que existe, pois com a existência surge também a particularidade” (Hegel, 1965, p. 82). No mesmo contexto intelectual de Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, em *Faits de l'esprit humain*, também fazia eco ao hegelianismo: “A história empírica das ações dos homens, de suas lutas e guerras que se sucedem com diversos nomes e títulos, variando apenas em episódios e nomes sem variar de assunto, recentemente deu origem à filosofia da história, que parte do ideal da humanidade inteligente e livre, destinada a se desenvolver progressivamente no tempo e no espaço; uma ciência filosófica tão necessária para a história que escreve as crônicas dos povos quanto para aqueles que guiam o destino das nações” (Magalhães, 1859, p. 28 e 320). Antes de Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, um importante autor romântico como J. M. Pereira da Silva, na revista *Nithery* lançada em 1836, declarava que sua abordagem era próxima à do idealismo hegeliano: “O nosso século considera a historia de duas maneiras, ou particular, ou universal. A primeira consiste em escrever, segundo os grandes modelos, os acontecimentos, com toda a verdade, e crítica, em marcar a cada povo seu tipo peculiar, a marcha da civilização, o estado da indústria, e o avançamento e progresso das nações. A esta escola pertencem Thierry, Lingard, Sismondi, e Muller, historiadores modernos. A segunda maneira de considerar a historia, é filosófica e ideal. [Giambattista] Vico no século passado estabelece leis universais da humanidade, [...] Herder e Hegel continuam no nosso século esta tarefa, e consideram a humanidade, como marchando a um fim, isto é, à perfectibilidade: [...] arrancam do seio das ruínas da antiguidade, e da idade média idéias gerais, princípios eternos desenvolvidos pelos séculos, todas as nações fornecendo um contingente a esses princípios e verdades filosóficas” (SILVA, 1836, p. 241-242).

Gonçalves de Magalhães) a poesia, pelo menos a do romantismo brasileiro, e em parte também porque os limites, no nível do texto histórico, ainda não estão bem estabelecidos (Dias, 1959). Tudo ocorre como se o poeta, uma vez tornando-se poeta, o fosse para sempre; se a poesia está nele, então é quase impossível pedir-lhe para esquecer as imagens poéticas, pois elas formam as categorias estruturais de sua escrita, algo muito próximo ao que White chama de “nível profundo de consciência” (White, 1992, p. 12). Portanto, sem elas, ele não pode escrever, ou pior ainda, ele pode até escrever, porém mal. Nesse caso, ele deixaria de ser poeta, e se permanece historiador, precisa procurar os recursos narrativos de sua escrita em outro lugar, principalmente no novo discurso que tenta se estabelecer: o da ciência.

2. Da história à literatura: o caso Charles Péguy.

A aproximação de Charles Péguy com a literatura e a história esteve presente em sua carreira literária e editorial durante seus quarenta anos de vida, abreviados pela Primeira Guerra. Em obras como *Clio, Dialogue de l'histoire et de l'âme païenne*, escrita por volta de 1913 e publicada apenas postumamente em 1931, Péguy dialoga com a musa da história, debatendo suas interpretações sobre as relações entre a escrita literária e historiográfica.

Charles Péguy fez parte da geração intelectual que teve como experiência memorável o *Affaire Dreyfus*.⁷ Para muitos de

⁷ O *Affaire Dreyfus* (1894-1906) foi um notório processo judicial que incorreu em erro a partir da produção fraudulenta de provas. A decisão levou à condenação de Alfred Dreyfus, capitão judeu do Exército francês, acusado de espionagem para os alemães e sentenciado ao degredo na Ilha do Diabo, na Guiana. O caso dividiu intelectuais e políticos e repercutiu internacionalmente em jornais e no debate público. *Dreyfusards* e *antidreyfusards* discordavam não apenas sobre o resultado do processo e a necessidade de sua revisão (que reabilitou Dreyfus em 1906), mas enveredou para o contexto belicoso em que a França se encontrava, o papel do Exército e da Igreja nos assuntos do Estado, e o antisemitismo que avançava. Para uma revisão sintética do *Affaire*, ver Duclert & Simon-Nahum (2009).

seus contemporâneos, o caso serviu de estímulo ao pensamento crítico e na política pública e privada, dentro e fora das universidades. À margem destas, Péguy seguiu carreira de escritor publicando artigos e ensaios em revistas e jornais, sobre temas correlatos à política francesa, o socialismo, a história e a literatura.

Por volta de 1900, lançou a revista literária *Cahiers de la Quinzaine*, que aglutinou socialistas e *dreyfusards* em sua sede e publicação. Uma das características que permeiam os trabalhos de Péguy, como menciona Antoine Compagnon (2014), é um antimodernismo que expressa grande ceticismo contra as bases do “mundo moderno”, o progresso e o capitalismo. Essas são experiências importantes para entender a posição de Péguy frente à história e à literatura produzidas em sua época.

Ainda sobre o contexto intelectual, a historiadora Yvonne Servais (1950), ao tratar das relações entre Charles Péguy e a Sorbonne, aponta que o filósofo apareceu, como outros intelectuais, em um momento de crise, em que o regime moderno de historicidade (Hartog, 2015) e o conceito moderno de história (Koselleck, 2013) são interpelados.

Ao chamar atenção para esse momento, François Hartog acrescenta o intervalo entre 1914-1920, em que críticas foram possíveis, as primeiras fraturas do regime e uma crise do tempo, com a Primeira Guerra: “sobretudo por uma contestação da história oficial, uma valorização da memória contra a história e a busca de uma outra história, ou seja, de um outro tempo histórico” (Hartog, 1996, p. 143). Marcel Proust para a literatura, Henri Bergson para a filosofia, Walter Benjamin para a história, e ainda Péguy, nas fronteiras, aparece como sintoma dessa crise do tempo para Hartog: “Péguy, adversário declarado e feroz da história tal como a encarnaram Lavisse, Langlois e Seignobos. Contra a história, Péguy (apoiando-se em Bergson) invoca a memória. Contra o sacrossanto método histórico, ele escolheu Hugo e Michelet” (Hartog, 1996, p. 144).

Nesse sentido, Péguy lutou contra os “falsos *dreyfusards*”, contra o Partido Intelectual – ou o intelectualismo

francês. A cultura e a educação estariam em perigo pela doutrina que estava tomando conta das escolas e universidades: o dogmatismo, o determinismo materialista de Estado. Esses, enquanto métodos pseudocientíficos da educação, se mostravam carregados de corrupções e oportunismos. A técnica mecanicista e a fria erudição estariam em dominação, sublevando o intelecto. Em detrimento de uma educação e produção do conhecimento humanista. São esses intelectuais que alçaram cargos nas universidades e estabeleceram metodologias historicistas, e a sua visão de ciência à literatura e à história.

Em *De la situation faite à l'histoire dans la philosophie générale du XIXe* (1906), Péguy questionou algumas premissas que já vinham sendo debatidas por outros pensadores, e, anos mais tarde, por novas correntes de pensamento, como a chamada *École des Annales*, no caso da história, e a *Nouvelle Critique*, na literatura. Para o historiador Glenn Roe,

Uma vez compreendida, a paixão de Péguy pela literatura ilumina não apenas os debates literários menos conhecidos deste momento crítico na história francesa, mas também influencia significativamente, seja filtrada pelos Novos Críticos ou pelos Novos Historicistas, nas nossas próprias contínuas preocupações “pós-modernas” com Modernismo europeu, teoria literária, história e cultura (Roe, 2014, p. 12).

É também no *Cahiers* que suas ideias e de outros pensadores serão veiculadas. A revista se tornou:

o epicentro de uma das primeiras polêmicas críticas significativas contra a reforma historicista dos estudos literários em curso na época. Péguy foi, portanto, o primeiro entre seus contemporâneos a

condenar a abordagem do texto-como-documento-histórico da história literária (Roe, 2014, p. 11).

Esse debate permeia sua crítica à modernidade e ao partido dos intelectuais e a influência do historicismo na história e na literatura:

A polêmica de Péguy com os historiadores da Sorbonne de seu tempo foi, portanto, menos uma tentativa de reviver doutrinas literárias ou históricas do passado e mais um aviso de que nenhuma doutrina isolada – neste caso o “antigo historicismo” da Sorbonne – deveria ditar o estudo de literatura ou história no presente e no futuro. No seu singular anti-historicismo pré-formalista, por falta de um termo melhor, a relevância fundamental de Péguy para a história intelectual e literária do século XX justifica uma boa dose de reconsideração (Roe, 2014, p. 12).

Na literatura, preceitos científicos deveriam ser aplicados por meio da metodologia da história da literatura. Embora considere como um “cientificismo brando”, Nabil Souza destaca que o “nome de Gustave Lanson (1857-1934) tem permanecido vinculado à ideia de um ‘método histórico’ dito positivista nos estudos literários” (Souza, 2012, p. 95). Lanson, antigo professor de Péguy na *École normale supérieure*, foi um dos mestres mais combatidos por Péguy. Gustave Rudler, discípulo de Lanson, também acreditava que essa metodologia daria aos estudos literários o status científico que gozavam as ciências da natureza, em detrimento de outras:

A moderna história literária desenvolveu-se e constituiu-se, explica Rudler (1979, p.14), “[...] sob a inspiração superior da

ciência, que quer ser uma representação exata da natureza, e sob a influência direta da história, que gostaria de ser uma representação exata do passado humano” – o que pareceria habilitá-la, bem entendido, como tutora ideal da crítica estético-literária (Souza, 2012, p. 99).

Para a visão do método historiográfico moderno, a história é feita a partir de uma enormidade de vestígios e passa necessariamente, com o intuito de manter sua organização e concisão, por uma seleção pela via do método. Essa seleção ocorreria, segundo essa metodologia, de acordo com parâmetros científicos baseados nas ciências positivas, adaptados ao método histórico, como observado no conhecido manual referido por Péguy, *Introduction aux études historiques*, publicado por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos em 1898. Nesse contexto, Clio teve seu método interdito pela história moderna:

Não tenho mais o direito de fazer isso. No mundo moderno. Que uma linha, que uma palavra ilumine um mundo, isso, é um método artístico, permita-me dizer-lhe, e os métodos artísticos no mundo moderno são exatamente tudo o que me é proibido (Péguy, 1917, p. 246).

Para o estudo do “mundo antigo”, por exemplo, seria por meio da literatura que poderíamos apreender parte de sua realidade, pela leitura das obras de poetas antigos. E esse método da arte induzido por Péguy poderia servir à história:

Pode-se captar num versículo de Homero, em uma palavra, uma revelação sobre as mais augustas profundezas do mundo antigo. Você pode receber, você pode encontrar uma iluminação repentina neste coro de Sófocles. E em quatro

palavras de Hesíodo uma garantia, uma certeza entre as mais sérias. Mas você procede por um método artístico. Você procede por meio de atalho, alusão, referência, apreensão, aperto, jogo, nutrição, iluminação, interferência. Correspondência, ressonância, analogia, paralelismo. Reescavação. Inteligência, entendimento. Eu também, ela disse, eu faria muito bem o mesmo (Péguy, 1917, p. 246).

A arte e seus meandros, como podemos observar, permeiam o pensamento de Péguy em *Clio*. E nesse sentido, apresenta a ideia de literatura também como possibilidade de encontro da história e da memória. Para demonstrar isso, percorrerá no seu diálogo o que entende por leitura, leitor, gênio e obra. Clio, a narradora, conta como releu *Ilíada* e *Odisseia*, os livros de “sua juventude”. E conclui que “a leitura em si é uma operação, que é uma realização, uma passagem ao ato, um pôr-se em ação, que não é, portanto, indiferente, nula, que não é um zero de atividade, uma pura passividade, uma página em branco” (Péguy, 1917, p. 23). O ato de ler, nada mais é do que entrar “em uma obra, na leitura de uma obra, em uma vida, na contemplação de uma vida, com amizade, com fidelidade, até com uma espécie de bondade indispensável” (Péguy, 1917, p. 25). É necessário, portanto, “entrar como na fonte da obra; e literalmente colaborar com o autor; não se deve receber a obra passivamente” (Péguy, 1917, p. 25). Assim,

uma leitura bem feita, uma leitura honesta, uma leitura simples, enfim, uma leitura bem lida é como uma flor, como um fruto que brota de uma flor; [...] é como um espetáculo bem visto e bem assistido; como uma estátua vista harmoniosamente, observada euritmicamente; a representação que nos damos de um texto é como a

representação que nos dão de uma obra dramática (e também que nos damos); é como a representação que a obra nos dá (e que nós também nos damos) de uma obra de estatuária; ela não é menos do que a verdade, do que o verdadeiro e mesmo e acima de tudo do que a conclusão real do texto, do que a conclusão real da obra; como uma coroação (Péguy, 1917, p. 25).

O leitor, que recebe a obra e não apenas realiza sua leitura, faz parte de sua história. Péguy é enfático ao dizer que nunca deveríamos deixar de ser leitores, e que saibamos ler a obra por completo. Isso significa que não devemos recebê-la passivamente, pois contribuimos para sua inscrição. Contudo, essa marca estará sempre sujeita a mudar, permanecendo inconclusa no tempo:

É um dos mistérios talvez mais inquietantes do destino temporal, um dos mais preenchidos, carregados de inquietação, que nenhuma obra, por mais completa que pareça ser para nós, ou mesmo que tenha parecido ao seu autor, seu pai – nenhuma obra, no entanto, está temporalmente tão acabada [...] ser perpetuamente concluída como inacabada, com o título de inacabada [...]. Este é o destino comum de tudo o que é temporal, da própria obra, na medida em que é temporal (Péguy, 1917, p. 27).

Esse “funcionamento do mecanismo temporal” mencionado por Péguy, é válido para todas as obras do homem. Essas são passíveis de boas e más leituras, que poderão coroar, descoroar e recoroar uma obra, de acordo com os valores de quem faz a leitura. Ele trata aqui da “lei temporal”:

Todas as boas leituras de Homero não farão apenas este texto, não farão com que a *Ilíada* e a *Odisséia* recebam uma coroação imperecível. Muitas leituras ruins podem degradar, podem literalmente mutilar um texto, podem desorganizar esse texto de tal forma que o próprio monumento que ele constitui pode perecer, perecer irrevogavelmente. Aqui as perdas são inevitáveis, enquanto os ganhos não o são, não podem ser. É a lei comum e geral de todo o temporal (Péguy, 1917, p. 31).

Por outro lado, a não leitura (ou uma leitura neutra) de uma obra é considerado o que de pior possa lhe acontecer. Essa falta a levará ao esquecimento, que é a morte. O não esquecimento requer uma eterna “nutrição” da obra pelo leitor, e novas leituras podem trazer novas interpretações. É isso que a torna continuamente viva. O que seria muito diferente da ideia de inscrição histórica, à qual Péguy compara como um enterro, “um registro funerário” ou “um inventário feito de uma vez por todas” (Péguy, 1917, p. 32).

O mesmo pode ocorrer ao acontecimento histórico. Clio compara a obra ao acontecimento, ambos à mercê do mecanismo temporal, em que poderão estar fadados ao esquecimento/morte se não forem continuamente relidas/nutridas (e debatidas) pelos interlocutores: “Visto que se trata geralmente aqui do temporal, particularmente de uma colaboração, de uma operação comum perpétua e perpetuamente temporal” (Péguy, 1917, p. 32). Nesse sentido,

As obras de arte operam, portanto, no mesmo nível epistemológico que os acontecimentos históricos para Péguy, e são, portanto, igualmente susceptíveis aos caprichos da História e do processo histórico como o caso Dreyfus ou a batalha de Waterloo, para tomar

emprestados dois dos exemplos mais salientes de degradação histórica ou “degradação” de Péguy (Roe, 2011, p. 307).

A ideia de temporalidade linear, muito restrita à cronologia, da historiografia francesa não dava conta, na visão de Péguy, das particularidades da história vista pelo acontecimento e pela memória. Esses, desprezados por essa historiografia, são justamente as formas de experiência e expressão do passado que foram compreendidos por Péguy na composição da escrita de uma história menos restrita e mais comunitária. E é por meio da literatura que também é possível perceber essa realidade não encontrada nos documentos aceitos como fontes pelos historiadores.

Como uma daquelas obras eternas, não significa apenas uma obra literária que é literariamente eterna, que tem uma eternidade literária (pela frente) ou mesmo a eternidade literária, que tem a certeza dessa eternidade literária, que viverá eternamente na memória (literária) dos homens (Péguy, 1917, p. 197).

Esse método da arte, pelo qual opera a literatura, é a característica narrativa à qual a historiografia não pôde se furtar, a despeito de sua consolidação científica. Como, por exemplo, a peça de Beaumarchais:

Nada é mais comovente, diz a história, do que o destino desses personagens. Quanto mais jovens se entende que eles são, mais pungente é que haja uma peça de Beaumarchais em que eles não são mais jovens. Nesse sentido, diz a história, nenhuma peça no mundo, nada no mundo talvez na obra literária, e talvez em toda a obra, e talvez em tudo, me pertença

tanto, me exprima tanto, não seja tão muito de mim, não é tão temporal, não é literalmente histórico tanto quanto esta peça de Beaumarchais. No fundo, ela disse, eu me pergunto se não é mais forte que a bela Haumière, quero dizer com um efeito mais forte. Porque na bela Haumière é o próprio destino do homem e da mulher, o que é grande (Péguy, 1917, p. 125-126).

Como pudemos ver, Charles Péguy perseguiu outros modelos para a leitura da história. A imaginação literária possui recursos os quais a imaginação inorgânica de um intelectual, ou uma “miserável imaginação arbitrária de um intelectual” (Péguy, 1917, p. 103), não pode fazer uso. Em sua vontade de esgotar a realidade, a historiografia moderna inventou a história “verdadeira”, feita com seus documentos oficiais, e procurou expurgar tanto os traços literários de sua narrativa, quanto definir o que não era a história, colocando-se do lado oposto à literatura enquanto representação verdadeira do passado. Para a literatura, a obra também deveria ser tratada como um documento, por meio de uma leitura histórica. Para Péguy, todavia, ambos os formatos de leitura da história são reducionistas e não cumprem o que propõem. Importante seria, segundo o escritor, preservar e dar vida à memória que se apresenta pela leitura de uma obra que tem uma capacidade de representação pouco sentida pela historiografia no despontar do século XX.

3. Ficcionalizar para mover o tempo, comunicar e fazer *sinthoma*: o caso das escritas pandêmicas da covid-19.

Quando a peste chegou e o espaço da casa e da incerteza foram os únicos metros quadrados a se percorrer,

Julián Fuks, Antonio Martinelli e Bernardo Carvalho⁸, como tantos outros, escreveram, como sabiam fazer. Mas escreveram também Marias sem nome e sobrenome editoriais, e Joãos, que se descobriram poetas do desabafo. Acontece que quando nos falta o chão do mundo, há de nos servir o pisar semântico da literatura. Crônicas, contos, ensaios e poemas apareceram, então, no alento das páginas digitais e físicas, revelando medos, ficcionalizando futuros, preenchendo de passos imaginários as ruas vazias. O dizer da literatura é o que sobra quando o corpo se vê precário, desamparado, quando parecemos não mais dar conta do real, quando o sentido deixa de ser crível. Vem como recurso simbólico de uma tentativa de inteligibilidade, estrutura, comunicação. Aparece, nos termos de Lacan (2007), como *sinthoma*, um enlace possível do sujeito, das condições humanas, e da realidade.

Lá, onde o simbólico faz furo, *troumatisme*, onde o imaginário parece não dar conta e o real recusa dar-se ao entender, quando a estrutura dos registros mais humanos parecem prestes a se dissolver, lá se enlaça o *sinthoma* – esse *je ne sais quoi* tão pessoal de cada um, certa sutura que agarra os pontos de falha e impede sua completa dissolução. É claro que, por ser tão único de cada sujeito, o *sinthoma* é quase infinitamente variável, mas pensamos não ser por acaso que Lacan o tenha descoberto e o elaborado justamente a partir de uma obra literária. O Seminário de número 23 marca um momento chave do pensamento de Lacan no que diz respeito aos estudos do inconsciente e da estrutura dos registros, e toda a construção de seus argumentos expostos só parecem ter sido possíveis pelo caso de Lacan ter lido James Joyce – e é precisamente esse Lacan joyciano que vai apresentar o inconsciente como real e a existência do *sinthoma*. Isso porque, para Lacan, a obra de Joyce cutuca o real. *Finnegans Wake*, escrita em 1939, brinca ao máximo com a língua, que é recriada toda vez que falada, e recusa tudo aquilo que pode ser

⁸ “Lembremos do futuro: crônicas do tempo da morte do tempo” (2022), “A tetralogia da peste: + dois tempos, uma cidade” (2020) e “O último gozo do mundo” (2021), respectivamente.

generalizado (sintoma), para evidenciar aquilo que lhe é mais único (*sinthoma*).

Para Lacan, a obra de Joyce é em sua essência inanalísável, não há que se procurar sentido porque enquanto *sinthoma* ela não busca destino, não requer que sua constituição se dê no outro, justamente porque ela fala, primordialmente, do um. E daí a importância desta constatação para a psicanálise: propor um inconsciente que não é apenas transferencial, que se constitui a partir do outro, mas que pode também ser real e, enquanto tal, prescinde de sentido, de interpretação, e do verdadeiro enquanto véu, construção – já que entre o dizer e o real há sempre o lapso do impossível, um déficit de interpretação nunca suprido.

Talvez seja por isso que encontramos tantas obras nas quais a literatura compartilha orações com a finitude. Em muitos escritos do contexto pandêmico, a morte e a poesia pareceram saber dançar a mesma melodia – uma acenando para a possibilidade da outra, respeitosamente. Para Natália Timerman (2022, p. 129), inventamos ficções de começos e fins para que possamos habitar o tempo – “Tic seria um gênese humilde; toc, um débil apocalipse”, escreve, a partir de Frank Kermode. Nas ficções amparamos nossa falta constitutiva, ocultamos nosso ser-para-a-morte, e buscamos por um mundo que não nos pertence, mas que em suas páginas podemos, finalmente, tomar pela mão.

Nesse sentido, parece-nos emblemático o conto de Luiz Fernando Veríssimo⁹, cuja cena tentarei reconstruir brevemente: próximo de sua mesa de trabalho, um escritor monta uma forca. Prepara o laço, a cadeira embaixo, e então liga o computador e digita: “No fundo, no fundo, os escritores passam o tempo todo redigindo a sua nota de suicida. Os que se suicidam mesmo são os que a terminam mais cedo”. O escritor se levanta, vai até a forca e a coloca envolta de seu pescoço. Retira o laço, desce da cadeira e torna ao computador. Apaga o segundo “no fundo”, tornando seu texto mais

⁹ Vide Veríssimo (1998).

categorico. No conto de Veríssimo, o processo de sobe e desce entre força e computador se repete ainda um par de vezes até o personagem, por fim, se dar por satisfeito com o que escreveu. Salva o texto na memória do computador para revisar no outro dia e vai dormir.

Mas se toda obra é uma nota suicida, como nos diz o personagem de Veríssimo, então por que escrever? Talvez porque, “no fundo, no fundo”, para o escritor, o escrever é o que permite a continuidade do viver – tirar o laço do pescoço, descer da força e redigir mais uma sentença. Talvez porque sua obra, mais do que uma nota suicida, seja como uma sobrevida, uma resistência do ser que, ao convocar o como-se, assume seu poder-ser, se abrindo para um outro horizonte que não a morte. Talvez, ainda, como nos fala Timerman, a literatura possa nos salvar de nós mesmos, ou, ao menos, enquanto escrita, como analisa Aleida Assman (2011), ser médium de certa eternização – sepultar e perpetuar o que não quisermos que seja corroído pelo tempo.

Enquanto *sinthoma*, portanto, a literatura serve ao um – impede o dismantelamento do nó que ampara as estruturas reais, simbólicas e imaginárias do sujeito; mas por ser linguagem também é transferencial, e por isso atua no plano da realidade. A realidade, explica-nos Lacan, tem os registros simbólico e imaginário como condição de sua existência. Para além, ao contrário do real, a realidade é aquilo que faz laço, ou seja, é necessariamente relacional – demanda do outro e, assim, interpreta, comunica. É claro que falar de realidade não exclui aquilo que a psicanálise chama de real – ele se encontra ali, nas embrulhadas da realidade, e no nosso esforço, sempre precário, de dizê-lo -, e por isso sempre acabamos por esbarrá-lo mesmo nas literaturas que mais se esforçam por transgredi-lo.

Esse outro, o qual convocamos como requisito de sentido, aparece aqui em uma significação que é dupla: o Outro, em maiúsculo, como aquela alteridade que nos é constituinte, e o outro, em minúsculo, como o semelhante a quem dirigimos nosso comunicar. É interessante, inclusive, que nessa relação, onde há interpretação e o inconsciente é o discurso do outro,

a incidência do desejo deste, Lacan chame de História, ou Histoeria (história + histeria). Justamente porque o real não espera nada da fala, o discurso que se endereça ao outro é o da compreensão, produzida a partir da continuidade intersubjetiva do discurso, uma operação que supera os lapsos e as ausências de sentido através de certo enredamento narrativo: o real é, então, traduzido em verdade – que, por sua vez, enquanto discurso, assumirá ainda uma porção de outras significações e encenará diferentes mundos toda vez que atingir a conjugação última da mimese de Ricœur (1983), o interlocutor.

Nestes grandes e pequenos outros, portanto, descobrimos o que pode a literatura e em que medida ela e a história se encontram, para, logo ali, novamente se separarem. E é justamente por terem pontos de discrepâncias e não só intersecções que uma serve à outra como potencial de enriquecimento. Em suas manifestações discursivas, tanto a história quanto a literatura, fala-nos Luiz Costa Lima (2006), fazem parte de nossa tentativa tão humana de dar forma a esse informe que é o real. A história, no entanto, se mantém serva de determinados pressupostos (ainda que aporéticos, como vimos na introdução de nosso texto) próprios da disciplina que a constitui, enquanto a literatura assume uma postura transgressora que lhe é própria – ultrapassa barreiras de realidades estabelecidas para ser possibilidade de mundos outros. Enquanto a historiografia busca pelos conceitos adequados, a literatura inventa palavras onde caibam os sentimentos e as faltas de sentido. A literatura permite, aliás, que se abrace o não sentido, daí funcionar, de acordo com Paulo Scott (2022, p. 90), como rearranjo, desvelamento de espelhos, “encadeamento fundante de novos olhares sobre a existência”.

Nas palavras de Mário Vargas Llosa (2002), a literatura revela em suas entrelinhas desejos de realidade, vontades outras de vida – nascem as ficções para sanar as vontades que não podem ser vividas, para expressar desejos e inconformidades. Ao escrever, mais do que contar a vida, pretende-se transformá-la. Nos concede a ilusão da ordem: estabelecer

cronologias, continuidades, linearidades, sempre que sentirmos necessidade de tentar domar a fluidez do tempo da vida. Nos fornece, portanto, uma perspectiva de vida que a realidade nos nega. E é essa característica que faz da literatura aquilo que é contaminado pelo real, atravessado pelo mundo, mas que também o afeta e o transforma – essa mimesis transgressora da qual nos fala Costa Lima. É possibilidade, portanto. Possibilidade, inclusive, como nos diz Irllys Alencar F. Barreira nas *Escritas da Pandemia* (2020, p. 60-64), de “reinventar o tempo quando ele se expande e o espaço se comprime”, de ser olhar e “caminhar sem os pés”, a fantasia que “enfrenta a crueza diária dos fatos”. Temos uma literatura que nos permite brincar com a loucura, que, a exemplo de Joyce, Cervantes ou Marquês de Sade, expia nossos sintomas e nos permite falar o irracional, o imoral e o maravilhoso. Convoca o como-se e, como ele, possibilita um poder-ser, é imagem e transfiguração da vida. Manifesta visões e formas de mundo e por isso com ele se identifica, ainda que só brevemente, para então implodir – nos proporciona, nas palavras de Foucault (2013), a absoluta liberdade de estarmos loucos.

Tomando para si o direito inalienável de fabular, como nos diz Antônio Candido (1995), viventes, sobreviventes e experimentadores da pandemia reuniram suas *Escritas*¹⁰ e seus *Versos Insurgentes*¹¹, recitaram em grafia computadorizada *Poemas para a catástrofe do nosso tempo*¹² e, no desejo de se estar em

¹⁰ “Escritas da Pandemia” é um projeto independente de 24 mulheres cearenses que nasceu nas redes sociais e se transformou em livro. O acesso é gratuito e pode ser baixado em:

<https://www.instagram.com/escritasempandemia/>

¹¹ Parte do projeto Retratos da Pandemia (UFRGS), “Versos Insurgentes” é uma exposição virtual que reúne poemas e poesias escritas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Pode ser acessada através do link: <https://www.ufrgs.br/retratos-da-pandemia/>

¹² “Poemas para a catástrofe do nosso tempo” é obra de Alberto Pucheu, lançada em 2020 pela Revista Cult.

*Qualquer lugar menos agora*¹³, compartilharam crônicas de viagem para tempos de quarentena. Em suas linhas, moveram o tempo, elaboraram *sinthoma* e, diante da dilatação do isolamento, almejavam um comunicar que pudesse tocar o outro. Em sua maioria, narrativas curtas que revelam muito do tempo apressado-paralisante-fragmentado de um viver insone que é pandêmico e neoliberal. Poucas palavras, ainda que muito carreguem, é o que pode ser dito por vez, amanhã já é outro do mesmo, outras esperas, diluições.

Julián Fuks, ainda em 2018, falava sobre certa impaciência contemporânea com a fantasia, aliado a um eu literário que se quer dar a ouvir com certa urgência. Ao longo de 49 minutos, buscou perscrutar, diante da plateia, possíveis razões para o que denominou de cansaço da ficção¹⁴. Para além das argumentações atreladas ao surgimento do romance, Fuks aponta para algumas possibilidades próprias de um tempo que nos é mais imediato: talvez seja a ausência de horizontes utópicos e de novas imaginações políticas, ou a aguda percepção de um pessoal que é político e de um político que é profundamente pessoal, ou, ainda, a busca por bases mais realistas quando a própria realidade não o é. A despeito de sua análise, diante da pandemia, Fuks não escreveu grandes romances de ficção, senão crônicas de um eu literário bastante pessoal que confessam um narrador hora esperançoso, hora pessimista, mas sempre em busca de lidar com a imposição de um presente atroz.

Talvez o cansaço da ficção, afinal, não seja algo a ser compreendido em suas tantas razões para ser, mas aquilo que deve ser sentido em sua presença faltante, urgente e incômoda – e acredito que Fuks o tenha. Logo nas primeiras páginas de sua obra (Fuks, 2022, p. 11-12), confidencia: “o escritor está

¹³ “Qualquer lugar menos agora: Crônicas de viagem para tempos de quarentena” é obra de João Paulo Cuenca, lançada em 2021 pela editora Record.

¹⁴ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=updbqKZBTAo&ab_channel=Caf%C3%A9Filos%C3%B3ficoCPFL

passando por uma das experiências mais extremas de sua vida e, no entanto, sabe que não terá nada a dizer a respeito”, e foi justamente a partir desse déficit narrativo que se fez cronista “contra tudo aquilo que corroía”. Fartam as notícias em seu “monopólio do desorbitado”, ao passo que faltam as narrativas – informações e enredos se desencontram em suas incompatibilidades, notam Julián Fuks e Carola Saavedra. Não há tempo para a trama em meio às mortes quantitativas, não há espaço para o dizer de mais de meia dúzia de palavras às existências perdidas, já apontava Débora Diniz em seu projeto *Reliquia.rum*¹⁵. “Com a morte de tantos corpos, morrem também as palavras, o próprio sentido fenece, os textos se fazem cadáveres” (Fuks, 2022, p. 108), Fuks é certo ao reparar que “hoje até mesmo a morte se vive em anticlímax” (Fuks, 2022, p. 113).

Em um mundo cada vez mais irreal, como abordar a realidade, a história? O que pode a literatura em um mundo colapsado, onde tudo parece mais importante que a literatura? Saavedra inaugura seu livro de ensaios a partir destas provocativas para, então, ao longo das páginas seguintes, registrar a intrusão da realidade em sua ficção: “eu estava escrevendo sobre o fim do mundo quando o mundo começou a acabar” (Saavedra, 2021, p. 126). De uma escrita que se tornou impraticável, encenou o ritual de sua impossibilidade – rasgou e queimou o único exemplar daquilo que escrevera. Também para a autora, assim como para Fuks, no contexto pandêmico, o literário foi se configurando uma impossibilidade ao passo que imperiosa necessidade. Acontece que, como nos fala Giovana Mandalosso (2022, p. 20), “você pode ter uma corneta e saber compor melodias agradáveis com ela, mas tem horas em que faz mais sentido apenas encher os pulmões e soprá-la com toda a força”.

Ainda o soprar com força, no entanto, conserva seu lirismo. E é nessa proposta que se materializa a obra organizada por Fabiane Secches, a fim de debater a respeito da literatura e

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reliquia.rum/?hl=pt-br>

do antropoceno, convocando autores e autoras para pensar juntos o desconhecido, como em um esforço de tradução conjunta daquilo que ainda se busca conceito. Nas palavras de Saavedra (2021, p. 113), “sustentar o ‘não entender’ exige uma imensa coragem”, porque é justamente o que não sabemos pôr em palavras o que nos move a criar. E é por isso que a literatura vem como ferramenta privilegiada dentro das possibilidades dos registros simbólicos, porque oferece recursos outros ao “não entender”, outras relações para com as realidades que nos parecem inapreensíveis e que, acrescentamos, como historiadoras e historiadores, temos tido dificuldades em narrar – isto é, construir narrativas adequadas às realidades outras mobilizando apenas os recursos que a disciplina histórica, herdeira dos moldes historicistas, tem nos proporcionado. Nesse sentido, é fundamental que questionemos os discursos puristas ainda impregnados no fazer historiográfico e assumamos a importância da literariedade que, para além de fardo ou ornamento retórico, é instrumento constituinte e essencial de nossa prática – um apelo à desinterdição de Clio, como escreveu Péguy ainda no início do século XX.

Para Fuks (2022, p. 11), “num tempo em que impera a morte, nada é mais necessário do que encontrar os espaços em que a vida resiste”, nos quais ainda possa ser dançarina do efêmero e reivindicar o direito de seus rompantes líricos. É necessário o lirismo, argumenta, porque este, por definição, altera o mundo com a direção subjetiva do olhar e, contrariando toda clareza ilusória, refunda a complexidade do mundo (Fuks, 2022, p. 31). Carrega consigo, portanto, uma melancólica lucidez – desse mundo insólito, de tudo o que não desejamos e nos recusamos a ver. A literatura é oráculo, aparece como forma de saber o que ainda não sabemos que sabemos, brinca Saavedra. Como uma voz que nos fala à nossa revelia, “revela algo além da mensagem, algo que nem sempre colocamos propositalmente lá, mas que só encontramos depois” – infiltram-se mutualmente vida e ficção. Por ser linguagem de significados desdobráveis, a literatura é saber em espiral – a cada volta, novos matizes –, e por isso fala do

múltiplo, lança mundos no mundo, e nunca se esgota em suas significações.

Contra os tempos que insistem em “secar as palavras”, a literatura – essa transgressora de gramáticas, mundos e sentidos, nos proporciona e nos estende a outras formas de dizer aquilo que, por nos faltar simbolização, como diz Lacan, já grita por todos os poros do nosso ser. E assim, faz nascer e renascer autores e autoras e as reintegram no mundo, torna-o mais suportável, quem sabe mais compreensível. Cria desvios da destruição, possibilidades futuras e passadas, abre frestas em seus desdobramentos para que surjam novos e outros mundos e, a partir destes, outras e novas histórias.

Para todas as vezes em que o real nos deixa sem símbolo, que possamos abrir novas vias pelos bosques da ficção e que, assim, o inenarrável saiba se fazer narrativa. Tudo o que for escrito, nos diz Fuks, carregará a marca indelével do barulho estridente do mundo, é certo, e teremos então uma miríade de histórias necessárias a nos ensinar a estar no mundo, a nos humanizar e fazer viver – desse transpasso profuso e fundamental no qual se encontram e se atravessam mundo, ficção e história, a historiografia tem muito a ganhar (a começar pelas boas palavras).

no mundo desdobrável
a frase
é também outra frase
e outra frase
e outra frase
e outra
e outra
e outra
frase
até cansar
(Carola Saavedra)

III. Nota conclusiva

Parece quase *démodé* que ainda insistamos na relação entre História e Literatura, que recuperemos Hayden White e falemos sobre fardos e aporias. Acontece que se essas questões ainda precisam ser constantemente revisitadas é porque ainda incomodam, porque ainda há certo interdito de até onde poderemos ir ao relacioná-las sem ferir a dignidade disciplinar, sermos acusados de desertores, parricidas da profissão que nos formou. Insistimos nela, no entanto, porque não podemos cansar de trazê-la ao debate se quisermos ser capazes de repensar os fundamentos epistemológicos da disciplina histórica.

Pensar história e literatura perpassa, portanto, pela historicização do próprio fazer historiográfico e pela exposição de seu caráter historicamente condicionado. Ainda que nossas análises tenham sido bastante pontuais, a exemplificar a presença desses debates nos séculos XIX, XX e XXI, não faltaram intelectuais e pensadores que assumissem o risco de habitar a terceira margem, para utilizar o termo de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (parafraseando o título do famoso conto de Guimarães Rosa, em *Primeiras Estórias*), – não para profanar a história, como muitos acabaram sendo acusados, senão para salvá-la dos golpes desferidos por suas próprias aporias, reaproximá-la das propriedades do que é humano e de seu ímpeto genuinamente fabulador.

E toda vez que uma produção historiográfica agiu nesse sentido, que ousou questionar os pressupostos sob os quais se consolidou a História Moderna, um historicista se viu nu. *Onde estão as roupagens científicistas que me cobriram de maneira tão confortável até aqui?*

Vão-se os trajes da pretensa objetividade e fica o humano, diante de uma plateia atônita que se esforçou por acreditar no purismo documental e na imparcialidade da análise. E então não há “tática fabiana” que dê conta de desconversar diante das “vergonhas expostas” – é preciso que se fale sobre isso, que se assuma a crítica, que se posicione enquanto aquele que faz, muito mais do que aquele que diz, um

tecelão de histórias (Albuquerque Jr., 2019), muito antes de porta-voz.

Do subsolo, há muito escondida, Clio ri. Interditada porque despida em seus fundamentos, a musa não compreende porque aquele homenzinho – conjugado no masculino-ocidental, agora revoltado pela exposição, insiste em recuperar uma roupagem que já não lhe serve.

A aparente dessemelhança radical entre ciência e arte, já falava White, não provém senão do medo do artista romântico e da ignorância do cientista positivista. A compreensão do mundo (ou, ao menos, suas tentativas), deve passar necessariamente pelas duas, não porque cada uma oferece um pedacinho de mundo a partir do qual podemos realizar certa mediação, mas porque ambas são essencialmente interconstituintes. Para que não exista apenas enquanto perversão, como denunciou Nietzsche, ou pesadelo, como escreveu Joyce, mas para que sirva efetivamente à humanidade, a história precisará encarar a ingenuidade metodológica que tem deliberadamente simulado, como nos fala White (1994), e resolver-se com sua sensibilidade reprimida.

Por meio dela, da engenhosidade estética e dos gêneros ficcionais, e de suas diversas formas de representação, se poderia atribuir ao discurso histórico uma “qualidade de autodesnudamento” análoga, por exemplo, à ficção literária, cuja “função última” seria, consoante Costa Lima (2008, p. 175-176), a de

[...] apresentar a verdadeira face do poder. O que significa dizer: a ficção tem a vocação crítica de mostrar aquilo que estava nos seduzindo. Isso, porém não a torna verdade; mas nos diz que ela é o meio humano para que, através de um discurso que se autoapresenta como não-verdade, apreenda-se a verdade.¹⁶

¹⁶ Nosso argumento toma como ponto de partida o pressuposto de que a mentira, que faz parte da própria história, é uma espécie de contrário

Não ditos e ausências também exercem efeitos estruturais, pontua Arthur L. de Ávila, e, como demonstra White, eles têm dado autoridade e endossado formas antiquadas de ver, apreender e falar sobre o mundo. Partindo dessa perspectiva, advogar pelo autodesnudamento da História se aproxima da proposta de politizar a disciplina histórica, como vem sendo empreendido pelas iniciativas da chamada *História Indisciplinada* (Ávila; Nicolazzi; Turin, 2019). Faz parte de um esforço de combate contra a progressiva descredibilidade da história, mas também de torná-la mais adequada e responsiva às necessidades que a(s) realidade(s) tem/têm nos imposto. Poderíamos dizer que a proposta de autodesnudamento diz respeito a uma relação de honestidade entre locutor e leitor, mas trata-se, sobretudo, de uma questão de transparência metodológica, reconhecimento de limites, intersecções, subjetividades. E apontá-las de forma alguma empobrece sua capacidade de oferecer respostas sérias, mas reforça ainda mais seu compromisso, o uso consciente de seus recursos e ferramentas e, com isso, se abre a novas possibilidades de responder e corresponder às suas demandas. Nas palavras de White,

A história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna. E, enquanto se recusa a usar os olhos que tanto a arte moderna quanto a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega - cidadã de um mundo em que 'as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com a

constitutivo dela, analogamente como a ficção, que “*não se confunde com o puro falso senão que opera dentro do falso aceitável.* [...] Em palavras diretas: *a ficção se torna aceitável a partir de um mito domesticador.* [...] O falso aceitável, *i.e.*, o relato ficcional, ao invés, presta tributo à verdade” (Lima, 2014, p. 269).

liberdade do tempo presente' (White, 1994, p. 63).

Falar de História e Literatura, portanto, assim, lado a lado, não para desqualificar ou submeter uma à outra, mas para potencializar o seu alcance quando desnudado/revelado tudo o que podem, o que as constitui e o que carregam, libertar Clío do subsolo e trazê-la de volta à sala de estar de nossa disciplina para que, como boa anfitriã, saiba receber com sabedoria seus convidados.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE Jr. D. M. **O tecelão dos tempos** (novos ensaios de teoria da história). São Paulo: Intermeios, 2019.
- AVILA, A. L. de; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (Orgs). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- AMORA, A. S. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1974.
- ASSMAN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: P. Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- BANDEIRA, M. "A Vida e a Obra do Poeta. A Poética de Gonçalves Dias". In: DIAS, G. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959, p. 11-48.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1959.
- CANDIDO, A. O direito à Literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARDOSO, E. W. **A Cor Local e a escrita da história no século XIX**. O uso da retórica pictórica na historiografia nacional. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- COMPAGNON, A. **Os antimodernos: de Joseph de Maistre a Roland Barthes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

- DASTON, L. **Historicidade e objetividade**. São Paulo: LiberArts, 2017.
- DIAS, A. G. “Introdução aos Annaes historicos do Maranhão – por Berredo”. In: BERREDO, B. P. **Annaes historicos do estado do Maranhão**, em que se da noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foi descuberto até o de 1718. 2ª ed. São Luis: Typographia Maranhense, 1849, p. V-XX.
- DIAS, A. G. Amazonas. **Revista do IHGB**, 18, p. 5-69, 1855.
- DIAS, A. G. Brasil e Oceania. **Revista do IHGB**, 30, p. 5-192 e p. 237-396, 1867.
- DIAS, A. G. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959.
- DIAS, A. G. **Diário da viagem ao Rio Negro**. Transcrição de L. M. Pereira. Rio de Janeiro: Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, 1997.
- FOUCAULT, M. **La gran extranjera**. Para pensar la literatura. Tradução de H. Pons. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.
- FUKS, J. **Lembremos do futuro: crônicas do tempo da morte do tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- HARTOG, F. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje?” **História Social**, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.
- HARTOG, F. **L’histoire d’Homère à Augustin**. Paris: Seuil, 1999.
- HARTOG, F. **Croire en l’histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HEGEL, G. W. F. **La raison dans l’histoire**. Introduction à la philosophie de l’histoire. Paris, Éditions 10/18, Plon, 1965.
- IEGELSKI, F. Teoria da história entre literatura, mito e memória. In: IEGELSKI, F.; SCHITTINO, R. (Orgs.). **Teoria da história hoje: historiografia e sentido histórico**. PPGH-UFF/Usina Editorial: Niterói, 2022, p. 105-124.
- JAUSS, H. R. L’usage de la fiction en histoire. In: **Le Débat**, mar.-abr., 1989, p. 89-113.

- KODAMA, K. O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e a Etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 1-14, 2007.
- KOSELLECK, R. **O futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KURY, L. B. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 235-246.
- LACAN, J. **O seminário, livro 23: O sinthoma**. Tradução: S. Laya. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- LIMA, L. C. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, L. C. **Mímesis: desafio ao pensamento**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.
- LLOSA, M. V. **La verdad de las mentiras**. Madrid: Alfaguara, 2002.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. **Faits de l'esprit humain**. Paris: Librairie d'Auguste Fontaine, 1859.
- MANDALOSSO, G.. Quando a ficção não é o bastante. In: SECCHES, F. (Org.). **Depois do fim: conversas sobre literatura e antropoceno**. São Paulo: Instante, 2022.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira (1855-1877)**. Vol. II. São Paulo: Editora Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- MONTELLO, J. **Para conhecer melhor Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.
- PÉGUY, C. Clio. Dialogue de l'histoire et de l'âme païenne [1931]. In: **Œuvres complètes de Charles Péguy (1873-1914)**, v. VIII. Paris: Gallimard; Éditions de la Nouvelle Revue Française, 1917.
- PEREIRA, L. M. **A Vida de Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

- REVISTA DO IHGB**, 12, 1849.
- RICCEUR, P. **Temps et récit. 1.** L'intrigue et le récit historique. Paris: Seuil, 1983.
- ROE, G. H. Reading against History: The Unfolding of the Literary Work in Péguy's "Clio". **The French Review**, v. 85, n. 2, p. 302-315, dec. 2011.
- ROE, G. H. **The Passion of Charles Peguy: Literature, Modernity, and the Crisis of Historicism.** Oxford: Oxford University Press, 2014.
- ROMERO, S. **História da literatura brasileira.** Transição e romantismo. T. III. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.
- SAAVEDRA, C. **O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim.** Belo Horizonte: Relicário, 2021.
- SCHADEN, E. Exploração Antropológica. In: HOLANDA, S. B. de (Org). **História Geral da civilização brasileira.** O Brasil monárquico. Reações e transações, T. II, vol. 3. São Paulo: Difel, 1982, p. 425-443.
- SCOTT, P. Linguagem, intemperança e direito à literatura. In: SECCHES, F. (Org.). **Depois do fim: conversas sobre literatura e antropoceno.** São Paulo: Instante, 2022.
- SECCHES, F. (Org.). **Depois do fim: conversas sobre literatura e antropoceno.** São Paulo: Instante, 2022.
- SERVAIS, Y. Charles Peguy and the Sorbonne: 1873-1914. **An Irish Quarterly Review**, v. 39, n. 154, p. 159-170, 1950.
- SILVA, J. M. Pereira da. Estudos sobre a literatura. Nitheroy, **Revista Brasiliense**, de ciencias, letras e artes, T. I, n. 2, Paris, Dauvin et Fontaine Libraires, p. 214-243, 1836.
- SOUZA, N. A. de. Revisão do lansonismo: o cientificismo brando de Gustave Lanson e a perpetuação acadêmica da história literária. **Revista de Letras**, São Paulo, v.52, n.2, p.95-112, jul./dez. 2012.
- SUSSEKIND, F. Palavras loucas, orelhas moucas. Os relatos de viagem dos românticos brasileiros. **Revista USP.** Dossiê "Brasil dos Viajantes", n. 30, p. 94-107, jul.-ago. 1996.

- TIMERMAN, N. O tempo da ficção e o fim dos tempos. In: SECCHES, F. (Org.). **Depois do fim**: conversas sobre literatura e antropoceno. São Paulo: Instante, 2022.
- VASCONCELOS, E. H. B. de. Gonçalves Dias e a Seção Etnográfica e Narrativa da Comissão Científica de Exploração (1859-1861). **Espaço Ameríndio**, (UFRGS), v. 06, p. 219-229, 2012.
- VERÍSSIMO, L. F. **O suicida e o computador**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- WHITE, H. **The content of the form**. Narrative discourse and historical representation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- WHITE, H. **Meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Univesidade de São Paulo, 1992.
- WHITE, H. O fardo da história. In: **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994.

História intelectual: As compulsões da experiência e da linguagem e a presença do passado¹

Carlos Henrique Armani

Introdução

Pretendo apresentar, neste capítulo, uma reflexão acerca da relação entre as compulsões da experiência e da linguagem na história intelectual. Em sua teorização sobre linguagem e experiência, Ankersmit entende a compulsão da experiência como a força da realidade empírica sobre a linguagem, predominante na descrição de determinados eventos. E compulsão da linguagem como o falar sobre o falar, predominante nas representações, que são mais abrangentes do que as descrições acerca do passado. Dessa definição de Ankersmit, pretendo preservar o conceito de representação no seu sentido ontológico como parte do ser-sobre o passado e ampliar sua concepção de experiência, ao me aproximar mais do conceito de presença, na esteira da ontologia de Martin Heidegger e de Hans Ulrich Gumbrecht, para pensar a materialidade do passado realizada na linguagem. Quer dizer: o conceito de experiência que mobilizarei ao longo de meu texto é relativo à experiência da facticidade a partir da presença das coisas do mundo na linguagem. Como um estudo de caso, tomarei a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, por meio da qual apresentarei a tensão entre essas duas compulsões ao pensar os diversos agentes históricos implicados na sua representação sobre a Guerra de Canudos e os modos pelos quais o mundo do sertão produz *Os sertões*. Ainda que eu esteja propondo uma teorização sobre o mundo de *Os sertões*, ela tem

¹ Esta pesquisa está vinculada a um projeto de pesquisa mais abrangente, desenvolvido nos cursos de graduação e de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulado “História intelectual, produção de presença e construção de sentido”, bem como ao grupo de pesquisa “História intelectual e dos conceitos”, cadastrado no CNPq.

a pretensão de ser testada como uma metodologia de análise de outras obras na história intelectual, especialmente com obras que lidam com certa fenomenologia da paisagem e do mundo ambiente.

A escolha desse tema para reflexão obedece a duas inquietações: a primeira delas é a suposta positividade do real como fiadora do que se denomina o “fundo histórico” (a Realidade) das ideias, do pensamento, do texto etc.; a segunda, relacionada à anterior, a urgência de pensar desdobramentos importantes da reflexão sobre a experiência histórica pós- virada linguística, que se propõe a ser uma (não tão nova) alternativa ao textualismo e a certos limites que a linguagem interpôs à reflexão historiográfica. Almejo avançar na discussão a respeito da relação entre experiência histórica e a linguagem que forma as condições de inteligibilidade da obra de um autor ou de uma comunidade linguística, social, cultural, ecológica, de autores, sem que a linguagem seja reduzida unicamente ao significado.

No interior do debate da historiografia intelectual, meu ponto de partida é a tensão entre o documentário e o ser-obra que o historiador Dominick Lacapra apresenta como constitutiva do trabalho do historiador intelectual, ao interpretar textos clássicos. Sua base teórica é a meditação sobre o originário da obra de arte e do pensar como ofício, desenvolvida por Martin Heidegger em seu texto *A origem da obra de arte*. Como se trata de um texto em que mundo, experiência, linguagem, obra, arte e originário estão profundamente articulados, ele é imprescindível para o desdobramento de minha reflexão, pois o obrar da obra como abertura do fundamento e acontecimento do ser é temporalidade e espacialidade dos entes que habitam o mundo, o que traz para a obra aquilo que é o produzir, a presença que tem o vigor do ter-sido e que definimos como originária naquilo que se presentifica na obra diante de nós. Ao passar por Heidegger e por um dos principais continuadores da reflexão sobre presença, Hans Ulrich Gumbrecht, apresentarei o documento/obra *Os sertões* para indagar essa dupla inscrição

da obra como prova e como rastro de um determinado mundo do passado. Por fim, voltarei a Lacapra e à tensão entre documentário e ser-obra para pensar o problema de *Os sertões* como fonte na história intelectual, no sentido de situá-la como documento e obra que produzem presença na linguagem.

O acordo teórico básico que norteia meu texto não pretende ser uma afirmação da autonomia da linguagem no sentido de um mundo ideal que orienta a história, nem, tampouco, a sua interpretação como parte de um mundo cuja plenitude de objetividade seja uma espécie de referente puro – o qual se coloca como um exterior à linguagem que pode ser o econômico, o social ou o político. Trata-se de pensar uma situação aquém dessa dicotomia e colocar em questão *o contexto* no sentido de sua unidimensionalidade e reivindicar uma saturação de tensões entre as diversas compulsões que tanto a experiência histórica quanto a linguagem colocam para a história intelectual quando lidamos com a prática e a teoria de pensar obras clássicas. No caso apresentado aqui, uma obra clássica da história intelectual no Brasil.

Se conceitos, palavras, jogos de linguagem etc., descrevem e representam determinados estados de coisas, entre eles, coisas do passado, a linguagem que investigamos quando nos deparamos com a obra de um ou de vários autores implica a presença de certas experiências de vida individuais e coletivas, de curto e longo prazo, como também pressões da própria linguagem sobre ela mesma, tornando mais significativa a experiência que tem vigência na obra. O contexto que se define por tal condensação e pelas relações de um autor ou uma comunidade de autores com o mundo circundante faz deles, para abusar da terminologia heideggeriana, um entre-ser autoral, cujo “entre” implica o mundo subjetivo, o mundo-com-os-outros e o mundo ambiente tanto naquilo que constitui a temporalidade do sentido, quanto a espacialidade da presença. Neste caso, trata-se de múltiplas pressões que a experiência exerce sobre a linguagem e sobre as quais a linguagem age e constitui significado. No debate entre experiência e linguagem, ou se quisermos usar uma variável

desse problema, entre contextualismo e textualismo, a discussão que ora apresento tem a pretensão de firmar-se em uma abertura entre as duas perspectivas, uma vez que entendo que não existe texto (ou linguagem) fora de um mundo formado por uma multiplicidade de entes que se remetem uns aos outros e que conformam as experiências vividas e as linguagens que as tornam significativas. Dependemos da linguagem pra expressar determinadas experiências históricas em termos de significado. Mas isso não quer dizer que a linguagem se faça história numa circularidade de emissões sobre ela mesma, tornando o texto irreduzível à experiência. E no caso da experiência como presença do mundo, sua condução via linguagem ameniza o efeito de significado que a interpretação tem. De acordo com Toews (1987, p. 882), mundos de significados não são criações *ex nihilo*, mas respostas a/ e formações de mundos de experiência em mudança, em última análise, irreduzíveis às formas linguísticas em que aparecem.

Não tenho a pretensão de tentar encontrar na obra que tomo como estudo de caso uma experiência pura sem qualquer mediação pela linguagem, ainda que ela possa aparecer na linguagem como presença irreduzível ao sentido. Até porque esta seria uma tarefa malograda, uma vez que a linguagem como mediação não poderia ser destituída de nossa atenção na pesquisa em história intelectual. Trata-se de aproveitar a imersão na reflexão sobre a linguagem que a virada linguística proporcionou e, com ela, pensar inflexões da linguagem em sua relação com o mundo da experiência histórica, as quais constituem outras figurações possíveis do passado para além da metáfora ou mesmo da metáfora do mundo como texto.

A tensão entre o documentário e o ser-obra²

² A expressão *ser-obra* foi usada por Horacio Pons na sua tradução espanhola do texto de Lacapra. Trata-se de uma tradução da palavra inglesa *worklike*, que, por sua vez, é uma tradução que Lacapra faz da palavra alemã usada por Heidegger sobre o pensar como um ofício: *das Handwerk*. Pode-se afirmar que tal expressão indica o pensar como um modo de habitar e

Em seu texto já clássico, *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, Lacapra desenvolveu e aprofundou questões sobre experiência e linguagem que orientaram parte dos avanços teóricos e metodológicos da história intelectual nos últimos 40 anos. Lacapra ressaltou a necessidade de pensarmos a relação do texto com processos de interação que implicam nada menos do que a relação da linguagem com o mundo (Lacapra, 1983, p.26), a importância da “interação tensa entre reconstrução com base empírica do passado e a troca dialógica” (Lacapra, 1992, p.427). Sua contrapartida nos vestígios do passado da história intelectual se apresenta na tensão entre o caráter documentário e o ser-obra de uma obra (ou o aspecto performativo que os textos apresentam). Em um modelo documentário, de acordo com o autor, “a base da pesquisa é o fato ‘duro’ derivado do esquadramento crítico das fontes”, e o propósito da historiografia é tanto “fornecer explicação narrativa, quanto ‘descrição densa’ dos fatos documentados ou submeter o registro histórico a procedimentos analíticos de formação de hipóteses, testes e explanação” (Lacapra, 1985, p.18). As fontes, neste caso, “tendem a ser tratadas em termos estritamente documentários; ou seja, em termos das proposições factuais ou referenciais que podem ser derivadas delas para proporcionar informação sobre tempos e lugares específicos” (Lacapra, 1985, p.18). O ser-obra implica uma forma de suplementar a realidade empírica, adicionando e subtraindo dela elementos não redutíveis ao documentário, “tais como os papéis de compromisso, interpretação e imaginação”, pois ele “desconstrói e reconstrói o dado, em certo sentido repetindo-o, mas também trazendo ao mundo

configurar o mundo, um ofício que apresenta uma relação de cooriginariedade do pensar com os existentes do mundo: “trilhar esse caminho é a posição vigorosa, e permanecer nele é a festa do pensar, pois o pensar é um ofício” (Heidegger: 2010, p. 38-39). No original: Diesen Weg zu betreten, ist die Stärke, und auf diesem Weg zu bleiben, ist das Fest des Denkens, gesetzt, daß das Denken ein Handwerk ist). Ver a tradução espanhola em: (Palti, 2012).

alguma coisa que naquela variação, alteração e transformação significativa, não existia antes” (Lacapra, 1983, p.30).

Trata-se de uma discussão central para o problema das diversas compulsões da experiência e da linguagem, pois ao estabelecer a relação entre documento/descrição e obra/representação, Lacapra apresenta contornos diferentes para pensar a relação entre linguagem e mundo na história intelectual, reconhecendo não somente as pressões que a experiência exerce sobre a linguagem, como também as pressões que a própria linguagem exerce sobre ela mesma e sobre a experiência, de modo que tal relação implica tanto o mundo da experiência, em que diversos existentes tensionam a linguagem com sua força de realidade, como também os modos como a linguagem representa as experiências de mundo e, neste caso, contribui para configurá-lo – a imaginação, a interpretação, tal como sugeridos por Lacapra ou a representação, tal como pensada por Ankersmit³.

Convém desdobrar um pouco mais a discussão, especialmente a partir da matriz heideggeriana à qual Lacapra se vincula, para, a partir dela e em uma perspectiva simpática ao historiador estadunidense, introduzir algumas palavras, com um sotaque mais ontológico, sobre a relação entre linguagem e experiência. Quando Lacapra acentua os diversos mundos possíveis que se relacionam com a linguagem, especialmente ao destacar o caráter da obra como um ser-obra (Lacapra, 1983, p.30-31), seu débito para com a ontologia se torna mais manifesto, pois a indicação conceitual *modo-de-ser-obra*, tomada de empréstimo a Heidegger, traz o elemento ontológico da

³ O conceito de representação é recorrentemente associado a uma teoria do conhecimento histórico. A proposta de Ankersmit, ao situar a representação numa relação mais primordial com o mundo – e, nesse sentido, mais profunda do que a descrição – e por meio da qual nós podemos falar a respeito do ser-sobre o passado (being about), reabilita a ontologia, de modo que a representação perde em precisão referencial, mas ganha em profundidade significativa. Além do mais, ao fazê-lo, Ankersmit afirma que a teoria literária tem grande relevância para teorizar a escrita da história, mas pouca relevância para a teoria da história e para os diversos aspectos do mundo histórico que ela evoca. Ver (Ankersmit, 2001, p.73-74).

obra – mesmo que Lacapra não o reconheça abertamente. Trata-se de um modo de ser da obra que manifesta ou faz aparecer aquilo que não se reduz à linguagem em termos de sentido. Em terminologia heideggeriana, o *da* que existe e subsiste em todo o ser (*O Dasein*). As formas de expressão contextual que Lacapra admite em sua investigação são desdobramentos desse *da* que circunda os entes, especialmente aquele que se interroga, constantemente, pelo sentido do ser das coisas, de si e dos outros com os quais ele se relaciona e que, com ele, habitam o mundo – o ser humano. Por mais que tal tese mantenha certo antropocentrismo, ela deve ser destacada naquilo que faz o *Dasein* um ser-no-mundo.

A interrogação de Lacapra se mantém em dois níveis dessa ontologia, a saber, o mundo com os outros e o mundo de si, sem que o mundo ambiente seja efetivamente alcançado⁴. Lacapra não tenta reduzir a interpretação que o historiador intelectual desenvolve a uma mera dicotomia entre elas; pelo contrário, sua perspectiva é a de manter uma tensão não redutível a sínteses, de modo que os níveis possam tocar-se, justapor-se, mas não se encerrar em uma situação meta-histórica. Para avançar mais nessa ideia de Lacapra e pensar o aspecto do pensamento como um ofício, é cabível remeter-se à obra que Lacapra menciona e que serve para sua orientação teórica na disposição de interpretar o texto: *A origem da obra de arte*, de Martin Heidegger.

⁴ Em seus trabalhos mais recentes, Lacapra apresenta uma virada ontológica com ênfase pós-humanista e ética, ao centrar sua atenção em diversos outros, como se pode verificar em um dos seus livros mais recentes: “Os principais ‘outros’ aos quais me direciono a partir de diferentes perspectivas são outros animais, outros povos [...] e nossos próprios passados, assim como o passado de outros, especialmente na medida em que eles recaiam e de fato possam ainda estar vivos ou assombrem o presente (Lacapra, 2018, p.6). Minha preocupação não é fazer um estudo sobre o pensamento de Lacapra, mas tão somente partir da discussão sobre o documentário e o ser-obra que constitui a tensão entre experiência e linguagem. Não posso deixar de notar, contudo, a sua direção pós-humanista levando em consideração a agência histórica não humana, bem como sua relação com a alteridade, na medida em que ambos são problemas éticos que acompanham este capítulo.

Quando Heidegger trata do originário da obra de arte e do que nela é produzido⁵, ele o faz levando em consideração o caráter cômico da coisa, o caráter de utensílio do utensílio, bem como o caráter de obra da obra. Lacapra destaca, em sua tradução da interpretação heideggeriana da obra de arte, especialmente o terceiro aspecto da sua formulação em torno da obra de arte, o ser obra da obra. Como Heidegger afirma em seu exemplo da pintura do par de sapatos, de Van Gogh, há uma primeira dimensão da obra como utensílio, em que a obra está como outros utensílios no mundo, uma espécie de coisas, entre outras, à mão.

Segundo Heidegger, as coisas são muito mais próximas de nós que quaisquer sensações: “escutamos em casa a porta bater e nunca ouvimos sensações acústicas ou meros ruídos”. Para se ouvir um puro ruído, continua o autor, “temos de afastar das coisas o escutar, distanciar delas o nosso ouvido, ou seja, escutar abstratamente” (Heidegger, 2010, p.59). Aquilo que dá às coisas o seu caráter permanente e nuclear, mas que, ao mesmo tempo, causa também o modo de sua afluência sensível, o colorido, o sonoro, o duro, o maciço, é a matéria das coisas. A forma já está implicada nesta determinação da coisa como matéria. Quando Heidegger menciona o exemplo da pintura dos sapatos, o caráter cômico da obra se manifesta como um desvelar da obra em que o “há algo” é uma presença na linguagem:

Da escura abertura do interior gasto dos sapatos a fadiga dos passos do trabalho olha firmemente. No peso denso e firme

⁵ Novamente, lanço mão de uma tradução das palavras *Hervorbringen* (produzir) e *Hervorbringung* (pro-dução) usadas por Heidegger em *A origem da obra de arte* e em *Introdução à metafísica*. De acordo com a nota de Carneiro de Leão à sua tradução, a palavra *pro-duzir* é entendida em seu sentido etimológico. Composta do verbo *pro* (diante de, em frente de), *pro-dução* é a instauração de vigor que leva o modo de ser de algum ente para a frente da presença histórica (Leão, 1999, p. 78). No texto, optei por manter a palavra sem o hífen, embora sua interpretação deva levar em conta, a cada momento em que o conceito produção aparecer, esse caráter de presença que o constitui.

dos sapatos se acumula a tenacidade do lento caminhar através dos alongados e sempre mesmos sulcos do campo, sobre o qual sopra contínuo um vento áspero. No couro está a umidade e a fartura do solo. Sob as solas insinua-se a solidão do caminho do campo em meio à noite que vem caindo. Nos sapatos vibra o apelo silencioso da Terra, sua calma doação do grão amadurecente e o não-cultivado do campo invernal. Através deste utensílio perpassa a aflição sem queixa pela certeza do pão, a alegria sem palavras da renovada superação da necessidade, o tremor diante do anúncio do nascimento e o calafrio diante da ameaça da morte. À Terra pertence este utensílio e no Mundo da camponesa está ele abrigado (Heidegger, 2010, p.81)⁶.

O caráter originário da obra, que constitui seu ser-obra ou sua feição *artesanal* (um pensar como ofício), conduz a um modo de ser que não é somente um problema de adequação de um objeto a um saber. A experiência que a obra produz não é reduzida à linguagem, mas tampouco à impressão sensorial abstratamente apreendida do mundo. Trata-se de um “há algo” que acena na obra. Se à terra pertence o utensílio, ele se abriga no mundo que se habita. Heidegger, mais adiante, afirma que o ser-obra, portanto, significa “levantar um mundo”, não no sentido de um mundo como objeto à disposição de nossa intuição, mas o mundo como um “sempre não-objetivo”. Quer dizer, a obra mantém aberta o aberto do mundo: “Ser-obra significa instalar um mundo”, um mundo que se mundifica e

⁶ O conceito de Terra usado por Heidegger, como ele mesmo afirma, não é “a representação de uma massa de matéria aglomerada, como também, segundo a astronomia, de planeta. A Terra é aquilo em que se reabriga o desabrochar de tudo que, na verdade, como tal, desabrocha. Nisso que desabrocha, a Terra vige como a que abriga” (Heidegger, 2010, p.105).

“onde acontecem as decisões mais essenciais de nossa história, que por nós são aceitas e rejeitadas, não compreendidas e de novo questionadas, aí o mundo mundifica” (Heidegger, 2010, p.111).

A interpelação heideggeriana é uma provocação ontológica para a história intelectual, uma espécie de sinestesia do mundo que habita a obra, cuja constituição ontológica não se restringe ao mundo do autor-leitor, nem ao mundo-com-os-outros da ação social. Juntamente com eles, habitando o contexto e as conexões de remissão dos entes que são/estão, coloca-se o mundo ambiente através do vento, do solo, dos sapatos, do couro. Neste caso, os sapatos de Van Gogh podem tornar-se estradas, paisagens, canhões, florestas, desertos, mares, campos, cidades, animais, biomas e um conjunto maior de entes que, com o humano, ocupando o mesmo espaço que ele na divisão dos corpos, mantêm uma presença que não se reduz àquilo que na linguagem apazigua sua força de presença: o sentido. É um ser-arremessado no mundo da vida em todos os domínios possíveis, sem qualquer fechamento de tal enraizamento. O “aí” ou o “entre” (o *da*) de todo o ser e estar no mundo implica a relação do humano com a economia, com a política, com a cultura, com o mundo não humano das pedras, das plantas e dos animais, com a finitude (não somente a sua, mas a da vida na terra e da própria terra), com a angústia, com o cuidado.

Devo adicionar a essa preocupação de Heidegger em trazer a tensão de terra e do mundo como presença (e como sentido), algumas ideias de Hans Ulrich Gumbrecht, que vão ao encontro de sua ontologia e de um manifesto, por assim dizer, substancialista em prol da presença das coisas-do-mundo por meio de uma experiência da linguagem estética que distingue uma cultura de presença de uma cultura de sentido (Gumbrecht, 2015, p.20). Gumbrecht sugere uma tipologia para distinguir culturas de presença e culturas de sentido. De acordo com o autor, o qual passo a resenhar a seguir (Gumbrecht, 2010, p.106-111), a autorreferência humana predominante em uma cultura de sentido é o pensamento, a

subjetividade de seres humanos que se entendem como excêntricos ao mundo, enquanto aquela dominante em uma cultura de presença é o corpo. Tais corpos fazem parte de uma cosmologia, o que quer dizer que os humanos não se enxergam como excêntricos ao mundo, mas como parte do mundo. Em uma cultura de sentido, o conhecimento só pode ser legítimo se tiver sido produzido por um sujeito no ato de interpretar o mundo, diferentemente de uma cultura de presença em que o desvelamento é algo que acontece. Essas oposições tornam plausível que cada cultura trabalhe com concepções diferenciadas daquilo que se entende por signo⁷. Outro tipo fundamental para pensar a cultura de presença é o espaço, a dimensão primordial em que se negociam a relação entre os diferentes seres humanos e a relação entre eles e as coisas do mundo. Se o tempo é o aspecto fundamental em uma cultura de sentido, em uma cultura de presença, o espaço é a principal dimensão pela qual a relação entre seres humanos como corpos humanos e com outros corpos se constitui, relação que pode ser transformada em violência, ou seja, na ocupação e no bloqueio do espaço pelos corpos – contra outros corpos, humanos ou não.

O ser-obra de uma obra: *Os sertões*

Que obra-fonte poderíamos usar nessa dupla inscrição que Lacapra sugere para pensar alguns fundamentos teóricos e metodológicos da história intelectual, depois de passarmos por Heidegger e Gumbrecht a fim de reforçar a perspectiva de presença em um mundo vivido?

Gostaria de lançar mão de um exemplo da história intelectual *no* Brasil⁸: *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Publicado

⁷ Gumbrecht usa o conceito de cultura numa perspectiva bastante abrangente, o qual poderia ser substituído pelo conceito de ontologia, tal como proposto por Descola ao pensar os arranjos dos existentes em diferentes modos de constituição do habitar o mundo, a saber: animismo, naturalismo, totemismo e analogismo. Ver: (Descola, 2015).

⁸ Minha substituição do genitivo pelo locativo nesta declinação é intencional. Ainda que o locativo demarque um lugar, esse lugar não coopta

no Brasil em 1902, há mais de 100 anos *Os sertões* tem sido tomado como objeto de estudo. É um livro que, de certa forma, já nasceu como um clássico. Desde as histórias da literatura produzidas no início do século 20, passando pelos trabalhos que o converteram em obra canônica de interpretação do Brasil e, mais recentemente, como obra que teria definido certas características de um pensamento pós-colonial *avant la lettre*, *Os sertões* não é uma obra de fácil apreensão⁹. Como disse Euclides em um diário de 1902, “escrevi este livro para o futuro” (Cunha, 1995, p. 617). Para alguns estudiosos, sua obra se tornou a expressão do pensamento determinista do final do século 19 e início do século 20, para outros, uma das primeiras obras sobre a invenção do “Brasil profundo” (conceito em voga nas teorias construtivistas), ou ainda um libelo contra a república e contra os “crimes da nacionalidade”, entre outras leituras. Não obstante, uma das dicotomias persiste e talvez seja a mais expressiva da obra: o Brasil das grandes cidades e o Brasil desconhecido pela maioria de seus habitantes. De um modo ou de outro, salvo aqueles trabalhos que priorizam o caráter mais pós-colonial de sua narrativa, em linhas gerais o destino inicial e final das interpretações de sua obra é pensar o Brasil¹⁰. Não que essa preocupação esteja completamente ausente deste estudo. Não obstante, ela não é o centro

o mundo para o sentido, especialmente, quando se trata de pensar que o sentido acaba por pertencer ao Estado-nação.

⁹ Uma parte da recepção imediata de *Os sertões* pode ser consultada na compilação *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*, que reúne textos de vários críticos literários do início do século 20, entre os quais Araripe Júnior, Silvio Romero e José Veríssimo (Nascimento; Fiacoli, 2003). A obra também é analisada em muitos livros introdutórios sobre o pensamento político e social brasileiro, bem como em trabalhos monográficos sobre a obra mestra de Euclides. Em 2002, por conta da comemoração de 100 anos da publicação de *Os sertões*, muitos trabalhos foram publicados. É possível encontrar parte desse material no Portal Scielo, que reúne não somente textos de 2002, como outros artigos publicados em período anterior ou posterior a 2002.

¹⁰Em relação à leitura pós-colonial de seu pensamento, refiro-me ao texto de João Maia (2010), citado nas referências bibliográficas.

gravitacional de minha reflexão da obra de Euclides, na medida em que meu interesse reside, sobretudo, em pensar a presença do passado em uma obra sem que a razão última do significativo seja o Estado-nação.

Facilmente podemos pensar *Os sertões* como uma obra em que há a presença das coisas do mundo na linguagem, dos diversos modos como a experiência histórica exerce suas pressões sobre a linguagem, bem como os modos como a linguagem é mobilizada na sua representação acerca de uma guerra que Euclides experimentou e que tentou, em parte, domesticar via construção do sentido, ainda que a violência dos corpos contíguos na guerra fosse irredutível a ele.

Se aplicarmos a tipologia de Gumbrecht e o pensamento heideggeriano para pensar *Os sertões*, podemos ter algumas pistas que nos levam a aquilo que está na obra na condição de uma presença, a começar pela própria presença física do autor no lugar da guerra e como o tema do corpo (o cansaço, a fome, o suor, a fraqueza, a proximidade mortal dos corpos em confronto) tem relevância em sua obra. É verdade que o autor somente publicou seu livro cinco anos depois do fim da Guerra de Canudos, mas isso não retira a maneira como o mundo sertanejo se produziu como um ente que, em seu vigor, presentificou-se na sua história. Esse mundo que se constitui desde a descrição e a representação (ser-sobre) da terra, do clima, da hidrografia, da flora, do sol, da luta, do arraial, desvela-se como um agrupamento de entes que ocupam de modo constante e instável um espaço que ousou nomear de cosmologia sertaneja, uma obra cujo desvelamento é uma espécie de morada. Tomo novamente a reflexão que Heidegger apresenta sobre a relação entre o construir, o habitar e o pensar, na qual o filósofo concebe uma quadratura que fundamenta o habitar como um “demorar-se junto às coisas”: terra, céu, mortais e deuses (Heidegger, 2012, p.129). Para o autor, a terra concentra-se vasta nas terras e nas águas, irrompe concentrada na flora e na fauna; o céu é o percurso em abóbodas do sol, o curso em transformação da lua, o brilho peregrino das estrelas, as estações dos anos e suas viradas, luz e crepúsculo do dia,

escuridão e claridade da noite, suavidade e rigor dos climas; os deuses são os mensageiros que acenam a divindade, o lugar reservado à sacralidade; os mortais são os humanos, pois somente eles morrem continuamente, “ao menos enquanto permanecer sobre a terra, sob o céu, diante dos deuses”. Ao habitar, os mortais “são na quadratura” (Heidegger, 2012, p.129-130).

Ainda que os objetivos de Heidegger ao propor essa quadratura sejam diferentes dos meus, há, fundamentalmente, um ponto em comum: a preocupação com a experiência histórica da presença, sobretudo no que ele define como “terra” e “céu”¹¹. Por meio dessa quadratura que serve como um operador metodológico para pensar diferentes agentes históricos na obra de Euclides, podemos traduzir seu pensamento para o contexto sertanejo do seguinte modo: a terra é a caatinga, os rios, os arbustos e a flora do sertão, as cidades, as casas e os casebres, os fortes, a “Troia de taipa”; o céu: a lua, as estrelas e, especialmente, o sol, que cumpre uma agência fundamental no mundo sertanejo, onde a luz e o calor se convertem em agentes centrais da guerra e por vezes “um inimigo que é forçoso evitar” (Cunha, 1985, p.119); os mortais: os jagunços, os militares, as armas e munições como uma espécie de “extensão” dos humanos em conflito, pois se tantos os militares quanto os jagunços são seres-para-a-morte, eles o são na condição de seres que podem/devem morrer e podem/devem matar; os deuses: os sobre-humanos, o Hércules-Quasímodo, o grande homem às avessas, “a pátria”, a “rocha dura da nacionalidade”, o umbuzeiro como “árvore sagrada do sertão”, as rezas e as profecias, Monte Santo como

¹¹ A perspectiva heideggeriana usada no texto é uma tradução metodológica, para não dizer uma tipologia, de análise da relação entre presença e sentido no documento-obra *Os sertões*. A presença que implica a espacialidade sertaneja é terra e céu. Deuses e mortais, por sua vez, formam o sentido. Heidegger aponta certa preeminência para os mortais como aqueles que, ao construir, têm a finalidade de habitar. O sentido do ser na quadratura me interessa menos do que a fenomenologia da paisagem que ele sugere ao estabelecer a relação entre mortais, deuses, céu e terra.

“um templo prodigioso, um monumento erguido pela natureza e pela fé” (Cunha, 1985, p. 126, 203).

Há, em *Os sertões*, o caráter cômico da coisa, de utensílio e de obra da obra. Quando Euclides descreve e representa o sertão da Bahia, são somente tropos, convenções linguísticas, atos de fala, época, classe social e instituições que estão presentes em sua obra, ou há parte da poeira, da seca, do calor e do sol, das pontes, da caatinga, dos corpos humanos em decomposição? Vejamos essa passagem célebre:

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (Cunha, 1985, p.325).

O quadrado de baionetas e os tiros de canhão mencionados por ele, para se referir às *luzes* da civilização que a República levou aos sertanejos, é somente uma alegoria irônica da civilização ilustrada, conferindo um sentido à destruição física dos corpos que o canhão realiza? Ou ela é também, uma experiência irreduzível, na sua violência, à linguagem do sentido? Com a obra textual, há também os tiros, a pólvora e toda a brutalidade física do exército republicano ao ocupar o espaço sertanejo. A propósito, a presença da luz do sol e da luz dos canhões se combina em uma atmosfera de destruição na obra de Euclides que é tanto figurativa quanto literal. Há, em seu texto, a densidade e o maciço do sertão que se apresentam como uma espacialidade e uma temporalidade disruptivas. Admitimos que o sertão não foi mais o mesmo com Euclides. Mas, às vezes, esquecemos que Euclides não foi mais o mesmo a partir do momento em que seu ser-no-mundo

se constituiu juntamente com o mundo sertanejo. Esse *não foi mais o mesmo* implica essa alteridade radical da presença como experiência histórica, o que faz de *Os sertões* uma obra cuja compulsão da experiência pode ser deduzida de certas características empíricas, mas que é também uma experiência originária da terra, junto com o céu, que se faz mundo na obra. Não obstante, diferente da habitação heideggeriana, os sertões não apaziguaram o ser dos danos e da ameaça e nem resguardaram a unidade originária da quadratura. Terra, céu, mortais e deuses se constituíram em seres relacionais e caóticos, antes de serem um suposto abrigo do ser no pensar. Além do mais, a distribuição do humano na espacialidade do sertão – o que por vezes foi visto como um determinismo geográfico –, pode também ser pensada na sua perspectiva oposta: a natureza como uma extensão anímica do sertanejo:

As caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu (Cunha, 1985, p.277)¹².

Neste caso, a presença reforça o antropomorfismo (ou o contrário), retirando o ser humano do centro gravitacional da historicidade e adicionando historicidade ao sertão em sua materialidade: Mais uma vez, manifesta-se aquela fenomenologia do ambiente sertanejo que a linguagem realiza na “trama epinescente” da obra, na ambiência de um sertão

¹² Desenvolvi algumas ideias sobre a relação entre agentes humanos e não humanos na obra de Euclides em outro trabalho, no qual explorei diferentes ontologias em disputa em sua obra. O caráter por vezes antropomórfico que se apresenta como um animismo no maciço do sertão não deixa de ser uma intuição contra-antropocêntrica que apresenta a caatinga, as seriemas, o sol, o calor, entre outros, como agentes históricos. Por vezes, dotados de intencionalidade. Ver: Armani (2022).

que, se separava alguns mundos em termos temporais, agregava outros na contiguidade da espacialidade.

Considerações finais

Talvez tenha sido somente pela palavra que o mundo sertanejo tenha se aberto, que seus entes tenham ganhado vida e adquirido a cidadania ontológica de entes do mundo (o velho poder do *Logos* de nomear). Por outro lado, sem todos os entes presentes nos sertões (o mundo ambiente e circundante; o mundo com os outros, que era também um mundo dos outros contra os outros nem sempre humanos), que lugar haveria, na história intelectual, para *Os sertões* como uma obra que é em seu fundamento afetada pelo sertão?

Seria possível questionar: o que todas essas camadas possíveis de formulação de uma experiência que pretendemos abrir para a presença têm a ver com obras que se manifestam, sobretudo, como textos e que são ao mesmo tempo documentos e obras? Ou o que o conceito de presença como parte de uma experiência tem a ver com a história intelectual, na medida em que, na melhor das hipóteses, estamos tratando de uma experiência que é manifesta intelectualmente?¹³

Uma das respostas é: depende do modo como apreendemos o que está contido nas obras. Se o conteúdo dos textos somente tem realidade a partir do sentido, mantemos o nível de uma compreensão circular das obras em que obras são textos que, por sua vez, são linguagem cuja realidade não tem existência fora do texto¹⁴. Ou que toda escolha de um contexto

¹³ Não pretendi abordar o conceito de experiência intelectual e a formulação que Ankersmit apresenta como experiência histórica sublime (Ankersmit, 2005, p.7), nem o que Popper define como “um terceiro mundo das ideias” (Popper, 1975), apesar de essas teses serem importantes para problematizar outros modos de pensar a experiência que não a restringem à experiência empírica. Uma leitura da história intelectual e de uma teoria da experiência histórica pode ser conferida na obra de Ankersmit citada acima.

¹⁴ Como afirma Ankersmit, para um teórico da literatura, este não seria um problema, na medida em que o texto é sua própria realidade. Mas para o historiador tal redução da realidade ao texto é inaceitável (Ankersmit, 2001, p. 74).

pertinente depende exclusivamente da interpretação para se escolher quais contextos são pertinentes. Além do problema da má-circularidade do argumento, parte da tradicional dicotomia entre o sujeito cognoscente e objeto conhecido se mantém, colocando toda a referencialidade da obra na autorreferência do sujeito – que é, diga-se de passagem, juntamente com “a natureza”, o fiador da objetividade. Lembremos que, em uma perspectiva ancorada no sentido, o ser humano se vê como centro de todos os demais existentes, inclusive da imaginação conceitual objetiva. O pensamento e o ser se fundariam em uma única substância cujo lastro de realidade é o humano configurador de mundo a partir do significado. Com a presença realizada na linguagem, há certo arrefecimento do sentido em proveito de substâncias que, em parte, se perderam na história intelectual fundada na virada linguística.

A problematização que desenvolvi pensando a relação entre as compulsões da experiência e da linguagem na constituição da presença (e, secundariamente, do sentido) tem a ver com um texto que traz informações sobre determinados conteúdos empíricos do passado, bem como aspectos mais profundos da realidade que ele representa (ou rerepresenta). Voltando a Lacapra e ao problema fonte-obra, como se apresenta a relação entre experiência e linguagem na obra que é documento e ser-obra ao mesmo tempo? Ela é uma fonte na condição de sua originariedade, de irromper num presente o vigor do passado, pensando na sua face epistemológica como prova, como também na condição de desvelamento ontológico, de um mundo do passado que se manifesta como presença.

Se uma virada merece outra, os caminhos trilhados até aqui, ao apresentar uma metodologia de investigação de *Os sertões* no interior do debate da historiografia intelectual, vão ao encontro de um esforço que tem sido denominado como “virada ontológica”, a qual atinge as ciências humanas de um modo geral. Talvez essa virada tenha a ver com certo desgaste das remessas infinitas de textos a outros textos, do excessivo papel que a textualidade desempenhou no mundo da

experiência histórica a partir dos anos 60 e 70, em que até mesmo certos artefatos na sua materialidade mais dura fossem reduzidos a textos. O esforço realizado neste capítulo, ao me remeter à relação entre as compulsões da experiência e da linguagem para a investigação de uma obra, foi de escrever sobre certo nível de experiência histórica conduzida pela linguagem, mas não reduzida a ela, na medida em que dei primazia para a presença em detrimento do sentido (ainda que ele não estivesse ausente). Quer dizer: na contramão da leitura do mundo como texto, pretendi ler *Os sertões* a partir de um mundo cujo obrar habitou um pensar. Afinal de contas, já dizia o jagunço-filósofo Riobaldo Tatarana: o sertão é do tamanho do mundo.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, F. The linguistic turn: literary theory and historical theory. In: **Historical representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, F. **Sublime historical experience**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ARMANI, C. H. *Os sertões* as a clash of ontologies in Brazilian intellectual history. **Geschichtstheorie am Werk**, 01/11/2022, <https://gtw.hypotheses.org/8985>. Acesso em: 08 set. 2023.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, E. da. “Dois fragmentos (De um caderno íntimo, de Lorena, 1902). In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

DESCOLA, P. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015.

GUMBRECHT, H. U. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2010.

GUMBRECHT, H. U. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Ed. da UNESP, 2015.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo/Sein und Zeit**. Ed. bilíngue. Petrópolis/Campinas: Vozes/Ed. da Unicamp, 2012.

- HEIDEGGER, M. **A origem da obra de arte/Der Ursprung des Kuntswerks**. Ed. bilíngue. São Paulo: Ed. 70, 2010.
- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LACAPRA, D. **Rethinking intellectual history**: texts, contexts, language. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LACAPRA, D. **History & criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LACAPRA, D. Intellectual history and its ways. **The American Historical Review**, V. 97, n. 2, p. 425-439, Apr. 1992.
- LACAPRA, D. **Understanding others**: peoples, animals, pasts. Ithaca: Cornell University Press, 2018.
- LEÃO, E. C. Nota. In: HEIDEGGER, M. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- MAIA, J. Thinking from the South: Brazilian social thought and the case of Euclides da Cunha. **Global South Sephis Magazine**, v. 6, n.1, p.24-33, jan. 2010.
- NASCIMENTO, J. L. do; FACIOLI, V. (Orgs). **Juízos críticos**: os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin/Editora da Unesp, 2003.
- PALTI, E. (Org.). **Giro Lingüístico e historia intelectual**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012, p. 19-167.
- POPPER, K. Sobre a teoria da mente objetiva. In: **Conhecimento objetivo**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.
- TOEWS, J. Intellectual history after the linguistic turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience. **The American Historical Review**, Vol. 92, n. 4, p. 879-907, Oct. 1987.

**A colonização da voz:
Trauma, construção do sujeito e colonialidade nas
Américas**

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Pois como não ascender até a ausência
da voz –
Lá onde a gente pode ver o próprio feto
do verbo –
ainda sem movimento.
Aonde agente pode enxergar o feto dos
nomes –
ainda sem penugens.
Porque não voltar a apalpar as primeiras
formas da pedra. A
escutar
Os primeiros pios dos pássaros. A ver
As primeiras cores do amanhecer.
Como não voltar para onde a invenção
está virgem?
Por que não ascender de volta para o
tartamudo!
(Manoel de Barros. Ascensão. In: *Tratado
Geral das Grandezas do Ínfimo*, p. 41)

As carnes de uma criança são lançadas no mundo. Entre a dor lancinante do primeiro respiro e o conjunto caótico de entidades e seres que a cerca, a criança grita, chora, emite por primeira vez a sua voz. Ela é a expressão de sua aflição, de sua angústia, de sua desorientação diante de uma situação totalmente nova e inusitada. Levada até o colo de quem a pariu, ainda esperneando, ela escuta por primeira vez a voz materna, a fala da mãe. A boca materna emite uma canção ou apenas consegue tartamudeá-la dado o esforço exigido pelo parto e o cansaço daí advindo. A criança se acalma, pois esse acontecimento sonoro constituiu uma espécie de centro para as forças ameaçadoras do caos à sua volta. A criança com os olhos ainda semicerrados, com uma visão ainda precária e

embaçada, acolhe em seus ouvidos essa afecção sonora que tem o condão de lhe produzir tranquilidade. Com a atenção atraída por aquela voz, a criança mira por vez primeira o rosto materno, aquele conjunto ainda desordenado e apartado de traços, que se conjugam e se articulam em torno da cançãozinha de ninar. Entre a desordem sonora de seus gritos e de seu choro e a sonoridade organizada, ritmada da música da voz de sua mãe, uma subjetividade começará a se organizar, um sujeito começará a se constituir. O ritmado das linhas melódicas espanta o caos, cria uma zona de estabilidade, traça um círculo, limites e fronteiras que afastam esse corpo, ainda sem órgãos, essas carnes ainda não transformadas em corpo, do terror do caos do mundo.

Com o passar dos dias a criança ensaia o ritmar de sua própria voz, do grito e do choro, utilizados sempre em momentos de aflição e de carência, em momentos de perdição no caos, ela passa a lalação, ao tartamudeio, ao balbucio de sonoridades repetitivas. Ela que desde o princípio tivera a experiência do primeiro gozo, dos primeiros prazeres ouvindo a sua mãe, afetada, estimulada e erotizada pelo toque da língua e dos sons maternos, agora passa a se auto-afetar, a gozar, a sentir prazer com os rumores de sua própria língua. Ao longo de toda infância sempre que sentir medo, que se sentir ameaçada por forças estranhas, sempre que se ver na iminência de ser tragada por uma zona de caoticidade, ela cantarolará uma canção. O ritmo da canção constituirá uma situação de constância e previsibilidade, a sonoridade lhe fará companhia, já não se sentirá tão solitária. A voz emitida, por vezes a uma altura capaz de espantar todos os terrores e todos os fantasmas, constituirá uma espécie de muro de proteção, um abrigo contra as forças ameaçadoras que habitam o mundo humano. A criança se diverte, sente prazer, sorri diante da sonoridade produzida por um pequeno chocalho, ela começa a se dar conta que não está sozinha no mundo, ela se dá conta da alteridade, ela começa a se descentrar de si mesma e, por conseguinte, começa a longa jornada para perceber a si mesma, para elaborar uma imagem de si, para se perceber como diferença. A voz

materna será essa primeira experiência do fora, a língua com que a mãe lhe fala, a nomeia, será essa experiência primeira de gozo com as sonoridades do mundo.

Jacques Lacan nomeou essa língua anterior a própria linguagem, essa linguagem anterior a todo significante, a todo gesto de significação, de alíngua (*lalangue*) (Lacan, 1985). A alíngua seria essa ausência de uma voz articulada através da linguagem fonemática, à qual sonha chegar o poeta Manoel de Barros. Em toda a sua poesia, o poeta do Pantanal sonhou em chegar ao momento do nascimento das palavras, o momento em que os verbos ainda eram fetos, momento em que os verbos ainda não estavam em movimento, momento anterior àquele em que o Verbo criou o mundo. O poeta a brincar de e a desafiar Deus, o dono da voz fundadora e fundante. Contemplar os nomes ainda em fetos, ainda sem penugem, ainda ensaiando as suas formas de pedra e de perda. Momento em que a capacidade de invenção poética dos humanos ainda estaria virgem, esse momento do qual só se poderia escutar um tartamudeio. Jacques Lacan consideraria esse momento primordial da gestação do sujeito humano como aquele em que ele se encontraria completamente imerso no Real, quando ainda lhe faltaria a capacidade poética de simbolização e imaginação (Lacan, 2007). Deleuze e Guattari, por seu turno, chamarão atenção para o caráter caótico do Real, para o fato de que aquela primeira cançãozinha funciona, aquela primeira sonoridade funciona, através de sua rítmica, como uma primeira forma humana de apaziguamento e organização da caoticidade do Real (Deleuze; Guattari, 1997, p. 115-170). O fato de ser sonoridades que tendem a ser repetitivas, que tendem a ter uma certa reiteração, que voltam sempre a uma espécie de recomeço leva a que a nomeiem de ritornelo. O ritornelo compõe uma linha sonora, traça uma trajetória no ar e como que fecha um círculo, dá contornos a um território para aquelas carnes habitar. Um sujeito se desenha, uma subjetividade se esboça em torno desse centro de gravidade aberto no caos por essa reiteração sonora. O mesmo acontecerá com a lalação, os balbuceios e tartamudeios da

criança. As sonoridades compassadas e repetitivas que emite são as primeiras formas de domesticar o Real, ainda sem o recurso ao símbolo e à imagem, ainda sem lançar mão da linguagem articulada.

Essa primeira língua, essa língua originária, essa língua anterior a todas as línguas, o que Lacan chamará de alíngua seria a própria linguagem do inconsciente, ela se alojaria no inconsciente e condicionaria a própria formação do sujeito consciente, do sujeito que fala e que se diz através de uma dada língua. Podemos dizer que o aprendizado de uma língua se faz sobre e a despeito dessa linguagem originária que é recalcada e esquecida. O semiólogo Roland Barthes chamou essas sonoridades fundantes da nossa subjetividade, as sonoridades que teriam antecedido, nos humanos, o aprendizado de uma dada língua, de rumor da língua (Barthes, 2012). Para ele toda língua não deixa de ser habitada por esse rumor inicial, por essas sonoridades desarticuladas e balbuciantes, tartamudeantes, pelo que podemos chamar de fractais sonoros, de lascas de sons, que atravessam transversalmente as línguas. Em seu projeto de semiologia, na busca por encontrar o inconsciente, o não-dito, o esquecido, o recalcado que habitavam os textos literários, Barthes vai em busca desse rumor da língua que os condicionava e constituía, que os atravessava. Barthes em suas elocubrações acerca do desejo, do gozo, do prazer investido no ato da escritura e, por conseguinte, no ato de leitura, vai se referir àquilo que nomeará de neutro, esse momento anterior a toda significação, esse momento anterior a todo sentido, no qual se goza com a materialidade mesma da sonoridade, em que sentimos prazer com o roçar da língua, seja de Luís de Camões ou de Cervantes, com o toque das ondas de sonoridade que nos fazem vibrar, percutir, ressoar. Lacan nomeará de letra esse objeto de gozo pré ou assignificante. Sentimos prazer com a letra quando desfrutamos de sua sonoridade ainda não transformada em conceitos, em enunciados, em palavras, quando voltamos a experimentar diante da linguagem o mesmo tipo de gozo vivido pelo infante, pelo futuro humano ainda não falante, ainda não

capaz de fazer sentido com as palavras, mas capaz de sentir prazer, de gozar com os rumores, com os ruídos.

Somos formados como sujeitos, como subjetividade no interior e por meio de uma língua materna. Construimos nossa autoimagem, nossa identidade com o uso de um léxico, com um conjunto de noções e categorias que constituem a cultura em que nascemos. Nos estruturamos subjetivamente através da encarnação das estruturas sociais que conformam a nossa ordem social. Nosso ser no mundo ganha e faz sentido através da linguagem. Nossas carnes começam a entrar na ordem social quando somos nomeados, quando recebemos um nome, uma das sonoridades primárias que nos acompanharão para toda a vida. No entanto, é comum que recebamos, quando crianças, ainda quando bebês, um outro tipo de nomeação, um nome no diminutivo, muitas vezes muito próximo do que seria uma linguagem infantil, quase um balbuciar, como quando chama-se a criança com palavras como bebê, nenê, neném, palavras que são como uma espécie de continuação da lalação infantil. Essas sonoridades ficarão alojadas em nosso inconsciente, elas sempre que escutadas remeterão a essa fase da infância, trarão de volta o prazer da presença materna, mesmo que não se tenha consciência disso. A língua que se ouviu e se falou na mais tenra infância seria como uma camada de sonoridades que constitui a nossa corporeidade, seria um componente de nossa existência. O rumor da língua materna, sua canção, seus ritornelos, seu ritmo constituiria a ambiência sonora de onde vai emergir a palavra falada, o ser falante. Essas sonoridades pré-linguísticas e pré-verbais constituirão uma espécie de muro branco onde a letra vem se imprimir, vem cortar, vem fazer incisões, cortes, vem fazer seus desenhos rupestres. Mas essas sonoridades também deixarão marcas, traços, índices em nossos corpos e em suas subjetividades. Ouvir um som familiar, um som que ouvimos desde o nascimento é como se sentir em casa, é como ser abraçado, abrigado, é como sentir o calor do colo materno.

Se a aquisição da letra, da língua articulada, já é um corte, um trauma nessa alíngua, nessa placenta sonora que nos

repcionou na vida mundana, mais violenta, mais traumática ainda é a perda da língua materna pela imposição de uma outra língua, uma linguagem estranha, uma língua de colonização. A grande maioria dos habitantes das Américas são herdeiros da violência linguística, de um processo de colonização pelas letras estrangeiras. Ao se perder a língua perde-se a mãe, perde-se o território existencial, perde-se o mundo. A violência física e psíquica da escravização e da servidão dos indígenas e africanos foi acompanhada pela violação de seus códigos culturais e pela imposição da língua do colonizador. A colonização da voz era o caminho para a colonização das subjetividades, para o epistemicídio e o etnocídio a serem perpetrados em nome da vitória de uma dada ideia de civilização. Perder a língua é perder a matéria, a terra mãe, é ser arrancado violentamente do solo de enraizamento, do próprio ser no mundo. A empresa colonial não foi apenas uma empresa de conquista de territórios, de dominação política e econômica, foi uma empresa de colonização do simbólico e do imaginário, uma empresa de colonização da língua. Foi também no campo linguístico que uma dura resistência teve que ser travada para reduzir e remediar essas perdas, para salvar traços, restos, fragmentos do universo linguístico e cultural que davam sentido às vidas e existências nas várias comunidades indígenas e nas várias sociedades africanas arrancadas de sua existência na África e traficadas para as Américas como escravizados. A história dos povos americanos é resultado desse trauma de origem, a própria entrada deles nessa forma de narrativa inventada na Europa, a incorporação deles a uma dada concepção de temporalidade se fez através da imposição de formas de relato, de narrativas estranhas àquelas que davam sentido a suas existências. Indígenas e africanos tiveram que reaprender a narrar a si mesmos

Imaginem a angústia, o medo, o pavor diante da captura, do aprisionamento, do embarque em navios que não sabiam para onde se destinavam. Imaginem o que é estar à mercê de seres de outra cor, que falam uma língua completamente estranha, que parecem confabular sobre o

destino que dariam a suas vidas. Eles estavam diante de um apavorante rumor da língua, diante de uma paisagem sonora formada por sonoridades confusas e ininteligíveis. A estranheza e o inusitado da situação, a sensação de perdição se agudizavam diante da presença do que pode ser visto como a alíngua, a lalação fundante da colonialidade. Ao contrário daquela alíngua materna, daquele conjunto de sonoridades assignificantes que ganhara um dado centro de organização na sonoridade da voz materna, com a qual o bebê convivera no período de gestação, essa espécie de alíngua da colonização trazia de volta a sensação de caos, o mundo parecia se desconjuntar, todo um universo parecia lhes abandonar para entrarem no estranhamento completo. Era como serem tragados pelas forças do caos, serem atirados numa linha de fuga sem nenhuma promessa de territorialização. A própria babel de línguas africanas que eram misturadas nesses navios, gerando a dificuldade em partilharem o próprio pavor, o medo, o sofrimento, em se entenderem e em entender o que se passava, os fazia mergulhar em um rumor linguístico que, ao invés de conferir prazer e gozo, os desnorteava e os fazia se sentirem perdidos, entregues às forças violentas de um fora. Ainda não haviam zarpado e já eram naufragos, ainda não haviam morrido, mas já se sentiam como cadáveres, literalmente não sabiam para onde iam, aonde iam chegar, é como se estivessem nascendo novamente.

As culturas americanas surgem desse grande trauma de origem, nascem das feridas feitas nos corpos e nas línguas, nascem da hemorragia dos sangues derramados e da hemorragia linguística, cultural, epistêmica, nascem das feridas e do corte profundo nas carnes e na letra realizados pela colonização. No inconsciente das sociedades da América permanece essa alíngua composta pelos gritos de dor daqueles chicoteados até a morte no tronco, pelo choro da mãe escravizada separada de seu filho e de sua filha, pelos lamentos daqueles que perderam tudo, suas terras, suas gentes, suas coisas. Como muitos dos elementos culturais e cultuais que conseguiram preservar, essa alíngua permanece no mundo da

invisibilidade, da materialidade do imaterial, da presença do ausente, na espectralidade de uma herança que se carrega na carne, na pele, nas dobras do silêncio, nas brechas do dizer, nos desvãos noturnos da clandestinidade, no segredo e no degredo. No poço profundo de cada ser preto, de cada ser pardo, de cada ser indígena se aloja esse sem fundo dessa perda originária, permanece fazendo sintoma esse luto nunca findo. A melancolia da música e do canto preto vocaliza, performatiza, dá passagem para essas vozes desarticuladas, para esses ruídos, para essa língua inarticulada em palavras, enunciados, conceitos ou significados.

As improvisações no jazz, no blues, esses momentos em que o poema foge em sons aparentemente desarticulados, em que a harmonia sonora é quebrada, em que uma espécie de bloco sonoro assignificante atravessa a canção, como se fosse uma rajada ou uma lufada de sonoridades quase uterinas, na voz das grandes divas negras, como sugere Fred Moten, é como se houvesse a ascensão à superfície dessa massa sonora que advém desses arquivos de ignomínias e violências (Moten, 2023). No grito lancinante e rasgado de Billie Holiday, de Areta Franklin, de Sarah Vaughan, nas sonoridades ritmadas e improvisadas de Elza Soares, nessa espécie de balbucio e de choro, de grito e de súplica, nesse aparente brincar e degustar as sonoridades, nesse prazer de fazer vibrar a língua de uma nova maneira, nesse gozo estático provocado pela invenção instantânea e única, singular, de fraseados sonoros, nessa performance única que visa se aproximar da virtuose, do gozo do virtual, vem se alojar como um espectro esse vozerio de dor e de revolta, de raiva, de ódio, de tristeza, de profunda nostalgia de tempos e espaços perdidos, mesmo para aqueles que nativos ou nascidos nas Américas, vem habitar e atualizar essa alíngua colonial que é descolonizada por esses gestos de reencarnação dessa voz ancestral.

Pedaços soltos dessas línguas maternas, dessas línguas da mãe, permaneceram como lascas saídas e caídas de uma árvore, como fragmentos que sobreviveram graças às memórias auditivas. Se as culturas africanas e indígenas eram

culturas, em sua maioria, centralizadas na transmissão oral, tinham na memória a faculdade socialmente mais relevante quando se tratava da continuidade da própria ordem social e política, a linguagem como veículo de memorização era um instrumento importante na construção dos laços sociais. Como a memória depende, em grande medida, de suportes materiais para sobreviver, os primeiros palácios de memórias do povo preto, pardo e indígena foram suas próprias carnes, foram o som de sua voz e da voz daqueles que fizeram o papel de transmissores daquilo que constituía o seu universo cultural. Mas, logo trataram de construir simulacros de seus territórios, nas circunstâncias as mais difíceis, entre a repressão, o castigo, o medo, a morte. Nos terreiros de candomblé, nas roças, escondidas no meio do mato, retiradas para lugares distantes das cidades e das fazendas, traziam de volta a som de seus tambores, de seus instrumentos musicais, ou inventavam novos instrumentos musicais, para evocarem a paisagem sonora de suas aldeias, de suas cidades, para fazerem reencarnar no tambor aquelas vozes ancestrais, as vozes dos antepassados, dos seus deuses, dos espíritos das matas, das águas, do fogo. Amordaçados, sem poderem falar livremente, sem poderem, muitas vezes, vocalizar seus sofrimentos, seus instrumentos musicais falavam por eles, emitiam vozes que vinham dessa alíngua desterrada ou soterrada, agredida, feita aos pedaços.

Em meio aos rituais, que reterritorializavam aquelas vidas nomadizadas, que riscavam no chão um mapa de pertencimento, que no sangue derramado, nas comidas ofertadas, desenhavam uma cartografia do sagrado, que reorientavam seres caotizados. No desenho dos búzios, no som dos maracás, mas, acima de tudo no canto ritmado, essas palavras dispersadas, essas palavras comprimidas pela repressão, vinham se libertar novamente, vinham bailar no ar. Vindo de outras terras, os deuses e deusas incorporavam, montavam os seus cavalos, e falavam essas línguas estranhas, essas palavras que remetiam a um universo cultural e cultural perdidos. Na sonoridade gutural, repetitiva, na melopeia cantada em círculo, em conjunto, ondas de corpos e ondas

sonoras obedeciam a passos e compassos, constituíam um corpo sonoro que era a própria sedimentação do corpo social. Na batida ritmada dos pés no solo, a construção da territorialidade inseparável dessa sonoridade marcante e demarcadora. Foi na habitação dessas sonoridades ancestrais e, ao mesmo tempo, atuais, atualizadas, foi na incorporação desse rumor de línguas, que pereceram e, ao mesmo tempo, sobreviveram as travessias, as correrias, as correições, as correções, as inquisições e as inquirições, que gerações de homens e mulheres pretos/as, indígenas, mestiços, conseguiram resistir, conseguiram marcar com algo de seu culturas nascidas do violento processo de colonização das subjetividades, de séculos de investimentos na conquista das almas.

Se a alíngua se relaciona com os primeiros gozos, se a fricção da voz, do hálito materno proporciona os primeiros prazeres de ordem sexual e sensual, se o rumor da língua faz conjunto com os primeiros tremores e os primeiros temores, se o lençol sonoro em que mergulhamos ao nascer produz as primeiras sensações eróticas, as primeiras afecções, o universo sonoro será para nós sempre da ordem do desejo e do erotismo. Os sons, a música, a voz, as palavras têm para nós uma dimensão libidinal e pulsional. O pulsar do som, a rítmica do som, toca nosso corpo e o arrebatava, o faz vibrar e o percute, nele repercute e faz ele repercutir. O samba toma conta da carne e a faz devir um outro corpo, a percorre, a transfigura, a desconjunta e a rearruma numa corporeidade balançante, gigante. É como se as carnes perdessem sua opacidade, como se ganhassem um brilho próprio, brilho do suor e da alegria, do prazer, do gozo que o mexer do corpo, que o friccionar as carnes com o ar, com as vestimentas, com outros corpos produz. A relação entre sonoridade e dança, articulação central nos rituais das culturas africanas, ameríndias e afro-americanas, torna inseparável o desfrute da música e o desfrute de uma corporeidade que se constitui na própria performatividade dançante. Uma corporeidade que desestabiliza as divisões binárias de gênero e sexo, corporeidade que se aloja no

interstício, na brecha, na dobra, na terceira margem do rio. Corporeidades homosociais, homoafetivas, corporeidades andróginas, transexuais, travestidas e transversais.

O coro gospel goza a performance de conjunto, o corpo a corpo das vozes, o encontro homoafetivo entre corpos que se dizem do mesmo gênero ou do mesmo sexo, como, ao mesmo tempo, desmancha qualquer marcação de gênero ou de sexualidade. No coro o gozo do cantar junto, do reencontro de vozes que remetem à língua colonial dos cantos de trabalho, das lamentos e lamúrias, das imprecações a Lord diante das violências do Senhor, do martírio de um Cristo que se reatualizava no martírio do povo preto. Gozo profundo do cantar junto que leva às lágrimas, que provocam tremores de emoção. O lençol sonoro, ao mesmo tempo que se eleva aos céus, desce às profundezas de camadas sonoras que levam até o choro e o pavor do navio negreiro, do grito lancinante ao se ver raptado e afastado de tudo o que se podia chamar de sua terra natal. No gesto de clamar e aclamar, a atualização dos clamores espectrais que constituem a língua de um continente de populações que choram e proclamam injustiças há mais de cinco séculos. O estar junto do coro, a formação desse novo corpo formado pelos membros de uma denominação religiosa, fazendo corpo com o órgão, corpo sonoro e, ao mesmo tempo, corpo espiritual e carnal, que permite um existir, um pertencer, um afirmar a humanidade de carnes desumanizadas, coisificadas. Corpo que dança em conjunto, que se movimenta em uníssono, que no balançar ritmado das vestes, que na marcação com as palmas das mãos, dá àquelas vidas singulares, a maioria delas expatriadas, desterritorializadas, um sentido de pertencimento, de conjunto, mesmo que seja um conjunto fenomenológico, precário, que só se sustenta e existe durante a performance. Aquelas pessoas gozam juntas, sentem enorme prazer e emoção, suas carnes se arrepiam, um enorme arrebatamento acontece, por terem, por minutos, tocado essa camada de sonoridades que se perde na noite dos tempos e que se reencontra, por vezes, no raiar do dia, quando um trompetista tresnoitado e ébrio, de som e álcool, desfila trôpego

pelas ruas desertas, vindo de uma casa de jazz, em que passou a noite gozando a homosocialidade do tocar em conjunto e, como se procurasse gozar ainda dos fiapos que restaram daquela tessitura sonora e carnal, emite notas esparsas, toques intervalares, enquanto luta com o sono e as pernas, enquanto luta com o som.

Nas igrejas pentecostais uma população subalternizada, formada por pretos e pretas, pardos, caboclos, latinos, chicanos, busca e encontra o Espírito Santo, que se manifesta não em forma de pomba, mas em forma de língua. A pomba europeia substituída por o dom de falar línguas inauditas e ininteligíveis. A pequena igreja tomada pelo som de vozes desconstruídas, disparatadas, por uma algaravia babélica. Emocionadas, trêmulas, as carnes em êxtase, sacudidas pelo que seria a possessão do Espírito. Manifestação de uma libido, de uma sensualidade, de um desejo que se faz carne em nome do Espírito. A ciência psicanalítica ocidental e europeia chamaria de histeria coletiva, mas esse rótulo nada diz, nada condiz com o que aí se passa. Já se perguntaram de onde vêm essas línguas, a que camadas do inconsciente coletivo e individual pertencem essas sonoridades que afloram aos lábios dos fiéis em transe? Entre a possessão do deus ou da deusa africana e indígena e a possessão do Espírito Santo reverberações espectrais, a identidade na diferença, a continuidade descontínua, a realidade oximórica. Na irrupção dessas línguas, o arrebatamento, a emergência de sonoridades, de alínguas esmagadas pela conquista linguística e epistêmica colonial. Rebelião, rebeldia, transgressão dos inconscientes culturais e cultuais a uma racionalidade e a uma consciência europeia, branca, colonizadora. Para uma racionalidade europeia, ocidental, seria o diabo, aquele que divide e dispersa, operando. Como pode ser que Deus, Aquele para o qual tudo conflui, aquele que centraliza, organiza, que hierarquiza, aquele que unifica, que é Um, pode se manifestar, pode enviar seu Espírito na forma de uma barafunda de vozes desconstruídas, pode aparecer não como línguas de fogo, mas como línguas de ar, de pneuma, que se dispersa e se perde no ato mesmo de ser

pronunciada. A língua anterior a todo sentido, a toda significação, rumor que se esgota nele mesmo, vozeria da qual se goza no instante, sonoridade acontecimental, passageira, que se resume a sua emissão e performance única. Se o Ocidente se tornou a civilização da escritura, dada a sua desconfiança da instabilidade da voz, da fala oral, buscando exorcizar os perigos da oralidade, imagine-se o incômodo diante da performance oral que se dá em línguas estranhas e barrocas. Se o Ocidente se tornou a civilização do *logos*, da racionalidade, da cientificidade, e eles foram atrelados ao grafismo, ao ato de registro, ao desejo de arquivo, à escritura, tais manifestações só podem ser tomadas por episódios de irracionalidade, de perigosa proximidade com a desrazão, com a loucura. Se Deus é o Verbo, se Ele falou através das Escrituras, como pode-se aceitar agora que Ele se manifeste através de outros verbos, de línguas que parecem ser inventadas a cada vez que são faladas e à medida que são pronunciadas. Foi em nome de Deus que as línguas africanas e indígenas foram colonizadas e silenciadas, mas é em nome Dele que outras línguas são performadas. O prazer, o gozo da língua mãe, da língua da mãe, que foi negada e recalcada faz sintoma no prazer e no gozo em falar línguas inspiradas pelo Espírito. Se o Espírito é sopro divino, se a alma (*anima*) é o sopro da Divindade, Ele e ela devem recender a seu hálito, reacender os hálitos e os hábitos da falação, reacender o desejo de sentir prazer no sabor e no odor do falar línguas. Gostar e gozar da e na língua, aquilo que todos fazemos ao vir ao mundo.

Se, como nos lembra Saidiya Hartman, a diáspora negra significou a perda da mãe, com ela se perdeu a língua mãe, a língua que cada criança negra ouviu pela primeira vez ao vir ao mundo, com a sua perda ficou sem a sua mátria, sua terra mãe, seu território primeiro, sua primeira conexão material com esse mundo, perdeu sua primeira relação carnal, erótica, gozosa com o mundo (Hartman, 2021). O mesmo ocorreu com as comunidades e civilizações indígenas do continente, que viram suas formas de organização social e política desabarem sob a violência da conquista europeia, milhões de indígenas que

perderam não só a mãe mas suas comunidades de referência, que viram suas entidades, suas lideranças, seus anciões, seus sábios, seus xamãs, serem trucidados, serem derrotados em guerras sanguinárias, que, como fragmentos apartados de todos despedaçados, passaram a vagar pelas florestas em busca de reconstruir com o que sobrou uma nova vida. Quando falamos de perda da língua, não se trata apenas da perda da linguagem fonética, da língua composta por palavras e enunciados, mas falamos na perda das linguagens rituais, gestuais, icônicas que davam sentido e articulavam em narrativas as suas existências. As sonoridades perdidas, essa alíngua ancestral, as sonoridades pré-linguísticas, se constituem também pelo rumor das matas e dos rios, pelo canto dos pássaros, pelo barulho dos animais, pelas sonoridades dos instrumentos rituais, pela melodia dos cantos, pelos gritos de alegria das crianças, pelas vozes cotidianas daqueles que compunham os grupos. Muitos cantos sentidos nascerão da dor da saudade da voz amada, do desejo de reouvir dadas sonoridades que ficaram para trás. Será na dor e, ao mesmo tempo, no prazer que as memórias dessas sonoridades trarão, que esses povos subalternizados pela conquista branca e europeia encontrarão a força e a energia para seguirem em frente, para resistirem à escravidão e à marginalização. “A tristeza é senhora, desde que o samba é samba é assim, a lágrima clara sobre a pele escura, a noite, a chuva que cai lá fora”¹. A musicalidade presente nascida das sonoridades humanas e inumanas de passados ancestrais que ressoam no presente, que se fazem sonoridades presentes.

Essa alíngua será a marca dos subalternizados porque será, sobretudo, seu instrumento de sobrevivência, de sobrevivência. Ela será, em sua presença cada vez mais fragmentária e transformada, transformista, em sua recriação permanente, uma forma de conexão com os prazeres e gozos primários das populações que sobreviveram à catástrofe e ao genocídio colonial. Ela remete aos gozos das carnes e das

¹ Caetano Veloso e Gilberto Gil. *Desde que o samba é samba*. Álbum Tropicália 2, Polygram, 1993.

línguas consideradas subalternas e marginalizadas nas sociedades das Américas. As comunidades LGBTQIA+, notadamente as travestis, foram buscar nesse arquivo reinventado e recriado das línguas nomeadas de nagôs e iorubas, um conjunto de palavras, muitas vezes com a alteração ou deslizamento de sentido, e com elas construíram uma língua própria: o pajubá. Uma espécie de código secreto de comunicação, uma maneira de escapar do controle das forças da repressão, uma maneira de burlar o controle da heteronorma. Da mesma forma que, por muito tempo, essas palavras serviram para que os africanos e afro-brasileiros pudessem burlar a vigilância, inclusive linguística, do senhorio branco, da mesma forma que elas serviram para veicular crenças, para homenagear entidades, para articular rituais proibidos, perseguidos, considerados demoníacos e heréticos, simples feitiços e coisas do mal e do maligno, elas passaram a servir a um grupo social marginalizado em seu desejo e em seus corpos e carnes, já que, em sua maioria eram descendentes de africanos ou indígenas, ou mesmo eram filhos de brancos decaídos ou sem posses.

No pajubá a dimensão erótica e desejante da alíngua queda explicitada, é uma língua que se conecta com dados regimes de desejo e de corporeidades. Uma língua de burla, que dá prazer no ato de disfarçar, de mascarar o sentido, de driblar o poder e a norma. Língua que materializa um procedimento irônico em relação ao cânone linguístico, uma língua que serve para divergir e divertir os sentidos. Língua de trocas e troças secretas, língua que irmana e separa, que aceita e rejeita, que inclui e exclui, que deixa o outro a ver navios portugueses na Bahia de todos os santos e de todos os pecados, linguísticos inclusive.

Gozar com a língua, gozar na língua e fazer da língua gozação. Fazer da língua uma trincheira, um escudo de defesa, uma arma de ataque, uma estratégia de contra-ataque, uma forma de disfarce e mascaramento e, ao mesmo tempo, parte da elaboração de uma identidade, de um modo de ser. A língua compõe uma corporeidade, um modo de se travestir, de se

transvestir, de se investir de dados desejos e fantasias. Para muitos que perderam a mãe, ao se assumirem, ao se dizerem, ao se revelarem homossexuais, travestis, transexuais, para muitos que, durante muito tempo, foram chamados a calar o seu desejo, a não conectarem desejo e fala, foram obrigados a silenciar o seu prazer, a não dizer o nome de seu amor, nome maldito, que ameaçaria lançar quem o pronunciava nas fogueiras do inferno, inclusive familiar e social, se instalarem nessa outra língua, que remete a camadas inconscientes, mas sobreviventes, de nossa história sexual e linguística, é uma maneira de afirmação do próprio direito de existir, de ter um nome, nem que seja numa língua menor. É nascer de novo no interior dessa placenta linguística, composta de fragmentos das línguas esmagadas no processo de colonização. Inventar e falar o pajubá, gesto descolonizador, gesto de tomada de poder sobre o próprio corpo e desejo: fazer carão, fazer coió, dar o truque, fechar, gongar, sem que nenhum ajé, sem que nenhum alibã, sem que nenhuma amapô percebam, tomem tento.

Mas a alíngua é sobretudo uma sonoridade, não necessariamente articulada. A presença das alínguas africanas e indígenas, que sofreram o trauma da colonização, não se faz sentir, nas sociedades americanas, apenas nessas sobrevivências linguísticas ou nessas reinvenções de línguas, desde o chamado Nheengatu, que o próprio processo de colonização deu origem. Como já defendia Gilberto Freyre, os africanos, em sua longa permanência no interior das casas, nos espaços cotidianos, nas relações sociais, ao serem obrigados a falar a língua portuguesa, teriam dado a ela outra sonoridade, outra musicalidade (Freyre, 2006). A língua portuguesa falada na metrópole, marcada por sonoridades mais agudas, mais abruptas, uma língua mais rombuda, teria se arredondado, perdido as quinas e as grimpas, para se tornar uma língua adocicada, a rolar como bala, como confeitado na língua do brasileiro. Com os africanos e indígenas o português teria ganho outro sabor, outra consistência, teria amolecido, teria sido tropicalizado. Uma língua até certo ponto rude e rústica, de um povo de camponeses e navegantes austeros, iria se tornar uma língua

sensual, carinhosa, cheia de diminutivos e palavras quase onomatopaicas. Não teriam sido as sonoridades das línguas africanas e indígenas que ajudaram a modelar os diversos modos de falar das línguas colonizadoras nos países americanos? O black english, que aparece nas letras de hapers e hip-hopers norte-americanos, além de incorporar à língua inglesa palavras advindas de línguas do oeste africano, como o walof e o crioulo, se expressa na própria performance vocal, na maneira de cantar, de compor, de dividir, no ritmo, nas sonoridades das canções. Para além de canções o haper e o hip-hop implicam performances corporais, onde a sensualidade e a dimensão sexual e desejanse se fazem explicitamente presentes.

A existência negra foi, dada a escravização, em grande medida, reduzida a sua carnalidade, a sua existência material enquanto corpo-mercadoria, o mesmo acontecendo com os povos indígenas, enquanto corpo selvagem, corpo incivilizado, portanto, reduzido à condição animal. Podemos dizer que os subalternos nas Américas são reduzidos e marcados por suas carnalidades, pela cor de sua pele, pela textura de seus cabelos, pelos formatos de seus narizes, de seus lábios, pelas proporções e aparências de seus órgãos genitais. Reduzidos à condição de carnes nuas, pretos e pretas, indígenas foram objeto de fantasias e sevícias sexuais, de fetiches e perversões ligadas ao sexual. No imaginário das sociedades americanas as ditas raças inferiores foram associadas a sensualidade e a bestialidade, a um desejo sexual sem limites e, portanto, ameaçador. As fantasias brancas de estupro e de posse violenta da carne exótica, como uma das formas de materialização do próprio domínio e do vínculo de propriedade, provocaram, concomitantemente, a ansiedade diante do que seria a ameaça desses corpos que seriam possuídos por energias sexuais incontroladas. A animalização e a coisificação do outro gerando desejo, atração e violenta repulsa. Formam parte do que estou chamando de língua colonial os terríveis gritos de dor, os gemidos, os clamores, as imprecações, das mulheres estupradas, violadas à força, capturadas nas matas e violentadas, seviciadas todas as noites nas senzalas; dos

homens violados, sodomizados à força, castrados, emasculados, mutilados, levados à força, linchados, queimados vivos. O grito lancinante presente na música negra, os gemidos das cantoras gospel, das cantoras de blues, a melancólica revolta presente em muitas das canções folk, a sensualidade trágica do tango, são encarnações dessa língua colonial e, ao mesmo tempo, a ruptura com ela, a rasura desses traços sonoros presentes no inconsciente das culturas americanas.

Ser reduzidos à condição de carne nua os expôs e destinou à dor, ao sofrimento, ao padecimento, à exploração física brutal, à tortura e à morte. Ao escrevermos a história dessas sociedades temos que levar em conta essa carnalidade dolorida, essa materialidade sanguinolenta, essa presença do sofrimento. Mas, temos que fazer algo que os historiadores não estão acostumados: ouvirmos as sonoridades aparentemente perdidas no passado, mas que ressoam em nosso presente, que continuam cortando os ares dos tempos e chegando até os ouvidos de quem sabe ou se dispõe a ouvir. É preciso que estejamos atentos para esses murmúrios, para esses rumores que constituem uma espécie de outra língua, uma pré-língua, que não possui em si mesma significações, mas que continua nos interpelando para que a façamos ganhar significados em nossos dias. Se a historiografia das Américas pretende se descolonizar há de começar pela descolonização da língua, da linguagem, pela busca de se ouvir outras formas de falar e de se expressar que os subalternos desse continente tiveram que inventar, acionar e agenciar no enfrentamento à colonização de suas carnes, de suas subjetividades, de suas vozes. O gesto de calar, o impedimento da voz foi um gesto fundamental no processo de colonização. As focinheiras, as gargalheiras, as máscaras de ferro, foram instrumentos voltados para domesticarem e interditar a voz. As classes subalternas nas Américas tiveram que aprender a lidar com a mordida, com o corte da própria língua. Elas aprenderam a driblar as proibições da fala, a disfarçar suas vozes ancestrais através das vozes oferecidas pelo colonizador. A dor do assassinato linguístico, portanto, conceitual, simbólico, memorativo, se transmutou

em outras vozes, em vozerios, em cantos, em gemidos, em interjeições, em novas espécies de lalação, como se tratassem do partejamento, do nascimento de outras maneiras de dizer, de se expressar, de se comunicar.

Como parte da carnalidade, a voz também foi atingida pelos sofrimentos e traumas físicos, corporais que escravizados e subalternizados sofreram no processo de colonização. A colonização implicou o arrancamento das vozes, como se elas fossem extraídas e lançadas fora dos peitos, das gargantas, restando delas fiapos, fragmentos esgarçados, sonoridades informes, um lençol de sons desarticulados e disponíveis para novas articulações. Arte da bricolagem, do amálgama, da tradução, da mistura, da torção, da reinvenção de restos e rastros, da reescritura do rasurado. É preciso que o historiador ouça nas sonoridades presentes o que nelas há de ecos de outras temporalidades, que se deixe tocar pelas sonoridades espectrais que assomam, por vezes, das profundezas dos tempos. Que na voz rouca e rasgada de Elza Soares, em seu grito lancinante se ouça a revolta de toda uma parte da humanidade que, por causa da cor da sua pele, teve sua voz calada. Se mil nações moldaram a sua cara, sua voz foi usada para dizer o que se calou, todas as vozes dessas nações que foram expatriadas para que uma pátria, uma nação se constituísse. Elza sabia que sua voz não era apenas sua, ela servia de instrumento para gritar e falar das dores e dos sofrimentos daqueles e daquelas que foram marcados pelo conceito de raça. Ao reivindicar o país como seu lugar de fala, ela denuncia, ao mesmo tempo, que esse país nunca foi falado pelas línguas dos povos pretos e subalternos, que esse país se tornou nação através do calar dos falares das nações que moldaram suas carnes, que moldaram sua voz, sua maneira dolorida de cantar. Povos que no cantar aprenderam a ser feliz, no vão, no triz, na brecha, nas fimbrias, nos desvãos, nos becos, nos cortiços, nas favelas, nos bordeis, nas rodas de samba, nos terreiros, nos espaços em que forjaram novas maneiras de dizer a própria língua do colonizador e onde cultivaram o que sobrou de suas línguas devastadas pelo trauma da colonização. Cantar

foi sempre a força que embala, que embola, que rebola, que rebela, que revela e que resvala para aqueles e aquelas atirados nas valas e que tiveram que velar por essas sonoridades ancestrais, pelas línguas das mães, a léguas da mãe África. Foi cantando, chorando e cultuando que as alínguas pré-coloniais e coloniais se metamorfosearam nas línguas da sobrevivência, da resistência, da resiliência, da persistência, da insistência, da insurgência, da decência, da dignidade. Diante da exploração, da destruição, da coação, da obrigação, do abuso, da ilusão, da violência, da opressão, da sujeira na própria sala, restou a essa mãe, a essa mulher negra cantar até o fim, arrancando de suas entranhas os gemidos de dor ancestrais de outras mães pretas, de outras mães de toda cor, submetidas à (crase) perda irreparável de seus lares e de seus filhos e filhas, a perda de sua própria língua mãe². Mulher do fim de um mundo de colonizados e colonizadores até da voz, mulher que insiste em cantar e dizer:

Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é

Eu quero cantar
Até o fim, me deixem cantar até o fim
Até o fim, eu vou cantar
Eu vou cantar até o fim

Eu sou mulher do fim do mundo
Eu vou, eu vou, eu vou cantar
Me deixem cantar até o fim
Lá-lá-lá-laiá-lá-lá-laiá
Lá-lá-lá-laiá-lá-lá-laiá³
Lalação, alíngua, ressoando até o fim do
mundo branco, masculino e colonizado.

² Referências à canção de autoria de Douglas Germano, *O que se cala*, gravada por Elza Soares, Álbum Deus é Mulher, gravadoras Deckdisk e Polysom, 2018.

³ Canção composta por Romulo Froes e Alice Coutinho, *Mulher do fim do mundo*, gravada por Elza Soares, no álbum de mesmo título, gravadora Circus, 2015.

Referências bibliográficas

BARTHES, R. **O rumor da língua**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1837 – Acerca do ritornelo. In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LACAN, J. **O Seminário, livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23: O sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MOTEN, F. **Na quebra: a estética da tradição radical negra**. São Paulo: Crocodilo; N-1 edições, 2023.

História e ficção: Um convite a dotar a vida de formas complexas de sentir¹

Edson Silva de Lima

Propomos discutir junto a filósofa Martha Nussbaum e ao historiador Hayden White a capacidade de criarmos mundos outros a partir da ficcionalização da vida, bem como, questionar a necessária apropriação da forma historiográfica do que se convencionou chamar de *estilo literário* em contraposição à *escrita da história*, uma disputa pela retórica outrora rejeitada pela história científica. Este debate interdisciplinar entre filosofia, história e teoria literária nos permitirá perceber as tensões entre estes campos transpassados por modos de sentir. Assim, mobilizamos os conceitos de escriticidade, emoção e história pois, eles efetivam a concepção de cenários contrafactuais, a viabilidade de enxergar uma coisa *como se fosse* outra e, infundir vida complexa em formas (des)percebidas. Eles nos permitirão, também, explorar o imaginável e transcender os limites da realidade histórica, criando um mundo de múltiplas possibilidades de sentir. Dessa forma, neste texto aproximo estes dois autores a fim de compreender como os conceitos supracitados possibilitam que o discurso historiográfico se localize em um limiar complexo e instável, fato este que ocasiona uma forma específica que não se confunde com uma verdade essencializada ou puramente literária. Pretendemos debater, destarte, a natureza do discurso historiográfico a partir do ponto de vista da instabilidade ocasionada pela sua reaproximação com a ficção.

I

¹ Agradeço de antemão o convite do prof. Dr. Luis Filipe Bantim de Assumpção para compor esta coletânea.

Início este texto com uma descrição muito particular que me chamou atenção quando finalmente pude ler um livro de Virginia Woolf que me fora presenteado pela pesquisadora e amiga, especialista em sua literatura, Dra. Ana Carolina de Azevedo Guedes (UERJ/CAPES), refiro-me a Orlando (1928), um romance que, de alguma maneira, satiriza o fazer historiográfico. Cito a descrição:

O vermelho de suas faces era coberto de uma penugem de pêssago; a penugem do buço era apenas um pouco mais densa que a das faces. Os lábios eram finos e levemente repuxados sobre dentes de uma deliciosa brancura de amêndoa. Nada perturbava o breve, tenso vôo do sagitado nariz; o cabelo era escuro, as orelhas pequenas e bem unidas à cabeça (Woolf, 1928, p.8).

Trago esta descrição, não para ornar o que irei dizer a seguir, mas para provocar a sua imaginação. Ao ler essa descrição procuramos, imagetivamente, inventar alguém que de fato possa ter estas características, fazemos o esforço de encontrar uma pessoa que tenha semelhanças com os traços expressos neste parágrafo. É quase doloroso, é quase ofegante fazer este exercício. É certo, no entanto, que a maneira como Virginia Woolf desenhou seu personagem, o modo como ela nos faz deleitar na escolha das palavras, no encadeamento delas é, particularmente, curioso para aqueles que têm familiaridade com o discurso literário.

Em outras palavras, embora tenhamos ferramentas robustas de análise literária, e possamos de alguma forma, manipulá-las para entender os seus mecanismos de funcionamento; é a experiência estética (voltaremos a este tema mais adiante) que provoca um incômodo necessário à escolha do texto literário. Afinal o suporte físico, o livro, é o mesmo que qualquer outro livro que é transportável, encadernado, com textos impressos, em alguns casos com imagens e concebido

com uma unidade de algum tema. A escolha por este, em específico, e não por outro artefato cultural, nos faz pensar na maneira como nos aproximamos da linguagem literária e a escolha que nós historiadores fazemos pela ciência em detrimento da ficção.

Trago agora uma descrição historiográfica de um personagem “clássico” da biografia histórica, Napoleão Bonaparte, para em seguida discutirmos algumas tensões que possam surgir da leitura comparativa de ambas descrições, vejamos:

[Ele] mal passava de um adolescente numa era iluminada que tinha ela mesma todos os atributos da adolescência: ardente, impetuosa, insensata, frívola, curiosa, capaz de escalar picos de otimismo e sentimentos elevados, descambando ao mesmo tempo na verbosidade, na malícia e no egocentrismo não temperados pelo autoconhecimento (Englund, 2005).

Escolhemos essa descrição por ser bastante ambígua. Não se trata de um Napoleão general e imperador, mas de um sujeito ainda ingressando na juventude, na adolescência. Nesta fase da vida em que toda experiência social é conturbada, confusa e, olhar para o futuro é um constante olhar para o presente, tudo é urgente. O biógrafo Steven Englund ao descrever o tempo, a historicidade do jovem Napoleão, procurou uma simultaneidade descritiva, isto é, ao falar de seu tempo, fala de sua persona, transcreve aquilo que pode ser o *spectrum* de uma experiência particular. Ele mostra que no limite, a história é um constante pendular de humores, de emoções e indecisões. Entre aquilo e isto, entre Woolf e Englund, a escolha pelo deleite é explícito; o contraste, no entanto, está no objetivo de cada um deles.

Ambos autores procuram trazer em seus textos o caráter literário, mas é Virginia Woolf que mobiliza a ficção

como motor criativo e composicional, isto porque, a ficção interna não está ancorada no real, mas na realidade, sua mobilização é fundamental como marcação particular do real, não como determinante do que ela pode ser como criação e invenção. Wolfgang Iser nos traz uma compreensão bastante indicativa do que procuramos elaborar a partir desses dois excertos, dizendo que: “a ficção é entendida como substituto para o que não pode ser cognitivamente apreendido” (Iser, 1999, p. 90), nesta apreensão, ela, ficção, tem o poder de trazer para o mundo aquilo que antes não era possível materializar, ela preenche o mundo de suas ausências.

Gostaria de fazer uma breve digressão em dois conceitos fundamentais para que enfrentemos, ainda que pelas franjas, o importuno que se tornou a ficção para história. Ela, história, começava a se afastar das belas artes, da retórica e da imaginação literária para se estabelecer como faculdade científica que exigia parâmetros, modelos e modos de elaboração discursiva. Não nos interessa, no entanto, fazer marcações temporais, mas acentuar que este afastamento entre *res ficta* e *res factae* promovido por sua antiga distinção “não permite o entendimento suficiente de suas proximidades e diferenças” (Lima, 2006, p. 395). Isto se daria, segundo Luiz Costa Lima pela radicalização do paradigma da verdade, que por um lado reforça o lugar de cientificidade do discurso historiográfico e de outro atribuía a ficção o lugar da falsidade e da mentira, muitas vezes negando o sentido da *poiesis* grega de “fazer” e “criar” (Lima, 2013).

Todavia, os dois conceitos que queremos discutir brevemente, são: ficção interna e ficção externa. Luiz Costa Lima nos brinda com esta reflexão riquíssima que nos permite ver sob seus olhos os vetores de semelhança e diferença que podem nos ajudar no percurso que pretendemos neste texto. Peço, claro, licença aos leitores, para que tenham paciência nessa aventura que pode parecer ambígua e levemente confusa, mas necessária.

Antes de trazer os conceitos, preciso importar uma afirmação medular de Luiz Costa Lima quando disse: “História

e literatura são discursos que não se confundem, mas não porque um fale a verdade e o outro seja fantasioso. Ambos os campos são prejudicados pela carência que, no Ocidente, acompanha as suas práticas” (Lima, 2006, p. 395). Esta afirmação nos desafia, não pelo teor teórico que carrega, mas por sua tensão indicativa de um confronto que se configura como uma dupla face que embora com diferenças, tenham, também, pontos de convergência. Tal qual ela, ocupa o mesmo corpo sendo diferentes entre si. Este corpo é a sua dimensão discursiva, que Hayden White chamou, também, de dimensão topológica.

Luiz Costa Lima faz uma longuíssima investida desde a filosofia substancialista (essencialismo) para mostrar o por que a ficção encontrava-se em um ostracismo teorético². Segundo ele havia uma ênfase excessiva na procura pela essência e pela verdade que relegava a ficção a um segundo plano, devido “a admissão da positividade da *lexis* (expressão) junto à condenação da *fictio*” (Lima, 2013, p.190).

Ao que parece sua árdua tarefa, foi dar visibilidade e reconhecer a relevância intrínseca da ficção como forma de compreensão e reelaboração do mundo (*worldmaking*). Este combate, que culmina em sua teorização sobre a *mimesis*, nos permite compreender que a ficção interna se configura como a condição mesma da obra literária, por meio da ficcionalização de criar outros mundos. Ela recorre, portanto, a nossa capacidade imaginativa para produzir regras, lógicas e realidades internas que se ancoram no mundo sem, no entanto, depender apenas dele. Sua referencialidade estaria condicionada a um elevado grau de autonomia em relação ao mundo e ao seu próprio autor. Nas palavras de Luiz Costa Lima: “a ficção interna exerce uma violência verbal; e o faz mesmo quando não o procure” (Lima, 2013, p.171). Em outros termos, ela, ficção interna, libera nas palavras aquilo que não está propriamente dito nas convencionalidades sociais, ela não

² Para uma leitura aprofundada sobre o problema da ficção no pensamento ocidental. cf. A obstrução do reconhecimento do ficcional. Cap III: A problemática da ficção e a ficção externa (Lima, 2013).

tem uma preocupação normativa, nem mesmo persuasiva; se podemos falar em uma função da ficção, seria irrealizar o real.

Podemos também afirmar que há ficções externas, sim, Luiz Costa Lima acentua a sua multiplicidade para que possamos de alguma maneira perceber que a vida social não se limita a objetividade, mas que somos atravessados por ficcionalidades. Evidentemente, ele nos alerta para não cairmos na armadilha posta pelo substancialismo ocidental, em especial, de Hans Vaihinger, isto é, em um panficcionalismo que desmedidamente força uma radicalidade a tudo ser ficcional, que desembocará em nada ser de fato ficcional (Lima, 2013). A ficção externa se apresenta, neste sentido, em pelo menos três modalidades: a) como convenção; b) como imperativo; e c) como probabilidade (Lima, 2013, p.239-257).

Para o que precisamos argumentar neste texto vale apenas dizer apressadamente que sua primeira acepção diz respeito ao discurso cotidiano, trivial, ao convencionalismo, por exemplo, do bom dia. Na segunda, há uma compreensão genericamente chamada de ficção diplomática, devido sua proximidade com o imperativo categórico; a apreensão de Jean-Luc Nancy mostra que “o imperativo [...] impõe a lei como limite último, irrevogável, a partir da qual a injunção é dirigida” (Nancy *apud* Lima, 2013, p.243), i.e., aparece como elemento normativo em que se destaca a rigidez de princípios intransponíveis de articulação da realidade e da ficção. Em sua última conotação, “a ficção externa revela e não antecipa” (Lima, 2013, p. 249), esta afirmação nos mostra que há um elemento crucial na probabilidade que emerge como condição inerente à vida cogitada na construção ficcional. Esta compreensão desafia a dicotomia da tradição entre ficção e realidade, bem como contraria à posição baconiana em que “a ficção se confundia com a vigência de obstáculos ao conhecimento” (Lima, 2013, p. 247).

Em vista disso, a ficção aparece como crucial para atender a dimensão contingencial da vida possibilitando um mergulho nas mais profundas experiências humanas, que de alguma maneira podem contribuir como instrumento para

compreensão histórica. A analogia com a probabilidade, neste sentido, nos mostra que não é possível impor a ficção uma ânsia pela verdade, pois seu compromisso não está em atendê-la, mas antes de subvertê-la. De alguma forma ela, a ficção, nos ajuda a explorar nuances da condição humana que implica escapar do desejo de veracidade, próprio da escrita da história, para uma preocupação com a eventualidade ao invés de se fixar na relação causa e efeito. A ficção externa, em vista de sua relação possível com a história, insubordina a suposta natureza da história quanto a vontade de clarear a opacidade do futuro lançando luz sobre o passado. Em síntese, Luiz Costa Lima nos ilumina sobre esta interação potencial entre história e ficção, quando diz: “é diversa a relação da historiografia com a ficção externa: sem que tampouco se confundam, a escrita da história necessariamente alude e descreve – mesmo sem se dar conta – várias modalidades de ficção externa” (Lima, 2013, p. 256).

Luiz Costa Lima orienta para que fiquemos atentos a compreender que a noção de literatura não se confunde a noção de ficção, visto que, sob sua teorização, “a literatura é movida pela imaginação quando dotada da capacidade de comover, de conduzir o receptor a questionar emocionalmente as instituições sociais que o acompanham” (Lima, 2006, p. 328), em vista disso podemos afirmar que embora o texto historiográfico não esteja no espectro ficcional, há nele indicadores de ficcionalidade, potencializados por aquilo que expomos como ficção externa.

II

Hayden White tem contribuições importantes que irão nos ajudar nesta discussão, quanto à tensão entre linguagem e fenômeno, quanto a ficção e a história. Mas antes, gostaria de trazer uma questão que atravessa este debate em torno deste lugar de aproximação e distanciamento na tradição ocidental. A ficcionalização da vida passa pela descoberta de outras formas de olhar o mundo para além da matriz ocidental.

Em um debate organizado pelo historiador Jörn Rüsen (2002), em que teve como central o texto do também historiador Peter Burke intitulado *Western Historical Thinking in a Global Perspective – 10 Theses*, junto a outros nomes ilustres como: François Hartog, Frank R. Ankersmit, Georg G. Iggers entre outros, White faz uma importante intervenção que a partir daqui vamos tentar esmiuçar para que percebamos o mote fundamental da discussão que estamos, propositalmente, tateando.

Sua primeira inquietação é quanto à compreensão de Peter Burke sobre o pensamento histórico e a consciência histórica serem sinônimos de interesse no passado; limitando, assim, a abrangência conceitual e delimitando o interesse “geral” sobre o conhecimento histórico circunscrito apenas aqueles que o mobilizam como campo do conhecimento científico (White, 2002, p. 111). Hayden White, imediatamente afirma que:

[...] se pode dizer que um “interesse no passado” é um componente de qualquer número de diferentes tipos de consciência ou modos de pensamento, muitos dos quais são (no Ocidente tradicional) convencionalmente concebidos como sendo a-histórico ou mesmo anti-histórico. Tal é o caso, por exemplo, do pensamento mítico ou religioso, do pensamento tradicionalista em geral, e de certos tipos de ficção literária, como o épico e o romance histórico (White, 2002, p.111 – tradução nossa).

Esta assertiva indica seu desconforto quanto a posturas deterministas e a propriedade do interesse sobre o passado histórico. Ele deixa explícito que não é possível corroborar com tal modo de compreensão cerceante se considerarmos que o interesse pelo passado atravessa de maneira substantiva diversas outras formações discursivas, isto tem consequências

na maneira como o conhecimento histórico deve ser dado aos usos e desusos. White não quer se colocar neste lugar de um historiador ortodoxo para quem o conhecimento histórico se limita à sua dimensão factual, ao seu caráter puramente *événementielle*. É bem verdade, e não podemos ser injustos, e reconheço, que White não está acusando Burke de qualquer postura neopositivista, mas acentuando que é preciso fraturar essa visão ocidentalizante da história.

O ponto de vista de uma história mundial (*World History*) como criticada por White pressupõe uma hegemonia ou o resgate das metanarrativas universalizantes do oitocentos. Segundo White, “Burke afirma que a consciência histórica é compartilhada por todas as culturas em todos os lugares” (White, 2002, p. 113 – tradução nossa). Esta “acusação” pode ser perigosa e teríamos que verticalizar o que Burke compreende como história global (*Global History*), que sim, carregar uma dimensão universalizante, mas do ponto de vista de Sebastian Conrad (2016), ela tem mais relação com processos históricos em contextos globais de conexão e interação, além, das hegemônicas fronteiras nacionais e regionais para uma perspectiva de histórias conectadas.

White argumenta, ainda, que os historiadores ocidentais determinaram que as sociedades primitivas e pré-históricas não possuíam história, eram sociedades sem história. No entanto, para ele, não significa que fossem sociedades sem interesse ou consciência histórica, mas sim, que não estavam alinhados com a maneira como o ocidente determinou o que seria história; uma ciência humana, com interesse particular pelo passado, mobilizando formas específicas de investigação e evidências, preferencialmente, para não dizer exclusivamente, escrita; e que exige, também, um conjunto de conformidades e acordos entre pares para delimitar os instrumentos metodológicos adequados a sua feitura (White, 2002, p. 112). Estas características correspondem a uma forma de escrever, de pensar e produzir identidade por meio de conciliações e arranjos particulares de uma determinada forma de escrever a história. Em outras palavras, conforme argumenta White:

Na verdade, na medida em que muitos historiadores e filósofos da história definiram o pensamento histórico em oposição ao pensamento mítico, literário ou poético e ontoteológico, a “história” foi - como menciona Burke - uma construção distinta do Ocidente, uma construção que contribuiu para a construção de sua própria identidade cultural (White, 2002, p. 112 – tradução nossa).

A história, neste sentido, não é pensada como recurso explicativo ou narrativo, mas como traço fundamental da identidade coletiva do que é conhecido como o Ocidente, sinônimo de Europa. Torna-se, portanto, propriedade de interesses específicos contra interesses gerais (*general interest*) que não se moldam, não se submetem a preceptística ocidental, a uma guisa com marcas de distinção da cultura ocidental. Neste ponto, é possível verificar um Hayden White atualizado com as demandas decoloniais – não é novidade a crítica ao eurocentrismo em relação a produção do conhecimento histórico, no Brasil, mormente o francês – que procuram pensar a história de um ponto de vista de uma consciência política de enfrentamento e de autonomização sociocultural e epistemológica frente a herança do colonialismo. Com razão White afirma:

O facto de a perspectiva mundial de Burke sobre o pensamento histórico ser na verdade uma perspectiva ocidental é indicado na sua sugestão de que no nosso tempo apareceu finalmente “uma comunidade global” de historiadores profissionais, com padrões de prática semelhantes, senão idênticas (WHITE, 2002, p.112 – tradução nossa).

Ao fazer o balanço do que Burke expõe como *world perspective*, White identifica, ainda, uma condição hegemônica de um paradigma historiográfico. Ao que parece o *Western paradigm* se consolidou como um modo predominante de produzir história. A questão que parece incomodar White está em uma certa cristalização deste paradigma que somente poderia ter tomado forma na idade média (*the Middle Age*) como *Western historical consciousness*. Esta consciência histórica teria conforme se observa, algumas contribuições basilares, quais sejam:

1. o modelo linear de desenvolvimento e a crença na irreversibilidade do tempo;
2. a busca por explicações causais;
3. quantitatividade;
4. viés individualista;
5. preocupação com a epistemologia; e uma relação íntima com a ciência “nomotética” (ou que busca a lei) ocidental; e
6. a experiência do colonialismo como determinante da sua noção específica de espacialidade (White, 2002, p. 116 – tradução nossa).

Aos nossos olhos não nos é estranho que alguns destes princípios ainda estejam em voga, afinal, o modelo linear de desenvolvimento, associado à crença na irreversibilidade do tempo, foi durante muito tempo a perspectiva dominante que colocava em destaque às teorias de progresso. No entanto, esta perspectiva desconsiderava as complexidades, as nuances e as variações inerentes aos processos históricos. O princípio da linearidade era um obstáculo à multiplicidade de temporalidades que atravessavam os sujeitos; a narrativa histórica se mostrava como lugar da descrição, circunscrito a história dos “grandes feitos”, do Estado e da máxima rankeana do contar a história como realmente se passou – *wie es eigentlich gewesen*.

As relações de causa e efeito encontravam adeptos que produziam análises históricas que refletiam uma abordagem historiográfica preocupada com uma compreensão mais

precisa e mensurável, isto é, era preciso encontrar leis de funcionamento estáveis para que fosse possível verificar a realização do fenômeno em seu estado “puro”. Apropriaram-se da linguagem das ciências naturais em uma competição para encontrar seu lugar entre as ciências e angariar seus privilégios de verdade. O paradigma da verdade se tornava, por sua vez, o motor de orientação e salvaguarda do conhecimento histórico. A História agora seria sinônimo de verdade, de factualidade, de verificabilidade e da causalidade, de modo a radicalizar o viés individualista obscurecendo as dinâmicas sociais mais amplas e as conexões complexas. Em outras palavras,

Somente no início do século XIX a escrita histórica se dissociou da retórica, no interesse de estabelecer a sua seriedade (seja científica ou poética) e indicar a sua necessidade de se tornar um servidor moralmente responsável da ordem política e especialmente do Estado-nação (White, 2002, p. 116 – tradução nossa).

Todavia, estes princípios constitutivos do fazer historiográfico e seu afastamento da *ars rhetorica* não se limitou a essas bases, White nos mostra que há outro “modelo” ou modo de fazer/pensar que, também, nos atravessa em uma tensão entre paradigmas. Ele enumera da seguinte maneira:

1. uma noção cíclica de tempo;
2. consciência das mudanças no estilo cultural;
3. um viés “hermenêutico” que busca “significado” em vez de “causas” no seu estudo do passado; e
4. certas formas literárias utilizadas para a escrita da história (White, 2002, p.116 – tradução nossa).

Este outro modo de fazer/pensar concorre com o primeiro explicitado, mas não se limite a acreditar que estes paradigmas são rivais e que não aceitam acordos entre eles.

Certas maneiras de organização da pesquisa histórica, em vista de sua, ainda, necessidade de salvaguarda da verdade como adequação, caminham equidistantes. A noção cíclica do tempo para compreensão histórica procura perceber os eventos e padrões da história como ciclos recorrentes. Peço que atentem para compreender que esta circularidade não quer dizer repetição. O fraseado marxiano nos ajuda a entender melhor essa dinâmica temporal quando disse que a história se repete como farsa. Parafrazeio Karl Marx para que fique claro que o desafio ao princípio da linearidade e o sentido de progresso também tem suas gradações mesmo nas grandes metanarrativas do oitocentos. Contra o princípio do progresso se manifesta a crítica ao progressivismo. Fica, pois, claro que a noção cíclica pressupõe repetições no percurso temporal da história, a partir disso seria possível verificar um campo de possibilidade limitado em que os desafios não estão sujeitos à contingência do mundo, mas a facticidade do futuro e o historiador seria um vaticinador.

A consciência histórica nesse sentido pode se abrir para mudanças no caráter cultural dos eventos históricos, isto implica em mudanças significativas nas expressões artísticas, nos valores e, ainda, nos comportamentos (*ethos*) no tempo. O reconhecimento de uma dinâmica cultural que viabiliza a compreensão de uma história sujeita a transições, de alguma maneira molda a mentalidade de uma época. Se o historiador se debruça nas mudanças cambiantes nos estilos artísticos, na moda, na música e no comportamento social; de um lado perceberia que as transformações sociais, culturais e econômicas participam e produzem diferentes temporalidades e modos de existir; por outro lado, poderia depreender que estas mesmas expressões da existência humana exigem um esforço hermenêutico de compreensão do mundo, não como pura interpretação de dados, mas de desenvolvimento de sua capacidade ética e deliberativa em relação ao passado.

Em vista disso, White cobraría a Burke que “nunca [tenha] mencionado a longa associação de estudos históricos ou pelo menos de escrita histórica com a retórica” (White,

2002, p. 117 – tradução nossa). Aqui, no entanto, cabe apenas dizer que este debate quanto a ocidentalização do conhecimento histórico, como centro hegemônico de sua escrita e reflexão, nos convida a procurar desvios e fraturas, se quiser, brechas que nos permitam reescrever e/ou mobilizar a história como uma arte de inventar outras histórias (Albuquerque Júnior, 2007). Ao que parece ao fazer a crítica da ocidentalização, segundo White, Peter Burke assume uma posição ainda ocidental e hegemônica por atribuir aos fazeres historiográficos uma unidade ocidental de suas práticas científicas. Nas palavras de Hayden White:

[...] embora Burke rejeite a visão de que o pensamento histórico ocidental seja superior ao pensamento histórico de outras culturas e realmente identifique a noção de desenvolvimento, consumação, realização e similares como “temas” de um pensamento histórico puramente ocidental, ele lança a sua própria contra evolução desse tipo de pensamento nos mesmos termos que a ele atribui (White, 2002, p. 117 – tradução nossa).

III

É bem possível que os leitores não tenham ouvido falar dessa filósofa tão importante para os debates políticos na contemporaneidade, pois ela não circula com certa frequência no campo da história. No entanto, ignorá-la é um pecado, já que suas contribuições em uma extensa gama de artigos em campos diversos do conhecimento, com uma obra espantosa em sua magnitude tem sido vista como original e fundamental para pensar a maneira como as experiências emocionais, em suas dimensões cognitiva e deliberativa (ética), influem em nossos modos de estar no mundo e, ulteriormente, às complexidades da experiência humana.

Refiro-me à filósofa norte-americana Martha Craven Nussbaum. Convidamos suas contribuições, mais especificamente, sua compreensão sobre imaginação literária e emoções para fazer uma investida de diálogo suplementar à ideia de uma poética da história em Hayden White. Não pretendo dar cabo desta aproximação, mas fazer uma primeira incursão sobre a possibilidade de resgatarmos as emoções como potencializadoras da imaginação, bem como, fundamentais para uma aproximação ficcional à escrita da história.

Uma assertiva provocativa de Martha Nussbaum chamou minha atenção, levando-me a refletir sobre os equívocos enraizados no entendimento público da polissemia do conceito de história. Nussbaum afirma: “O cidadão precisa conhecer a história e os fatos sociais” (Nussbaum, 1997, p. 85 – tradução nossa). Esta declaração não delimita de forma determinante o que constitui a história; em vez disso, representa uma compreensão superficial por parte da sociedade sobre o que a história deveria ser. Essa compreensão está, em grande parte, associada à capacidade de memorizar informações, datas, eventos e curiosidades históricas. Tanto nós, professores, quanto Nussbaum observamos a persistência em nossos currículos dessa abordagem “bancária” da história, emprestando o termo de Paulo Freire, que se refere à educação tradicional como um depósito de informações.

Nussbaum observa que essa forma de abordar a história, como uma mera acumulação de dados do passado, não contribui para capacitar os indivíduos, não os instrumentaliza para agirem na esfera pública como agentes capazes de promover ações democráticas e transformadoras, talvez até utópicas. Ela cita Heráclito, para criticar essa perspectiva bancária ao afirmar: “Aprender sobre muitas coisas não produz entendimento” (Nussbaum, 1997, p. 85).

Observe que a capacidade de intervir no mundo não está diretamente vinculada à posse de todas as informações sobre o mundo, sua história e suas datas. É crucial mobilizar essas informações em um processo não apenas silogístico, mas

também dialético, a fim de construir possibilidades de compreensão do mundo e reelaborar nossa capacidade deliberativa. Martha Nussbaum desafia-nos a considerar outras dimensões do conhecimento humano que não estejam exclusivamente ligadas à razão. Ela nos convida a contemplar o mundo por meio de diferentes perspectivas, explorando outras formas de experimentá-lo. Uma dessas possibilidades é resgatada por ela a partir das palavras de Marco Aurélio:

Marco Aurélio insistiu que, para nos tornarmos cidadãos do mundo, não devemos simplesmente acumular conhecimento; também devemos cultivar em nós mesmos uma capacidade de imaginação simpática que nos permita compreender os motivos e escolhas de pessoas diferentes de nós. Devemos vê-las não como algo proibitivamente alienígena e distante, mas como compartilhando muitos problemas e possibilidades conosco (Nussbaum, 1997, p. 85 – tradução nossa).

Nussbaum defende que são as diferenças que impulsionam o mundo, sendo nossa diversidade a força que nos permite transcender e, muitas vezes, desafiar nossas marcas sociais – como religião, gênero, raça, classe e nacionalidade. Essas categorias, de alguma forma, influenciam nossas escolhas e também moldam nosso interior, incluindo nossos desejos, pensamentos e maneiras de enxergar o mundo (Nussbaum, 1997, p. 85). Diante disso, ela destaca a importância do cultivo da imaginação, considerando-a essencial para a formação cidadã.

Para o desenvolvimento dessa capacidade imaginativa, Nussbaum aposta na arte, especialmente na narrativa literária. Em *Poetic Justice* (1995), ela elabora com maestria uma proposta de estimularmos nossas potencialidades emocionais para, em conjunto com a racionalidade e não contra ela, desenvolvermos

uma compreensão mais profunda das emoções por meio da imaginação literária, aplicando isso à vida pública. Nesse sentido, ela expressa: “As artes cultivam capacidades de julgamento e sensibilidade que podem e devem ser expressas nas escolhas que um cidadão faz” (Nussbaum, 1997, p. 86 – tradução nossa).

A preocupação central aqui não reside em transformar os indivíduos em simples apreciadores da arte, pois essa é apenas uma das suas dimensões, a fruição. Ao que parece, Nussbaum está mais preocupada em fornecer aos cidadãos elementos que contribuam para a compreensão do mundo e da sociedade no qual estão imersos. Há nela uma inquietação quanto à capacidade dos sujeitos de deliberar e potencializar a democracia. No entanto, não se trata apenas de fazer escolhas entre isso ou aquilo; é uma questão de contribuir para a construção de uma vida política democrática. Tudo indica que ela imagina um indivíduo capaz de fazer escolhas conscientes, participando ativamente na vida pública, na esfera política e, principalmente, na edificação de uma democracia plena, que vá além dos paradigmas liberal e neoliberal.

Nesse ponto, é crucial destacar que ela propõe uma educabilidade através da imaginação simpática (*sympathetic imagination*). Adam Smith (2015 [1759]) mostrou que essa capacidade imaginativa permite uma aproximação com os sentimentos dos outros, embora também apresente o desafio de compreender verdadeiramente o que o outro pode sentir e compartilhar de maneira particular. A chave para desenvolver essa imaginação está na capacidade de colaborar pela contribuição do outro em nossa habilidade de fazer julgamentos morais apropriados. Em consonância com essa compreensão, ela, Nussbaum, expressa o seguinte: “Dessa forma, ao mostrar os benefícios públicos do tipo de empatia que está despertando em seus espectadores, o drama recomenda seus próprios recursos como valiosos para a formação de uma cidadania decente e uma escolha pública informada” (Nussbaum, 1997, p. 86 – tradução nossa). Tanto a história quanto a narrativa ficcional, ao mobilizarem a

imaginação, têm a capacidade de desenvolver nos sujeitos características deliberativas e emocionais que são relevantes para a vida pública, isto é,

O jogo narrativo ensina as crianças a enxergarem de forma semelhante uma pessoa como um abrigo para a esperança, o medo, o amor e a raiva, todos os quais elas mesmas já experimentaram. No entanto, o extraordinário envolvimento na contação de histórias também evidencia os limites do acesso de cada pessoa a todas as outras (Nussbaum, 1997, p. 89 – tradução nossa).

Martha Nussbaum tem dedicado seus esforços a destacar que o potencial da literatura vai além de simplesmente preservar uma cultura erudita, na qual ela é confinada a ser apenas um meio para aprimorar as dimensões técnicas e didáticas dos indivíduos. Ela percebeu claramente que a literatura possui uma força ativa e potencializadora no desenvolvimento do caráter deliberativo. Em outras palavras, a literatura pode contribuir de alguma forma para a formação de um sujeito que incorpora em seu repertório existencial a capacidade de articular emoções, auxiliando na construção de diferentes maneiras de experimentar uma virada afetiva na forma como se relaciona com o mundo e sua própria história.

Sob essa perspectiva, a literatura desempenha um papel crucial no desenvolvimento de emoções que colocam os indivíduos em situações análogas à sua própria condição de existência. Isso significa que ao se envolver com um romance rico em subjetividades diversas, é possível evocar emoções como empatia e compaixão. Embora a empatia seja uma emoção transitória e, não suficiente por si só para gerar o impulso transformador nos sujeitos, ela é, no entanto, indispensável. Ao apresentar uma experiência aos indivíduos que anteriormente não haviam vivenciado, surge um desafio a ser enfrentado. Este desafio envolve, de um lado, compreender

a dor do outro como algo que ocorre externamente a mim, fora da minha capacidade de sentir, mas ancorado na minha capacidade cognitiva de compreensão. Por outro lado, ele reforça um distanciamento em relação ao que deveria ser resgatado como um senso coletivo, onde a compreensão do todo é impossível sem a colaboração frenética das partes constituintes.

Esse estado representa a oportunidade de redefinir a forma de conviver em sociedade, resgatando uma lógica coletiva por meio do fortalecimento de uma alteridade ligada à irmandade. Não se trata apenas de um grupo que se reúne em momentos isolados, mas sim de uma multiplicidade de coletivos diversos, com identidades distintas, que, antes de tudo, estejam abertos a compreender que as emoções não são adversárias da razão, mas suas colaboradoras. Isso se deve ao fato de que as emoções carregam consigo uma dimensão cognitiva que permite uma orientação, uma renovação de nossa capacidade deliberativa. Isso é fundamental tanto para evitar que, ao negociar espaços de ação, nos tornemos detratores do coletivo quanto para reintroduzir um certo grau de encantamento no mundo.

Em outras palavras, é preciso conferir à verdade uma relatividade afetiva que possa influenciar a forma como experimentamos a vivência do outro. Dessa forma, é necessário redefinir o conceito de empatia, não mais como a capacidade dos sujeitos de se colocarem no lugar do outro, pois isso é impossível. A experiência do outro é sempre singular. Trata-se, em vez disso, de permitir-se estar próximo de determinadas situações que nos levem a pensar: “Poderia ser eu”. Essa abordagem alternativa de vivenciar a experiência do outro tem como base a mobilização da compaixão.

Esta emoção tem uma relação intrigante com a ficção, pois ela não se apresenta de modo imediato como aquela fomentada pela imaginação simpática, ela exige uma outra temporalidade, uma outra aproximação com a narrativa; por este motivo é preciso, segundo Nussbaum, estar atento às relações que emergem desse contato, isto é, estabelece-se uma

relação de aprendizagem que antes de mais nada endossa nos sujeitos experiências que foram vivenciadas, mas postas de lado para que outras experiências apareçam em seu lugar, muito por conta de seu caráter traumático. Ao que parece Nussbaum nos provoca a não nos deixarmos ludibriar por uma lógica maniqueísta das emoções, é preciso que elas estejam disponíveis à compreensão e à experimentação para fomento de sua educabilidade.

Essa perspectiva abrangente das emoções, sem fazer distinção entre aquelas rotuladas como “bonitas” ou “feias” – sendo estas últimas aquelas que muitas vezes procuramos evitar a todo custo – implica uma leitura do mundo através da lente de heróis e vilões. Prefiro adotar a abordagem de Espinosa (Chauí, 2011). Embora Nussbaum não o faça, incorporo sua compreensão de emoções ativas e passivas. Parece que a empatia e a compaixão podem ser mais plenamente compreendidas quando consideramos sua capacidade não apenas de evocar sentimentos, mas também de impulsionar a ação. Essas emoções, ao aumentarem nossa capacidade de agir, estimulam os sujeitos em direção à autoconsciência, desencadeando um processo de autoconhecimento, em outras palavras “à medida que as crianças compreendem tais fatos complexos na imaginação, tornam-se capazes de desenvolver a compaixão” (Nussbaum, 1997, p. 90 – tradução nossa).

Partindo deste pressuposto podemos assimilar a dor e as alegrias do outro, não como aqueles que observam e procuram racionalizar a experiência pela pura alteridade, mas antes disso, se perceber ativamente negociador dessas emoções, curador das circunstâncias que atravessam o outro, i.e, colocar em funcionamento o espírito coletivo e, portanto, reconhecer a responsabilidade sobre si e sobre o outro. Para Nussbaum: “A compaixão, assim entendida, promove uma consciência precisa de nossa vulnerabilidade comum” (Nussbaum, 1997, p. 91 – tradução nossa).

É preciso, nesse sentido, mobilizar a imaginação compassiva (*compassionate imagination*) e ao fazê-lo perceber que cultivar estas emoções por estímulos à imaginação literária é se

permitir, tal qual simpatizamos com os personagens de um romance, identificar aquilo que provoca feridas profundas neles. Ao nos depararmos com marcas sociais de raça e sexualidade, este exercício se torna ainda mais necessário, pois a situação de opressão e vulnerabilidade social dessa parcela da sociedade, que quase sempre tem suas mazelas romantizadas, são muitas vezes silenciadas. Há no mundo contemporâneo uma ilusão democrática quanto a estas questões e,

Nestes casos, então, é ainda mais urgente cultivar a base para a compaixão através do exercício ficcional da imaginação - pois se não podemos de fato mudar de “raça”, podemos imaginar como é habitar uma “raça” diferente da nossa. E ao se aproximar de uma pessoa negra ou de orientação sexual diferente, pode-se imaginar como seria para alguém que amamos ter uma vida nestas circunstâncias (Nussbaum, 1997, p. 92 – tradução nossa).

A imaginação literária via ficção tem a capacidade de proporcionar uma compreensão dessas experiências sem restringi-las a uma perspectiva hierarquizada. Ela aguça nossa capacidade imaginativa, reconfigura nossa forma de interpretar o mundo, e influencia a profundidade das relações que estabelecemos com os outros. Agora, não mais como pura alteridade, mas como parte integrante de nós mesmos. Isso implica em não tentar controlar os estímulos da imaginação com o objetivo de direcioná-los para uma função específica, mas sim permitir sua fluidez, renovação e expansão, visando adotar uma abordagem diferente para criar e recriar mundos.

É importante não confundir isso com utopia, embora não esteja completamente distante deste conceito. A utopia nos capacita a realizar o não realizado em um universo de possibilidades, algo que poderia ser, não algo que é. Nesse sentido, ela está mais próxima da poesia do que da história. A

responsabilidade do utopista é não criar mundos que sejam apenas um realismo barato do que há no mundo sensível, mas antes, de recriá-lo como potência em devir, como não-lugar, como a cadência da própria experiência do sentir, do fazer, do criar, e sobretudo, do pensar, em outras palavras, “essas histórias interagem com suas próprias tentativas de explicar o mundo e sua própria ação nele” (Nussbaum, 1997, p. 89). É neste ponto que se torna imprescindível o exercício da imaginação empática e da imaginação compassiva, são elas, enquanto instrumentos de reescrita do mundo, que nos permitirão reinventar uma escrita da história preocupada em fazer pensar, mas também, fazer sentir e, assim, podermos mobilizar a compaixão como categoria potente para ficção e radicalizada para escrita da história, outrossim,

A experiência e a cultura moldam muitos aspectos do que está “sob a pele”, como podemos facilmente perceber se refletirmos e lermos, é por esta razão que a literatura [a história] é tão urgentemente e importante para o cidadão, como uma expansão de simpatias que a vida real não consegue cultivar suficientemente (Nussbaum, 1997, p. 111).

IV

A escrita da história deveria nos ajudar a pensar as condições de possibilidades da invenção de mundos como condição de resgatar o encantamento pela escrita, não como condição de radicalização de algum misticismo, mas como emergência pela reorientação do ato de narrar, próprio, por exemplo, dos rapsodos. Uma escrita em performance, uma escrita em transformação, uma escrita em movimento, uma escrita em criação em que ela nunca é a mesma, porque no rapsodo, no narrador não é a narrativa que é marcada pela experiência da leitura, mas pela experiência do movimento, da criação e da recriação da vida. A narrativa historiográfica

exigiria, nesse sentido, a vida pública, se reaproximaria da retórica e da enunciação, como discurso da possibilidade da **escriticidade** ser o saber de si do conhecimento histórico. A narrativa como arte de narrar a vida por suas emoções.

Um dos aspectos fundamentais dessa virada para a escriticidade na escrita da história se daria com uma certa preocupação com a experiência estética como possibilidade de alcançar os leitores, não apenas os especialistas, mas também, os leitores não-especialistas, isto é, tornar esses textos um lugar de fruição reflexiva, que a medida em que nos deparamos com a experiência da leitura, também seríamos provocados pelo impacto da forma. A relação forma e conteúdo, ou o conteúdo da forma, como Hayden White (1990) chamou, poderia nos alertar para uma outra maneira de elaborar a consciência histórica junto a uma possível consciência estética.

Aqueles que leram algum texto de Hayden White e não se permitiram ser influenciados pela querela dos historiadores sobre sua metahistória, perceberam que sua fundamental questão está em mostrar que a escrita da história é uma construção textual, e como tal exige elementos da estrutura narrativa literária. Outra questão fundamental para ele, está em apontar para o historiador aquilo que ele gostaria que não fosse carregado de subjetividade, não é outra coisa que não a inevitabilidade das escolhas. Enquanto advoga-se por uma história ainda científica que procura rejeitar sua dimensão autorreferencial, White mostra que é preciso que o historiador esteja atento à forma de exposição-explicação sem jogar fora sua analítica.

O medo de um relativismo radical, fez com que ainda ficássemos presos a formas encrudecidas da expressão escrita: cercada por chavões, léxicos e a um modo de dizer, sem esperar pluralidade, sem experimentar a arte da escrita. Hayden White aponta a escrita modernista como uma possibilidade de escrita experimental, o fluxo de consciência, a descontinuidade temporal e os desafios à linguagem convencional, se quiser formal. Esta postura desafia, também, a forma ocidental de pensar e produzir conhecimento histórico. Não à toa

historiadores do calibre de Roger Chartier e Carlo Ginzburg sentiram necessidade de contra argumentar, em alguns casos, de fazer ataques *ad hominem* a Hayden White. Havia nestes historiadores, e em muitos outros detratores da tese de White, uma necessidade de se mostrarem salvadores de um certo modo de escrever história, sob a égide de parâmetros já estabelecidos e canônicos no mundo ocidental.

A relação entre ficção e história que tateamos neste texto nos mostrou que esta interação enriquece a maneira como nos aproximamos do mundo sensível, podendo, de alguma maneira, endossar nossa aposta nas emoções. Embora não queiramos prolongar aqui esta relação, tomamos a liberdade de resgatar a *catarse*³ como o lugar de êxtase produzido na tensão entre os três elementos que vimos discutindo até aqui: história, ficção e emoções. A *catarse* é a intensificação de um estado de consciência que fratura o que Sigmund Freud chamou de consciência de vigília, isto porque, a experiência emocional é colocada em primeiro plano contra a ideia de irracionalidade. É preciso experimentar as emoções e não controlá-las, mas compreender seu modo de funcionamento plural. Foi Lucien Febvre (1952) quem disse que só é possível conhecer o homem, de fato, quando conhecemos suas emoções, pois é nelas que estão suas motivações, suas paixões, é aquilo que o impulsiona a ação e, por conseguinte, ao ato deliberativo na vida pública.

É, preciso que consideremos a *catarse* não como um ato de purificação das emoções negativas em favor de um momento intenso de purificação geral das emoções, mas como um momento de congratulação e produção de efeito emocional que permite, antes de mais nada, uma reorientação da historicidade dos sujeitos, não mais mecanicamente marcada por atividades detratoras de suas subjetividades, mas articuladora da *figuralidade* e da *ficcionalidade* que promoveriam um impacto particular frente a obra de arte.

³ Cf. Santoro (2007).

A afirmativa de Henry James, neste sentido, pode colaborar para o desenvolvimento dessa ideia, citamos aqui:

Representar e ilustrar o passado, as ações do homem, é a tarefa de qualquer escritor, e a única diferença que posso ver é a favor do romancista, se bem-sucedido, porque ele tem bem mais dificuldade do que o historiador em coletar suas provas, que estão longe de ser puramente literárias (James, 1995[1888], p.23).

Esta afirmação nos ajuda a começar a rebuscar um lugar específico para a amizade, mais que rivalidade entre o historiador e o romancista, é bem verdade que este último enfrenta o desafio de, ao representar o mundo, sofrer a onerosidade de estar imerso em suas fissuras, um processo catártico. O que implica sentir as suas dores, respirar a fragrância do sangue que se liberta dos pulsos quase voluntariamente. Enquanto o historiador é revestido por um invólucro de cientificidade que procura escrever a vida sob a sombra de evidências, das provas, das patentes que estão, ou eles acreditam que estão, sobre a salvaguarda da verdade. Nelas a escrita se limita a descrever, é puramente explicativa e, mesmo os intercursos a alguma reflexão descarta a retoricidade necessária a ênfase dada ao *ethos* e ao *pathos*, desferindo neles golpes imperiosos que os tornariam opostos.

Se para Henry James o desafio que o romancista enfrenta é mais doloroso, isto se daria porque ele não está simplesmente descrevendo o mundo, mas criando e recriando outros mundos, mergulhando no mais recôndito particular da experiência humana; ele vai no mais profundo onde a luz pouco se expressa, onde a imaginação pode ser livre e nômade da ficcionalidade. É lá que o escritor recria a vida, amplia sua compreensão do passado e da temporalidade, torna o ato de coletar uma deriva por detalhes complexos e multifacetados. O ato de contar violaria a incumbência narrativa que tornava exclusiva sua arte. Em vista disso, a escrita da história precisaria

estar afinada em um tom de dissonância que harmoniza no mesmo instante em que se diferencia.

Para tanto é preciso retomar a questão da ocidentalização do conhecimento histórico como lugar de radicalização de sua dimensão científica em detrimento de seu lastro literário e/ou ficcional. Deveríamos atravessar a ponte sem derrubá-la, passar do “medo” e da desconfiança quanto à dimensão literária da escrita da história, para uma postura que esteja inclinada a filiar imaginação literária, imaginação compassiva e imaginação histórica.

Para que isso seja possível nossa hipótese está em compreender que as emoções são fortificadoras da escriticidade como retórica da vida em movimento. São elas que nos levam a interpretar o mundo a partir de seu caráter volitivo, isto é, como experiências emocionais que alimentam o pensamento crítico, radicalizando as nuances entre subjetividade e sua força interpretativa sobre os eventos e situações, podemos falar aqui, de atos deliberativos coletivos e individuais. Precisamos, neste sentido, estar abertos a vivenciar emoções e emotividades, para trazer um conceito de William M. Reddy (2001), em que a empatia, a raiva, a tristeza, a alegria e a compaixão não estejam em lados opostos de algum arranjo maniqueísta. Mas que sejamos aptos a ter experiências emocionais fidedignas com a nossa capacidade de explorar e compreender a opacidade do mundo, alimentando com isso uma escriticidade responsável por apontar a responsabilidade afetiva e histórica como atitudes de figuração e transformação.

Neste ponto podemos dizer que a retórica da vida em movimento é uma atitude narrativa que exige trazer consigo um processo narrativo, é nele que estas emoções encontram um recanto para se desenvolverem de forma ubíqua. Ela transporta, portanto, nossa capacidade de avaliar e interpretar criticamente estas experiências emocionais, é sua veicidade constitutiva, é a linguagem que não se limita a comunicar meros sentimentos, mas transborda reflexões e insights entranháveis. É neste ponto que nem a ficção e nem as emoções podem ser vistas como obstáculos ou desafetos à escrita da história, mas

seu impulso à investigação dialética e a compreensão de realidades, permitem que histórias pouco visitadas e, muitas vezes, apagadas sejam vistas e ouvidas.

Ao fim e ao cabo, nos interessa, que as emoções na escriticidade como retórica da vida nos conduza a radicalizar as experiências emocionais como aquelas que podem suggestionar uma outra maneira de perceber o mundo pela ótica individual, mas também, coletiva. Tornar o ato deliberativo um momento em que, elas, emoções, nos permitem reafirmar a necessidade de construirmos pontes não como massa, mas como coalizão, que exporá outros mundos ou o mundo dos outros. Portanto, compreender as emoções criticamente é alimentar uma hermenêutica da existência humana em que o diálogo é elemento *sine qua non*, ao aprofundamento significativo das relações entre indivíduos e comunidades, entre identidades e personalidades, entre afetividades e racionalidades, isto é, nos preocuparmos em alimentar as raízes da complexidade da vida em manifestações diversas das experiências históricas e emocionais.

Considerações Finais

O percurso que escolhi para este texto diz muito das inquietações que tem me movimentado para o pensamento teórico contemporâneo. Procuo fazer uma tentativa de renovação do que se pode atribuir a alguma reflexão especulativa e teórica ao campo da história. Tenho plena consciência do desafio e dos obstáculos que venho enfrentando como um *scholar* independente. No entanto, sem estes mesmos desafios eu não seria capaz de me lançar ao mundo e dizer o que preciso dizer como leitor, como educador, como pesquisador.

São estes mesmos percalços que alimentam minha vontade de ser, minha vontade de pensar, minha vontade de sentir. Se você, leitor, chegou até aqui, sinto lhe dizer que o que leu ainda é embrionário, é um *work in progress*, e está diluído em outros espaços de reflexão que venho ocupando como corpo negro/pardo, como LGBTQIAP+, como classe trabalhadora,

como este sujeito cheio de marcações sociais e políticas. O centro desta pesquisa tem um propósito particular: a autorreflexão e o autoconhecimento. Foi preciso que na minha tese de doutorado⁴ eu me voltasse aos estudos de subjetividade, a autobiografia e a interdisciplinaridade entre história e filosofia para perceber que a história não me convidou para seus braços apenas como campo do conhecimento científico, mas também, para compreender o funcionamento do mundo e a maneira como eu o enxergo, como sinto, como respiro seus aromas, como me permito ser envolvido em suas perfumarias para então me conhecer e me reconhecer. Neste sentido o princípio da alteridade é interiorizado quando você se torna o outro de si mesmo.

Este breve excursus autobiográfico, me permite dizer o seguinte. Não há considerações a serem feitas que não seja continuar provocando-o para a leitura e os estudos teóricos que não se limitam à história da historiografia ou, ainda, a manuais e coleções de exposição de autores. Concordo com Luiz Costa Lima, quando disse: “um conjunto de definições não forma uma teoria, tampouco, uma teoria se confunde com um conjunto de axiomas” (Lima, 2022, p.10). Esta afirmação é muito importante, porque nos aponta um caminho pouco visitado no nosso campo, a reflexão filosófica. Ele está dizendo para nós que não basta se debruçar longamente sobre “dicionários de pensamento”, é preciso se desafiar a pensar, ou como gosto de dizer: pensar junto! (sic). Se permitir avançar nos textos com criticidade de quem procura algo que embora visível, ainda não foi descortinado, é um ato de descoberta do não-coberto, é se colocar no lugar daquele que quer explicar o óbvio. Afinal, muito pouca gente se deu o trabalho de questionar o óbvio, é aí, que nos tornamos uma hidra de ceticismo, como figurou Paul Ricoeur (1994 [1987]).

São as muitas cabeças da hidra, este ser mitológico, que nos remete ao processo contínuo de pensamento, um ir e vir sem fim senão pela nossa própria finitude. Pensar é sentir, mas

⁴ Cf. Lima (2022).

sentir como resposta a necessidade de pensar sentindo. Explico. Se os estudos sistemáticos de produção do conhecimento não te levam ao prazer, não te emocionam, não tira lágrimas que te fazem dizer: valeu a pena. Saiba que será um percurso bastante doloroso insistir nele, mas caso seja extremamente teimoso, valerá a pena se ver neste lugar em que cada dor do nascimento virá com um sorriso, com um afeto, como um bálsamo. Digo isto para acentuar que não basta que sejamos bons reprodutores de ideias prontas e estabelecidas, não basta que tenhamos boa memória, não é suficiente escrever a história cola e tesoura (Collingwood, 1981).

Neste capítulo a pressa não é um desafio, é uma necessidade, e de forma alguma pude sacrificar o rigor da argumentação e de suas referencialidades, mas como os senhorxs viram ele, rigor, não me deteve na minha caminhada pela escritividade das emoções. Escrever é um ato de sentir, pensar é um ato de sentir, tanto quanto sentir é movimento. Ratifico este processo de sentir enquanto se escreve e, enquanto pensa, para que fique claro que ao fazer uma brevíssima comparação entre a literatura ficcional (Virginia Woolf) e a literatura histórica (Steven Englund) não propus um método, não me apropriei de estruturas prontas de análise, apenas fui atravessado pela hermenêutica como diálogo, como potência do encontro de horizontes. Como esta vontade de conhecer, de saber, de sentir, em que o solilóquio não serve mais como condição última de dizer como centro de si, mas como colóquio, uma maneira de dizer juntos.

Neste mesmo sentido, trouxe uma contribuição atual e importante que Hayden White fez a contento de dizer, não é mais suficiente que nos tornemos apenas, ou somente, historiadores ocidentais, que reverenciemos os arautos da historiografia ocidental, precisamos escolher outros olhos, escrever outras histórias, desenhar outros quadros, narrar outros romances. E pode parecer estranhíssimo que ao dizer isso, que remeterá a uma postura decolonial de pensar a história, eu não traga os conceitos-chave desta matriz de pensamento. Faço isso como uma provocação, ao aprender

com os pensadores decoloniais a pensar pelo avesso, pensar pelo inverso, pensar para abertura de outras possibilidades de narrar, não vi neles qualquer exigência radical, que não as atribuídas por discursos externos, que não seja possível fazer uma crítica a ocidentalização da escrita da história pelo pensamento do ocidente, ou jogaríamos fora toda contribuição da geração de 68.

Em seguida, trouxemos uma filósofa contemporânea que tem, há algum tempo, feito parte da minha paisagem intelectual e que tenho extremo prazer em apresentar aqueles que ainda não leram seus textos e livros, Martha Nussbaum. Suas pesquisas sobre as emoções foram uma virada fundamental nos meus estudos sobre a subjetividade, acrescido da dimensão ética de si e do outro. O que procurei fazer aqui, foi mobilizar conceitos importantes de emotividades que nos permitissem afirmar que as emoções são fortificadoras da escriticidade como retórica da vida em movimento.

Na última seção deste ensaio, os leitores foram convidados a experimentar uma tentativa de teorização em torno da interconexão entre uma poética da história, conforme delineada por Hayden White, e uma incursão inicial sobre a viabilidade de resgatar as emoções como catalisadoras da imaginação. Este esforço exploratório visou fundamentar uma abordagem ficcional na escrita histórica, destacando a relevância intrínseca das emoções como elementos essenciais para uma compreensão mais profunda e envolvente do passado, pela escriticidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru-SP: EDUSC, 2007

CHAUÍ, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história.** Lisboa: Editorial Presença, 1981.

- CONRAD, S. **What is global history?** Nova Jersey: Princeton University Press, 2016. e-book
- ENGLUND, S. **Napoleão**: uma biografia política. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.
- FEBVRE, L. Como reconstituir a vida afetiva de outrora? A sensibilidade e a história. In: **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1952.
- ISER, W. Debate. In: ROCHA, J. C. de C. et al. **Teoria da ficção**: indagações à obra de Wolfgang Iser. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- JAMES, H. **A arte da ficção**. Trad.: D. Piza. São Paulo: Imaginário, 1995.
- LIMA, E. S. de. Percurso do autoconhecimento: construção de si e compreensão da noção de História em Robin George Collingwood (1889-1943). **Tese** (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022, 233 f.
- LIMA, L. C. **Frestas**: a teorização em um país periférico. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013.
- LIMA, L. C. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, L. C. Perguntar-se pela escrita da história. **Varia Historia**, v. 22, n. 36, p. 395–423, jul. 2006.
- NUSSBAUM, M. C. **Cultivating Humanity**: a classical defense of reform in liberal education. Harvard University Press, 1997.
- NUSSBAUM, M. C. **Poetic Justice**: The Literary Imagination and Public Life. *Political Theory*, v. 26, n. 4, p. 557-583, 1998.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Trad. C. M. Cezar. Campinas: Papirus, 1994.
- REDDY, W. M. **The navigation of feeling**: A framework for the history of emotions. Cambridge University Press, 2001.
- SANTORO, F. Sobre a estética de Aristóteles. **Viso**: Cadernos de estética aplicada, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2007.
- SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Trad.: L. Luft. Rev.: E. Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes: 2015.

WHITE, H. **The content of the form:** Narrative discourse and historical representation. Baltimore: JHU Press, 1990.

WHITE, H. **The Westernization of world history.** Western Historical Thinking: An Intercultural Debate. New York: Berghahn Books, 2002, p. 111-118.

WOOLF, V. **Orlando:** uma biografia. Editora Companhia das Letras, 2014.

Parte III
Metodologia

Prosopografia: Uma introdução ao método

Ana Paula Korndörfer
Marcelo Vianna

Nossa proposta, neste texto, é apresentar, de modo introdutório, o método prosopográfico e discutir algumas possibilidades desta ferramenta para a história. Neste sentido, abordaremos, a partir de bibliografia pertinente e das experiências de pesquisa dos autores, aspectos como a definição do método prosopográfico, bem como as suas possibilidades e desafios. No que diz respeito aos critérios mais técnicos, discutiremos elementos relativos à definição e sistematização do universo de pesquisa. As possíveis fontes para os estudos prosopográficos, como dicionários histórico-biográficos, anuários sociais, biografias, necrológios, entre outras, também serão contempladas, assim como os usos de acervos digitais e a produção de bases de dados. Por fim, discutiremos como a prosopografia foi empregada em uma pesquisa histórica, buscando exemplificar algumas das questões abordadas ao longo do texto.

O método prosopográfico

De acordo com Christophe Charle (2006), os historiadores da antiguidade reivindicam a paternidade do método prosopográfico. Há, por exemplo, segundo Charle (2006), inúmeras pesquisas sobre elites da antiguidade baseadas na prosopografia. Já no que se refere ao período medieval, a prosopografia se desenvolveu a partir do período entreguerras e se voltou, em especial, à análise do pessoal administrativo e da *entourage* de governantes de Estados da Europa ocidental. A produção se tornou abundante a partir da década de 1960, também no que se refere à história moderna. No mesmo período – anos 1960 –, iniciaram-se os trabalhos em história contemporânea, voltados à questão das elites, introduzida pela sociologia, especialmente americana, influenciada pelas teses de

Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Na França, foram importantes para o desenvolvimento de análises prosopográficas, por exemplo, produções vinculadas à sociologia da educação, influenciada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu. Em diversos países, como Grã-Bretanha, Itália, Espanha e Suíça, multiplicaram-se as análises de biografias coletivas de elites políticas, econômicas, religiosas, artísticas, entre outras, relacionadas aos grandes debates historiográficos nacionais. Em história contemporânea, Charle (2006) sublinha que o método foi aplicado a grupos mais amplos que as elites, domínio privilegiado, em virtude da disponibilidade de documentação, pela história antiga, medieval e moderna. Mais recentemente, neste sentido, a biografia coletiva – outra maneira de denominar a prosopografia – foi empregada em estudos sobre a história das mulheres, das classes médias e populares e, mesmo, dos grupos marginais. Mas, afinal, o que é a prosopografia?

De acordo com Lawrence Stone, em texto que se tornou referência publicado nos anos 1970, a prosopografia é

[...] a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos desse universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações

com outras formas de comportamento ou ação (Stone, 2011, p. 115).

Como observamos na definição de Stone (2011), a prosopografia é, *grosso modo*, o método, a técnica para construir biografias coletivas, para analisar grupos, coletividades. Esta perspectiva também é evidenciada na definição do pesquisador francês Christophe Charle, quando este estabelece o princípio da prosopografia da seguinte maneira:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (Charle, 2006, p. 41).¹

Segundo Flávio Heinz e Adriano Codato (2015), a prosopografia se disseminou entre os(as) historiadores(as)² como um procedimento útil para a análise de pequenas coletividades, como parlamentares, grupos profissionais, funcionários governamentais, entre outros, permitindo, segundo os autores, “[...] acompanhar mudanças em suas respectivas composições sociais e, com isso, variações nos critérios de acesso às posições de mando ao longo de sucessivas conjunturas” (Heinz; Codato, 2015, p. 250). Ainda segundo os autores,

¹ A historiadora argentina Marcela Ferrari (2010) aborda, em artigo sobre prosopografia e história política, as críticas posteriores ao texto de Lawrence Stone, bem como as diferenças entre Stone e Christophe Charle no que se refere ao método. Estas questões, porém, não serão contempladas neste texto introdutório, podendo ser recuperadas no referido artigo.

² Segundo Marcela Ferrari (2010), a prosopografia é tributária, também, de disciplinas como a sociologia, a antropologia e a ciência política.

A importância analítica dada ao estudo das propriedades e das trajetórias coletivas de um conjunto de agentes pressupõe um esquema interpretativo do mundo social. Esse esquema deriva, por sua vez, de dois princípios subjacentes: em primeiro lugar, o foco em agregados concretos de indivíduos, historicamente situados, é central para entender o funcionamento do mundo social (no lugar de grandes abstrações teóricas como ‘classes sociais’, por exemplo); em segundo lugar, seus atributos, enquanto grupo, são relevantes para explicar tanto seus comportamentos efetivos (opções, decisões concretas, disposições subjetivas), como a configuração assumida pelas instituições (‘Estado’, ‘regime político’, etc.)” (Heinz; Codato, 2015, p. 269).

Como fica evidenciado, a prosopografia é uma ferramenta mobilizada para organizar, a partir de um problema formulado pelo(a) pesquisador(a), e isto é muito importante, os dados biográficos dos indivíduos que integram o grupo definido para estudo para então partir para a análise de questões como o perfil deste grupo, suas regularidades, as biografias modais (que exemplificam o comportamento do grupo), bem como as biografias excepcionais (que divergem do grupo). A pesquisa que se utiliza do método prosopográfico deve, assim como qualquer pesquisa, buscar responder a uma questão maior que não apenas, no caso da técnica em questão, estabelecer o perfil de um determinado grupo: os atributos da coletividade em análise devem “fazer sentido para além deles mesmos”; “[...] a prosopografia deve ajudar a esclarecer, através

dos atributos coletivos que destaca, relações objetivas entre fenômenos sociais” (Heinz; Codato, 2015, p. 271).³

Definir o grupo, a coletividade a ser analisada através da prosopografia, é uma operação relacionada ao problema proposto pelo(a) pesquisador(a). O pertencimento a associações, a uma instituição ou a atuação em determinada função ou cargo são, muitas vezes, critérios utilizados para a construção dos grupos a serem analisados (Ferrari, 2010, p. 541). Em estudos prosopográficos relativos às elites, os indivíduos ocupam o topo das organizações, como partidos, associações civis, forças armadas, entre outros (Heinz; Codato, 2015, p. 270).

Com relação ao tamanho do grupo a ser analisado, dúvida bastante frequente entre aqueles(as) que se aventuram na utilização do método pela primeira vez, este depende de aspectos como o tempo disponível para a realização da investigação, bem como dos recursos humanos e materiais (Ferrari, 2010, p. 541). É possível trabalhar com grupos grandes nos casos em que há poucas fontes a serem mobilizadas e estas já são conhecidas pelo(a) pesquisador(a). A análise de grupos menores, por sua vez, pode demandar um grande esforço para a localização de informações biográficas, seu processamento e “as fontes podem se multiplicar quase que indefinidamente” (Heinz; Codato, 2015, p. 270). Ao abordar a mesma questão, Christophe Charle aponta que o(a) historiador(a) que se utiliza do método prosopográfico “navega entre dois rochedos” que são justamente o da “biografia indefinida de indivíduos” e o da “ampliação das grandes amostras com as dimensões de toda a sociedade” (Charle, 2006, p. 45). Tanto a coleta das informações biográficas quanto a construção do banco de dados, que abordaremos mais adiante, são processos demorados, e é importante que o(a) pesquisador(a) tenha este aspecto em mente ao optar pela ferramenta.

³ De acordo com Christophe Charle, a prosopografia nos permite “[...] apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados” (Charle, 2006, p. 48).

Depois de estabelecido o grupo a ser investigado, o(a) pesquisador(a) precisa definir as variáveis a serem uniformemente levantadas, a respeito, como vimos, de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, educação, ocupação, religião, experiência em cargos, entre outras (Stone, 2011, p. 115). Algumas variáveis são recorrentes nos trabalhos prosopográficos, como as relativas ao nascimento e à morte, por exemplo. Outras, porém, estão diretamente relacionadas ao problema investigado. Neste sentido, e considerando, muitas vezes, o tempo escasso para o desenvolvimento de projetos, é válido que o(a) pesquisador(a) reflita com atenção sobre as variáveis a serem buscadas, para evitar um possível retrabalho na busca pelas informações.

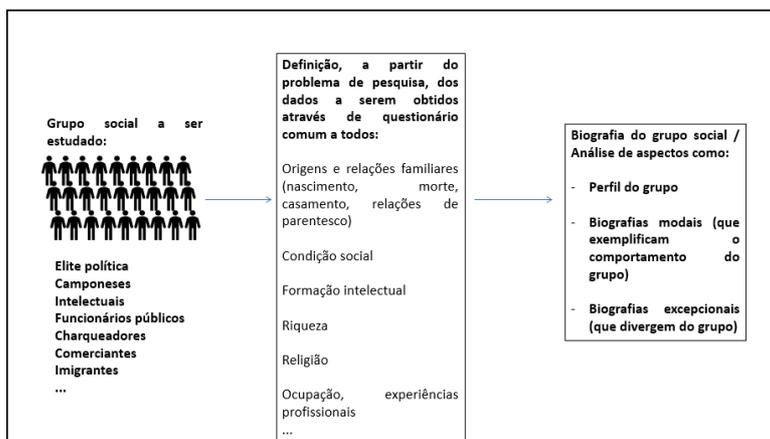


Figura 1 – Prosopografia. Fonte: Elaborado pelos autores.

Como vimos até aqui, a prosopografia ou biografia coletiva parte da (I) definição de um grupo de indivíduos que integram um ator coletivo (político, social, cultural, econômico etc.). Em seguida, (II) cada membro do grupo é submetido a um questionário comum a todos, elaborado a partir do problema de pesquisa, e que reúne as informações padronizadas sobre idade, nacionalidade, educação,

patrimônio, entre outros dados. Então, como bem pontua Marcela Ferrari, seguem-se

[...] las trayectorias de los individuos en el campo específico a analizar – en el sentido utilizado por Pierre Bourdieu – o, recuperando la multiposicionalidad de los individuos (Boltanski, 1973), en otros campos. Una vez procesada esa información es posible describir los perfiles emergentes del conjunto y analizar las relaciones entre los individuos del mismo o de diferentes campos, o entre los individuos y otros actores colectivos para, finalmente, contribuir a explicar al actor colectivo como una configuración social siempre cambiante y de fronteras lábiles, que actúa dentro de una sociedad en un tiempo determinado (Ferrari, 2010, p. 530-531).

Depois de abordarmos aspectos como as origens do método prosopográfico e a sua definição, bem como questões relativas ao estabelecimento do universo de análise e do questionário biográfico a ser elaborado, traremos algumas reflexões sobre as fontes dos dados para responder ao questionário e, ao final, permitir/possibilitar a análise pretendida. Como em qualquer pesquisa na área da história, não é possível desenvolver um projeto que se utilize da prosopografia sem fontes, sem dados disponíveis e acessíveis. Para produzir o seu banco de dados, o(a) pesquisador(a) pode recorrer a uma série de fontes e cada uma delas apresenta as suas particularidades, demandando atenção e precauções. Entre as fontes utilizadas por prosopógrafos(as), podemos mencionar memórias e autobiografias, jornais, diários oficiais, necrológios, currículos, fundos pessoais, dicionários biográficos, anuários, entre outras.

Ao problematizar o uso de dicionários biográficos, sejam institucionais ou sociais, como os anuários do tipo *Who's*

*Who*⁴, como fontes, Flávio Heinz e Adriano Codato (2015) alertam para o fato que o(a) pesquisador(a) “está permanentemente sujeito aos vieses da produção da sua fonte”. Segundo os autores,

Dicionários de biografias, políticas ou sociais, trazem um conjunto rico de toda sorte de informações sobre membros de grupos dirigentes, mas precisam ser analisados à luz das circunstâncias específicas de sua produção, do formato escolhido para a apresentação dos dados, da participação do biografado na sua exposição, enfim, das intencionalidades editoriais presentes em cada um deles, começando da lista de quem merece ser biografado (Heinz; Codato, 2015, p. 252-253).

⁴ Como explica Flávio Heinz, “o *Who’s Who* é um anuário ‘de sociedade’ publicado no Brasil desde 1948, quando apareceu sob a denominação de *Quem é quem no Brasil*. A publicação, que retomaria seu título em inglês (*Who’s Who in Brazil*) no final dos anos 1960, é um dicionário similar ao seu homólogo norte-americano da época. A obra é fundada, como bem assinalou Cyril Grange para o *Who’s Who* francês, sobre uma ‘concepção paretiana das elites, propondo-se a repertoriar os melhores de cada ramo de atividade’ (Grange, 1996, p. 37); dito de outra forma, sobre a concepção comum que têm as elites de seu próprio meio” (Heinz, 2011, p. 155).

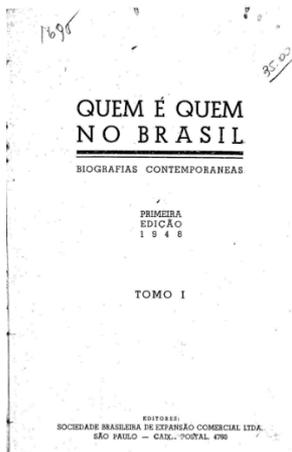


Figura 2 – Quem é Quem no Brasil: Biografias Contemporâneas, 1948. Fonte: **QUEM É QUEM NO BRASIL**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, Tomo I, 1948, p. 648.

É necessário, como no trabalho com qualquer fonte, realizar uma crítica das mesmas e do contexto de sua produção, bem como cruzar diferentes fontes, cotejando-as. Os necrológicos, por exemplo, costumam ser fontes bastante laudatórias e que destacam determinados aspectos da vida de um personagem, considerados relevantes. As memórias e autobiografias são atravessadas, entre outras questões, pela subjetividade de quem as escreveu. Neste sentido, outra observação de Heinz e Codato nos parece pertinente. Segundo os autores, a prosopografia, assim,

[...] não se resume à produção de tabelas de frequência com informações socio-profissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à *produção de uma base de dados* que, em boa medida, **reúna um conjunto de evidências fabricadas**

lix, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
Residência: Rua Dr. Sarzanini, 77 — 43-0032 — Rio de Janeiro.
Escritório: Praça Mauá, 7, 11.º — Tel.: 43-0632.

TEIXEIRA DE FREITAS, Hildebrando — Advogado. Nascido em 13 de abril de 1911, em São Paulo (Capital). Filho de sr. Joaquim Teixeira de Freitas e d. Eugênia Teixeira de Freitas. Casado com d. Esther Teixeira de Freitas. Fez seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, até 1936. Foi advogado da Fazenda do Estado (1928-64), presidente da Federação Universitária Paulista de Esportes (1934-36) e colaborador fiscal de diversas sociedades anônimas. É atualmente advogado com escritório próprio. É membro do Instituto São Antônio, do Club de Regatas Tietê e do Touring Club do Brasil.

Residência: Av. Rodrigues Alves, 1.506 — Tel.: 7-1869.
Escritório: Rua Líbero Pádua, 156, 21.º — Jds. 2103-03-05 — Tel.: 6-1302 e 6-1435. São Paulo.

THEBAUD JUNIOR, Ernesto Zeferino da Costa — Médico. Nascido em 1 de março de 1893, no Rio de Janeiro. Filho de sr. Ernesto Zeferino da Costa Thebaud. Fez seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1915. Fez curso de aperfeiçoamento de Saúde Pública do Johns Hopkins University, 1927-28. Foi interno de clínica médica na Faculdade de Medicina, 1915; assistente de mesma clínica, 1919-25; chefe de clínica, 1925-37; chefe do Distrito Sanitário, 1940-41; professor de Saúde Pública do John Hopkins University, 1927-28. Foi interno de clínica médica na Faculdade de Medicina, 1915; assistente de mesma clínica, 1919-25; chefe de clínica, 1925-37; chefe do Distrito Sanitário, 1940-41; professor de Saúde Pública do Johns Hopkins University, 1927-28. Foi interno de clínica médica na Faculdade de Medicina, 1915; assistente de mesma clínica, 1919-25; chefe de clínica, 1925-37; chefe do Distrito Sanitário, 1940-41; professor de Saúde Pública do Johns Hopkins University, 1927-28.

Residência: Rua Manoel Chaves, 851 — Tel.: 8-9016.
Escritório: Rua D. José de Barros, 152 - 6.º and., sl. 65 — Tel.: 4-0587.

lagem diáscora"; "Um caso de aneurisma"; "Um caso de endocardite aguda"; "Um caso de catarata bica"; e inúmeros trabalhos sobre assuntos médicos. Participou do Congresso Nacional dos Médicos, Rio de Janeiro, 1922; do 8.º Congresso Brasileiro de Higiene, Recife, 1929; do 5.º Congresso Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, 1929. É membro efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; da Sociedade Brasileira de Higiene.

Residência: Rua Afonso Pena, 113 — Tel.: 28-1196.
Escritório: Trav. do Oural, 21, 3.º, sl. — Tel.: 43-0411. Rio de Janeiro.

TOLDO, Américo Flávio de — Engenheiro Civil. Nascido em 12 de outubro de 1902, em São Manoel (Estado de São Paulo). Filho de sr. Joaquim Frazzari de Toledo e d. Maria Soares de Toledo. Casado com d. Maria de Melo Toledo. Tem dois filhos: Carlos Anderson Maciente e Ray. Fez sua graduação no Instituto Maciente e na Escola de Engenharia Mackenzie, Hume de 1927. Fez estágio na Cia. Construtora Pagoda Sotelo, em 1928. (Fragatas e construções de assentamentos de água); da Base S/A (Companhia Brasileira de Construção e Comércio), até 1943, (Construção de Estrada de Ferro), e da Firma Flávio Bezerra do Amaral. É atualmente engenheiro de escritório da Firma Flávio Bezerra do Amaral (terceirização especializada). É sócio da Associação dos antigos alunos de Mackenzie, do Homenage Tens Club, do Esporte Club Paulista e do Instituto de Engenharia.

Residência: Rua Manoel Chaves, 851 — Tel.: 8-9016.
Escritório: Rua D. José de Barros, 152 - 6.º and., sl. 65 — Tel.: 4-0587.

TOMMASI, Renal — Engenheiro. Nascido em 12 de outubro de 1912, em São Paulo (Capital). Filho de sr. Paulo Tommasi e d. Maria de Paula Tommasi. Tem três filhos: Heitor Luiz, Maria Regina, e Elaine Conceição. Fez seus estudos no Colégio São Bento (1929) e na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1930). Foi engenheiro de profissão

pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa (Heinz; Codato, 2015, p. 253, grifo dos autores).

O banco ou base de dados é produzido pelo(a) pesquisador(a) e reúne informações fabricadas também por ele(a) a partir das várias fontes consultadas. Um bom exemplo deste processo é trazido por Heinz (2011) ao problematizar a padronização das informações relativas à profissão, por exemplo, oriundas de dicionários históricos e anuários “de sociedade” e que constaram nas biografias coletivas de sua pesquisa sobre as elites patronais rurais brasileiras no período entre 1945 e 1967. Como bem lembra o historiador, este problema – o da padronização – incide sobre todas as categorias e tipos de informações com os quais trabalha o(a) prosopógrafo(a) e demanda decisões metodológicas que devem ser explicitadas.⁵

É muito improvável que se encontrem todas as informações relativas ao grupo analisado. Esta dificuldade pode ser mais significativa quando se trabalha com coletividades cujos agentes sejam menos notórios em seu tempo e sua sociedade e/ou também estejam mais distanciados temporalmente (Heinz; Codato, 2015).

O avanço tecnológico tem contribuído, nas últimas décadas, na construção de bases de dados e na coleta e análise das informações.⁶ As bases de dados, por exemplo, podem ser construídas em programas como o Microsoft Excel, o

⁵ Ver mais detalhadamente esta discussão em Heinz (2011, p. 162-164).

⁶ Entre os trabalhos que suscitam reflexões sobre as bases de dados, encontra-se Tiago Luís Gil (2015). Para esse autor, as bases oportunizam uma “forma de narrativa histórica” (Gil, 2015, p.12), no qual o(a) historiador(a) tem o desafio de organizar a complexidade social-histórica para um sistema informatizado, o que revela as posições teóricas e metodológicas de uma pesquisa.

Microsoft Access e o FileMaker⁷, de acordo com os interesses e necessidades do(a) pesquisador(a).⁸ Através da internet, é possível acessar uma série de fontes para as investigações prosopográficas, como o Diário Oficial da União⁹ (possibilita localizar informações relativas à trajetória profissional), o Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas¹⁰ e os diversos jornais e revistas disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹¹. É importante, porém, estarmos atentos aos desafios e à atenção necessária no emprego de ferramentas digitais na pesquisa e na escrita da história, como bem sinalizam Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020) com relação a buscas realizadas através da Hemeroteca Digital Brasileira.

O método prosopográfico pode ser colocado em diálogo com outras metodologias e perspectivas analíticas, como a análise de trajetórias, de redes e a história comparada, por exemplo, de acordo com a proposta de pesquisa em desenvolvimento. A prosopografia comparada é, inclusive, apontada por Christophe Charle como um campo profícuo a ser explorado. Segundo o autor, ao realizar análises

⁷ Em *Bancos de dados para História da Saúde: funcionalidades no ofício do(a) historiador(a)*, Daiane Silveira Rossi (2021) desenvolve uma reflexão sobre a utilização do Microsoft Excel e do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) em suas investigações, discutindo como utilizou estas ferramentas em suas investigações. Por sua vez, o estudo *Uma base de dados para membros de carreiras técnicas: estudo sobre os promotores públicos do Rio Grande do Sul (1930-1964)*, de Marcelo Vianna (2018), explorou o FileMaker na construção de sua pesquisa. Essa experiência será discutida na segunda parte deste capítulo.

⁸ É interessante manter, em fichas individuais, os dados dos integrantes do grupo estudado, uma vez que é possível encontrar informações que acabem não sendo inseridas no banco de dados, mas sejam relevantes para a análise proposta (Ferrari, 2010). As fichas também podem ser interessantes caso o(a) pesquisador(a) deseje problematizar uma trajetória em específico.

⁹ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-diario-oficial-da-uniao>

¹⁰ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-diario-oficial-da-uniao>

¹¹ <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

comparativas, seria possível avançar em análises explicativas “[...] ao relativizar as correlações que parecem dadas ou óbvias em um certo recorte nacional ou social [...]” (Charle, 2006, p. 48).

Na próxima seção deste texto, discutiremos como a prosopografia foi aplicada em uma pesquisa histórica, buscando exemplificar algumas das principais questões abordadas ao longo deste capítulo.

O olhar prosopográfico sobre promotores públicos – um estudo de caso

A pesquisa sobre a formação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), situado entre os anos 1930 e 1964 (Vianna, 2013; 2018), é uma oportunidade para verificar a combinação envolvendo método prosopográfico e recursos digitais em uma produção historiográfica. Vale observar que, no período analisado, o MPRS experimentou um importante processo de institucionalização, no qual logrou deixar as interferências políticas, especialmente pelo seu vínculo com o Poder Executivo durante a Primeira República (1889-1930)¹², assumindo uma instituição com carreiras relativamente estáveis e autonomia no desempenho de suas tarefas jurisdicionais. Para os indivíduos atuantes no órgão, promotores e procuradores, construiu-se um maior reconhecimento jurídico, social e político em suas atividades ao longo do período. Isso se refletiu em recursos materiais (aumentos salariais, garantias de estabilidade) e simbólicos (prestígio jurídico e político), construindo um *ethos* profissional que definiria a conduta dos membros do MPRS e justificaria as suas ações nas disputas judiciais e mesmo quotidianas diante de outras autoridades (juízes, delegados, políticos municipais). Essas mudanças acompanharam a construção do campo jurídico no Rio Grande

¹² Durante a Primeira República no Rio Grande do Sul, tornar-se promotor era um dos primeiros postos para carreiras políticas evidentemente controladas pelo Partido Republicano Riograndense (PRR): entre os que atuaram como promotores públicos no período encontram-se Getúlio Vargas e Júlio Neves da Fontoura.

do Sul (Engelmann, 2001), mas certamente foi o MPRS que experimentou as maiores transformações. Em maior escala, reflete uma dimensão da história do processo de centralização e consolidação do Estado brasileiro pós-1930, com a definição de carreiras técnicas no aparato estatal, especializando as atuações dos grupos burocráticos a fim de distingui-los das carreiras político-partidárias.¹³

Dar conta desse processo de institucionalização do MPRS revelou-se desafiador. A fim de escapar de um discurso laudatório, centrado nos grandes personagens ao gosto do mundo jurídico, o problema inicial era identificar quem e quantos eram os indivíduos que compunham a instituição no período. A partir daí, entender quais eram as diferenças existentes entre os promotores do período por meio da elaboração de perfis e, então, entender o porquê de alguns se destacarem na carreira e formarem uma elite institucional, incluindo desdobramentos na vida política, enquanto outros não.

Sem dúvida, a prosopografia se mostrou muito válida para o estudo. Uma análise sobre a história de uma instituição possui algumas vantagens, tendo em vista ela ser um universo relativamente formal e fechado, sendo possível identificar os ingressos nos postos (promotorias) disponíveis, especialmente a partir do 1º concurso público para promotor em 1941. Ainda assim, definir o número de participantes (o *n* da pesquisa) envolveu prospectar e identificar uma série de acervos documentais e referências bibliográficas. Em linhas gerais, dividimos as fontes em dois grupos:

- a) Fontes institucionais: documentos produzidos pelos MPRS tais como fichas funcionais, relatórios de atividades, correspondências, atas do Conselho Superior, processos administrativos, livros

¹³ Por fim, justificar o estudo sobre o MPRS enquadra-se no esforço de compreender, do ponto de vista histórico, como o Ministério Público assumiu um grande poder no Estado brasileiro, impactando na vida política e social do país.

institucionais, relatos orais de antigos membros da instituição;

- b) Fontes externas: biografias, livros de memórias, jornais, periódicos jurídicos (acadêmicos), dicionários biográficos, entre outros.

Destes documentos, certamente as fichas (ou dossiês) funcionais tiveram importante relevância. Disponíveis no Arquivo do MPRS, são documentos organizados desde o ano de 1939 e que contam com dados pessoais, formação acadêmica e trajetória institucional (figura 3). Ainda que tenham passado por mudanças (evidenciadas pela mecanização), mantiveram uma constância de dados (posteriormente, parte delas seria informatizada pela instituição). Junto a outros documentos complementares, como livros de posse, foram identificados 328 agentes atuantes no MPRS no período de 34 anos estudados.

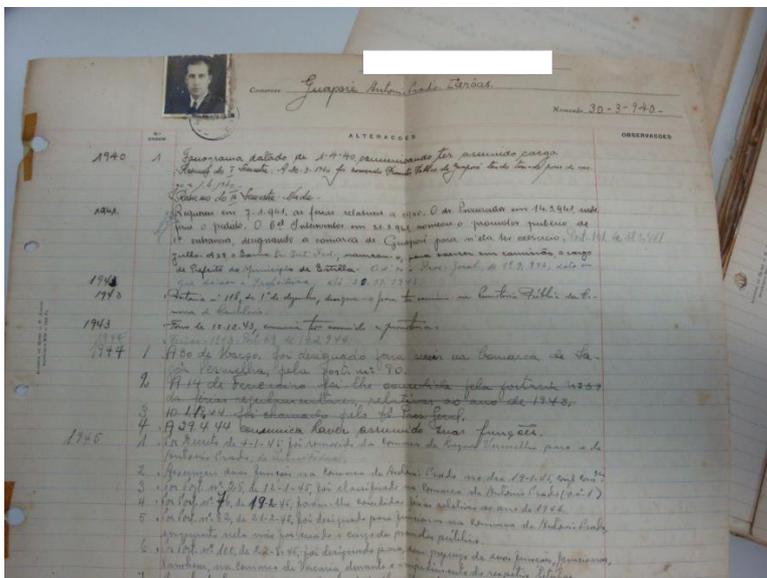


Figura 3 – Ficha funcional dos promotores públicos (modelo de 1939, manuscrito). Fonte: Arquivo do MPRS

No entanto, é importante observar os limites que envolvem as fontes. As fichas funcionais nem sempre contaram com um diligente preenchimento e representam uma dimensão administrativa da vida do promotor público. Nesse sentido, outros documentos contribuem para conhecer melhor os agentes a serem analisados: relatórios de atividades nas promotorias do interior do Rio Grande do Sul apontam a produção (atuação em processos criminais e cíveis) e o grau de eficiência esperado na atuação ministerial, incluindo uma boa relação com as autoridades locais. Processos administrativos e sindicâncias, especialmente a partir do final do Estado Novo, demonstram uma preocupação com a atuação dos (jovens) promotores com as comunidades, já que muitas delas partem de denúncias sobre os seus desempenhos. Por fim, biografias e a memória oral de antigos promotores e procuradores contribuem para perceber as regras “não ditas” do campo jurídico no MPRS do período, como capital político, herança familiar e favorecimentos, comportamentos necessários e quem eram os indivíduos considerados notáveis pelos seus pares à época, um critério reputacional que influenciaria no controle da instituição.

Para a prosopografia, é necessária a quantificação de dados para a produção de uma biografia coletiva do grupo. Isso significa ter dados que podem ser compilados e cruzados de modo a termos perfis dos indivíduos (especialmente envolvendo gerações de promotores públicos), o que exige investimento de tempo para reunir informações dispersas nas fontes. Como observado na primeira parte do texto, é essencial o uso de recursos digitais para organização e análise dos dados obtidos nas fontes, como o Excel e o FileMaker – a partir deste último software, foi criada a base de dados ABDON¹⁴, na qual foram incorporados os dados abaixo:

¹⁴ O título da base foi uma homenagem a Abdon de Mello, um dos indivíduos que atuaram pela autonomia do MPRS no período estudado.

Dimensões	Informações
Dados pessoais	Nome; Local e data de nascimento; Dados sobre pais e descendentes; falecimento
Escolar/acadêmica	Formação; Ano de formação; Especializações Docência (Faculdades de Direito)
Vida funcional pré-MPRS	Atividades; Data e local
Institucional	Dados concurso; Data de posse; Promotorias; Designações e substituições; Diárias; Promoções; Menções a promoção por merecimento; Votos para o CSMP; Elogios e punições; Licenças, aposentadorias; Movimento processual
Política	Cargo obtido (eletivo ou não); Data e tempo de afastamento; ações como político que reverteram ao MPRS
Outros espaços	Homenagens; atividades beneficentes (docência, recuperação de presos, palestras, associações); Ingresso na magistratura; publicações

Tabela 1 – Algumas informações possíveis de serem convertidas para a base de dados. Fonte: Vianna (2018).

Do ponto de vista organizacional, a base de dados ADBON contribui para obtermos dados quantitativos (aqueles que serão cruzados) e qualitativos (que podem ilustrar um perfil do grupo). Não basta observar um resultado quantitativo se ele não for discutido com casos que exemplificam e dão significado ao todo. Desta forma, a base serve como um repositório para o(a) pesquisador(a) construir sua narrativa e localizar as fontes necessárias, reunidas ao longo do tempo.

para asilar-se no Uruguai, seguido da depuração de elementos vinculados ao Partido Republicano Liberal (PRL), em especial, aqueles fiéis ao antigo mandatário. A redefinição da estrutura estatal e a distribuição do poder nos municípios (Cortés, 2007; Colussi, 1996) acomodaram a elite ao novo regime, mas reduziram as possibilidades de ascensão política, levando-se em conta a extinção dos partidos e dos cargos eletivos (como prefeitos, vereadores e deputados). A reforma administrativa imposta pelo Estado Novo por meio do Departamento Administrativo do Serviço Público, por sua vez, influenciou a forma de nomeação e ocupação dos postos estatais, a partir da especialização de funções, recrutamento por mérito (concursos) e qualificação, dando conta do crescente número de bacharéis aspirantes aos cargos (Míceli, 2001).

O MPRS vivenciou as contradições desse processo. Em parte, as medidas atendiam uma antiga reivindicação de membros por uma maior autonomia e reconhecimento público de suas funções (Lyra, 1937; Mello, 1943). No entanto, experimentou aspectos ainda próprios das relações até o governo Flores da Cunha (1930-1937), como indicações e favorecimentos. Nesse cenário, ocorreram importantes reformas no campo jurídico e no MPRS, como o Código de Organização Judiciária (COJE) em 1940, que definiu que os cargos de juizes de Direito e promotores públicos deveriam ser regularizados por meio de um concurso público de provas.

Foram identificados 126 membros do MPRS atuantes durante o Estado Novo. Após reunir e cruzar os dados da base, foi possível estabelecer uma primeira divisão entre os grupos atuantes: aqueles que fizeram ou não os concursos públicos previstos pelo COJE. A tabela 2 traz uma síntese:

Dados	“Não concursados”	“Concursados”
Promotores	49	77
Não permaneceram	42	9
Permaneceram	7	68

Média de idade	38 anos	25 anos
Tempo de carreira	5,9 anos	23,22 anos
Formação	Faculdade Porto Alegre – 25 Faculdade Pelotas – 4 N.I. – 11	Faculdade Porto Alegre – 60 Faculdade Pelotas – 15 Faculdade Paraná – 1 N.I. - 1
Índice de rúbulas	18,4% (9)	0

Tabela 2 – Agentes do MPRS atuantes durante o Estado Novo (1937-1945). Fonte: Base de dados ABDON.

O resultado permite identificar uma velha “cepa” de promotores, incluindo os considerados diletantes (ou rúbulas, destituídos de formação acadêmica formal), excluída da instituição para dar lugar a uma geração de novos postulantes à carreira. O tempo de permanência não deixa dúvidas – à exceção de alguns promotores anteriores aos anos 1930, como Abdon de Mello, que foram preservados e ascenderam a postos de chefia na instituição, os demais acabaram desligados. Em alguns casos, a ausência do diploma de Direito (rúbula) era um limitante, mas havia uma série de percepções ou queixas que os inabilitavam para prosseguir na carreira no juízo do MPRS, como vínculos com o ex-governador Flores da Cunha ou incapacidade técnica para exercer a função.

Pedro Sales de Mesquita é um dos integrantes desse grupo: considerado pela instituição como um promotor de “modesta capacidade profissional”, foi um veterano das Revoluções de 1923, 1930 e 1932, assumindo promotorias públicas desde o ano de 1928 como resultado de sua fidelidade ao PRR e ao PRL. Militar, jornalista, poeta, orador, líder católico, ecologista, entre outras funções, nos primeiros anos do Estado Novo, manteve-se como promotor, sendo sua última atuação em Santa Maria (1941). Por não possuir formação em Direito, não pode realizar o 1.º concurso público em 1941, sendo aposentado pelo governo no mesmo ano. Outro exemplo foi Dante de Laytano: seus contatos familiares e sua contribuição na Revolução de 1930 o levaram a obter o

cargo de promotor em 1931 na cidade de Rio Pardo. Sua atuação foi discreta. Mais interessado em pesquisas históricas (que o consagrariam como historiador, folclorista e catedrático em História na UFRGS), obteve, progressivamente, cargos na Secretaria de Educação a partir de 1936, ainda que formalmente integrasse o MPRS. Dante de Laytano tornou-se membro da dissidência do PRL, sobrevivendo à depuração do Estado Novo e integrando o comitê de propaganda do regime, sendo desligado em 1939 do MPRS para assumir a carreira intelectual.

Os concursados, por sua vez, representam um perfil social equivalente ao “estrato médio da elite” (Codato, 2009), que buscavam se alocar nas oportunidades abertas à classe média na burocracia de Estado. Suas trajetórias repetiram o processo de sociabilização das elites locais, sendo que 28 deles passaram pelo Colégio Anchieta de Porto Alegre e 60 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (Trindade, 1982; Grijó, 2005), o que impunha um caráter conservador na formação devido à influência da Igreja Católica (Engelmann, 2001). Por sua vez, outra força para obtenção dos cargos eram os contatos políticos oriundos das famílias, influentes nos municípios, como facilitadores para uma entrada “prévia” na instituição: 72 membros já atuavam no MPRS antes dos concursos públicos e tinham uma média de tempo em promotorias de 2,5 anos. Parte detinha ainda uma experiência na ocupação de cargos “menores” do campo jurídico, como o juizado municipal, ocupado por 26 deles.

Características gerais					
Promotores	77	Média de idade	25 anos	Tempo de carreira	23,22 anos
Já integrantes do MPRS	72 (93,5%)	Tempo médio sem concurso público	2,5 anos	Novatos (sem ingresso MPRS)	7 (6,5%)

Carreira						
Não permaneceu	9	Motivos				
		Exoneração	2	Magistratura	4	
		Aposentadoria	1			
		Outros (avulsão)	2			
Permaneceram	68	4ª entrância (POA)	55 (81%)	Procurador	31 (45%)	
		Chefia Institucional	4 (+2 interinos)	Participação CSMP(1948-64)	26 (38%) (5 + freq.) (7%)	
Origens familiares (atividades principais do pai quando identificadas)						
Político	7	Fazendeiro/Comerciante	11	Prof. liberal	4	
Campo jurídico	7	Militar/Burocracia	3	Origens humildes	3	
Formação						
Faculdade de Direito POA	60 (78%)	Faculdade de Direito Pelotas	15 (20%)	Outras faculdades	2 (2%)	
Vínculos partidários (quando identificados)						
PRL	0	FUG	3	PRL-D	6	
AIB	4	PTB	10	Anti-PTB (PSD, PL, UDN)	11	
PRP	1	PCB e outros	1			
Atividades anteriores ao MPRS (podem se repetir entre os integrantes)						
Funcionalismo público/cargos políticos menores	33	Juiz municipal/distrital	26	Polícia	8	
Militar (inclui CPOR)	9	Jornalismo e poesia	7	Docência escolar	5	

Tabela 3 – Quadro-síntese dos promotores concursados atuantes durante o Estado Novo (1937-1945). Fonte: Elaborado pelos autores.

Um exemplo foi o promotor público Hélio Mariante da Fonseca. Seu pai era Gabino Prates da Fonseca, formado em Medicina no Rio de Janeiro, com sólida formação e atuação no campo médico, incluindo cursos de aperfeiçoamento na Europa e participação na Sociedade de Medicina de Porto Alegre. O pai também foi um dos fundadores do Partido Libertador e integrou o corpo médico dos revolucionários de 1930. Por sua vez, os pais de Garibaldi Wedy (ingresso em 1941), João Lyra de Farias (ingresso em 1941) e Favorino Bastos Mércio (ingresso em 1939) eram, respectivamente, os fazendeiros Alfeu Wedy (membro do Partido Libertador, influente em Soledade), Joca Farias (membro do Partido Republicano Riograndense, influente em Pinheiro Machado) e o político Camilo Teixeira Mércio (à época, membro do Departamento Administrativo Estadual). Todos foram contemplados com uma promotoria a partir de pedidos direcionados à Secretaria de Interior, situação que seria “regularizada” por meio de concurso público.

Formação e heranças familiares contribuíram para a ascensão de parte desse grupo, combinando expertises próprias do campo jurídico, orientação “ideológica” da Igreja Católica e contatos políticos. Henrique Fonseca de Araújo foi um exemplo, que assumiria nos anos 1950 e 1960 uma posição de protagonismo e liderança no MPRS: formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1933), foi aprovado em 1.º lugar no concurso público em 1941, mas já exercia o cargo de promotor público em Cachoeira do Sul desde 1936. Seu pai, Eleutério Fonseca de Araújo, liderança política com vínculos com o Partido Libertador (PL) e presidente da Junta Comercial de Rio Grande do Sul (1939-1941), gozava de boas relações com o procurador-geral do período, Anor Butler Maciel, ex-membro do PL e da Ação Integralista Brasileira (AIB). No mesmo ano do concurso, passou a ocupar uma das promotorias de Porto Alegre, assumindo a chefia institucional do MPRS entre 1955 e 1958. Seu conservadorismo e competência jurídica o fizeram ser reconhecido pelos demais

colegas como uma das importantes lideranças do MPRS pós-Estado Novo.

É importante perceber que, apesar dessa “formalização” via concurso, os promotores mantiveram-se nas carreiras: o tempo de permanência do grupo (23,22 anos) demonstra uma estabilidade do posto, essencial para a exercício de uma atuação técnica e autônoma, conforme reivindicada pelo MPRS. Houve exceções, como Sofia Galanternick, a primeira promotora pública do Rio Grande do Sul (e uma das primeiras do Brasil), desligada em 1941 mesmo aprovada no concurso público. Em linhas gerais, é possível apontar que o MPRS procurou construir um perfil conservador, representado pelo grupo de concursados: 26 deles ocuparam o Conselho Superior do MP, com importante atribuição de controle sobre os membros da instituição, incluindo a seleção de novos candidatos a partir de 1948.

Por fim, vale observar que os dados mostram a presença das influências políticas, que continuam pós-Estado Novo: 23 promotores tinham vínculos político-partidários a partir da redemocratização (sem citar outros menos explícitos), logrando eleição para cargos do Executivo (prefeituras) e Legislativo (vereança e deputação) a partir de suas atividades como promotor nas comunidades, convertendo-as em capitais para o campo político. No entanto, os membros do MPRS não deixavam a instituição, mas apenas se licenciavam. Isso era um importante meio de manutenção dos cargos e uma forma da instituição ter influência no jogo político e lograr, a partir de projetos de leis propostos por seus representantes, benefícios para a classe. Ainda que houvesse uma polarização entre PTB e partidos antipetebistas (UDN, PL, PRP...) (Canepa, 2005), especialmente nas relações envolvendo as promotorias e autoridades locais, as principais lideranças da instituição eram conservadoras: apenas Floriano Maia D’Ávila (ingresso em 1941) tinha vínculos com o PTB, sendo procurador-geral do Estado durante o governo Leonel Brizola (1959-1963). Com a Ditadura Civil-Militar em 1964, seria cassado e aposentado.

Em linhas gerais, o estudo busca demonstrar que o processo de institucionalização do MPRS combinou elementos que visavam reformar a instituição no campo jurídico, mas em processo de adaptação e negociação. Ao depurar “indesejáveis”, um novo grupo tornou o MPRS seu espaço de poder, devidamente protegidos da interferência direta do Poder Executivo própria da Primeira República. O método prosopográfico aqui traz dados que corroboram a modernização “conservadora” do período varguista, envolvendo um processo de acomodação das elites durante o Estado Novo.

Considerações finais

Neste texto, buscamos realizar uma apresentação introdutória ao método prosopográfico, seguida de um exemplo de seu emprego. Diversos trabalhos que se utilizaram do método prosopográfico podem ser consultados para uma melhor compreensão com relação à sua aplicação. No livro *Por outra história das elites*, organizado por Flávio Heinz e publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas em 2006, a segunda parte é dedicada a ensaios prosopográficos e traz textos de Marcela Ferrari (2006), já mencionada aqui, mas também de Joseph Love e Bert Barickman (2006), por exemplo. O estudo apresentado aqui foi um dos desenvolvidos pelos pesquisadores do Laboratório de História Social e Comparada do Cone Sul (LabConeSul – CNPq/IFRS). Com apoio de recursos digitais para construção de bases de dados, diferentes grupos sociais têm sido explorados como forma de subsidiar análises, entre os quais podemos mencionar o de Jonas Vargas (2016) sobre charqueadores, o de Cristiano Enrique de Brum (2021) sobre médicos, o de Marcelo Vianna (2013) sobre promotores, o de Ana Paula Korndörfer (2019) sobre enfermeiras e o de Flávio Heinz e Marcelo Vianna (2021) sobre elites estatais do Rio Grande do Sul. Analisando grupos bastante distintos, estas investigações podem ser úteis para aqueles(as) que buscam maiores informações sobre a prosopografia e como empregá-la efetivamente.

Referências bibliográficas

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.

BRUM, C. E. **Médicos brasileiros na grande guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

CANEPA, M. M. L. **Partidos e Representação Política** – a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, F. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41-53.

CODATO, A. N. A Elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta. In: CALDEIRA, J. R. (Org.). **História do Estado de São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2009

COLUSSI, E. L. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 1996.

CORTÉS, C. E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

ENGELMANN, F. **A Formação da Elite Jurídica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FERRARI, M. Dirigentes políticos cordobeses nos tempos da república verdadeira, 1916-30. In: HEINZ, F. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 143-176.

FERRARI, M. Prosopografia e historia política: Algunas aproximaciones. **Antíteses**, v. 3, n. 5, p. 529-550, jan./jun. 2010.

GIL, T. L. **Como se faz um banco de dados (em História)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GRIJÓ, L. A. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- HEINZ, F. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo *who's who* em pesquisa prosopográfica. In: HEINZ, F. (Org.). **História social de elite**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 154-165.
- HEINZ, F.; CODATO, A. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTO, R.; CODATO, A. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 249-275.
- HEINZ, F. M.; VIANNA, M. Elites estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937. **Topoi**, v. 22, n. 46, p. 138-159, jan./abr. 2021.
- KORNDÖRFER, A. P. A Fundação Rockefeller e a formação de quadros para a enfermagem (Brasil: 1917-1951). **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 19, p. 01-15, 2019.
- LOVE, J. L.; BARICKMAN, B. J. Elites regionais. In: HEINZ, F. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-97.
- LYRA, R. **Teoria e Prática da Promotoria Pública**. Rio de Janeiro: Jacintho, 1937.
- MELLO, A. de. **O Ministério Público Riograndense** (Subsídios para a sua História). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ROSSI, D. Bancos de dados para História da Saúde: funcionalidades no ofício do(a) historiador(a). In: ESTEVES, A. *et al.* **O hospital dos dois lados do Atlântico: instituições, poderes e saberes**. Braga: Lab2PT, 2021, p. 278-287.
- STONE, L. Prosopografia. **Rev. Sociologia Política**, v. 19 n. 39, p. p.115-137, 2011 (1974).
- QUEM É QUEM NO BRASIL**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, Tomo I, 1948.
- TRINDADE, F. C. Uma Contribuição à História da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Ano X, p. 39-53, 1982.

VARGAS, J. M. **Os barões do charque e suas fortunas:** um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VIANNA, M. Uma base de dados para membros de carreiras técnicas: estudo sobre os promotores públicos do Rio Grande do Sul (1930-1964). **História Unicap**, Recife, PE, Brasil, v. 5, n. 10, p. 376–395, 2018.

VIANNA, M. **Os Homens do Parquet:** trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: MPRS, 2013.

A micro-história italiana: Método, usos e percurso

Ernesto Pereira Bastos Neto
Maíra Ines Vendrame

A micro-história italiana é, atualmente, bastante conhecida em inúmeros países – não apenas no ocidente, inclusive – (Rojas, 2012), contando, no Brasil, com vários especialistas, alguns dos quais também dedicados à tradução de livros e artigos ligados ao tema, bem como à compreensão densa desta experiência historiográfica ainda em curso¹. Embora atualmente sua acolhida seja maior em países como o Brasil do que na própria Itália, os momentos iniciais da recepção desta discussão em solo brasileiro foram marcados por uma apropriação muito seletiva.

O contato inicial da academia brasileira com a micro-história italiana ocorreu no final dos anos 1980, através das pesquisas de Carlo Ginzburg, particularmente a partir de 1987, quando da tradução para o português do livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (Ginzburg, 2006). Essa publicação se deu em momento durante o qual eram traduzidas e publicadas diversas obras ligadas à Escola dos Annales, à historiografia anglo-americana como as pesquisas de Edward P. Thompson e Natalie Davis, mas também oriundas da filosofia e das ciências sociais, particularmente Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Era um momento de atenção da historiografia para os grupos perseguidos e marginalizados, para as ações e pensamentos de sujeitos que pertenciam ao universo popular, como aquele dos operários e dos camponeses. Nesse contexto, a micro-história no Brasil passa a ser percebida quase como um sinônimo da obra de Carlo Ginzburg, mas também como uma das modalidades de história cultural e das mentalidades (Lima,

¹ Ver, por exemplo: Lima (2006), Oliveira e Almeida (2009), Vendrame e Karsburg (2020), Carneiro e Vendrame (2021).

2009, p. 150). Durante algum tempo, o que predominou foi um modelo de micro-história italiana que conferia atenção para pessoas excepcionais e aspectos culturais de uma época, implicando numa apropriação restrita, devida, em partes, a não tradução para o português dos textos e livros produzidos por outros autores como Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Poni. Mas também porque se vivia, entre as décadas de 80 e 90 do século XX, um momento de grande entusiasmo entre os pesquisadores brasileiros com a História Cultural, figurando a obra de Ginzburg como um exemplo de estudo de caso no qual se conferia atenção para os aspectos culturais de sociedades camponesas e grupos perseguidos na Europa do Época Moderna.²

O mencionado período é também o momento que a micro-história italiana atravessa o Atlântico, influenciando na América do Norte no estilo narrativo das pesquisas e no interesse por personagens marginais. Porém, pouca adesão teve o debate proposto pelos principais expoentes da referida perspectiva analítica, sendo também – lá como cá – realizada, inicialmente, uma apropriação seletiva da micro-história. Uma das pesquisadoras que irá se destacar, especialmente por conta de sua forma de narrar e por conferir atenção para casos particulares e para homens e mulheres que estavam nas margens, será Natalia Z. Davis, especialmente a partir do livro *O retorno de Martín Guerra* (1987), onde a influência de *O queijo e os vermes* é anunciada (Davis, 1987, p. 19).

No Brasil, a partir do final dos anos 1990, outros livros ligados à micro-história italiana, além dos de Carlo Ginzburg, passaram a ser traduzidos para o português, o que possibilitou uma compreensão maior do lugar que esta perspectiva assumiu no quadro mais amplo da historiografia ocidental³. Atualmente é ponto pacífico entre os pesquisadores interessados por essa questão, que a micro-história surgiu na década de 1970, da

² Os *Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* (Ginzburg, 1989), *A micro-história e outros ensaios* (Ginzburg; Castelnuovo; Poni, 1989), *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história* (Ginzburg, 1989).

³ *Jogos de Escala* (Revel, 1998), *A berança imaterial* (Levi, 2000).

reunião de historiadores italianos como Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni, preocupados em apresentar novas leituras da realidade social, questionando especialmente perspectivas que consideravam homogêneas e pouco complexas dos comportamentos e da realidade sociocultural⁴. No mesmo período foi fundada também a revista *Quaderni Storici*, que acabou reunindo as reflexões teórico-metodológicas, e a coleção Microstórias, onde foram publicados os resultados de pesquisas realizadas pelos adeptos do método micro analítico.

Sem nos determos sobre o contexto historiográfico mais geral que deu lugar e vazão às inquietações iniciais⁵, importa observar que, segundo Giovanni Levi, a micro-história é um conjunto de proposições metodológicas que tinham por objetivo “recuperar a complexidade da análise” histórica, renunciando abordagens dedutivistas e generalizantes, a fim de conseguir perceber como surgiam os comportamentos, as escolhas individuais e solidariedades coletivas (Levi, 2016, p. 21). Apesar da diversidade de temáticas e objetos de análise, o que aproximava as pesquisas desenvolvidas pelos micro historiadores era a convicção de que o uso da observação

⁴ É importante sublinhar que, entre os historiadores que contribuíram desde a primeira hora na coleção Microstórias, como Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Poni e Carlo Ginzburg, não havia o compartilhamento uniforme de uma agenda temática. Grendi e Levi interessaram-se principalmente pela formação do Estado Moderno, bem como pelas dinâmicas de interação entre os diferentes setores da sociedade. Carlo Poni, teve como um de seus temas principais o cotidiano de aldeias camponesas, já Ginzburg, desde o início dos anos 1960, interessava-se por temas como feitiçaria e, mais tarde, pela relação entre cultura popular e erudita. O que estes historiadores compartilhavam, efetivamente, era a convicção da necessidade de uma metodologia de pesquisa que fosse capaz de recuperar a complexidade dos processos sociais, em síntese, acreditavam que não era possível fazê-lo sem circunscrever ao máximo o objeto de análise, isto é, ajustar a escala de observação para um nível que permita a observação dos indivíduos interagindo entre si (Rojas, 2012; Cerutti, 2021).

⁵ Para uma leitura resumida proposta pelo próprio Giovanni Levi sobre esse contexto, ver Levi (2016). Já para análises mais detalhadas sobre o contexto de surgimento da micro-história, ver Lima (2006) e Rojas (2012).

microscópica revelaria aspectos que previamente não poderiam ser observados (Levi, 1992, p. 139). Desse modo, a micro-história deve ser entendida como uma metodologia que utiliza o microscópio, um olhar aproximado, denso e profundo de um determinado evento, local e percurso. É um procedimento que possibilita acessar realidades, comportamentos e lógicas não visíveis por outro ângulo.

Trata-se, portanto, de uma inversão da operação metodológica tradicional realizada pela história social até então, particularmente aquela mais influenciada pela segunda geração da Escola dos Annales, ancorada na investigação quantitativa e na análise serial de padrões sociais, econômicos e demográficos (Grendi; 2009; [1977]; Ginzburg; Poni, 1989; [1978]; Hunt, 1992). Fazendo uma apreciação desta abordagem então bastante em voga na historiografia francesa e cada vez mais influente na Itália, Ginzburg e Poni destacam os avanços por ela possibilitados, especialmente no que tange à demografia histórica, mas, dialogando com o historiador Steven L. Kaplan, também sinalizam o princípio da divergência levantada pela micro-história:

[...] a investigação quantitativa de longo período pode também obscurecer e distorcer os fatos. Preços, meios de subsistência e mortalidade são questões que têm significado no curto prazo. Principalmente se quisermos analisar o modo como o poder político reage às flutuações econômicas e às crises de subsistência [...]. A visão de longo período pode “gerar uma abstrata, homogeneizada história social, desprovida de carne e de sangue, e não convincente apesar do seu estatuto científico” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 171).

A quantificação, a construção de séries, bem como a não atenção para as exceções eram percebidas como escolhas que buscavam criar homogeneizações e padrões

comportamentais. Cada acervo documental – sobretudo aqueles que se prestam às análises seriais, dado que reiterativos – apresenta, no entanto, as pessoas de uma forma muito circunstancial: “os registros civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos enquanto criminosos”; com efeito, a análise isolada dessas amostragens, argumentam os referidos autores, faz com que o historiador arrisque “perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 173). A alternativa apresentada pela micro-história é justamente a circunscrição do âmbito da investigação, de tal maneira que seja possível confrontar as informações desses diferentes acervos, tendo como fio-condutor um ou mais nomes pessoais: “um documento remete para outro [...], pouco a pouco emerge uma biografia, seja embora inevitavelmente fragmentaria, e a rede das relações que a circunscvem” (Ginzburg; Poni, 1989, p. 176). Ela confere atenção também para os percursos singulares e documentos excepcionais, toma os indícios presentes nas fontes como um elemento revelador de normas escondidas, conforme voltaremos a discutir posteriormente no presente artigo.

Note-se, portanto, que a micro-história – embora este nome possa ensejar confusão – não pode ser definida como o estudo em si de coisas pequenas, personagens insignificantes ou lugares exóticos. A redução da escala de observação foi a estratégia metodológica que os historiadores italianos mencionados acima encontraram para recolocar o investigador diante dos atores sociais que protagonizavam as ações no passado. E a isso se somou uma série de preocupações ligadas à valorização de determinados documentos e casos excepcionais, atenção para os pequenos sinais e registros que traziam informações fragmentadas, que não expressavam as vozes de forma direta dos sujeitos estudados. O uso de fontes primárias variadas, atenção para os modos de ler os registros, o jogo constante entre aproximação e distanciamento, atentando para os filtros, manipulações e indícios, aparecem como

algumas das preocupações presentes já nas discussões iniciais da micro-história (Grendi, 2009; Ginzburg, 1989). As pesquisas se caracterizam por serem trabalhos bastante empíricos, que descartavam a comprovação de modelos e categorias predefinidas. Nesse sentido, as perguntas de partida deviam sempre ser confrontadas através da análise das fontes, algo que implicava na própria mudança dos questionamentos iniciais, buscando-se, assim, acessar os sentidos das práticas e pensamentos que os sujeitos analisados conferiam à realidade por eles vivida.

Biografias, trajetórias e percursos: o individual do ponto de vista metodológico

A micro-história emergiu em uma época muito caracterizada pela incerteza no mundo acadêmico ocidental, mas é preciso não confundir todas as respostas específicas que surgiram desse problema geral. Pelas polêmicas de Carlo Ginzburg (2006; 2007) com Michel Foucault e Hayden White respectivamente, por um lado, e, por outro, através da ênfase reiterada por Giovanni Levi (1992) sobre a necessidade de se ir além da *descrição densa*⁶ dos fenômenos e indagar os *limites da racionalidade* que informa as ações individuais, é possível perceber que a referida perspectiva não se apresentava como uma alternativa *pós* (moderna, estrutural, colonial etc.). Embora permita que se reavalie os papéis de grupos e indivíduos marginalizados, tanto pelos processos sociais quanto por representações historiográficas generalizantes – como a obra Ginzburg revela claramente –, a proposta não se reduz a estudar apenas os perseguidos, vencidos e invisibilizados.

O sucesso e permanência da micro-história no debate acadêmico internacional se justifica também pelo fato de ter conferido condições para elaboração de novas compreensões sobre a história das elites, atentando para a relação entre as escolhas no campo econômico e as suas estratégias familiares e

⁶ Trata-se de uma referência específica à antropologia de Clifford Geertz, com quem Levi (1992; 1999) estabelece aproximações e afastamentos.

sociais⁷. Como um modo de olhar que atentava para as conexões entre os variados âmbitos, para os comportamentos heterogêneos dos sujeitos e sentidos conferidos às suas ações, a mencionada perspectiva analítica não se restringe a um tema e ao tamanho do objeto. Enquanto método, ela pode ser adotada para estudar diferentes fenômenos, restritos ou não a uma localidade, a sujeitos que pertencem a todas as classes sociais, sejam eles anônimos ou que alcançaram prestígio e construíram um patrimônio. Não é o tamanho do objeto ou a temática que define a micro-história, mas a maneira como se procede na investigação.

Certamente uma das razões que leva os (as) historiadores (as) que adotam a perspectiva micro analítica a estudar o protagonismo de grupos e indivíduos marginalizados é o imperativo de conferir voz na história para os perseguidos, marginalizados e invisibilizados, possibilitando assim um maior equilíbrio e complexidade para as suas análises. Sabendo-se, no entanto, que micro-história diz respeito ao *método* e não aos *temas* (Levi, 2016), é interessante compreender essa atenção aos indivíduos e às biografias/trajetórias enquanto elemento-chave das propostas de renovação metodológica nela contidas (Karsburg, 2015).

De acordo com Simona Cerutti (2021, p. 40), “[...] a decisão de restringir o campo de observação e pesquisar meticulosamente os protagonistas individuais dos processos históricos” foi a resposta encontrada pelos micro historiadores ao descontentamento que nutriam com a maneira como o *contexto* era tratado por boa parte da historiografia⁸. “Era uma reação contra a arrogância do senso comum histórico que ditava, do exterior, as cronologias, os quadros de referência e as categorias analíticas, criando assim, frequentemente, anacronismos significativos” (Cerutti, 2021, p. 40). Pretendia-se, portanto, construir um conceito de contexto mais

⁷ Para o caso brasileiro, alguns exemplos emblemáticos nesse sentido são Frago (2005) e Souza (2008).

⁸ Para uma apresentação da micro-história, ver o comentário de Maurizio Gribaudo a um estudo de Adeline Daumard (Gribaudo, 1998).

adequado, baseado nas experiências efetivas dos indivíduos e grupos.

Nesse sentido, é esclarecedor o comentário de Giovanni Levi (2004) sobre a sua experiência ao estudar a biografia de um empresário capitalista no Piemonte italiano durante o século XVIII. Como lembra o autor, as categorias de análise e os processos históricos que em tese estariam operando ali seriam aqueles derivados da interpretação de Marx sobre a transição do feudalismo para o capitalismo: “la lenta fase de acumulación primitiva, la expropiación de los pequeños productores, la aparición de un empresario capitalista que sustituye al gran propietario capitalista” (Levi, 2004, p. 64). Ao perceber o fracasso do sujeito estudado, Levi conclui, entre outras coisas, que as chaves para compreender as transformações históricas naquele contexto estavam nas estruturas clientelares e nas orientações políticas da nobreza local.

A aposta é que ao perseguir a vida de um ou mais indivíduos, analisando suas vicissitudes cotidianas, apareçam indutivamente aqueles processos históricos que efetivamente exercem influência no contexto investigado. Tendo o indivíduo como fio-condutor da pesquisa, a operação de passagem do “específico” – escolhas matrimoniais, por exemplo – ao “geral” das *regras de parentesco* é passível de maior controle pelo pesquisador ao passo que também exige demonstração mais transparente (Cerutti, 2021)⁹. Nesses termos, a biografia interessa, antes de mais nada, como procedimento metodológico que possibilita circunscrever o objeto de pesquisa – leia-se, reduzir a escala de observação. Antes que considerado representativo de um grupo, um percurso, um modo de estar no/pensar sobre o mundo, o percurso individual serve como via de acesso a processos e contextos não visíveis, assim como possibilidade a proposição de novas problematizações para o entendimento de determinados

⁹ Uma discussão sobre a potencial contribuição da micro-história para a construção de modelos teóricos em que a passagem do específico ao geral seja menos arbitrária encontra-se em Bensa (1998).

fenômenos de relevância mais ampla. O recurso da comparação – aí sim – permite compreender a posição que cada um ocupa em uma estrutura social, o grau de pressão que sofre das redes às quais se vincula e de liberdade que exerce em relação a ela, e o tanto de excepcional e representativo um determinado percurso possui quanto ao contexto em que se inscreve (Vendrame; Karsburg, 2016).

É verdade também que vários historiadores adeptos da micro-história têm participado no debate historiográfico mais amplo sobre biografia, que extrapola a discussão em torno do método, intervindo em questões como a do lugar epistêmico dos indivíduos para a História. Dialogando criticamente com Roger Chartier – e, indiretamente, com Pierre Bourdieu – Giovanni Levi (2006, p. 181) questiona a solução proposta por aquele em relação a aporia entre “o estudo da subjetividade das representações” e o da “objetividade das estruturas”, que consistiria em atentar para a importância dos “esquemas geradores de sistemas de classificação” enquanto instituições sociais “que incorporam sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social”. Conforme Levi (2006, p. 181), ao “[...] identifica[r] deliberada e explicitamente as representações individuais às representações coletivas, como se sua gênese fosse formalmente semelhante”, essa estratégia não alcança os interstícios das estruturas sociais, onde os indivíduos podem introduzir uma novidade e gerar transformação.

Segundo o referido historiador italiano, as incoerências existentes em toda e qualquer estrutura social permitem que os indivíduos gozem de alguma liberdade de ação e, conseqüentemente, mesmo que de forma limitada, consigam promover mudanças nas realidades sociais de que participam. Com efeito, não se pode aplicar os “mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos”, bem como as especificidades das ações não podem ser consideradas irrelevantes ou impróprias (Levi, 2006, p. 182). É nesse ponto da problemática que, segundo o autor, os estudos biográficos mais poderiam contribuir ao avanço da pesquisa histórica.

Sabina Loriga, outra historiadora ligada à micro-história, também tem se dedicado ao estudo das biografias históricas – ou histórias biográficas, como costuma se referir. Após uma pesquisa de doutorado sobre o Exército Piemontês durante o século XVIII, na qual a diversidade de expressões individuais da experiência institucional foi um dos temas que lhe instigou, Loriga passou a investigar mais detidamente o tema da biografia na história. Inicialmente ligada ao grupo de pesquisa coordenado por Giovanni Levi, a influência deste sobre a forma como Loriga concebe a pesquisa biográfica é notória. O gênero lhe atraiu, diz ela, para pensar sobre como inferir o peso que fatos históricos, práticas sociais e relações emocionais desempenham na (trans)formação das identidades individuais. Também lhe interessava indagar sobre a expressão individual dos processos históricos globais. Ao passo que os principais desafios percebidos por ela nesse tipo de investigação consistem em afastar-se tanto da tentação de enquadrar a experiência individual em uma *vida média* quanto da utopia de realizar uma prosopografia total de uma época através do acúmulo de biografias (Schmidt, 2003).

Aprofundando esse interesse, Loriga investiu em uma digressão sobre debates travados durante o século XIX, entre autores como Thomas Carlyle, Jacob Burckhardt, Leon Tolstói, Eduard Meyer, Otto Hintze e Wilhelm Dilthey, a respeito do estudo sobre o indivíduo e da biografia em sua relação com o conhecimento histórico. Com efeito, depreende-se daí que esses e outros intelectuais não aderiram ao desprezo pelo individual como pretendiam alguns filósofos da história. Em reação ao desdém pelos indivíduos enquanto agentes da história, emergiram concepções diversas sobre papéis e lugares por eles ocupados. Uma ênfase inicial sobre a ideia de indivíduo-herói foi, por sua vez, dando lugar a concepções mais interessadas pelo sujeito em sua complexidade biopsicossocial e menos como encarnação de um ser universal, metafísico (Loriga, 1998; 2011).

Ao longo do século XX, sobretudo com o interesse pelo tema da cultura popular, história das mulheres e história

oral, os traços de heroísmo desaparecem paulatinamente das biografias mais influentes, dando lugar a sujeitos marginais, frágeis e insignificantes como Martin Guerre e Giambattista Chiesa. Na biografia contemporânea, afirma Sabina Loriga (1998, p. 249), o indivíduo “deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, graças a diferentes movimentos individuais, é que conseguimos quebrar as homogeneidades aparentes”. Nessa abordagem, afasta-se da ideia de tomar o indivíduo como um predestinado desde o nascimento até a morte, ou alguém encarregado de cumprir uma missão, que possuía virtudes exemplares¹⁰.

Sem insistir demasiado nessa questão, cabe destacar também as reflexões de Maurizio Gribaudi (2021) em torno das potencialidades e limites sobre os estudos de *percurso individuais* como ele prefere se referir. O mesmo sustenta que, apesar de já estar bastante superada a discussão em torno da suposta oposição sociedade-indivíduo, na historiografia, boa parte das alternativas narrativas utilizadas continuam reproduzindo uma variação dessa dicotomia, analisando de forma separada os processos sociais e as ações individuais. Através de um estudo sobre percursos de quatro operários na Paris oitocentista, Gribaudi observa que apesar de compartilharem algumas situações muitas vezes consideradas determinantes por certas historiografias – as condições de migrante e de proletário no contexto urbano parisiense – cada um desses indivíduos elaborou uma visão muito singular das experiências que viveram. Essas são consideradas indissociáveis dos contextos geográficos e sociais específicos em que se inscrevem, fazendo emergir daí uma imagem pluridimensional da cidade estudada, onde “coexistem e se sobrepõem diversas sociedades”, não claramente estruturadas, mas que possibilita perceber os nichos específicos em que se consolidam os percursos. Tais nichos, ou “zonas” nas palavras do autor, “estruturam e hierarquizam, de maneira forte, a sociedade, visto que elas orientam e controlam

¹⁰ Uma crítica a forma de biografia tradicional, que tomava o indivíduo como um predestinado, é realizada por Pierre Bourdieu na discussão que realizou sobre a “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2006)

frequentemente importantes recursos econômicos e institucionais”, ao passo que não são fechadas sobre si, ao contrário, “parecem instáveis e em contínua redefinição, exatamente porque são estruturadas e reproduzidas pelas formas com as quais os indivíduos têm de experimentá-las, na dinâmica das ações sociais” (Gribaudi, 2021, p. 162-163).

A diversidade de oportunidades que se abriram para cada um dos sujeitos analisados, bem como das distintas vicissitudes que eles conheceram nos seus respectivos nichos sociais, explica as posições fragmentadas ocupadas pelos operários na sociedade parisiense. De acordo como Gribaudi (2021, p. 166-167), não há um fator-chave através do qual seja possível explicar o destino desses personagens, mas que a vida de cada pessoa faz emergir uma *configuração individual*, isto é, “[...] um conjunto sincrético de fatos, recordações, recursos e eventos diversos, que se consolid[a] no horizonte de um indivíduo ao longo da sua experiência específica” no mundo. Nesse sentido, cada experiência individual é submetida às configurações existentes, ao mesmo tempo que acrescenta a elas novos elementos, de modo que os acontecimentos comuns a diversos sujeitos, conjugam-se de modos variados no horizonte de cada um. A partir disso é possível compreender de que maneira um mesmo processo histórico ou evento – como a Revolução Francesa, por exemplo – pode ser percebido de modos tão distintos por indivíduos que compartilham marcadores sociais ou de profissão. O peso dos acontecimentos e os significados são articulados de formas muito diferentes para cada sujeito, conforme a natureza dos elementos existentes na configuração particular das referências, símbolos e recursos no qual se encontra inscrita¹¹.

Portanto, a partir das discussões apresentadas acima ganham o destaque os percursos individuais nas pesquisas enquanto uma perspectiva que tem conferido protagonismo para diferentes sujeitos, atentando para a relação desses com as

¹¹ Para uma apreciação das discussões sobre biografia e trajetória nas chamadas segunda e terceira geração da micro-história, ver Carneiro (2020).

estruturas e contextos particulares. Apesar das diferenças presentes entre os estudos que utilizam a micro-história, existem princípios metodológicos comuns que aproximam os historiadores (as), que são: a redução de escala de observação, a atenção para o particular, para a agência dos sujeitos, os indícios como paradigmas científico, o debate sobre a racionalidade e o caráter experimental das análises históricas.

O micro, o local e global: a questão da escala

A discussão sobre escala é outra questão que se encontra frequentemente associada ao debate sobre micro-história. Talvez uma das obras que mais popularizou essa relação foi o livro *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, organizado pelo historiador francês Jacques Revel (1998)¹² a partir de um seminário realizado em 1991, na França, marcado pelas interações entre Antropologia e História. Mais exatamente, a obra resultou das discussões realizadas no âmbito de um dos três eixos articuladores do evento, qual seja, “Micro-história e microssocial”, cujo propósito era explicitamente analisar a repercussão – relativamente tardia – que a perspectiva micro analítica passou a ter fora da Itália.

Nas ciências humanas, escala é termo polissêmico. Em uma definição estritamente cartográfica, diz respeito à proporção conforme a qual a possibilidade de representação de um espaço corresponde ao privilégio que alguns elementos do plano recebem em detrimento de outros, isto é, o que fica visível e o que não permanece à medida em que o olhar se distancia ou aproxima. Jacques Revel observa que essa noção desperta interesse de historiadores há bastante tempo, recordando que Fernand Braudel preocupou-se em sublinhar sua posição. Para esse último, cada fenômeno histórico envolve uma determinada escala de repercussão, que deve ser identificada para a adequada compreensão do mesmo, sem

¹² Note-se que a tradução de *A herança imaterial* para o francês ocorreu em 1989, com prefácio de Revel. Este, por sua vez, é referido por Francesca Trivellato como o grande articulador da recepção da micro-história italiana na academia francesa (Trivellato, 2021).

esconder, por sua vez, a hierarquia de relevâncias que julgava haver entre os processos de longo alcance espaço-temporal – tidos como os mais importantes – e outros supostamente tão circunscritos que não apresentariam valor explicativo (Revel, 2010)¹³.

Segundo Revel, a história social, que se erigiu ao longo do século XX e teve a Escola dos Annales como referência central, baseou a sua epistemologia na mesma convicção de que os fenômenos históricos se dão a conhecer através da análise de *estruturas sociais*, leia-se, configurações com enorme envergadura espaço-temporal. Pensava-se que “para que a medida dos dados sociohistóricos fosse possível e para que fosse significativa, convinha orientá-la para os agregados mais amplos e mais representativos da realidade estudada” (Revel, 2010, p. 436). Isso justificava o investimento em estudos monográficos sobre períodos preferencialmente longos e baseados em séries documentais relativas à preços e rendas, categorias profissionais, padrões demográficos, índices de alfabetização etc. O entendimento implícito era que a soma dessas monografias produziria um conhecimento mais próximo possível da totalidade. Nesse vigoroso projeto intelectual, a *escala*, portanto, não estava em questão – era o “macro” que interessava –; os parâmetros de verificação diziam respeito à noção de *representatividade*, isto é, à validade da amostragem compulsada em relação ao conjunto investigado.

Um dos méritos da micro-história italiana foi o de apontar para o problema da varia de escala de observação e os “efeitos cognitivos que podem ser-lhe associados”, conforme destaca Revel (2010, p. 438). Nesse sentido, também considera que o que está em jogo na referida abordagem é o entendimento de que a escolha de uma escala peculiar de observação produz conhecimentos específicos, que deve ser utilizada como estratégia para o entendimento de determinada

¹³ Como demonstra Revel (2010), a posição de Braudel não deve ser reduzida a imagens caricaturais. Há em sua monumental obra uma reflexão atenta à pluralidade do tempo social que se opõe às representações simplistas do tempo como sucessão acumulativa de eventos.

realidade histórica e fenômeno, porém, defende que nenhum nível de análise tem privilégio sobre o outro. A existência de uma hierarquia de importância e prioridade de uma escala não é defendida pelo referido historiador, que reconhece na apresentação do livro *Jogos de Escalas* que sua leitura da micro-história não é consensual.

No entanto, o próprio Giovanni Levi (1992) parece ser de opinião diferente da defendida por Revel. Embora reconheça a importância da discussão em torno de qual a escala é pertinente para o enquadramento de cada objeto de estudo, principalmente levando em consideração as implicações teóricas disso expostas por antropólogos como Fredrik Barth (1978), argumenta que essa não chega a ser uma questão para a micro-história. Como já indicado anteriormente no presente artigo, para Levi (1992, p. 139) o problema real da perspectiva micro analítica “está na decisão de reduzir a escala de observação para propósitos experimentais. O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. Aqui não parece haver uma defesa da *variação de escalas*, mas sim da *redução da escala* de análise. Logo, a metáfora mais adequada para a compreensão da perspectiva metodológica é a da utilização do microscópio.

Em relação à oposição entre micro e macro em termos de escala de análise, Maurizio Gribaudi (1998, p. 121) é categórico ao afirmar que ela nos lança numa pista errada. Se a mesma tem algum sentido, argumenta que não diz respeito a “objetos ou níveis de análise diversos, mas à “[...] justificativas empíricas e retóricas diferentes”. Assim, defendendo a segunda em detrimento da primeira, o autor afirma que “a abordagem macrosociológica é dedutiva e especifica suas provas a partir de um modelo global”. E, “nesse enfoque, a construção causal é principalmente fornecida pelas categorias expressas pelo modelo”. Logo, os dados empíricos possuem uma função que é sobretudo ilustrativa, através de “operações retóricas ou estatísticas de tipologização”. Já a “abordagem microsociológica, indutiva, individualiza mecanismos e os

generaliza por intermédio das fontes”. Nessa abordagem, “a construção causal não é dada de antemão, e sim reconstituída por intermédio das fontes que impregnam o objeto. A retórica é de tipo generativo. Os dados empíricos constituem o material bruto que deve permitir individualizar mecanismos e funcionamentos sociais”. Esses se “encontram além do objeto e das categorias historiográficas que o informam” (Gribaudo, 1998, p. 121-122).

Ao invés de postular a existência de múltiplos fenômenos, cada um apreensível por intermédio de um certo ajuste de escala, Gribaudo defende que se deve deslocar a atenção para as formas de agregação dos dados, investindo na elaboração de modelos microhistóricos. O exemplo é novamente o recurso aos nomes próprios. Diante de milhares de registros de casamento produzidos na França durante o século XIX, onde constam – entre outras – informações sobre os ofícios dos sujeitos, ao invés de produzir uma quantificação primária dos ofícios mencionados, Gribaudo propôs atentar-se para a correlação dos ofícios através da ligação entre as pessoas: quando um pai é referido como *carpinteiro*, um filho como *empregado doméstico* e outro como *tecelão*, emerge a hipótese de uma proximidade entre esses ofícios e, conseqüentemente, uma caracterização mais complexa das hierarquias socioprofissionais. Mas o referido autor também atenta para os limites dos modelos microanalíticos, que podem levar o pesquisador a elaborar tipologias cada vez mais densas e menos convincentes. A microanálise por si só, argumenta Gribaudo, não garante a superação dos quadros explicativos e das formas de agregação tradicionais com as quais a historiografia opera, ela deve ser combinada a uma epistemologia configuracional¹⁴,

¹⁴ O conceito de *configuração social* é bastante próximo e possivelmente inspirado em Norbert Elias (2008). Gribaudo (2020, p. 50) define *dinâmica configuracional* através da seguinte analogia: “[...] um sistema complexo de elementos em constante interação que revelam de forma simultânea as sensibilidade locais e globais. Nesse sentido, cada elemento é sensível ao seu conjunto do qual ele é uma parte integrante. Cada mudança em qualquer ponto dessa configuração implica, portanto, numa redefinição mais um

especialmente atenta às descontinuidades dos processos históricos¹⁵.

Frequentemente interrogados sobre a relação entre as diversas escalas de observação, os micro historiadores não apresentaram uma teoria uniforme, coesa e clara. Os atritos entre a micro e a macro análise trazia a questão do grau de generalização que se podia fazer a partir de um caso singular de estudo e sobre o estatuto científico da história. A falta de uma explicação clara sobre a relação entre as escalas pode ser considerada como o “calcanhar-de-Aquiles” da perspectiva micro analítica, conforme destacou Francesca Trivellato (2021) em artigo intitulado *Microstoria/Micrhistoire/Microhistory*. Em pesquisa realizada, a referida autora apresenta um exemplo historiográfico de como é possível realizar uma micro-história global, analisando as escolhas de um grupo de comerciantes sefarditas, suas redes e rotas comerciais através de um espaço geográfico que é amplo, ou seja, translocal. Longe de indicar uma oposição entre as escalas, Trivellato mostra através do livro *Familiaridade entre estranhos: A diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna* (2020), que as vidas e as estratégias dos sujeitos e famílias estudadas possuíam dimensões locais e globais. Ambas as esferas se entrelaçam em seu estudo, que vai do micro ao macro, sem estabelecer uma hierarquia, postulando que nenhuma das dimensões sozinha, a local ou global, consegue oferecer um contexto explicativo. Esse somente é conhecido ao considerar os diferentes âmbitos e as perspectivas e ações dos grupos nos espaços variados. Sem renunciar a uma análise que utiliza a metodologia da micro-história, a autora pôde tratar do tema dos deslocamentos e contatos entre culturas num amplo espaço geográfico,

menos importante de todos os elementos que compõem uma configuração. A cada momento, cada elemento do sistema reatualiza sua posição e seus conteúdos em função das mudanças que ocorrem paralelamente à sua própria trajetória”.

¹⁵ Para uma melhor avaliação da ideia de *descontinuidade*, ver a discussão desse autor a respeito do lugar da experiência revolucionária de 1848 na França (Gribaudi, 2020, p. 63-66).

atentando para as conexões entre os aspectos sociais, culturais e econômicos.

Em experiências historiográficas mais recentes, como nas pesquisas de Trivellato, têm aparecido com mais clareza a possibilidade de se fazer uma história mais geral e global através da utilização da abordagem micro. Ao mesmo tempo tem se reforçado a convicção entre os (as) micro historiadores (as) quanto à impossibilidade de se chegar à construção de uma história global sem adoção de uma perspectiva localizada, em algum lugar, grupo e sujeitos. É importante ressaltar que a micro-história não sacrifica o conhecimento sobre percursos individuais e acontecimentos singulares em nome da generalização, conforme já destacado no presente artigo.

Refletindo sobre a relação entre o local e o global, ou ainda sobre o método micro, Giovanni Levi (2023) apresenta uma definição em relação à referida perspectiva ao afirmar que não são as respostas que devem ser generalizadas, uma vez que as perguntas que surgem dos experimentos analíticos que precisam ter relevância geral. Já Carlo Ginzburg (2023) defende que casos singulares, analisados em profundidade, podem fornecer elementos para o estabelecimento de comparações em larga escala. Um documento que possui elementos excepcionais, bem como um caso anormal –entendido nos termos do oxímoro “excepcional-normal” – podem ser tomados para iluminar tendências mais gerais. Indícios, detalhes e incoerências, bem como o registro excepcional podem ser reveladores de normas escondidas e pouco evidentes na maior parte da documentação analisada. As histórias anormais podem indicar comportamentos típicos em escala mais ampla. Nesse sentido, para o referido autor a comparação de casos analisados através de um olhar microscópico, atento para as singularidades, aparece como um caminho também através do qual se pode pensar numa história global.

A discussão sobre escalas ganhou novo fôlego com o êxito do chamado *giro global* nas ciências humanas e, mais especificamente, da História Global. Segundo Christian De Vito (2023), parte dos intelectuais envolvidos no debate apostam nos *jogos de escala* como alternativa aos binômios micro/macro, local/global, agência/estrutura, outros preferem alternativas diferentes, como a chamada *história micro-espacial*. Essa alternativa foi feita pelo próprio autor entre as perspectivas da micro-história e da história global, que entende que a primeira atua no nível analítico e apresenta “uma visão da história que coloca em primeiro plano as discontinuidades no espaço e no tempo”, conferindo atenção central para a capacidade de ação dos sujeitos, suas práticas e estratégias. Já a segunda surge como uma abordagem que confere foco às ligações que superam fronteiras políticas e culturais (De Vito, 2023, p. 234-235).

Na mesma linha de autores referidos acima, como Gribaudi e Trivellato, ainda que em outros termos, De Vito considera que a ideia de escala tem confundido mais do que iluminado o debate atual. Além de assinalar usos contraditórios ou imprecisos dessa noção – como a confusão entre micro/macro e local/global¹⁶ – o autor discorda do entendimento segundo o qual *níveis distintos* da escala corresponderiam a *fenômenos de abrangência diferente*: escala macro/global/ampliada faria referência a fenômenos estruturais e abstratos, enquanto a micro/local/reduzida diria respeito à agência individual, às interações concretas e aos acontecimentos. Essa perspectiva escalar, argumenta, “reforça precisamente aquelas divisórias que existem entre o local e o global e entre a agência e a estrutura”, que as abordagens micro analíticas ou não deveriam procurar ultrapassar (De Vito, 2023, p. 241).

Não é, porém, uma sugestão de abandono da escala, mas de tomá-la enquanto objeto de estudo ao invés de acioná-

¹⁶ Para uma discussão detida sobre as diferenças entre micro/macro – local/global, ver: Torre (2018).

la como noção que descreve supostos níveis da realidade social ou ainda como instrumento de análise desses mesmos níveis. Se tomada como construção social, “[...] a escala pode ser estudada para compreender as maneiras através das quais os sujeitos históricos pensam e produzem binários “verticais”, como local/global, agência/estrutura e periferia/centro” (De Vito, 2023, p. 250). Nesses termos interessa investigar a produção histórica das hierarquias espaciais, tanto no domínio das práticas quanto dos discursos, bem como acompanhar as reverberações específicas desses processos.

Sob a perspectiva micro-espacial a ênfase recai sobre as conexões translocais, isto é, valoriza-se a hipótese de que as localidades são constituídas por indivíduos e grupos que se ligam a múltiplos contextos de referência no tempo e no espaço, de modo que a especificidade de cada lugar está intimamente associada a essa tessitura singular. Seguir essas “singularidades conectadas” é uma das principais apostas metodológicas da abordagem, implicando em que “[...] a unidade relevante de análise não coincide com um espaço único, conexão ou indivíduo, mas com todo um conjunto de redes criadas pelas interações relacionadas com o objeto histórico específico que está em análise”. O cerne da questão é a atenção à descontinuidade e à imprevisibilidade do processo histórico. Contrapondo-se àquela hierarquia braudeliana do tempo tripartite, defende que “essa pluralidade de temporalidades conectas, embora distintas, confere aos eventos a sua profundidade, e não só uma superficial *événementialité*” (De Vito, 2023, p. 247,254).

Tomar o espaço como objeto de análise, pensar como através de determinadas práticas eles são constantemente produzidos, atentando para as percepções que os sujeitos possuem, aparece como uma das preocupações de alguns historiadores vinculados a micro-história, como Angelo Torre (2020; 2023) e Maíra Vendrame (2023a; 2023b). Para além das conexões translocais entre diferentes lugares, é a atenção para os comportamentos e vínculos sociais que geram a produção de espaços de identificação, vivências e direitos, que permite

entender os sentidos do que significa viver em determinados locais e qual o peso de determinadas ações individuais ou coletivas, que esses estudos micro analíticos apresentam. Através da análise das maneiras como as comunidades e a vizinhança são produzidas, é possível propor novos questionamentos para a compreensão das dinâmicas sociais geradoras de espaços específicos, que podem por sua vez fornecer problematizações de relevância mais geral, bem como apresentar um modelo através do qual possam ser estabelecidas comparações para o entendimento mais amplo de determinados processos. Não tomar a comunidade e a região como algo dado, mas compreendê-las a partir das práticas e percepções dos próprios atores que vivem no espaço analisado, é fundamental nos estudos que adotam a metodologia da micro-história, inclusive na medida em que o estudo da produção das localidades em chave translocal começa a se realizar também a partir de trajetórias de personagens que não necessariamente circularam por diversos espaços geográficos, linguísticos e religiosos, mas, mesmo assim, estavam atentos a isso e tinham suas vidas ligadas à esses processos de *globalização* (Rothschild *apud* Bohorquez, 2020, p. 134).

Considerações finais

Quando surgiu na década de 1970 na Itália, a micro-história procurou apresentar novos entendimentos sobre a história de um modo mais geral. Desse momento até o presente, ela foi mudando, não se constituído como uma escola teórica, mas se apresentando através de diferentes experiências historiográficas, que tinham em comum o fato de utilizarem a perspectiva microscópica nas análises realizadas. Atualmente o sucesso internacional alcançado pela micro-história é bastante evidente, tendo assumido uma crescente adesão no meio acadêmico brasileiro nas últimas três décadas, quando da ampliação de acesso a livros e artigos de Ginzburg, Levi, Grendi, Gribaudi, Loriga etc.

Os desafios impostos aos que adotam e defendem a referida perspectiva metodológica hoje são diferentes daqueles

enfrentados pelos principais expoentes nas últimas décadas do novecentos. Como não existe um modelo elaborado pelos micro historiadores e historiadoras que apontasse para a maneira como a relação entre o micro, o local, o macro e o global deveria ocorrer nos estudos micro analíticos, essa é uma discussão que ainda gera muitas dúvidas, incompreensões e críticas. Logo, o grande desafio é aquele de mostrar como, em tempos de História Global, a Micro-história continua sendo uma perspectiva válida, que aponta novos problemas de pesquisas. Tais problemas – acreditamos – apesar de passarem a ser estudados em escalas geográficas e temporais mais amplas, são melhor elaborados através de um olhar microscópico, de uma análise aproximada e densa da documentação primária, conferindo-se atenção para indícios, anomalias e aspectos excepcionais, enquanto escolhas metodológicas que possibilitam apreender realidades, lógicas e normas não visíveis por meio de outros procedimentos. Casos e percursos singulares podem ser tomados para lançar questionamentos de abrangência mais global, permitindo o estabelecimento de comparações em ampla escala geográfica.

Mais recentemente, histórias de percursos individuais ou de grupos restritos que circularam num largo espaço territorial, ou entre continentes, têm trazido novos desafios e problemáticas para os historiadores e historiadoras que utilizam a perspectiva micro analítica. Mais que reforçar que a micro-história não está ligado ao tamanho do objeto e nem é sinônimo de local, buscou-se demonstrar que se trata de uma perspectiva metodológica que incluiu – e procura incluir – novas visões, sujeitos e práticas nas análises sobre as sociedades do passado, questionando assim explicações deterministas e pouco sensíveis a heterogeneidade e complexidade das realidades e processos. De modos variados, a valorização de diferentes escalas de análise sempre foi algo presente nas reflexões dos principais expoentes da micro-história. A generalização e o contexto mais amplos estavam no horizonte de análise dos historiadores italianos, conforme foi possível constatar no presente artigo. Mesmo não tendo avançado

muito nessa discussão, a própria espacialidade local, como a comunidade e a vizinhança, é percebida como algo produzido através de vínculos sociais e práticas variadas. Logo, as escalas, independente da dimensão geográfica, devem ser entendidas como não naturais, mas se enquanto objeto de estudo.

Finalmente, esse breve panorama que apresentamos aqui não teve qualquer pretensão de exaustividade, pelo contrário, preferimos acenar para a diversidade de discussões que os temas da *biografia* e da *escala* na história têm provocado há décadas. Nossa intenção, portanto, foi antes que nada chamar atenção para isso, apontando, através de um mapeamento de posições mais ou menos divergentes, que a micro-história constitui um terreno historiográfico fértil e multifacetado, onde – com a devida atenção e rigor – se pode encontrar recursos teórico-metodológicos para enfrentar alguns dos desafios mais atuais que se apresentam aos praticantes do ofício. Com efeito, *biografia* e *escala* não resumem a discussão metodológica da micro-história italiana, há – como sinalizamos ao longo do texto – diversas questões, algumas já clássicas como aquelas concernentes ao debate sobre a racionalidade, o estatuto científico da observação indiciária, a relação entre o particular e o geral, a crítica ao relativismo e as preocupações com a narrativa e a definição de contexto. Além é claro de outras bastante contemporâneas, que como aponta Levi (2020), são referentes às condições políticas e materiais de emergência da história global e as possíveis consequências de uma hegemonização de suas versões mais *standardizadas*.

Referências bibliográficas

BARTH, F. (Org.). **Scale and social organization**. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.

BENSA, A. Da micro-história a antropologia crítica. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 39-76.

BOHORQUEZ, J. Micro global history: agência, sociedade e pobreza da história cultural pós-estrutural. In: VENDRAME,

- M.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 121-140.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & Abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-192.
- CARNEIRO, D. F. A Microstoria Italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000). **Locus: Revista de História**, v. 26, nº 1, maio, p. 211-234, 2020.
- CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- CERUTTI, S. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39-58.
- DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DE VITO, C. G. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Territórios da história: o micro, o local e o global.** São Paulo: Alameda, 2023, p. 241-269.
- DOSSE, F. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: Edusp, 2015.
- ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- FRAGOSO, J. **À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750).** Tese apresentada ao concurso para professor titular. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 2005 (inédito).
- GINZBURG, C. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

- GINZBURG, C. Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVIII. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 131-141.
- GINZBURG, C. O nome e o Como: Troca desigual e mercado Historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.
- GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, C. Micro-história e história do mundo. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (orgs.). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 41-78.
- GRENDI, E. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. C. de. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009, p. 19-39.
- GRIBAUDI, M. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121-149.
- GRIBAUDI, M. Forma, tensão e movimento: A plasticidade da história. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 49-68.
- GRIBAUDI, M. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 122-159.

- HUNT, L. Apresentação: História, cultura e texto. In: **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29.
- KARSBURG, A. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. *et al.* (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo, Oikos, 2015, p. 32-52.
- KARSBURG, A.; VENDRAME, M. I. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-história. VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; MOREIRA, P. R. S. (Orgs.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 86-113.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-162.
- LEVI, G. Os perigos do geertzismo. **História Social**, n. 6, p. 137-146, 1999.
- LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, G. Un problema de escala. **Contra-histórias**, n. 2, p. 63-70, mar-ago, 2004.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 43-64.
- LEVI, G. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, M. *et al.* (Orgs.). **Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos; Editora da Unisinos, 2016, p. 32-51.
- LEVI, G. Micro-história e história global. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.
- LEVI, G. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (orgs.). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 23-40.
- LIMA, H. E. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, H. E. Pensado as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. C. de. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009, p. 131-154.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 249.

LORIGA, S. **O pequeno X: da biografia à História**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.

OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. C. de. (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 15, n. 45, p. 434-444, set-dez, 2010.

ROJAS, C. A. A. **Micro-história italiana: modo de uso**. Londrina/PR: Eduel, 2012.

SCHMIDT, B. B. Entrevista com Sabina Loriga: a História Biográfica. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 3, 2003.

SOUZA, A. B. de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TORRE, A. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidade en una historia especializada. **Historia Critica**, n. 69, p. 37-67, 2018.

TORRE, A. A produção do lugar. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 69-101.

TORRE, A. Comunidade e localidade. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 147-186.

TRIVELLATO, F. **Familiaridade entre estranhos**. A diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna. Lisboa: Edições 70, 2020.

TRIVELLATO, F. Microstoria/microhistoire/microhistory. In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 198-213.

TRIVELLATO, F. Existe futuro para a micro-história na era da História Global. In: CARNEIRO, D. F.; VENDRAME, M. I. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 214-244.

VENDRAME, M. I. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. (Orgs.). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023a, p. 187-222.

VENDRAME, M. I. Território Imigrante: práticas de justiça, direitos e poder no Brasil meridional (séculos XIX e XX). **Anuario – IESH**, Tandil, Argentina, n. 38(2) , p. 59-79, 2023b. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/1855>. Acessado 26 dezembro de 2023.

Um caminho em prol da pesquisa historiográfica: Uma proposta de metodológica para a partir da Análise do Discurso

Luis Filipe Bantim de Assumpção

Introdução

Quando a História foi alçada à condição de ciência, no século XIX, esta teve que se inserir nos pressupostos acadêmico-institucionais que ratificavam os conhecimentos produzidos por meio de pesquisas e conforme à validação dos pares. Com isso, a teoria e a metodologia se tornaram condição fundamental para a historiografia, visto que sem a adoção desses critérios, a escrita da História não teria a devida credibilidade científica.

Ainda que tenhamos herdado essa tradição acadêmica, posto que produzimos uma História Ciência, não devemos esquecer que o conhecimento histórico detém múltiplas finalidades e funcionalidades, as quais não se restringem aos espaços de pesquisa universitária. Estevão Martins (2020, p. 60) manifesta que a História precisa ter relevância científica e social, assegurando a sua razoabilidade nos tempos que vivenciamos. Assim, a metodologia é uma etapa que requer cuidados para garantir que o conhecimento histórico produzido seja devidamente verificável, assegurando a sua relevância acadêmica, mas, também, o entendimento dos demais interessados em seu conteúdo – reiterando o seu valor social.

Martins (2020, p. 63) relembra que metodologia é forma e, portanto, precisa ser devidamente explicitada para que os nossos interlocutores saibam como tratamos dos indícios selecionados e quais os critérios adotados para analisarmos tal conteúdo. É um meio de garantirmos a empiria da produção historiográfica que, em nossa pesquisa, mobiliza vestígios de documentos literários em particular. Tal postura favorece a comprovação de nossas hipóteses investigativas, renova os

nossos objetivos e nos relembra que a História é um processo contínuo de análise, experimentação e considerações.

Nesse sentido, José D'Assunção Barros (2017, p. 21-22) elucida que a metodologia está associada à uma forma de realizarmos algo, isto é, o trabalho que fazemos sobre alguma coisa com o intuito de extrairmos informações específicas de um material. A metodologia demarca o trajeto sistemático que efetuamos sobre uma temática e os indícios estabelecidos em uma pesquisa. Portanto, Barros (2017, p. 22) afirma que, ao falarmos de método, estamos discutindo sobre modos de fazer. Logo, a metodologia na História é um mecanismo empregado para ratificar a sua condição de Ciência, explicitando aos pares e demais leitores/interlocutores como procedemos na criação de nossas pesquisas, por meio de indícios selecionados e trabalhados em função de suas especificidades.

José Carlos Reis (2019, p. 22-23) aponta que a metodologia aplicada em um documento, ou em partes de seu conteúdo, é um meio de criarmos dados de pesquisa. Essa seleção de indícios deve ser tratada, como lembra o autor, em conformidade ao lugar social de quem a estabeleceu como base documental de uma pesquisa. Dessa maneira, Reis (2019, p. 28) destaca que a metodologia, juntamente com a teoria, é “[...] o olhar que sustenta, que estrutura, que dá sentido à pesquisa do princípio ao fim”.

Tal perspectiva nos leva a dialogar com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 32-33) ao comparar o ofício do historiador com o de um padeiro e, nesse caso, a metodologia seria a receita para o preparo da massa de pão. Assim, é na descrição da receita que encontramos os ingredientes, a ordem que devem ser colocados em um recipiente, as recomendações de como untarmos a forma, a maneira de sovarmos a massa, o tempo no forno etc. O método, tal como uma receita, nos esclarece os motivos de termos escolhido um documento em detrimento de outro, as motivações de tratarmos um vestígio de uma forma e não de outra, para daí conseguirmos apreciar o “sabor” de um trabalho adequadamente executado. Por isso a metodologia é a trajetória

descrita e exposta para que outras pessoas possam criar, e aperfeiçoar, o nosso “alimento” historiográfico.

Ao convergirmos os apontamentos desses autores verificamos que o método é um fator essencial para elaborarmos uma pesquisa científica, em geral, e histórica em particular. Com isso, o método é a forma que damos aos nossos estudos, indicando os caminhos empregados na investigação acadêmica e as possibilidades oriundas da seleção de um dado indício do passado.

Dialogando a Análise do Discurso e a História

A partir do posicionamento de Albuquerque Júnior (2019) tomamos os conhecimentos produzidos pela Análise do Discurso – enquanto disciplina e teoria –, para pensarmos em uma metodologia de análise documental para a História. Essa colocação é pertinente visto que muitos historiadores e estudantes das licenciaturas e bacharelados em História ignoram que, embora os indícios documentais se manifestem em variados gêneros discursivos, a Análise do Discurso não foi pensada para o beneplácito do conhecimento histórico. Com isso, é importante que o contato e a mobilização dos saberes da Análise do Discurso ocorram por uma via interdisciplinar.

José D’Assunção Barros (2019, p. 44) elucida que a interdisciplinaridade pretende transbordar e superar os limites de uma disciplina, para daí acessar as fronteiras de outras; isto é, ela é o anseio de renovação de uma disciplina através da interação com outras. Embora a interdisciplinaridade tente rejeitar as fronteiras entre as áreas do conhecimento, ela ainda pressupõe que um saber se beneficiará com outro. Mesmo que haja reciprocidade entre as áreas e campos de conhecimento, o seu objetivo é o aprofundamento das capacidades teóricas, metodológicas e temáticas a partir de uma disciplina em particular. Em nosso caso, partimos da História e do diálogo/interseção que esta possa estabelecer com a Análise do Discurso, para refinarmos a maneira como produzimos o conhecimento histórico.

A escolha da Análise do Discurso se deve às possibilidades interpretativas que ela fomenta, considerando os aspectos da língua e da história onde um discurso se manifesta, bem como das características gerais do seu enunciador, dos seus possíveis interlocutores e das determinações sociais e institucionais em que estes se encontram submetidos (Mazière, 2007, p. 9-10). O que converge Eni Orlandi (2012, p. 16-17), visto que a Análise do Discurso almeja a relação da linguagem com a sua exterioridade, superando a superficialidade do discurso de um texto. Essa premissa pode ser associada à colocação de Hayden White (2008, p. 11) de que a História se constitui de uma estrutura verbal que é evidenciada através de um discurso narrativo em prosa. Logo, se os indícios históricos são materializados por meio de discursos de tipologias diversas, a produção da História requer a devida interpretação dos dados oriundos da documentação remanescente.

O que remonta a Norberto Guarinello (2003, p. 41-43) ao afirmar que a interação do historiador com os indícios da documentação não é natural, imediata, imparcial e inocente. Isso se dá em função dos objetivos que o pesquisador detém com o produto de suas análises e pela distância existente entre os fragmentos do passado e a realidade na qual o conhecimento histórico é produzido, ou seja, o presente. Outra variável relevante é entender que a pessoa ou grupos sociais que elaboraram os vestígios de outrora também tinham intencionalidades próprias, submetidas às instituições e ao contexto político-social em que viveram. Dominique Maingueneau (2014, p. 169) declara que o discurso é a inclusão de um texto em seu contexto, sendo complementado por Jean-Michel Adam (2014, p. 466) ao destacar que devemos entender o texto como um artefato plurisemiótico, permitindo-lhe abranger imagens, entonações e gestos, para além dos signos verbais – como receitas, *outdoors*, artigos, cursos etc. Assim, considerando a pluralidade dos suportes e tipologias documentais que os historiadores mobilizam, os indícios do passado são, fundamentalmente, discursivos.

Ao partirmos dessa perspectiva, a elaboração de uma metodologia para a História por meio da Análise do Discurso tende a ser profícua quanto às interpretações que os historiadores edificam da documentação. Como a apreciação dos vestígios pretéritos está longe de ser imparcial, o método explicitará como procedemos em nossa atividade científica, assegurando o reconhecimento dos pares e o teor acadêmico de nossa produção histórica.

Uma metodologia de Análise do Discurso

Feitos os devidos esclarecimentos, nos dedicaremos a evidenciar como utilizamos os conhecimentos da Análise do Discurso para criarmos uma metodologia que servisse aos propósitos da História. Para tanto, empregamos as considerações apresentadas por Brian Paltridge (2012), na obra *Discourse Analysis: An Introduction*, mas, ampliamos os seus apontamentos sempre que necessário com outros autores, tais como Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau.

Devido à profusão de gêneros discursivos uma metodologia baseada na Análise do Discurso deve ser ajustável às demandas de seus articuladores. Nesse caso, exemplificaremos o método pela análise de uma parcela da obra *Agesilau* de Xenofonte, a qual pode ser qualificada como um documento literário de cunho encomiástico e político. Tal característica nos permite designar o nosso método, por uma questão didática, como “Análise do Discurso Encomiástico de Xenofonte” ou “Análise do Discurso Político de Xenofonte”. A especificidade do autor na denominação da grade se dá pelo conteúdo e as características do *corpus* documental xenofonteano.

Considerando a importância da metodologia para uma pesquisa acadêmica, sugerimos que as pessoas interessadas nesse tipo de procedimento tomem alguns cuidados, dentre eles: 1) ao selecionarmos a obra, recomendamos uma primeira leitura do conteúdo, em sua integralidade; 2) se o autor do

documento selecionado for prolífico¹ em sua produção, é relevante lermos o *corpus* completo do mesmo, pois, como em Xenofonte, uma parte das suas escolhas pessoais e dos seus objetivos podem ser verificados e endossados pelos trechos de outras de suas obras; 3) realizar indicações, questionamentos e marcações no decorrer da leitura, as quais devem ser retomadas, sanadas e/ou respondidas em outro momento; 4) ampliar o conhecimento sobre a obra, o seu tema, o seu autor, o seu contexto histórico com materiais historiográficos; 5) quando possível, cotejar as informações com o texto original e com outras traduções do mesmo; 6) em função da comunidade discursiva² de um autor e no/para a qual escreveu a sua obra, é necessário entendê-la; 7) não esquecer da relação que uma obra mantém com outras de seu tempo ou antecessoras, identificando-as quando possível.

Esses cuidados não esgotam outras questões e procedimentos a serem tomados na elaboração deste método e na inserção dos seus dados, sendo este o assunto de outro tópico nesse artigo. Prosseguindo em nossos apontamentos, a criação deste método se deu no processador de texto Microsoft Word, do pacote Office 365 e, com o intuito de favorecermos a análise, introduzimos os dados em uma tabela³. Do mesmo modo, para que não haja confusão na confecção do método, recomendamos que este seja dividido por partes, tais como: a) caracterização do autor; b) caracterização da obra e do seu discurso; c) dados do documento.

Convergindo com Brian Paltridge (2012, p. 2), para realizarmos uma Análise do Discurso é fundamental

¹ Segundo o dicionário Michaelis online, prolífico é sinônimo de prolífero e, em seu sentido figurado, pressupõe alguém que produz muito. Vide: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=prol%C3%ADfero&r=0&f=0&t=0>>. Acessado em 23 de março de 2024.

² Segundo Dominique Maingueneau (1997, p. 56) a comunidade discursiva é o grupo ou a organização de grupos para os quais os discursos são produzidos, correspondendo a toda organização material dos modos de vida dos sujeitos, e que impactam na criação de sua mensagem discursiva.

³ Nesta versão do Microsoft Word a tabela se encontra na aba “inserir”, em seguida “tabela”.

entendermos o contexto social, cultural e temporal no qual um discurso é proferido e difundido; o lugar do locutor; o seu público-alvo e as possíveis marcas discursivas de sua cultura e período, o que justifica a separação dos dados gerais do documento analisado e que impactaram na sua escrita, daqueles que estarão debruçados no conteúdo do texto em si. Ainda com Paltridge (2012, p. 3) a relação entre um discurso e a sua sociedade é indireta, cabendo aos usuários da língua definirem o gênero discursivo empregado ou os eventos comunicativos em que estão engajados. Somado a isso, a noção de contexto é uma construção subjetiva que trata, não somente, da exclusividade de cada texto, mas, também, do espaço comum e das representações partilhadas pelos falantes de uma mesma língua – por isso a importância de situarmos o autor/locutor de uma obra no contexto político-cultural em que esteve inserido. No caso de Xenofonte, por exemplo, os indícios sobre a sua vida e de sua formação político-social são escassos, embora possamos inferir muitos dados ao cotejarmos os seus escritos com outros autores que lhes foram contemporâneos ou com as análises desenvolvidas pela historiografia, acerca do período Clássico em Atenas e na Hélade.

Xenofonte⁴ é um caso exemplar para um texto metodológico, pois, estima-se que viveu por quase oitenta anos, em um momento de grande tensão política entre Atenas, as outras *pólis* helênicas e culturas como a persa Aquemênida, além de ter participado ou vivenciado eventos históricos importantes, como: 1) a guerra do Peloponeso; 2) os dois golpes oligárquicos em Atenas (411 e 404 a.C.); 3) a supremacia político-militar espartana na Grécia; 4) a tentativa de Ciro “o jovem” de retirar do poder o rei da Pérsia e seu irmão, Artaxerxes II; 5) a morte de Sócrates; 6) a guerra de Corinto; 7) a Paz de Antálcidas e as guerras beócias; 8) a fundação da segunda confederação marítima de Atenas; 9) a derrocada

⁴ Para maiores informações sobre Xenofonte e o seu contexto histórico sugerimos as seguintes obras: Buckler (2003); Tuplin (2004); Buckler & Beck (2008); Sebell (2021); Humble (2021); Assumpção (2023); Assumpção (2024).

militar de Esparta e a hegemonia política de Tebas; 10) a libertação da Messênia e a fundação de Megalópole; 11) a instabilidade entre as cidades helênicas que permitiu a emergência macedônica.

Logo, um autor que teve uma vida ampla e que presenciou eventos históricos de grande intensidade, tendo participado ativamente de alguns deles, pode ter modificado a sua maneira de pensar no decorrer de sua existência. Ou seja, criar uma grade de Análise do Discurso para uma única obra de Xenofonte e ignorar que o seu escritor/locutor se transformou, enquanto agente político, é criar equívocos e possíveis anacronismos na investigação, o que reitera a necessidade de se elaborar uma grade para cada um de seus escritos e qualificando-os de acordo com o gênero literário dos mesmos.

Ainda que este seja o cenário do documento literário selecionado, recordamos Paltridge (2012) ao destacar que os sujeitos envolvidos estabelecem o gênero dos discursos enunciados, afinal, não são as situações sociais que influenciam o discurso (ou são influenciadas pelos discursos), mas, o caminho que os participantes de um ato comunicacional definem a situação em que os discursos ocorrem. Portanto, uma circunstância de tensão política, uma denúncia social ou qualquer outro cenário traumático pode levar uma pessoa a promover uma enunciação específica, se comparada a outro cenário, momento ou pessoa com a qual interage. Com isso, a primeira parte da metodologia é identificar o autor, para tentarmos depreender as suas características políticas, sociais, culturais etc., mais relevantes e que estarão atreladas ao lugar social e ao contexto histórico que integrava quando da criação de seu documento. Aqui seguiremos a exposição sobre Xenofonte no *Agesilan*.

Caracterização do autor
Quem é o locutor?
Xenofonte de Atenas

Onde ele se encontrava e onde viveu?

Xenofonte teria nascido em Atenas, na segunda metade do século V a.C., em um período próximo ao início da guerra do Peloponeso. No entanto, no início de sua vida adulta, em função da instabilidade política, social e econômica de Atenas, com a derrota na guerra do Peloponeso, Xenofonte se tornou mercenário do sátrapa persa, Ciro “o jovem”, viajando a pedido de seu amigo Próxeno para a Ásia Menor e, depois, pelos domínios Aquemênidas (Xenofonte, *Anábise*, 3.1.4-6). Por sua vez, a morte de Ciro durante a sua tentativa de depor o seu irmão, Artaxerxes II, e se tornar o Grande Rei da Pérsia, Xenofonte e os demais mercenários helênicos marcharam para retornar ao Mar Egeu, chegando a tangenciar o território da Armênia, o Mar Negro e outras regiões que faziam parte dos domínios persas (Xenofonte, *Anábise*, 3.1.7-8). Após uma longa trajetória, Xenofonte se tornou parte do exército espartano e, pouco tempo depois, se aproximou do rei Agesilau II, com quem estabeleceu relações de patronagem. Ao regressar para a Hélade, Xenofonte perdeu a cidadania ateniense e teria vivido em Esparta, durante um tempo, até receber uma propriedade em Elis, denominada Escilunte. Já no final de sua vida, recobrou a cidadania de sua cidade, mas, não sabemos se faleceu em Elis, em Corinto ou mesmo em Atenas (Delebecque, 1957; Flower, 2016; Assumpção, 2016; Assumpção, 2024).

Qual o grupo ou posição social que ocupou em sua comunidade?

Os indícios literários demonstram que Xenofonte integrou o grupo social dos *hippeis* de Atenas, o qual exercia grande participação política e militar nesta *pólis*, além de desempenhar cargos de ordem religiosa. Os *hippeis* formavam o segundo grupo social mais rico no interior da divisão *políade* de Clístenes e, na mesma proporção, sofreram um desgaste significativo em suas propriedades e recursos com os anos subsequentes de guerra contra os demais

helenos, na guerra do Peloponeso. Em suma, existe a hipótese de que uma parcela significativa dos seus membros eram aristocratas conservadores pouco afeitos à democracia – embora não possamos generalizar essa perspectiva. Do mesmo modo, recordamos que Xenofonte (*Anábise*, 3.1.4-5) foi discípulo de Sócrates, aspecto que influenciou diretamente na maneira como estabeleceu os seus pensamentos e teorias nos mais variados campos em que se propôs a escrever (Dillery, 1995; Gray, 2011; Lee, 2017; Humble 2021).

Quem é o seu público-alvo ideal⁵?

Pelo teor de sua obra e considerando que uma parcela significativa dos helenos não sabia ler e/ou escrever, supomos que o seu público-alvo ideal fosse a aristocracia helênica, em especial a de Atenas. Entretanto, uma vez que atuou a favor de Esparta no Peloponeso, é possível que os seus textos elogiosos aos valores político-culturais esparciatas tenham tido como público-alvo grupos aristocratas de outras regiões, como Corinto, Elis, Arcádia, Argos etc. (Hirsch, 1985; Laforse, 2013; Noël, 2014; Bernardo, 2021)

Primeira parte da Grade de Análise do Discurso Encomiástico de Xenofonte – baseada em Paltridge (2012, p.5)

A Metodologia da Grade de Análise do Discurso visa facilitar o processo de interpretação de indícios documentais, sobretudo, pela disposição dos dados. Ela reitera a credibilidade de nossa ação de pesquisa, evidenciando como procedemos em nossa prática investigativa e favorecendo a sua validação acadêmica. Observem que mesmo nessa caracterização sobre o autor, não deixamos de fornecer referências historiográficas desenvolvidas por especialistas sobre o assunto, bem como citamos trechos do *corpus*

⁵ Segundo Patrick Charaudeau (2013, p. 26) todo destinatário de uma obra, sobretudo midiática, é idealizado, posto que não temos controle sobre o processo de difusão de uma mensagem.

xenofonteano para endossarmos tais posicionamentos. Essa postura manifesta, também, a necessidade de lermos, estudarmos e aprofundarmos o nosso conhecimento sobre o texto e o autor que selecionamos para a nossa pesquisa em História.

Já na segunda parte da Metodologia proposta faremos uma análise da obra selecionada, a qual classificamos em conformidade ao gênero textual em que esta foi enunciada, ou seja, o encomiástico. Para tanto, seguiremos os apontamentos de Paltridge (2012).

Caracterização da obra

Qual é o gênero em que o seu discurso se manifesta e como este impacta na organização da obra?

O gênero da obra é o encomiástico, o qual se constitui em um texto elogioso acerca de uma personagem visando enaltecer os seus feitos em vida. Alguns autores concebem que o encômio seria uma forma de biografia, entretanto, o encômio não necessita iniciar com o nascimento do autor ou mesmo encerrar-se com a sua morte. Ainda assim, Xenofonte elogia a linhagem de Agesilau como um dos fatores para a sua boa conduta, enaltece os seus feitos como comandante, mas, também, enfatiza a sua postura como pai e benfeitor dos seus amigos, o temor para os seus inimigos e um homem piedoso em todas as suas atitudes. Embora o encômio no período de Xenofonte fosse um gênero relativamente novo, identificamos traços de elementos encomiásticos em diversas de suas obras e de seus predecessores, contudo, a especificidade do *Agesilau* – enquanto texto – reside no elogio dos feitos do governante em vida, fazendo com que este fosse lembrado como um paradigma de conduta para os guerreiros que viveram posteriormente à sua morte (Pontier, 2010; Gray, 2011; Casevitz, 2014; Laforse, 2013; Bernardo, 2021; Harman, 2023).

Quais são as singularidades do seu período, no momento em que teria escrito esta obra?

No período em que o *Agésilau* fora escrito a Hélade vivenciava um grande desgaste político, social e econômico pelos muitos anos que as *póleis* estiveram em guerra, fazendo com que estas ficassem à mercê dos recursos advindos dos persas. Como havíamos demarcado, a falta de líderes carismáticos e com habilidades políticas necessárias para acabar com o conflito, fizeram com que alguns autores – como Isócrates e Platão – tecessem representações sobre condutas e comportamentos necessários para o reequilíbrio das cidades helênicas. É nesse cenário que o *Agésilau* se enquadra, embora o gênero encomiástico também pudesse manifestar que Xenofonte estaria pagando a dívida que teria com a família de Agésilau, sobretudo após ser acolhido em Esparta com o exílio de Atenas, mas, nada impede que esta tenha sido encomendada pelo referido governante como uma propaganda política *post mortem* (Dillery, 1995; Pontier, 2010; Laforse, 2013; Humble, 2020b; Bernardo, 2021; Assumpção, no prelo).

O seu contexto e/ou lugar social impacta nos objetivos do texto? Como?

Sim, afinal, como a primeira metade do século IV foi um período de contenda político-militar entre as *póleis*, elogiar um rei e comandante serviria para denunciar excessos e propor mudanças no comportamento social percebido, uma vez que este enfraquecia as cidades e as tornava alvos de outras entidades políticas, como o próprio Império Persa ou mesmo a Macedônia (Hirsch, 1985; Harman, 2012; Lee, 2017; Humble, 2020a; Humble, 2021).

Existem termos específicos ou estruturas narrativas particulares empregadas pelo autor e que influenciam na construção do texto?

Nesta obra, em função de seus objetivos, Xenofonte utiliza o leitor como testemunha ao sugerir que estes observem ou comprovem o que é dito, através de relatos de terceiros e que coadunam as suas colocações. O autor adota a lógica de modelos comparativos, dentre os quais Agesilau é um exemplo incontestável de postura viril, enquanto o sátrapa Tissafernes é o seu oposto, servindo como o seu contraponto e ratificando a grandiosidade do lacedemônio (Casevitz, 2014; Noël, 2014; Dillery, 2017; Harman, 2023).

Qual foi a edição e/ou tradução empregada para essa pesquisa?

A edição utilizada para a análise foi da Editora de Harvard, do projeto Loeb, traduzida por E. C. Marchant, porém, cotejamos a sua tradução com a versão da Gredos, traduzida por O. Guntiñas Tuñon. Em função das diferenças linguísticas da tradução, sempre mobilizamos o original em grego da Loeb, visto que algumas proposições verificadas entre as traduções se mostraram disparatadas em seu conteúdo.

Segunda parte da Grade de Análise do Discurso Encomiástico de Xenofonte – baseada em Paltridge (2012, p.5)

Uma vez que o contexto impacta no texto e pode nos fornecer informações relevantes para entendermos as intencionalidades de um autor ao redigir uma obra, esta etapa está diretamente atrelada à primeira. Novamente, reforçamos que a elaboração de um método e a sua aplicação em um indício não devem ser feitas às pressas, posto que existe a necessidade de um aprofundamento acadêmico sobre o tema. No caso de Xenofonte, a nossa experiência com o seu *corpus* documental evidenciou que existe uma interação entre as teorias e os relatos apresentados pelo autor em seus escritos – pautada em sua formação e nas múltiplas experiências políticas, sociais e militares que teve em sua vida. Portanto, se considerarmos o quão prolífico Xenofonte foi como escritor, torna-se relevante compreender a profundidade de suas considerações ao

analisarmos toda a sua documentação. Somado a isso, as mudanças de posicionamento político ou mesmo no teor de suas críticas temáticas, evidenciam traços do seu lugar de fala ou mesmo dos grupos com os quais estava interagindo ao criar um texto.

A terceira etapa da metodologia de grade de análise está interessada no documento em si e embora se mostre trabalhosa, é um procedimento que facilitará a pesquisa e a criação de resultados de análise posteriormente. Nesse sentido, esclarecemos que a nossa metodologia tomou por base a proposta de Duarte, Campos, Gomes e Candido (2011), porém com alterações específicas para atender as necessidades de nosso trabalho. Assim, criamos uma grade com três colunas denominadas por: a) Palavras-chave; b) Texto/tradução; c) Interpretação. O primeiro item dessa etapa consiste na atribuição de termos que ajude o pesquisador a identificar o assunto que está sendo abordado no segundo item, ou seja, no/a Texto/tradução. O excerto selecionado deve ter a sua referência inserida, favorecendo a sua localização no todo documental. Aqui é necessário selecionar o trecho da obra que será problematizado na terceira etapa, a Interpretação.

Como havíamos pontuado anteriormente, esse processo requer tempo, visto que a interpretação não é feita à revelia; ela requer que o investigador tenha conhecimento historiográfico sobre o conteúdo presente em cada trecho selecionado. Partindo da nossa experiência pessoal, realizamos a análise de todo o conteúdo dos documentos de Xenofonte previamente elencados, porém, criamos um arquivo para cada obra. A sugestão de aplicar a metodologia no documento inteiro se dá pelas possíveis temáticas de investigação, as quais servirão de base para textos e trabalhos acadêmicos posteriores. Portanto, em uma obra como *Agésilau* temos trechos que abordam as suas ações militares, outros as suas medidas políticas, ou ainda as redes que ele formou com pessoas influentes na Hélade etc. Quando aplicamos a metodologia de grade os dados documentais se tornam visíveis, além de favorecer a localização de um trecho e o aprimoramento da

análise com o aprofundamento da pesquisa. Com isso, é importante que as Palavras-chave **não** se modifiquem ao extremo, permitindo a verificação dos trechos que abordam temas e acontecimentos similares. Uma sugestão é usar uma Palavra-chave generalista e especificar os elementos do trecho entre parênteses, como veremos abaixo.

Dados do documento		
Palavra-chave	Trecho/tradução	Interpretação
Relações Políticas (Tissafernes e Agesilau); Jônia	[...] Pois bem, eis a sua primeira medida na Ásia. Tissafernes fez o seguinte juramento a Agesilau: se fizesse uma trégua até que retornasse os mensageiros enviados ao “rei”, se esforçaria em conseguir que as póleis helênicas na Ásia fossem independentes. Por sua vez, Agesilau manteve as tréguas honestamente, fixando um prazo de três meses para estabelecer as transações (1.10);	A honestidade de Agesilau teria como oposto as ações de Tissafernes, as quais pretendiam enganá-lo para que os lacedemônios não obtivessem aquilo que desejavam na Jônia. Verificar as <i>Helênicas</i> e a atuação de Agesilau na Ásia Menor. Vide Assumpção (2014).
Tissafernes; Sagrado (quebra do juramento); Agesilau (lealdade)	[...] Tissafernes imediatamente quebrou o juramento, e ao invés de manter a trégua, solicitou ao “rei” um	Xenofonte argumentou que Tissafernes quebrou a sua trégua e buscou recursos para

	<p>exército maior que o anterior. E embora Agesilau tivesse conhecimento do ocorrido, permaneceu fiel ao armistício (1.11);</p>	<p>aumentar o seu exército junto ao Grande Rei. Enquanto Agesilau, mesmo sabendo do ocorrido, continuou respeitando o armistício, sendo considerado um exemplo de lealdade.</p> <p>Vide Assumpção (2021; 2024).</p>
<p>Agesilau (moralidade); Tissafernes (traidor); Estratégia Militar (encorajamento pelo exemplo)</p>	<p>[...] Eu penso que esta foi a primeira grande conquista de Agesilau. Suas ações fizeram com que Tissafernes fosse considerado um perjuro e infiel em todos os lugares; enquanto ele [Agesilau] se mostrou um homem de palavra e cumpridor de seus compromissos, encorajando todos – helenos e bárbaros – a estabelecerem acordos consigo</p>	<p>Xenofonte elogiou Agesilau por ser um homem de palavra e um exemplo moral, enquanto que Tissafernes era malquisto onde ia, devido às suas atitudes. Segundo Xenofonte as atitudes de Agesilau fez com que ele obtivesse o apoio e o incentivo de</p>

	sempre que desejasse (1.12);	<p>helenos e bárbaros.</p> <p>Obs.: Não podemos esquecer que Xenofonte tinha ojeriza por Tissafernes devido as ações deste para com Ciro e os Dez Mil helenos mercenários (ver <i>Helênicas; Anábase</i>). Vide Tamiolaki (2012); Assumpção (2014).</p>
--	------------------------------	---

Terceira parte da Grade de Análise do Discurso Encomiástico de Xenofonte – baseada em Paltridge (2012, p.5)

Como observamos na primeira coluna da grade, Agesilau foi empregado como uma Palavra-chave, porém, com um adjetivo ou uma explicação de como esse termo aparece no trecho selecionado. Já na segunda coluna, existem elementos entre colchetes, os quais se constituem em inserções que realizamos na tradução para facilitar a compreensão da análise. Por fim, na terceira coluna, nós inserimos algumas recomendações para embasar a interpretação proposta, tal como outros indícios documentais ou artigos especializados, evidenciando a necessidade de uma bibliografia no final do arquivo e o constante refinamento dos estudos acadêmicos acerca de um *corpus* documental.

Considerações gerais

Sendo assim, concluímos que a metodologia se constitui de instrumentos de análise que favorecem e possibilitam a pesquisa científica. No caso da História, o método nos leva a depurar informações de indícios variados, muito embora tenhamos utilizado neste texto um documento literário. Uma vez que empregamos a Análise do Discurso como base da metodologia proposta, o nosso trabalho foi discorrer – brevemente – sobre o seu potencial e os seus objetivos ao tratar de discursos em suportes textuais. Ainda que possamos adaptar aos conceitos e os critérios da Análise do Discurso para pensarmos, e problematizarmos, outras tipologias documentais o principal é verificar que ao superarmos a superficialidade dos textos relacionando-a ao contexto de produção de um/a autor/a, a sua comunidade discursiva, o lugar social em que se encontrava, obtemos informações de suas possíveis intencionalidades ao elaborar um discurso.

Dessa maneira, esperamos que este texto possa levar ao desenvolvimento de pesquisas diversas, nas quais o método conceda a forma acadêmica necessária para a construção do conhecimento, mas, também, direcione os leitores para novas possibilidades de pesquisas. Retomando Durval Albuquerque Júnior (2019), a metodologia é uma receita, cuja descrição minuciosa pode assegurar resultados profícuos de trabalho. Contudo, como uma receita, o seu conteúdo pode ser modificado por experimentação, afinal, nem sempre dispomos de todos os ingredientes necessários para a sua devida aplicabilidade. Essa postura está longe de se constituir em uma transgressão, posto que um método deve ser adaptado para atender às demandas do contexto de investigação. Dito isso, o segredo da pesquisa e da aplicação metodológica em uma documentação é experimentar e praticar.

Documentação literária

JENOFONTE. **Obras Menores**. Trad.: O. Guntiñas Tuños. Madrid: Gredos, 2008.

XENOPHON. **Anabasis**. Books I – VII. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

XENOPHON. **Hellenica**. Books I – IV. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

XENOPHON. **Hellenica**. Books V – VII. Trans. C. L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

XENOPHON. **Scripta Minora**. Trans. E.C. Marchant. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

Referências bibliográficas

ADAM, J.-M. Texto. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 466-468.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 27-38.

ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. O discurso de Xenofonte e a representação de Agesilau II, no século IV a.C. In: VISALLI, A. M.; GODOI, P. W.; PELEGRINELLI, A. L. M. (Org.). **Anais do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais, da XIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais, da V Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014, p. 316-330.

ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. Os elementos socráticos da Constituição dos Lacedemônios de Xenofonte. **Calíope – Presença Clássica**, n.41, v.1, p. 46-85, 2021

ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. O *passado prático* e a utilidade da historiografia em Xenofonte. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 21, p. 68-85, 2023.

ASSUMPÇÃO, L. F. B. de. **Esparta e suas redes políticas, no reinado de Agesilau II**. Vassouras, RJ: Editora Universidade de Vassouras, 2024.

- BUCKLER, J. **Aegean Greece in the Fourth Century B.C.** Leiden; Boston: Brill, 2003.
- BUCKLER, J.; BECK, H. **Central Greece and the Politics of Power in the Fourth Century B.C.** New York: Cambridge University Press, 2008.
- BARROS, J. D'A. **Teoria e formação do historiador.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (versão epub).
- BARROS, J. D'A. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BERNARDO, G. C. Como elogiar um rei espartano: distanciando Agesilau de Esparta no encômio de Xenofonte. **Calíope – Presença Clássica**, v.41, n.1, p. 86-120, 2021.
- CASEVITZ, M. La langue des opuscles (Hiéron, Agésilas, Constitution des Lacédémoniens). In: PONTIER, P. (Dir.). **Xénophon et la Rhétorique.** Paris: PUPS, 2014, p. 269-277.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** Trad.: A. M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.
- DELEBECQUE, É. **Essai sur la vie de Xénophon.** Paris: Librairie C.Klincksieck, 1957.
- DILLERY, J. **Xenophon and the History of his Times.** London: Routledge, 1995.
- DILLERY, J. Xenophon: the Small Works. In: FLOWER, M. (Ed.). **The Cambridge Companion to Xenophon.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017 (epub version).
- DUARTE, A. F.; CAMPOS, C. E. da C.; GOMES, J. R. de P.; CANDIDO, M. R. Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga. In: ROSA, C. B. da; MARQUES, J. B.; TACLA, A. B.; MENDES, N. M. (Orgs.) **A busca do antigo.** Rio de Janeiro: Nau, 2011, p.13-24.
- FLOWER, M. Piety in Xenophon's Theory of Leadership. In: BUXTON, R.F. **Aspects of Leadership in Xenophon.** Histos Supplement 5. Newcastle: Newcastle Upon Tyne, 2016, p. 85-119.
- GRAY, V. **Xenophon's Mirror of Princes.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. **Politeia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.
- HARMAN, R. A Spectable of Greekness: Panhellenism and the Visual in Xenophon's Agesilaus. In: HOBDEN, F.; TUPLIN, C. (Ed.). **Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry**. Leiden; Boston: Brill, 2012.
- HARMAN, R. **The Politics of Viewing in Xenophon's Historical Narratives**. London; New York: Bloomsbury Academic, 2023 (epub version).
- HIRSCH, S. **The Friendship of the Barbarians: Xenophon and the Persian Empire**. Hanover; London: University Press of New England, 1985.
- HUMBLE, N. Xenophon of Athens. In: DE TEMMERMAN, K. (Ed.). **The Oxford Handbook of Ancient Biography**. Oxford: Oxford University Press, 2020a, p. 111-124.
- HUMBLE, N. True history: Xenophon's Agesilaos and the encomiastic genre. In: POWELL, A.; RICHER, N. (Ed.). **Xenophon and Sparta**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2020b, p. 291-317.
- HUMBLE, N. **Xenophon of Athens: A Socratic on Sparta**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- LAFORSE, B. Praising Agesilaus: The Limits of Panhellenic Rhetoric. **Ancient History Bulletin**, 27, p. 29-48, 2013.
- LEE, J. W.I. Xenophon and his Times. In: FLOWER, M. (Ed.). **The Cambridge Companion to Xenophon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes Editores; Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 168-172.
- MARTINS, E. C. de R. Teoria da história: usos, práticas, fins. In: GONÇALVES, M. de A. (Org.). **Teorizar aprender e**

ensinar história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020 (versão epub).

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e prática.** Trad.: M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NOËL, M.-P. 'Ἐγκώμιον ou ἔπαινος? Définitions et usages de l'éloge dans l'Évagoras d'Isocrate et l'Agésilas de Xénophon. In: PONTIER, P. (dir.). **Xénophon et la Rhétorique.** Paris: PUPS, 2014, 253-268.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos.** São Paulo: Pontes Editores, 2012.

PONTIER, P. L'Agésilas de Xenophon: comment on recrit l'histoire. **Cahiers des Études Anciennes (CEA)**, 47, p. 359-383, 2010.

REIS, J. C. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica. In: **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019, p. 11-33.

SEBELL, D. **Xenophon's Socratic Education: reason, religion, and the limits of politics.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2021.

TAMIOLAKI, M. Virtue and Leadership in Xenophon: Ideal Leaders or Ideal Losers? In: HOBDEN, F.; TUPLIN, C. (Ed.). **Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry.** Leiden; Boston: Brill, 2012, p. 563-590.

TUPLIN, C. (Ed.). **Xenophon and his World: papers from a conference held in Liverpool in July 1999.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** São Paulo: EDUSP, 2008.

Anexo – grade de análise do discurso político de Xenofonte

Caracterização do autor
Quem é o locutor?
Onde ele se encontrava e onde viveu?
Qual o grupo ou posição social que ocupou em sua comunidade?
Quem é o seu público-alvo ideal?
Caracterização da obra
Qual é o gênero em que o seu discurso se manifesta e como este impacta na organização da obra?
Quais são as singularidades do seu período, no momento em que teria escrito esta obra?
O seu contexto e/ou lugar social impacta nos objetivos do texto? Como?
Existem termos específicos ou estruturas narrativas particulares empregadas pelo autor e que influenciam na construção do texto?
Qual foi a edição e/ou tradução empregada para essa pesquisa?

Dados do documento		
Palavra-chave	Trecho/tradução	Interpretação

**A história em *podcasts*:
Aspectos teórico-metodológicos a partir de duas
experiências acadêmicas em divulgação científica**

Mauro Dillmann
Wilian Junior Bonete

Introdução

A busca por informação e o acesso a conhecimentos históricos “atualizados”, de forma rápida, por meio das mídias disponíveis, têm sido fenômenos facilmente observados na contemporaneidade. Essas mídias, como redes sociais, vídeos, filmes, documentários, *sites*, podem ser utilizadas de diferentes formas e com distintos objetivos, seja na pesquisa, seja no ensino, mesmo que destes não se tenha clareza. Em geral, segundo Rodrigo Turin (2018, p. 200), são bastante eficazes no cumprimento do papel de conceber sentidos para a experiência do tempo de diversos grupos sociais, direcionando o consumo de passados, ainda que difusos, e também de diversas demandas de memória.

A produção de *podcasts* de cunho histórico pode vir a atender parte dos interesses sociais por consumos de passado, embora seja muito amplo e genérico produzir material digital sem qualquer estimativa de precisão quanto ao potencial núcleo social ouvinte/consumidor do conteúdo. Independentemente do foco de cada *podcast*, a estimativa da difusão do seu conteúdo permanece como expectativa. E é justamente para determinado público estimado que os *podcasts* são produzidos.

Ainda segundo Turin (2018), a história hoje encontra desafios em atender as demandas sociais e em acomodar as suas formas narrativas e as suas capacidades de ensinar, em parte porque a história na sala de aula – seja do ensino básico, seja do superior – deixou de ser o único e mais eficaz meio de sincronizar as memórias sociais. Assim, mídias como *podcasts* também podem ser usadas para cumprir um papel de construção de sentidos históricos para o social, objetivo em

que, parcialmente, os casos considerados nesse texto, estiveram concebidos.

Além disso, essas novas mídias inserem-se na dinâmica da aceleração das experiências do tempo e da quase obrigatoriedade de atualização constante (Araújo; Pereira, 2019), cuja tendência é a imposição, como natural, da busca pelo mais recente. Se por um lado seria reducionista afirmar que necessariamente a audição de mídias *podcast* pode ser compreendida como um processo obrigatório e automático de atualização, por outro, pode-se dizer que o acesso a essa forma de comunicação revela-se como reflexo da tentativa de não se acomodar na obsolescência e desatualização.

Cabe notar que em plataformas de *podcasts*, episódios diversos podem ser postados e armazenados cronologicamente de modo virtual em um mesmo arquivo ou serem simplesmente republicados e repostados; nos dois casos, o sistema atualiza e “lembra” os seguidores e prováveis novos ouvintes da sua atualização. A gravação em áudio e o armazenamento estável possibilita a audição a qualquer tempo, trazendo certamente um impacto social e acadêmico, tanto pelo amplo alcance espacial (ouve-se de qualquer lugar e em qualquer tempo), quanto pela livre possibilidade de acesso por parte de qualquer pessoa, profissional ou leiga.

A enciclopédia digital *Wikipédia*, assim define um *podcast*: “uma forma de publicação de ficheiros multimídia [...] na Internet, e [que permite] aos utilizadores acompanhar a sua atualização”.¹ Conectar-se a uma mídia *podcast* pode evidenciar formas contemporâneas de experimentar o tempo, já que permite tanto a autonomia de escolha do que será ouvido como do quando ouvir. Aqueles de conteúdo ou abordagem histórica podem fornecer discussões aprimoradas de passados ou simplesmente possibilitar um modo mais estético de relação com o histórico (Rangel, 2021, p. 07) (ou ser ele próprio, o *podcast*, um elemento de acesso mais “interessante” porque

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Podcasting>. Acessado em 01.08.2022.

menos legitimamente ligado às práticas científicas tradicionais de produção e difusão do conhecimento histórico).

O termo *podcast* surgiu a partir da colaboração entre Dave Winer, um programador de *softwares*, e Adam Curry, um DJ da MTV norte-americana. O seu objetivo era disponibilizar mídias de áudio para a transmissão e *download* através da internet. Essa tecnologia tornou-se popular pelo *iPod* e seu sistema de direcionamento de *downloads*. A palavra *podcast* é uma combinação de *podcasting* (um método de distribuição de dados) com *iPod* (um dispositivo de reprodução de áudio da Apple) (Souza, 2017).

É relevante destacar que o *podcast* é frequentemente confundido com outras mídias de áudio disponíveis na internet. O que diferencia o *podcast*, em termos técnicos, é o seu sistema de *Feed RSS (Really Simple Syndication)*, que possibilita ao público interessado receber notificações de atualizações dos episódios diretamente em seus dispositivos, como *smartphones* ou computadores, através de agregadores populares, como *Spotify, Amazon Music, Youtube*, dentre outros.

Os dados da Associação Brasileira de *Podcasters* (ABPod), em 2021, revelaram que o Brasil conta com cerca de 34,6 milhões de ouvintes de *podcasts*. Além disso, recente pesquisa publicada na página oficial da associação, aponta que

[...] As buscas com o termo “podcast” no Brasil já estão 43% maior de janeiro a setembro deste ano que todo o ano de 2021 (Dados: Google Trends). Foram 51,4 buscas diárias por podcast no ano passado e até setembro deste ano, estamos com 73,5. A média de buscas por dia ganha mais espaço a cada ano passando de 1,6 em 2004, para 15,6 em 2010, 18,2 em 2015 e 51,4 em 2021.

No mundo, passamos de uma média de 35 pesquisas por dia em 2012 para uma média de 85 pesquisas nos primeiros 6 meses de 2022. O Brasil foi o 30º país a

mais procurar o termo neste ano. Dentro do país, os Estados campeões na busca são Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina (ABPOD, 2022).

Esses números demonstram uma enorme capacidade desse meio de comunicação em exercer influências na formação de opiniões, ideias e conceitos. A produção de *podcasts* está ligada à dimensão colaborativa que foi proporcionada pelas transformações da *web* e pelo avanço das tecnologias digitais.

No que diz respeito à História e à formação docente, entende-se que o desenvolvimento de projetos com criação de *podcasts* tendem a ser iniciativas frutíferas para os processos de construção de conhecimentos históricos e para o compartilhamento de temas, conteúdos e estratégias de ensino que ficarão disponíveis na podosfera (Bechler, Pacievitch, Bonete, Szlachta Junior, 2022).

Sendo um espaço de publicação e postagem “público”, a produção de *podcasts* voltados a temáticas históricas ou de apresentação de reflexões históricas pode assumir distintas feições no que tange à qualidade e à confiabilidade. Nesse texto, apresentamos algumas reflexões sobre possibilidades e desafios teórico-metodológicos na produção de dois *podcasts* específicos – *Minutos da História* e *Cata-Ebventos* – desenvolvidos no âmbito acadêmico, vinculados ao Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas, e com finalidades bem delineadas.

Dois *podcasts* de história: aproximações e distanciamentos

No Brasil, a criação de *podcasts* de História e de reflexões sobre estas mídias cresceu muito nos últimos anos. Não vamos aqui inventariar sugestões de *podcasts*, mas vale mencionar a percepção de François Hartog sobre a figura do historiador, na França da segunda década do século XXI: a figura do profissional se tornou secundária na mídia, mas o gosto e

paixão pela história cresceram. Assim sendo, programas de audiência foram criados como *A fábrica da história*, *A marcha pela história*, *Segundas da História* e *Encontros da História* (Hartog, 2017, p. 34-35). O mesmo parece acontecer no Brasil e quiçá no mundo na última década, quando se acentuou a ideia do “gostar” de história, ou, ao menos, de referências ao passado e à memória.

O *podcast Minutos da história*² foi um projeto de extensão desenvolvido entre 2020 e 2022, que visou a divulgar reflexões sobre os diferentes aspectos que envolvem a produção do conhecimento histórico e os principais sentidos desse saber na sociedade. Com duração entre cinco e dez minutos, apresentou periodicidade semanal, e vinculava gravações de falas rápidas realizadas por historiadores e historiadoras a respeito de determinados temas previamente selecionados e sugeridos. Foi concebido como produção cultural que dinamiza o diálogo social e acadêmico, oportunizando a contínua e necessária re colocação das especificidades do saber histórico, do trabalho dos profissionais da história e das oscilantes e paradoxais expectativas em relação à história.

O *podcast Cata-Ebventos*³, projeto de extensão iniciado em 2020 e ainda hoje em atividade, divulga eventos, chamadas para submissões de trabalhos em dossiês e publicação de obras específicas do campo do Ensino de História. Além disso, a partir de entrevistas com historiadores/as e professores/as, promove reflexões sobre eventos, acontecimentos ou processos históricos que ganham relevância e urgências no presente como, as datas comemorativas e/ou feriados nacionais que passam por atribuições de sentidos variados, os recentes conflitos internacionais, debates sobre questões étnico-raciais, de gênero, diversidade cultural, bem como

² Todos os episódios do *Minutos da História* podem ser acessados na plataforma *Spotify*: <https://open.spotify.com/show/7ERLqec70teOkJNdG1chvt>

³ Todos os episódios do *Cata-Ebventos* podem ser conferidos na plataforma *Spotify*: <https://open.spotify.com/show/1CYVPdrFKMeRrFhWkkCgOg>

assuntos relacionados à política, tecnologias digitais, futebol, patrimônio, dentre outros, e suas variações na cultura histórica e nos usos possíveis nas aulas de história.

No entanto, o objetivo do *podcast Cata-Ebventos* não é simplesmente (re)contar a história de modo tradicional, mas sim, de apresentar novas significações do passado à luz das possibilidades e necessidades de problematizações do tempo presente. O foco varia entre perspectivas teórico-conceituais e concepções práticas da história no âmbito social ou escolar.

Ambos os projetos se inserem na dimensão da divulgação científica de saberes e de experiências de historiadores/as a respeito das diversas peculiaridades da produção do conhecimento histórico e do ensino de história. A preocupação em atender para as possíveis audiências pautou a formatação dos *podcasts*; tais audiências são hipoteticamente estudantes de história e de outras humanidades, professores/as de história, pesquisadores/as em geral, mas também, talvez, qualquer pessoa interessada em entender como pensam, como entendem a história e seu ensino, e como trabalham os/as historiadores/as e professores/as de história.

Como os *podcasts* possibilitam o livre acesso ao conteúdo disponibilizado, evidentemente podem vir a alcançar um público ouvinte para além daquele para o qual foram potencialmente destinados inicialmente. Amparados inicialmente na plataforma *Podcasters.Spotify*⁴ (e ouvidos em serviços de transmissão como *Spotify*, *Amazon Music*, *GoogleCast* e *iTunes*), temos acesso a dados que revelam a quantidade de audições, a idade e o gênero dos ouvintes e os países em que os *podcasts* foram acionados.

Esses *podcasts* foram concebidos na dinâmica das novas mídias que cumprem um papel relevante de construção de sentidos históricos que são divulgados e acessados livremente. Portanto, entendemos essas formas de publicação em mídia

⁴ Trata-se de uma plataforma onde os áudios e os episódios são editados e lançados na podosfera. Até 2022 era denominada ANCHOR. Em 2023 passou a integrar a plataforma *Spotify*, com uma repaginação no visual e novas funcionalidades.

sonora como meios dinâmicos e eficazes de divulgação científica da história, atendendo a potenciais expectativas de um público com interesses nos temas veiculados. Assim, os projetos promovem o livre acesso às reflexões próprias do saber histórico, na pesquisa e no ensino, produzidas por especialistas e destinadas a um público específico, mas também incógnito, portanto, amplo.

A ordem da organização dos programas nos *podcasts* seguia a seguinte preparação prévia: elaboração de um guia com ordenação de temas e possíveis convidados; definição prévia dos temas e da sequência a serem desenvolvidos nos *podcasts*; realização de contatos prévios com convidadas/os; gravação das conversas, por meio da troca de mensagens via celular ou por meio de agendamento de entrevistas *online*; gravação do conteúdo em áudio *podcast*; edição e criação técnica do conteúdo com atenção aos cuidados éticos necessários à comunicação pública; disponibilização nas principais veículos de transmissão de *podcasts*; criação da arte/cartaz de divulgação veiculados nas redes sociais.

Por serem projetos distintos, os *podcasts* assumem também especificidades próprias. No *Minutos da História*, a opção pelo formato “cinco a dez minutos” esteve proposital desde o título. Havia a tentativa de fidelização de ouvintes que prezam por informações rápidas, disponibilidade de tempo dos/as convidados/as e dinamização do trabalho de editoração. Assim, o formato enxuto da duração justificou-se pelo crescente interesse social pelos temas históricos, pela configuração cultural de busca rápida e acelerada por saberes na *web* ou outras mídias e pela relação de ansiedade que a sociedade contemporânea mantém com a administração do tempo cronológico. Já o *Cata-Ebventos*, optou por apresentar diferentes “quadros” ao longo de cada programa e valorizar a escuta dos/as convidados/as por meio de entrevistas prévias que, embora gravadas e editadas, ganham tonalidades de conversas fluidas, enfatizando os saberes e os desejos pessoais pelo compartilhamento de experiências de ensino e pesquisa.

Desse modo, a duração dos programas é variável, entre 30 e 60 minutos.

Temos clareza de que especificamente esses *podcasts* assumem perspectivas de divulgação de saberes válidos e confiáveis, muito relevantes diante das simplificações, manipulações e negacionismos científicos muitas vezes propagados nos últimos anos. Partiu-se do princípio da relevância da ética na divulgação dos mecanismos de produção do conhecimento histórico e dos saberes históricos escolares, respeitando a pluralidade teórica plausível no espaço de possibilidades interpretativas próprio da disciplina. Desse modo, indiretamente, os projetos contribuem para tensionar a reverberação de verdades excludentes, as quais devem ser “recolocadas no lugar de suas próprias contradições” (Meneses, 2018, p. 183). Os projetos partiram da suposta expectativa de audiência, com tentativas de adequação aos novos modos de comunicação histórica e ao atendimento da demanda social e acadêmica própria do tempo presente.

Entre os principais objetivos da produção destes *podcasts* esteve/está o de possibilitar reflexões sobre os aspectos teóricos e práticos que marcam a produção do conhecimento histórico, o trabalho dos historiadores/as e professores/as, as contestações e os dilemas enfrentados por esses profissionais, as metodologias viáveis de pesquisa e ensino, os diálogos e as críticas historiográficas, sociais e educacionais, as especificidades dos campos de atuação e o amplo aspecto do ensino e da didática da história.

A produção dos *podcasts*, em conversas e entrevistas com historiadores/as e professores/as buscou produzir e disponibilizar conhecimento histórico de qualidade, calcado não em simples opiniões sobre a história, mas em reflexões que resultam de operações próprias da produção da ciência histórica, tal como o levantamento de evidências e a crítica às fontes. Ao mesmo tempo em que buscou-se produzir conteúdo midiático crítico e reflexivo, não se fechou em verdades absolutas, acreditando-se na autonomia de diferentes linguagens e na necessária tensão comunicativa junto aos atuais

cenários de ampliação das construções de passados e das leituras possíveis desses passados construídos pelas memórias sociais (Turin, 2018, p. 201).

O *podcast* Minutos da História

O direcionamento desse *podcast* esteve centrado nos modos de pensar a história e encarar a construção da narrativa histórica por parte de historiadores/as com formação inicial em História.⁵ A cada proposição temática esteve presente o objetivo de desafiar os convidados a refletirem sobre as possibilidades, as potencialidades, os enfrentamentos e as possíveis dificuldades de construir conhecimento histórico na atualidade.

O foco do *podcast* não estava em temas e conteúdos históricos específicos (Revolução Francesa, Segunda Guerra Mundial, Ditadura civil-militar brasileira, etc.), não estava em campos da história (“história das religiosidades”, “história das mulheres”, “história dos movimentos sociais” etc.), não estava em metodologias da pesquisa (análise de imagens, de oralidades, de fontes escritas etc.), também não estava diretamente relacionado às possibilidades de temáticas de pesquisa (Escravidão, Epidemias, Mídias, etc.), embora estivessem a elas relacionadas.

Entre maio e dezembro de 2021 foram apresentados 29 episódios, tendo sequencialmente os seguintes temas: desafios da/para a história hoje; história e ética; história, ensino e democracia; história e negacionismos; historiadores/as e as demandas dos diversos públicos; responsabilidades do/a historiador/a; história, verdade e falsidade; o que se espera de um/a professor/a de história?; sedução das fontes e riscos de anacronismos; pode o/a historiador/a não ser politizado?; dúvidas de historiador/a; desafios de problematizar gênero em

⁵ O projeto *Minutos da História* foi desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisa do CNPq *Paisagens Híbridas* da Escola de Belas Artes da UFRJ, especialmente com seu coordenador, o prof. Dr. Rubens de Andrade. <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2021/05/19/projeto-de-extensao-mh/>

história; o que os historiadores têm a dizer à (e sobre a) sociedade brasileira contemporânea?; história pública e os desafios da escuta; o que se espera de um/a historiador/a; o presente como história; importância de narrativas históricas negras produzidas por negros/as; escrita feminista da história; desafios contemporâneos do ensino de história; por uma história não eurocêntrica; confiança no/a historiador/a; a história, o/a historiador/a e os mitos; protagonismos negros na história; necessidade de história; historiadores/as e narrativas não-escritas; historiadores/as e omissão; o testemunho e o trabalho do/a historiador/a, história e afeto.

E entre fevereiro e dezembro de 2022, outros 35 episódios: abusos da história; os passados da memória social; os fazeres do/a historiador/a; objetos de pesquisa em história; narrativas históricas incômodas no presente; ser historiador e historiadora no Brasil hoje; narrativas históricas do senso comum; história e guerras; historiadores/as e o tempo imediato; sentidos da pesquisa em história; quem faz (a) história?; negritudes e reconstruções de narrativas históricas; a história ‘mestra da vida’; utopias da história e dos/as historiadores/as; ser historiador/a; a história, os/as historiadores/as e os discursos morais; a história tem autoridade? (des)conhecimento dos ‘clássicos’ da historiografia brasileira; efemérides; história e reparação; a história, o presente e o futuro; história, historiadores/as e autoritarismos; a ficção e a história; provisoriedade do conhecimento histórico; histórias contestadas e contestáveis; descolonização de saberes históricos; história e cultura digital; limites das interpretações do passado; aproximações entre história e psicanálise; linguagens da história; historiadores diletantes; historiadores/as diante dos patrimônios; profissão docente (em história).

A proposição das questões e dos temas a cada convidado/a já direcionava, em parte, a reflexão a ser produzida. A maioria delas eram de ordem teórica e consideravam os sentidos da história na sociedade, os temas preocupantes ou que de alguma forma impactavam os/as

historiadores/as, nesse momento em que estavam sendo pensados. Citaremos um exemplo. Quando o tema sugerido foi “Necessidade de história”, a motivação estava em algumas questões que pautam, ainda hoje, discussões na nossa área, como: até que ponto a história é necessária? Como mensurar tal necessidade social? O que significa essa suposta ‘necessidade’? Um aprendizado para não ‘repetir erros do passado’ aos moldes ‘mestra da vida’? Ou um aprendizado para orientar ações no presente? Poderíamos também formulá-las de outros modos: qual a necessidade do conhecimento histórico? É necessário para todas as pessoas? Por quê? Há quem veja o conhecimento histórico como desnecessário? Por quê? Por que somos, enquanto historiadores/s e professores/as, chamados e provocados a explicar constantemente a necessidade de história? Estaria a história (disciplina) sendo preterida pela memória ou por outras narrativas do passado (que também podemos nomear como história)? Cada profissional convidado/a realizou reflexão ao seu modo, trazendo suas experiências e suas subjetividades.

Tratou-se de uma prática que trouxe abordagens de temas da disciplina e temas do passado relevantes e recorrentes no debate público contemporâneo fornecido por historiadores/as, cujas pesquisas, mais estritamente falando, estão em diferentes campos da historiografia, em distintas temporalidades e abordagens teóricas.

Foram, então, 64 episódios distribuídos entre 63 profissionais, 32 historiadores e 31 historiadoras, pois tivemos o cuidado no recorte de gênero. Nem todos os temas pensados pela equipe do projeto foram contemplados no *podcast*, ou porque não localizamos profissionais que aceitassem produzir uma reflexão sobre determinada temática ou porque alguns aceitavam e não enviavam suas gravações (e não estamos aqui emitindo qualquer juízo). Entre as temáticas não contemplados estiveram: história teleológica; comunicação histórica; problematização da memória no ensino de história; ensino de história no Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular e a disciplina história; sentidos da história entre a negritude e a

branquitude; comemorações; falácias históricas; história das formas de contar história; passados (re)inventados; formação de professores/as de história; estima social pelo passado; história, historiografia e repetição; (des)interesses pela disciplina história; historiadores/as diante de golpes políticos; limites das interpretações do passado.

Assim, em termos metodológicos, vale mencionar alguns números a fim de dimensionar a atividade de produção de *podcast* na área: 21 convidados/as não aceitaram participar do projeto; 25 convidados/as aceitaram o convite, mas, com ou sem justificativa, não enviaram a gravação; 44 convidados/as não responderam ao convite.

De todo modo, o êxito do projeto esteve projetado na manutenção da periodicidade semanal e as reflexões realizadas acabaram por revelar como historiadores/as profissionais vem pensando a história, a pesquisa histórica e a construção da narrativa história. O que se apreendeu também são as maneiras como os/as historiadores/as se colocam perante a disciplina e a possibilidade de construção da história diante dos tensionamentos sociais, políticos e morais do presente.

O *podcast* Cata-Ehventos

O surgimento da ideia do *Podcast Cata-Ehventos*⁶ está intrinsecamente relacionado ao contexto da pandemia de Covid-19 e ao aumento significativo dos eventos acadêmicos, em formato *online*, transmitidos através de canais como *Youtube*, *Google Meet* ou *Zoom*, além da crescente popularidade e circulação de livros em formato digital (*e-books*). Em diversas redes sociais e grupos de *WhatsApp*, começaram queixas de docentes que relatavam não conseguir acompanhar o ritmo acelerado da divulgação de eventos, de enfrentar dificuldades de manter atualizada a leitura de livros e artigos e de

⁶ As letras E e H referem-se às palavras “Ensino” e “História”. O nome do *podcast* faz alusão a um trocadilho com a palavra Cataventos, pois reconhecemos que os sujeitos envolvidos na criação dos episódios, com suas experiências e vivências, desempenham um papel central na movimentação da roda do conhecimento no âmbito do ensino de História.

experimentar a sensação de “estar perdido” em meio ao fluxo de atividades que se desenvolviam via internet.⁷

Ao mesmo tempo, as discussões e pautas relacionadas ao tempo presente continuavam a ser debatidas nas mídias e redes sociais digitais, e muitos docentes observavam como essas questões atravessavam as suas práticas em sala de aula em um momento desafiador da História da humanidade. A partir dessas demandas, somadas a experiências anteriores, com o programa “Chão da História” promovido pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH)⁸ e o “Webinário do LAEH”⁹, vinculado ao Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, começaram a ser produzidos os primeiros episódios do *Cata-Ebventos*.

Em outro momento, destacamos que

[...]o desafio que se coloca aos historiadores, na atualidade, é a criação de mecanismos e formas alternativas para se

⁷ É oportuno destacar que o projeto é uma parceria entre os laboratórios Laborales, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e LEH, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Do início das atividades até o primeiro semestre de 2023, o *Cata-Ebventos* também contou com o apoio, na coordenação, da professora Dr.^a Rosiane Bechler (UFVJM). Pelo segundo ano consecutivo o projeto conta com uma bolsa institucional de extensão (PREC/UFPEL).

⁸ O programa “Chão da História” (2020-2021) foi coordenado por uma equipe de docentes vinculados à Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), e tinha como objetivo debater assuntos relacionados ao campo do ensino de História, em forma de mesa redonda, com convidados/as docentes da educação básica e ensino superior. Todos os episódios estão disponíveis no canal do youtube da ABEH: <https://www.youtube.com/@abehistoria/streams>

⁹ O “Webinário do LAEH” é um programa, iniciado em 2020, vinculado ao Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História (LAEH/UFPE) sob a coordenação do Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE) e do Prof. Dr. Wiliam Junior Bonete (UFPEL), cujo objetivo é trazer um convidado/a historiador/a, do ensino superior, para apresentar reflexões teórico-metodológicas sobre temas e questões que perpassam a pesquisa em ensino de História. Todos os episódios podem ser acessados no seguinte link: <https://www.youtube.com/@LAEHUFPE>

levar os saberes e os conhecimentos que são gestados e produzidos mediante as pesquisas, nas universidades e nos grupos de investigação, para públicos como os estudantes de graduação, professores universitários, professores da educação básica e outros tantos que possam ter interesse nas reflexões produzidas e veiculadas no campo histórico. (Bonete, Bechler, 2023, p.159).

Com esse propósito, a primeira temporada¹⁰ do projeto contou com 9 episódios, sendo o primeiro deles de caráter experimental, e abordou reflexões históricas sobre variados temas como: as vacinações de professores em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina; os desafios de se mediar narrativas pré-concebidas nas aulas de História; o termo “cringe” e as diferenças culturais que impactam ou mesmo reconfiguram as aprendizagens históricas, bem como as possíveis estratégias para mediar e lidar, em sala de aula, com as culturas juvenis e os saberes históricos; as relações entre o futebol e o ensino de História; a História em monumentos, seus ensinamentos e seus silenciamentos; o incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira e o golpe sobre nossas memórias e histórias; a novela “Nos tempos do Imperador”, exibida pela Rede Globo de Televisão (2021-2022) e as possibilidades para o ensino de História; a formação docente em tempos de angústias e sensibilidades que atravessam a sala de aula da educação básica e o ensino de História; o Marco Temporal e demarcação das terras indígenas.

A segunda temporada¹¹ contou com dez episódios que abordam as seguintes temáticas: a falsa liberdade de expressão:

¹⁰ Optou-se por desenvolver o projeto sempre por temporadas, entre 9 e 10 episódios, de modo que seja possível uma pausa para a definição das agendas com os/as convidados/as e a curadoria dos livros, eventos e temas a serem divulgados.

¹¹ Para uma abordagem detalhada sobre a estrutura dos diferentes quadros que compõe o podcast, bem como todos os episódios e conteúdos

o nazismo em pauta na mídia; os conflitos entre Ucrânia e Rússia; o retorno das atividades e estágios presenciais e as novas dinâmicas, ritmos e tempos das escolas; as disputas sociais, políticas e ideológicas sobre a temática do ensino domiciliar; análises sobre o corte de verbas e os desafios da educação e a produção da ciência no Brasil; ensino de História e a política; ensino de História, a Antiguidade e suas relações o tempo presente; História Medieval e Neomedievalismo e suas relações com o ensino de história.

Na atualidade, o *Cata-Ebventos* está em sua terceira temporada com seis episódios completos produzidos, com as seguintes temáticas: mudanças no governo brasileiro e o que esperar para o futuro; o novo Ensino Médio e o ensino de história; as tecnologias digitais e seus impactos nas práticas de ensino e pesquisa em História; conversas sobre a divulgação científica no podcast Hora do Trampo (UFGRS); reflexões sobre o caso Vini Jr. e o racismo na sociedade contemporânea; História e Futebol: jogadas que atravessam a cultura, a escola e o ensino.

É oportuno destacar que nessa terceira temporada o projeto passou a contemplar um novo quadro, lançado em forma de episódio, denominado “Sua História na escola”, o qual recebe estudantes da graduação e pós-graduação, e egressos dos cursos de História da UFPEL ou de outras universidades brasileiras, para compartilharem suas experiências com o ensino e a pesquisa em História. A ideia é constituir um espaço para os/as jovens pesquisadores/as e docentes socializarem atividades significativas desenvolvidas por eles/as ao longo de suas formações, através de experiências em programas como iniciação científica, PIBID, RP ou nos PPGHs e que envolvam a dimensão da história ensinada.

O *Cata-Ebventos* já contemplou temas como: o ensino de História e a educação Inclusiva: experiências a partir do Programa Residência Pedagógica; a aprendizagem em História

abordados na primeira e segunda temporada, conferir: Bonete, Bechler, (2023, p.161-164).

como arte de criar encontros alegres; a Letra e a Luta: o rap nacional e a abordagem do racismo estrutural. Além da introdução desse novo quadro, as conversas passaram a ser conduzidas em formato de *live* pelo canal do *Youtube* ou por meio de gravações posteriormente lançadas na mesma plataforma. Essa estratégia tem se mostrado eficaz, tanto pela possibilidade de construir um diálogo mais fluido entre o mediador e os/as convidados/as, quanto pelo aumento significativo no número de visualizações dos episódios, que praticamente triplicaram quando somados os dados de todas as plataformas onde as mídias estão distribuídas e disponíveis *online*.

Diante desse esboço das linhas e eixos temáticos dos episódios já produzidos, podemos afirmar que o podcast *Cata-Ebventos* possui inúmeras potencialidades, das quais é oportuno destacar:

- **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.** Todas as reflexões que são apresentadas pelos/as convidados/as e as resenhas de livros, são fundamentadas em experiências escolares, vivências universitárias e na criação de diferentes formas de disseminação do conhecimento histórico científico na sociedade;
- **Descentralização da palavra e a autoridade compartilhada.** O foco dos episódios não recai no mediador ou do coordenador da ação, mas sim nas vivências e reflexões apresentadas pelos/as convidados/as. Assim, o mesmo espaço social é compartilhado pelos/as professores/as da educação básica, do ensino superior, por estudantes de graduação, pós-graduação e egressos, em diálogos que valorizam a pluralidade de ideias e visões sobre o ensino de História;
- **Fazer colaborativo.** Os episódios são concebidos através de um esforço coletivo e colaborativo, onde a participação dos/as convidados/as desempenha um papel fundamental. Eles compartilham suas memórias, experiências, ideias e saberes, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das diversas necessidades de orientação, em torno do ensino de História, no contexto atual.

Por fim, compreende-se que um projeto, como o *Cata-Ehventos*, não deve permanecer fechado em seus objetivos iniciais, mas sim estar em constante movimento, de modo que possa incorporar novas ideias, proposições e subprojetos. Nessa direção o *podcast* abrirá as portas para uma iniciativa denominada “Cartas à juventude historiadora”¹², onde serão editadas e disponibilizadas dez entrevistas com historiadores/as, já aposentados/as, e que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da historiografia brasileira. Essas conversas abordarão as memórias pessoais, aspectos das trajetórias acadêmicas, conselhos para os/as jovens historiadores/as e reflexões sobre os futuros possíveis para a História.

Últimas considerações

Na tentativa de identificar idealmente algumas das principais expectativas dos projetos, podemos dizer que são: a possibilidade de contribuir com a disseminação pública e qualificada de compreensões sobre a história, o ensino de história, a pesquisa histórica, os temas históricos relevantes de hoje e o trabalho de historiadores/as e professores/as de história.

Ao utilizar esse veículo contemporâneo de comunicação, *podcasts*, pretendemos produzir outras formas de discursos historiográficos, ampliando o alcance social e acadêmico, possibilitando que os ouvintes escutem diferentes compreensões e análises (seja da disciplina escolar, do conhecimento científico, do ofício dos historiadores/as ou de um tema específico a exigir posição dos profissionais da história) de pesquisadores/as de diferentes partes do Brasil.

¹² Trata-se de um projeto, vinculado ao Departamento de História da UFPEL, que é coordenado pelos professores Dr. Mauro Dillmann (UFPEL) e Dr. Wilián Junior Bonete (UFPEL), no qual os/as historiadores/as convidados/as, além de concederem uma entrevista para o *podcast Cata-Ehventos*, irão produzir um capítulo, em formato de missiva, e que farão parte um livro que está em fase de organização.

A intenção também esteve/está pautada em produzir material útil a estudantes de história, professores/as de história e/ou de qualquer outra disciplina, ou ainda, a qualquer pessoa interessada em estudos e pesquisas próprias da disciplina histórica.

Os *podcasts* são meios bastante eficazes de compartilhamento de conhecimentos históricos, são ferramentas que favorecem a divulgação, mas sua força ainda é questionável em termos de recepção e alcance. Ainda assim, podem significar um empenho da academia em dinamizar a comunicação histórica no espaço público, justamente quando a circulação dos saberes históricos no universo social tem sido complexa. Para citar um exemplo contemporâneo, podemos apontar os concomitantes projetos políticos conflitantes reveladores de diferentes compreensões do passado; em julho de 2021 a estátua de Borba Gato foi atacada sob argumento do massacre indígena por ela representado; em junho de 2023, políticos brasileiros aprovam o “marco temporal”, tese que limita a luta indígena pela posse da terra.

Por fim, espera-se que as produções audiográficas (Correa; Almeida, 2021) oriundas dos *podcasts Minutos da História* e *Cata-Ebventos* possam contribuir para a disseminação de reflexões qualificadas, do ponto de vista de historiadores e historiadoras, sobre temas e questões que perpassam o cotidiano dos sujeitos e reverberam nas salas de aula, da educação básica e universidade, entre professores e estudantes nos processos do ensino e aprendizagem da história.

Referências bibliográficas

ABPOD. Página inicial. ABPod. [s./d.]. Disponível em: <https://abpod.org/>. Acesso em: 12 de set. 2023.

ABPOD. PodPesquisa 2020-2021: produtores. ABPod. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Jxmrvv>. Acesso em: 12 de set.2023.

ABPOD. PodPesquisa. *Busca pelo termo “podcast” cresce 43% no Brasil este ano. 2022.* Disponível em: <https://abpod.org/busca->

[pelo-termo-podcast-cresce-43-no-brasil-este-ano/](#) . Acesso em: 12 de set. 2023.

BECHLER, R. R.; PACIEVICHT, C.; BONETE, W. J.; SZLACHTA JUNIOR, A. M. Arranjos: laborações da História na formação docente. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, p. 117-135, set./dez. 2022.

BONETE, W. J.; BECHLER, R. R. Podcast Cata-Ehventos: experiências em divulgação científica e ensino de História. In: SOTANA, E. C.; RODRIGUES JUNIOR, O. **Ensino de História e Mídia Eletrônicas**. São Paulo: Paruna Editora, 2023, p.155-166.

CORREA, L. O.; ALMEIDA, J. R. Rádio e ensino da história: práticas de história pública com audiografias coletivas. In: HERMETO, M.; FERREIRA, R. F. de (Org.). **História pública e ensino de História**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p.69-90.

HARTOG, F. **Crer em História**. Trad.: C. dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MENESES, S. Livros, leitores e internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, J.; MENESES, S. (Org.). **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 159-184.

RANGEL, M. de M. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, 01-27, 2021.

SOUZA, R. F. de. O podcast no ensino de História e as demandas do tempo presente: que possibilidades? **Transversos**: Revista de História, n. 11, p. 42-62, 2017.

TURIN, R. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, vol. 24, n. 2, maio/ago. 2018.

Notas biográficas

Alanna Teixeira é licenciada e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. E-mail: alanna.teixeira@ufrgs.br

Ana Paula Korndörfer é licenciada e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atua como professora e pesquisadora junto ao curso de História da Unisinos. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de História Social e Comparada do Cone Sul (LabConeSul/CNPq). Entre os trabalhos publicados, estão “É melhor prevenir do que curar – a higiene a saúde nas escolas públicas gaúchas (1983-1928)” (2016) e “The Rockefeller Foundation and the Training of Agricultural Specialists for Latin America: a Profile of Scholars from Latin American Scholarship Program in Agriculture (1951-1962)” (em coautoria com Flávio Heinz e Cristiano Enrique de Brum) (2022).

Carlos Eduardo da Costa Campos é graduado, mestre e doutor em História pela UERJ, com ênfase em História Antiga Romana, bem como Doutor em Letras Clássicas, com tese focada na epigrafia latina, pela UFRJ. Professor Adjunto de História Antiga e Arqueologia da FACH / UFMS. Membro do Mestrado Profissional em Ensino de História da UEMS e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS. Campos integra o quadro de pesquisadores estrangeiros da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Portugal), onde realizou o seu Estágio de Pós-Doutorado. Campos é Bolsista de Produtividade CNPQ – PQ2; Representante Técnico do Laboratório ATRIVM / UFMS; Pesquisador Colaborador do Museu de Arqueologia da UFMS e do Museu Histórico Nacional. E-mail: carlos.campos@ufms.br

Carlos Henrique Armani é doutor em História, com pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História. Professor de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. E-mail: carlos.armani@ufsm.br

Carlos Prado é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professor e pesquisador do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É membro do “Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas” (LEPHA) e atua na área de Teoria da História. E-mail: carlosprado1985@hotmail.com

Débora Faccin é historiadora, graduada em História licenciatura e bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestra e doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: de.faccin@hotmail.com

Durval Muniz Albuquerque Júnior possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Barcelona e em Teoria e Filosofia da História pela Universidade de Coimbra. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba, professor permanente dos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordena o Corpus: grupo de estudos e pesquisas em história dos corpos e das sensibilidades; faz parte do Histor:

Núcleo de estudos de teoria da história e história da historiografia e do grupo de pesquisa em História dos Sertões.

Edson Silva de Lima é doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pós-doutorando em História Social pelo programa de pós-graduação em história social UERJ/FFP CAPES.

Ernesto Pereira Bastos Neto é graduado e mestre em História, autor de *O Brabo e a Borboleta: guerra e sociedade no Brasil Meridional*. Atualmente é doutorando no PPGH-PUC/RS, pesquisando as relações interétnicas envolvendo populações Guarani e Jê na formação da sociedade luso-brasileira na região norte do Rio Grande do Sul. Tem interesse em história do Brasil oitocentista, história indígena, história militar, teoria e metodologia da história, particularmente em micro-história

Hernán Ramírez é professor e bacharel em História e mestre em Partidos Políticos Políticos pela Universidad Nacional de Córdoba, doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. É Bolsista Produtividade do CNPq e Investigador Correspondiente de Conicet, assim como Professor dos PPGs em História e Filosofia da Unisinos e Professor Invitado Permanente do Mestrado em Partidos Políticos da Universidad Nacional de Córdoba. Autor de *Corporaciones en el poder. Institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea*.

Luis Filipe Bantim de Assumpção é doutor em História Comparada (UFRJ), mestre em História Política (UERJ) e licenciado em História (Simonsen) e Pedagogia (Faculdade IBRA). Realizou o estágio de Pós-doutorado em Letras Clássicas na UFRJ, com ênfase em historiografia antiga. Atua com pesquisa em História Antiga e Ensino de História, com ênfase à *pólis* de Esparta no período Clássico, a recepção de

Esparta na Contemporaneidade, à representação do Mundo Antigo em materiais didáticos da Educação Básica, com Educação Antirracista e o uso de Tecnologias Alternativas no Ensino de História, sobretudo, Histórias em Quadrinhos. Atualmente é Coordenador Local de Doutorado em História pela Univassouras, em parceria com a UNISINOS; Professor Adjunto II da Univassouras, atuando no Curso de Pedagogia e Direito (campus Maricá); Coordenador de Pesquisa e Extensão na Univassouras, campus Saquarema; Professor de História na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Maíra Ines Vendrame é professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Mestre e doutora em História. Autora de dois livros: “Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1878-1914)”, Editora da UFSM, 2007; “O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)”, Editora OIKOS, 2016 e de diversos artigos sobre a imigração italiana no Brasil Meridional. Organizou diversas coletâneas sobre estudos de trajetória, migrações e micro-história. E-mail: vricamaira@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5658-076X>.

Marcelo Vianna é licenciado em História UFRGS, mestre e doutor em História PUCRS. Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS Campus Alvorada e presidente do Núcleo de Memória do IFRS. Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de História Social e Comparada do Cone Sul (LabConeSul/CNPq). Entre os trabalhos publicados, encontra-se “Elites estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937” (em coautoria com Flavio Heinz) (2021), “Os Homens do Parquet - Trajetórias e Processo de Institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)” (2013) e “Por uma história da informática no Brasil: os percursos

das tecnologias computacionais (1958-1972)” (em coautoria com Lucas de Almeida Pereira) (2023).

Maria Cristina Bohn Martins é professora titular da Universidade do Vale Rio dos Sinos. Mestre em história (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos) e doutora em história (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS). Bolsista produtividade do CNPq (Nível 2). Atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em história da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Prêmio (2006) da Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul, para a Tese “A festa guarani das reduções: perdas, permanências e transformações”. Membro da *Société internationale d'études jésuites* (SIEJ), liderada por Pierre-Antoine Fabre, e da *Comisión Permanente de las Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*; Líder do Grupo de Pesquisas (CNPq) *Jesuitas nas Américas*.

Mauro Dillmann é doutor em História (UNISINOS). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFEPL). Integrante dos Grupos de Pesquisa do CNPq *Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-americano* (UNIRIO) e *Paisagens Híbridas* (UFRJ).

Temístocles Cezar é doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, e Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi directeur d'études invité na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e Editor-Chefe da Revista História da Historiografia. Atualmente é investigador colaborador do Grupo de Investigação Usos do Passado do Centro de História da Universidade de Lisboa, do Laboratório de Estudos sobre os Usos do Passado (Luppa) da UFRGS e membro do Comitê

Assessor da área de História do CNPq. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: escrita da história, teoria da história, historiografia antiga e moderna e historiografia brasileira, sobre os quais tem livro e vários artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

Wilian Junior Bonete é doutor em História (UFMT). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFEPL). Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq *HEDUCA – História e Educação: textos, escritas e leituras* (UFPEL) e do *Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História* (LAEH/UFPE). Tem interesses em temas investigativos que abordam o ensino de História, saberes históricos, pensamento histórico, Didática da História, consciência histórica, história digital, cultura digital, Educação de Jovens e Adultos, identidade e formação histórica docente e discente, tecnologias digitais, fontes históricas e educação patrimonial.

A teoria e a metodologia da História são condições para a devida produção da historiografia, sendo esta parte do conhecimento que será discutido nas salas de aula de nosso país, tanto na Educação Básica, quanto na Superior.

Nesse sentido, esta obra está empenhada em contribuir para o aperfeiçoamento de pesquisadores/as e professores/as interessados/as no tema ou que tenham na História a base de sua profissão.

Os textos que aqui se encontram evidenciam a dedicação e o comprometimento de seus autores em pensar e promover o conhecimento histórico, suscitando questões, apresentando métodos ou mesmo apontando formas de se escrever a História.

A existência desse tipo de espaço interessa não somente à comunidade acadêmica, visto que é o diálogo que nos faz pensar e indagar sobre a nossa existência, impactando em nossa dinâmica pessoal e profissional.

Os organizadores.

